



# TURISMO EM ESPAÇOS RURAIS:

**Caminhos, Desafios e  
Perspectivas**

**Mateus de Sá Barreto Barros**

**Josenildo Campos Brussio**

**Sylvana Kelly Marques da Silva**

**Jussara Danielle Martins Aires**

**(Orgs.)**



Criação Editora

**TURISMO EM ESPAÇOS RURAIS:  
CAMINHOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Organizadores:

Mateus de Sá Barreto Barros  
Josenildo Campos Brussio  
Sylvana Kelly Marques da Silva  
Jussara Danielle Martins Aires

ISBN

ISBN 978-85-8413-480-9

**EDITORA CRIAÇÃO  
CONSELHO EDITORIAL**

Ana Maria de Menezes  
Fábio Alves dos Santos  
Gilvan Rodrigues dos Santos  
Jorge Carvalho do Nascimento  
José Afonso do Nascimento  
José Eduardo Franco  
José Rodorval Ramalho  
Justino Alves Lima  
Luiz Eduardo Oliveira Menezes  
Martin Hadsell do Nascimento  
Rita de Cácia Santos Souza

# **TURISMO EM ESPAÇOS RURAIS:**

## **Caminhos, Desafios e Perspectivas**

**Mateus de Sá Barreto Barros  
Josenildo Campos Brussio  
Sylvana Kelly Marques da Silva  
Jussara Danielle Martins Aires  
Orgs.**



**Criação Editora**  
**ARACAJU | 2024**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS ORGANIZADORES

É proibido a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos das organizadoras (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009

O rigor e a exatidão do conteúdo dos artigos publicados são da responsabilidade exclusiva dos seus organizadores. Os autores são responsáveis pela obtenção da autorização escrita para reprodução de materiais que tenham sido previamente publicados e que desejem que sejam reproduzidos neste livro.

Diagramação:  
Adilma Menezes

Capa:  
© Lazyllama | Dreamstime.com  
Costa tropical da reflexão brasileira rural calma da manhã da cena do Rio Preguicas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)  
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

B277t Barros, Mateus de Sá Barreto (org.) et al.  
Turismo em espaços rurais: caminhos, desafios e perspectivas / Organizadores: Mateus de Sá Barreto Barros, Josenildo Campos Brusso, Sylvana Kelly Marques da Silva e Jussara Danielle Martins Aires. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2024.  
264 p.; figs.;  
E-book: 7 Mb; (PDF)  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-8413-480-9  
  
1. Cidades Maranhenses. 2. Turismo. 3. Cultura. 4. Meio ambiente  
I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras. IV. Autores.  
  
CDD 338.4791918.122  
CDU 379.85(812.1)

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Indústria do turismo; Maranhão.
2. Turismo (Maranhão).

## PRÓLOGO

**R**edigir um prólogo é uma empreitada desafiadora. Envolve imergir nas ideias tanto de quem escreve quanto de quem lê, buscando estabelecer uma conexão mais estreita entre universos inicialmente vastos. O propósito de um prólogo é ousado: convocar mentes inquietas a participarem e compartilhar de um jogo que vai além, aprofundando conhecimentos, desafiando verdades estabelecidas e forjando uma cumplicidade nessa jornada investigativa. Assim, ele se torna mais que um simples aperitivo; é a porta de entrada para uma experiência que se promete única e autêntica.

Se este livro fosse uma viagem, seu ponto de partida seria um diálogo entre mentes inquietas, professores que, em agosto de 2021, compartilharam o desejo de desvendar os intrincados caminhos do turismo, sobretudo aqueles menos trilhados pelo turismo de massa, aqueles que se entrelaçam com a essência rural. Assim nasceu a ideia, germinada no solo fértil do Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura (GEPE-MADEC), movido pela pulsante curiosidade de explorar o turismo no contexto específico do Nordeste, do Maranhão e, em particular, do Baixo Parnaíba Maranhense.

As páginas que agora se desenrolam diante de vocês emergem deste ponto de origem, cultivado pelo árduo trabalho do GEPEMADEC, cujas linhas de investigação — Turismo - Dinâmicas e Práticas Sociais, Ambiente e Mundo Rural; Cultura, Poder, Imagem, Representações Espaciais e Transversalidades com o Turismo; e Imaginário, Meio Ambiente e Cultura - forneceram a bússola para este projeto.

O apelo público teve ampla repercussão e reuniu mentes pensantes, investigadores e investigadoras e pessoas inseridas no tecido do turismo. A resposta foi um coro de diversas vozes, vindas de diferentes áreas, cada uma contribuindo para a tapeçaria única que agora se desenrola. Este livro não é

apenas um repositório de conhecimento. É um testemunho da convergência de ideias e esforços, um ponto de confluência onde a academia encontra as complexidades do turismo rural.

Os textos produzidos pelo grupo sobre decolonialidade, afrocentrismo, imaginários, turismo em zonas quilombolas, relações rural-urbanas e teorias do bem viver tornaram-se fundamentos teóricos, ampliando horizontes e oferecendo novos prismas de análise. Aqui a liberdade de pensamento foi soberana, refletida na diversidade de métodos e metodologias escolhidas pelos autores.

Este não é um livro que se fecha nas fronteiras do Maranhão ou do Nordeste, mas um convite à contemplação de terras distantes. A pandemia, ao impor desafios e aumentar a carga de trabalho, também inspirou adaptações estratégicas.

A democratização da produção científica também se revela aqui. Alunos talentosos, em parceria com seus orientadores e colaboradores, ganharam espaço, contribuindo para uma visão mais holística do turismo rural. O livro se desdobra em nove capítulos, cada um uma peça única, mas todos conectados pelo fio condutor da ruralidade, enfatizando a diversidade de espaços, biomas e comunidades.

A jornada se inicia com uma análise profunda e interdisciplinar, centrada no turismo como eixo articulador. Nesse percurso, o livro nos apresenta em nove capítulos as diversas paisagens e cenários oferecidos pelo território maranhense, guiados pelos olhares perspicazes dos pesquisadores. São abordadas questões ambientais, sociais, econômicas e políticas, examinadas por meio de uma riqueza de enfoques que conectam tanto o conhecimento das ciências humanas quanto o da natureza. Estes não apenas enriquecem a compreensão, mas também desempenham um papel crucial na formulação de políticas públicas estaduais. Dessa maneira, reivindicamos o papel da academia na orientação dos rumos que uma nação, dotada de uma multiplicidade cultural, deve traçar diante dos desafios do século XXI.

Cada capítulo é uma peça de um quebra-cabeça, mas este livro é mais do que a soma de suas partes. É um convite à reflexão, um guia para professores e pesquisadores, uma inspiração para os estudiosos do turismo rural. Que estas páginas sirvam como farol em terras pouco exploradas, iluminando caminhos para novas descobertas e entendimentos. Que este compêndio seja

uma contribuição valiosa para aqueles que buscam desvendar os segredos do turismo rural, trazendo luz aos recantos menos explorados de nossa terra.

Em último lugar, em minha própria designação e em representação do grupo de pesquisa denominado “Sistemas Agroalimentares e Educação na Ruralidade” (SAER), cuja liderança recai sobre mim, desejo, neste momento, manifestar de maneira enfática a nossa profunda gratidão por sermos contemplados com a oportunidade de explorar as páginas deste livro notável e de contribuir com a elaboração deste prolixo prólogo. Esse convite reflete, de maneira inequívoca, a sólida amizade e a colaboração estreita que as instituições, juntamente com seus grupos de pesquisa, perpetuam de forma incessante ao longo do tempo.

**Óscar Emerson Zúñiga**

Professor do Departamento de Educação da  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Líder do grupo de pesquisa Sistemas  
Agroalimentares e Educação na Ruralidade - SAER



# Sumário

PRÓLOGO .....	5
INTRODUÇÃO .....	11
Turismo rural no município de São Bernardo: desafios, nuances e perspectivas .....	21
<i>Mateus de Sá Barreto Barros; Josenildo Campos Brussio</i>	
O desenvolvimento do turismo no Maranhão: potencial dos segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura .....	45
<i>Mateus de Sá Barreto Barros; Milena Meireles Alves; Ana Ketly Silva Vieira</i>	
O Turismo de Aventura em São Bernardo, Região do Baixo Parnaíba Maranhense: o Cicloturismo como Possível Indutor da Diversificação Econômica e Desenvolvimento Social.....	69
<i>Igor da Luz Cavalcanti; Mateus de Sá Barreto Barros Josenildo Campos Brussio; Sylvana Kelly Marques da Silva</i>	
Os contributos do Parkour no desenvolvimento do Turismo de Aventura nos Espaços Rurais.....	95
<i>Edvaldo José Garcia Gonçalves; Mateus David Finco</i>	
Raízes do interior: o turismo e a valorização da produção da cachaça em São Raimundo – MA .....	117
<i>Isaiás Silva Lopes; Tatiana Colasante Mateus de Sá Barreto Barros; Thiago Pereira Lima</i>	
Imaginário e patrimônio no Quilombo Saco das Almas: possibilidades turísticas e de salvaguarda das tradições culturais.....	145
<i>Josenildo Campos Brussio; Dacileia Lima Ferreira Antonia Cleia Pereira dos Santos; Tamyres de Souza Martins Dineibergue Viana de Sousa; Sheylane Oliveira da Costa</i>	

A economia interpretativa & turismos possíveis: “eles vão ter que me engolir” na arte da (r)existência.....179

*Sylvana Kelly Marques da Silva; Luiz Demétrio Janz Laibida  
Fabisnaldo Pereira da Silva*

Participação social na elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional: perspectivas para o desenvolvimento do turismo local ....209

*Vanderley Rabelo de Jesus; Conceição de Maria Belfort de Carvalho*

Realçando nuances, perfis e perspectivas do empreendedorismo informal a partir do contexto de turismo religioso: estudo junto a vendedores ambulantes no Festejo de São Bernardo-MA .....231

*Gabriela dos Santos Costa; Jussara Danielle Martins Aires  
César Roberto Castro Chaves; Josenildo Campos Brussio*

Turismo no baixo Parnaíba Maranhense: tecendo os fios da esperança..... 259

*Josenildo Campos Brussio*

# INTRODUÇÃO

O presente livro começa a ser idealizado em agosto de 2021, a partir de um diálogo entre os professores do Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura (GEPEMADEC). Na ocasião, pontuamos que seria importante ter um compêndio sobre o turismo, especialmente no que concerne aos segmentos que não estivessem vinculados ao turismo de massa e que possuísem uma forte relação com a ruralidade. Para nós, agrupar estes textos em formato de livro, era o ideal, haja vista a pouca quantidade de produções desse porte sobre o Nordeste, o Maranhão, e particularmente, o Baixo Parnaíba Maranhense -, que pudessem auxiliar aos professores, curiosos e estudiosos do turismo - sobretudo àqueles alocadas em Campi, Centros, ou Universidades no interior do país - em suas aulas, no desenvolvimento de suas pesquisas e/ou como material para a orientação dos seus alunos.

Nesse caminho, o GEPEMADEC, sob a supervisão das linhas de pesquisa: *Turismo - Dinâmicas e Práticas Sociais, Meio Ambiente e o Mundo Rural; Cultura, Poder, Imagem, Representações Espaciais e as Transversalidades com o Turismo; e Imaginário, Meio Ambiente e Cultura*, abriu uma chamada pública, convidando professores, pesquisadores e trabalhadores da área do turismo para compor o livro. Esta foi amplamente divulgada em grupos de trabalhos, nas mais diversas redes sociais e entre colegas de trabalho das distintas áreas e de diferentes lugares. Nesta perspectiva, nós nos propusemos a elencar trabalhos que tivessem como eixo central as vivências e o imaginário rural, tratando assim, sobre os mais variados assuntos, tais como: Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo Cultural.

Ao longo deste período, nos debruçamos sobre um árduo trabalho, promovendo eventos, animando discussões sobre o assunto e coordenando pesquisas que estivessem estreito vínculo com a temática. Os diálogos sobre os documen-

tos produzidos pelo Ministério do Turismo, assim como as Políticas Públicas de Turismo, nos muniram de potencial reflexivo para fazermos paralelos com a realidade local. Além disso, a possibilidade de conversar com pesquisadores de outras Instituições de Ensino, tanto nacionais quanto internacionais, contribuíram fortemente para as nossas pesquisas, possibilitando ajustes e, por vezes, nos encorajando a continuar a condução do labor iniciado.

Do mesmo modo, os textos trabalhados em nosso grupo de pesquisa, que versavam sobre à decolonialidade, o afrocentrismo, o imaginário, o turismo em áreas quilombolas, a relações campo e cidade e as teorias do bem viver, proveram bases teóricas importantes, não apenas para nós professores, mas também para os nossos alunos e mesmo que não estejam presentes nos capítulos a seguir, serviram de alicerce para nossas meditações. Conferiram assim, novos olhares sobre objetos antigos, permitindo trazer novos prismas, promovendo uma *paralaxe*, o deslocamento do objeto observado, a partir da mudança de posicionamento do observador.

Esta mudança de posicionamento se deu basicamente por duas razões, quais sejam: i) a escolha do corpo teórico que cada autor(a) ou conjunto de autores se dispuseram a trabalhar; e ii) a localização geográfica de onde se escreve, uma vez que, a maior parte dos autores, ainda que sejam advindos dos mais distintos recantos deste país, trabalham na Região do Baixo Parnaíba Maranhense e, conseqüentemente, suas reflexões emergem desta realidade pouco conhecida e, em muitos casos, marginalizada.

Se faz mister pontuar que, os(as) autores(as), tiveram plena liberdade de escolher seus métodos e metodologias de pesquisa. Não houve, portanto, qualquer patrulha ideológica ou priorização de um pensamento único. Aqui, estes(as) se enveredaram pelos estudos do imaginário, pela fenomenologia, pelo materialismo histórico, entre outros. Priorizou-se, acima de qualquer coisa, a liberdade do pensamento, do pensar e do exercício do diálogo como elementos fundamentais para o fazer científico, em momentos tão difíceis.

A esta altura, é possível perceber que se valorizou, tanto os trabalhos teóricos - que se embasaram em fontes secundárias, em documentos oficiais elaborados pelo governo federal e aqueles que são frutos de acordos internacionais -, quanto as pesquisas exploratórias e as que tiveram a inquirição, fontes primárias, se não como seu elemento norteador, mas como instrumento de verificação das hipóteses postuladas.

É certo que, em nenhum momento, tivemos a pretensão de nos limitarmos às terras maranhenses, nem nos fechamos à Região Nordeste, como dito acima, mas entendemos que o período pandêmico tomou os professores de assalto, aumentaram o volume de trabalho e dificultaram a produtividade. Dessa maneira, recebemos um único artigo de fora da Universidade Federal do Maranhão e do Centro de Ciências de São Bernardo, com a colaboração do professor Mateus David Finco e do Residente em Saúde Mental, Edvaldo José Garcia Gonçalves, ambos da Universidade Federal da Paraíba, que deixamos aqui, o nosso mais profundo agradecimento.

Isto fez com que as nossas estratégias também mudassem, abrindo a possibilidade para que alunos talentosos pudessem publicar seus trabalhos de iniciação científica e conclusão de curso, em parceria com seus orientadores e colaboradores, democratizando desse modo, a participação da produção científica. Nesse caminho, o livro está dividido em nove capítulos, todos eles diretamente relacionados com a proposta inicial do livro, valorizando os aspectos que envolvem a ruralidade, contudo, demarcado por diferenças significativas de espaços, biomas e comunidades.

Neste ínterim, no primeiro capítulo “Turismo Rural no Município de São Bernardo: Desafios Nuances e Perspectivas”, os autores procuraram tratar sobre este segmento, a partir da vivência da ruralidade, levando em consideração os aspectos históricos, sociais e políticos que perfazem e perfilam o cotidiano da sociedade. Nesse caminho, eles escolheram um percurso muito interessante e de extrema importância, abordando as relações existentes entre campo e cidade, uma das primeiras divisões territoriais do trabalho que ocorreu ao longo do tempo. Esta relação se dava não apenas coexistência de mundos, aparentemente distintos, mas de imaginários diferentes, assim como por contextos diferentes. Os autores mostraram, assim, a defesa que se fazia do campo e de como estava vinculado à saúde, ao puro, ao belo, enquanto a cidade estava para a poluição, a insalubridade, o odor.

O trânsito intenso que ocorria entre campo e cidade, favorecido pela produção dos coches particulares, acabou por favorecer o surgimento de novos serviços, como hospedarias, estalagens e locais que vendiam cerveja para atender ao público viajante. Os autores sugerem que, neste momento, já existia os rudimentos da atividade turística e o Turismo Rural foi o segmento pioneiro que perfez o imaginário, não apenas da aristocracia, mas

também da população comum, favorecido pela popularização das excursões no século XVIII.

Certamente que, na contemporaneidade, o Turismo Rural, é tido como um instrumento redentor, capaz de impulsionar o desenvolvimento nas áreas mais afastadas das capitais, especialmente das brasileiras. Contudo, em muitas ocasiões, os pesquisadores não levam em consideração a realidade vivenciada no campo, tampouco às dinâmicas existentes nas formas de organização social da terra. Lembram que, a maior parte dos pequenos produtores se enquadram em fase de transição ou periférica, recebendo entre R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por ano, impossibilitando assim, que se aventurem em projetos vinculados ao Turismo Rural.

Desse modo, foi com o intuito de trazerem à reflexão para a região e a localidade estudada, assim como avaliaram a possibilidade de implementação do Turismo Rural no município de São Bernardo e Região do Baixo Parnaíba, os autores abordaram sobre a estrutura da terra no nordeste e as relações sociais existentes, sobretudo, aquelas referentes entre os grandes proprietários e os pequenos agricultores. Trazem à tona como os camponeses eram percebidos como parte da paisagem telúrica (fauna e flora) pela população viajante e para os grandes latifundiários da cana, evidenciando as contradições presentes na região, a desvalorização do campesinato e a apreciação, por parte dos governos, do desenvolvimento da agricultura extensiva, por assim dizer moderna, representada no grande maquinário, no uso de novas tecnologias e no melhoramento genético dos produtos.

No segundo capítulo “O Desenvolvimento do Turismo no Maranhão: potencial dos segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura”, os autores buscaram abordar sobre estes segmentos, estimulado pelos empecilhos encontrados no processo de interiorização da atividade turística no estado do Maranhão. Nesse caminho, se empenharam em analisar as políticas voltadas para os segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura (T.A), o que comumente se contrapõe ao Turismo de Massa, que por sua vez, acaba sendo mais valorizado por tais políticas, uma vez que, as belezas naturais viabilizam o fluxo dos investimentos, retirando a responsabilidade do Estado em organizar a atividade.

Este pensamento dominante, levou o país a adotar as mesmas práticas em relação a outros segmentos e localidades que não possuem os atributos

para a concretização do Turismo de Massa, não levando em consideração as características presentes e as realidades vivenciadas por cada uma delas. O Estado brasileiro, dessa maneira, conferiu às políticas públicas de turismo, um forte viés neoliberal, procurando articular preceitos democráticos como a participação popular - como previsto na Constituição de 1988 -, há uma lógica que exclui o diálogo e que prioriza a atuação de empresas privadas.

De todo modo, os autores procuraram demonstrar que, em áreas interiores, com grande quantidade de recursos naturais, inclusive, estratégicos, como a água, o turismo pode ser um instrumento de preservação ambiental. A valorização do agronegócio no Leste Maranhense, promoveu a devastação do cerrado, reduzindo os níveis de chuva na região, provocando a desertificação e, acima de tudo, a concentração da terra e renda. A atividade turística poderia ser utilizada como uma catalisadora da dinamização e diversificação da economia, proporcionando uma guinada, reduzindo os incentivos ao setor primário e valorizando os serviços, aumentando a participação da população no circuito econômico.

Estas ações estão em conformidade com os mais recentes acordos internacionais assinados por Ministros de Turismo do BRICS, no qual prevê uma aliança que favoreça e priorize o Turismo Verde, incorporando os princípios de sustentabilidade, investindo na conservação de áreas naturais. Contudo, se faz necessário lembrar, de acordo com os autores, que é importante criar instrumentos para popularizar o Ecoturismo e o T.A, dominado pelas classes mais abastadas. Isto ocorre não apenas no que diz respeito ao consumo, mas também aos empreendimentos, haja vista ser imprescindível obedecer critérios de normalização requisitados pelas instituições nacionais como a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT). Propõe que o próprio governo do estado do Maranhão, crie seus processos de desenvolvimento, normalização e estruturação das atividades de Ecoturismo e Turismo de Aventura, se utilizando de recursos como editais específicos para novos empreendedores da área.

No terceiro capítulo “O Turismo de Aventura em São Bernardo, Região do Baixo Parnaíba Maranhense: o Cicloturismo como Possível Indutor da Diversificação Econômica e Desenvolvimento Social”, os autores dão, em certa medida, continuidade ao trabalho iniciado no capítulo anterior, tratando todavia, de um segmento mais específico do T.A, o Cicloturismo. Certamente,

buscam fazer a aproximação com o Ecoturismo, haja vista serem, de fato, muito parecidos, uma vez que possuem como principal objetivo, a tentativa de estabelecer uma melhor qualidade de vida, a partir de uma relação de proximidade com a natureza.

Neste capítulo, elegeu-se por debruçar sobre o cicloturismo (viagens de bicicleta), pelo fato de haver uma popularização deste meio de transporte, tanto na cidade de São Bernardo quanto no Baixo Parnaíba Maranhense. Além de ter uma aceitação maior por parte da população, uma vez que é uma atividade que exige pouco recurso financeiro, é realizada ao ar livre, uma característica fundamental, especialmente em tempo de Pandemia. Sem mencionar a atenção dada aos aspectos naturais, haja vista que, o uso deste meio de transporte ajuda a reduzir a emissão dos gases de efeito estufa, entre 50% a 80%. Estes fatores fizeram com que o segmento, em conjunto com o Ecoturismo, fosse a principal motivação de praticamente um quarto das viagens ocorridas no país, em 2019, de acordo com os dados do IBGE (2020).

Neste íterim, os autores procuraram mostrar o potencial deste segmento para a cidade de São Bernardo e Região do Baixo Parnaíba Maranhense, evidenciando grande diversidade de trilhas (percursos de curta, média e longa duração) e de recursos turísticos que, se bem estruturados e planejados, poderiam se tornar produtos que ajudariam na complementação de renda da população, como o caso da Rota da Cachaça e do Racha Coco (que trabalham com a extração do coco de Babaçu). A pesquisa, portanto, mune os gestores municipais de instrumentos e dados que possam refletir em políticas públicas, promovendo a diversificação econômica e do desenvolvimento social da Região.

No quarto capítulo “Os Contributos do *Parkour* no Desenvolvimento do Turismo de Aventura nos Espaços Rurais”, os autores esquadriharam o T.A na natureza, haja vista ter grande potencial de crescimento, especialmente no Brasil, uma vez que unem uma diversidade de práticas caracterizadas, tanto pela imersão cultural, social quanto ambiental. De acordo com eles, isso é potencializado pela diversidade de biomas e climas, além do baixo risco de desastres culturais. O Estado da Paraíba, por seu turno, não pode ser diferente, uma vez que, associa particularidades, vinculadas a um povo simples e hospitaleiro, o filiando a um destino turístico acolhedor.

É necessário lembrar que, apesar de territorialmente pequeno, o estado da Paraíba possui uma grande diversidade histórica, cultural, climática e

biológica. Certamente que, cada uma das regiões, explora os recursos que possuem como produto turístico e destacam-se desde atividades em praias, morros, encostas, cânions e parques, não podendo ficar de fora, aquelas que são praticadas nas áreas urbanas, a exemplo do *Parkour*.

Neste trabalho em particular, os autores, centraram esforços em analisar o potencial do *Parkour* como uma alternativa ao esporte de aventura na natureza, ampliando as atividades de turismo em área rural no estado da Paraíba. Elegeu-se para a realização do estudo, o Sítio Macapá, localizado na Zona Rural da cidade de Araruna, encontrada na caatinga do Planalto da Borborema do estado da Paraíba, classificada como Região Turística do Sertão, com potencial para turismo ecológico, natural e de aventura, bem como para turismo religioso/histórico/cultural. Este sítio é tipificado pelo seu relevo singular, além de suas formações rochosas, que possibilitam a prática do *Parkour*.

Ao longo do quinto capítulo “Raízes do Interior: o Turismo e a Valorização da Produção da Cachaça em São Raimundo – MA”, os autores procuram abordar o turismo em espaços rurais, levando em consideração a produção da cachaça no povoado de São Raimundo, localizado no município de São Bernardo, Região do Baixo Parnaíba Maranhense. Apesar de os autores reconhecerem o potencial deste segmento, uma vez que busca levar em consideração elementos que conduzem o envolvimento do turista com a comunidade, tais como: a contemplação da paisagem e as práticas sociais provenientes do modo de vida interiorano, ressaltam, a importância de não cometer equívocos quando se tenta incluir estas localidades no rol dos produtos e serviços turísticos, para não camuflar a realidade social existente.

Mesmo com estas ressalvas feitas, os autores acreditam que o turismo pode promover uma melhoria na qualidade de vida da população rural, quando bem planejado, uma vez que torna possível a inserção dos sujeitos no processo de desenvolvimento da atividade. Sem mencionar que a atividade turística pode ser instrumento de preservação e conservação ambiental, além de promover a reafirmação de identidades culturais, gerar emprego e renda. Reconhecem ainda que o envolvimento das comunidades auxilia e viabiliza a elaboração de políticas públicas de turismo mais inclusivas.

Os autores consideram ainda que muito embora haja transformações socioespaciais, as manifestações culturais podem resistir no tempo e no espaço.

Nesse caminho, leva-se em consideração, os engenhos de produção de cachaça que são parte da história local, além de ser um processo produtivo secular. Esta união entre história e produção pode fazer com que os engenhos de cachaça sejam veículos condutores para a implementação da atividade turística nos povoados do interior do Maranhão.

No sexto capítulo “Imaginário e Patrimônio no Quilombo Saco das Almas: Possibilidades Turísticas e de Salvaguarda das Tradições Culturais”, os autores nos proporcionaram uma aventura nas entranhas da Vila das Almas, uma das sete comunidades presentes no referido quilombo, que ocupa uma área de 24.103 hectares de terra, desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1975, mas que não conferiu o título de posse da terra, uma luta que se estende até os dias atuais.

O trabalho etnográfico detalhado, possibilitou conhecer, de maneira esmiuçada, os patrimônios materiais e imateriais presentes na Vila das Almas. Foi possível sentir o sabor de cada prato da culinária quilombola. Além de nos fazer conhecer o movimentado calendário festivo da comunidade. Sem mencionar a relação existente entre o passado ancestral e o presente, firmando não apenas na culinária, mas nas danças como o Tambor de Crioula, a Capoeira e o Maculelê.

Ao inventariar grande parte do arsenal cultural da Vila das Almas, os autores, sugerem que estes recursos possam ser utilizados como produtos para o segmento do Turismo de Base Comunitária, uma vez que este, além de ocorrer em comunidades pertencentes a zonas rurais, procura valorizar os elementos identitários, históricos, culturais, sociais e a capacidade de gestão e do fazer cotidiano da população quilombola.

No sétimo capítulo “A Economia Interpretativa & Turismos Possíveis: ‘eles vão ter que me engolir’ nas artes da (r)existência cultural”, os autores nos guiam pelos saberes e fazeres comunitários identificados no Baixo Parnaíba Maranhense capaz de inspirar uma virada cultural, trata-se do Projeto Balaiada identificado por intermédio da *Economia Interpretativa* (WARREN, 2017). A *Economia Interpretativa* ancorada nos estudos etnográficos, auxilia na identificação dos trabalhos culturais comunitários passíveis de desafiar as epistemologias coloniais, construir uma literatura racial, transformar as identidades e percepções dos mais pobres, redesenhando códigos e valores que raramente são reconhecidos como catalisadores do desenvolvi-

mento. Tem a ênfase em aprimorar as propostas culturais ante as economias de mercado, ao invés de simplesmente criticar o mercado, oferecendo um debate entre os estudos culturais e do desenvolvimento.

No oitavo capítulo, intitulado “Participação Social na Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional: perspectivas para o desenvolvimento do turismo local”, os autores analisam os instrumentos que estão garantidos no Programa de Regionalização do Turismo, como a participação social enquanto processo basilar para o planejamento estratégico das atividades turísticas. Problematizam o sentido mesmo da participação, mas não se furtam de escrutinar, de maneira aprofundada, as limitações impostas pela própria dinâmica política.

A produção do espaço turístico pode provocar mudanças positivas ou negativas nas dinâmicas locais, rompendo laços sociais ou aproximando e fortalecendo a comunidade. Nesse caminho, os autores atentam para o fato de que uma das primeiras iniciativas necessárias para a integração da comunidade local é o desenvolvimento dos mecanismos informativos que facilitam o conhecimento sobre as atividades relativas à elaboração e implementação do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo Regional e das suas respectivas regiões turísticas. Se baseiam em Dowbor (2004), uma vez que acreditam que a informação é elemento fundante para o funcionamento da sociedade. Nessa perspectiva, a democratização da gestão do turismo regional estaria intimamente relacionada com a elaboração de mecanismos capazes de absorver e integrar os cidadãos, não apenas no papel de assistidos pelas políticas públicas de turismo, em vez disso, ressaltá-los enquanto protagonistas no processo de desenvolvimento do turismo local.

No nono e último capítulo, os autores realçam nuances, perfis e perspectivas do empreendedorismo informal a partir do contexto de Turismo Religioso, desvelando *insights* de um estudo desenvolvido junto a vendedores ambulantes no Festejo de São Bernardo (MA). A realização desse evento católico maranhense num contexto em que ainda persistem altos índices de desemprego e desigualdades sociais, têm corroborado na configuração de um cenário favorável à satisfação de necessidades básicas de subsistência de moradores locais, ao mesmo tempo que contribui para a disseminação e continuidade da cultura e tradição popular da referida cidade. Valendo-se de analogias das diferentes abordagens do empreendedorismo e de seus pre-

ceitos básicos, desafios, similitudes e paradoxos inerentes à condução dos negócios informais, moldados às particularidades territoriais, são revelados, sinalizando caminhos para se repensar estratégias e políticas de incentivo ao desenvolvimento endógeno local.

Tendo em vista esses diferentes temas abordados, esperamos que este livro cumpra com o seu objetivo primeiro: auxiliar professores na condução de suas disciplinas e pesquisadores, professores e estudantes no encaminhamento de suas pesquisas. Esperamos que também sirva de estímulo ou mesmo de inspiração para aqueles que desejam se enveredar pelos estudos do Turismo em Áreas Rurais, podendo usá-lo como apoio e/ou auxílio sempre quando necessário.

Boa Leitura!



# TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO: desafios, nuances e perspectivas

## **Mateus de Sá Barreto Barros**

Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP)  
[msb.barros@ufma.br](mailto:msb.barros@ufma.br)

## **Josenildo Campos Brussio**

Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
Doutor em Psicologia social pela Universidade  
Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)  
[josenildo.brussio@ufma.br](mailto:josenildo.brussio@ufma.br)

## 1. INTRODUÇÃO

A ideia de escrever sobre este tema surgiu a partir da necessidade de sistematizar as animadas discussões realizadas em sala de aula e em responder aos questionamentos dos alunos do Curso de Bacharelado em Turismo, do Centro de Ciências de São Bernardo da Universidade Federal do Maranhão. É certo que essas conversas proíficas encontraram eco nas reuniões da Linha de Pesquisa IV - “Turismo - Dinâmicas e Práticas Sociais, Meio Ambiente e o Mundo Rural”, do Grupo de Estudos e Pesquisa em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura (Gepemadec) - além dos longos e frutíferos debates das reuniões coletivas deste mesmo grupo.

Nas conversas, sempre estavam presentes a angústia provocada pela inércia de gestores municipais em não reconhecer o Turismo e, essencialmente, o segmento do Turismo Rural como um potencial para o desenvolvimento, a dinamização e diversificação econômica da Região do Baixo Parnaíba Maranhense. Assim como também gerava revolta, ao lermos os documentos oficiais e artigos científicos, que atrelava o rural ao atraso, ao rústico, à rudeza e à tradição.

Nesse caminho, os autores se empenharam em tratar sobre este segmento, a partir da vivência da ruralidade, de quem mora e vive nos requintes mais afastados das capitais, levando em consideração os aspectos sociais, históricos e políticos presentes, que perfazem e perfilam o cotidiano e a vida da sociedade. Escrever deste lugar de vivência, permite visualizar, de maneira contundente, uma cristalização das ações para o turismo na capital. Relegando à parte interiorana do Maranhão ao esquecimento e se dirimindo de realizar qualquer ato que pudesse valorizar estas localidades e melhorar a qualidade de vida da população.

Desse modo, dividimos o presente capítulo em quatro partes distintas, além da introdução e considerações finais. Na primeira seção, abordamos as nossas escolhas metodológicas e os materiais que utilizamos para confecção deste. Na segunda, trazemos à tona um debate sobre a relação entre campo e cidade, haja vista acreditarmos ser de extrema importância para compreendermos a consequente invisibilidade e o esquecimento do campo, a partir de pressupostos que os colocam no lugar histórico do esquecimento, já que se vincula ao atraso, ao rústico, justificando assim, a ausência de políticas e medidas capazes de mudar as dinâmicas locais.

No terceiro momento, versamos mais especificamente sobre o Turismo Rural que, em muitas ocasiões, é tido como dispositivo redentor, sendo assim, elemento indutor do progresso para as áreas rurais, valorizando a relação com a terra. Esta perspectiva, não leva em consideração que mais da metade da população campesina é pobre e não possui condições econômicas e técnicas para se inserir em qualquer programa relativo à atividade turística.

Na quarta e última parte, porém, não menos importante, evidenciamos a estrutura da terra no Nordeste e as contradições existentes entre as propostas de desenvolvimento de duas agriculturas distintas: o agronegócio e a agricultura familiar. E como a primeira se sobrepõe à segunda, não apenas pelo seu potencial econômico, mas também pelos subterfúgios utilizados a fim de aumentar a propriedade e a produção de produtos agroexportadores, avalizados tanto pelas políticas quanto por discursos do chefe do executivo, acirrando os conflitos pelo controle e exploração da terra, das matas e dos rios.

Ao final deste capítulo, procuramos responder, ainda que timidamente se, de fato, haveria possibilidade de o Turismo Rural ser um instrumento de melhoria da qualidade de vida para a população da Região do Baixo Parnaíba Maranhense e São Bernardo, mais especificamente. Esperamos, realmente, ter conseguido trazer novos olhares para contribuir com o leitor, curioso e estudioso, sobre esta temática tão debatida e explorada. Certamente, não tivemos a intenção de encerrar o debate, mas apenas elencar outras perspectivas para conseguirmos atuar, junto com alunos, técnicos da área do turismo e turismólogos, de maneira mais eficaz, no desenvolvimento deste segmento.

## 2. MATERIAL E METODOLOGIA

O presente trabalho alinha-se a uma pesquisa fundamentalmente qualitativa, que buscou prestigiar as fontes secundárias. Como uma forma de facilitar o entendimento da temática para os alunos, elegeu-se iniciar a discussão a partir dos livros e documentos produzidos pelo Governo Federal a respeito do Turismo Rural. Estes, por seu turno, procuravam definir este segmento, assim como demonstrar a sua potencialidade para o desenvolvimento do turismo em áreas interioranas do país. Quando foi constatado uma maior propriedade sobre o assunto, propôs-se a leitura de artigos, capítulos de livros e reportagens sobre o Turismo Rural.

Contudo, como forma de compreender melhor as dinâmicas locais, os autores propuseram, ao longo das discussões, leituras que versassem sobre a realidade nordestina, a exemplo da obra de Manoel Correia de Andrade, “A Terra e o Homem no Nordeste” e materiais que trabalhassem com as relações entre campo e cidade, como o Complexo Agroindustrial (CAI), além de reportagens que tratassem sobre a violência e o descaso no campo. Propuseram que os alunos buscassem dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) ou outras instituições, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que pudessem contrastar e/ou corroborar com as nossas reflexões.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a metodologia utilizada foi a interdisciplinaridade, não somente para atender a proposição do Gepemadec, mas para possibilitar o diálogo imanente entre diversas áreas do conhecimento e com isso discutir, considerando as muitas contribuições dos campos do saber envolvidos. Desse modo, inter-relacionam-se, ao longo deste capítulo, cinco áreas do conhecimento, quais sejam: Geografia Urbana e Agrária, História, Sociologia e Turismo.

Apesar de a interdisciplinaridade não ser ponto pacífico no espaço acadêmico, principalmente, no brasileiro, acredita-se que há elementos que viabilizam uma produtiva discussão entre as disciplinas. Pois, mesmo possuindo objetos/sujeitos de análises distintos – e, mesmo que sejam semelhantes, possuem formas distintas de analisá-los.

### 3. RELAÇÕES CAMPO E CIDADE

Antes de adentrarmos no tema ao qual este capítulo se propôs a trabalhar, se faz necessário entender os elementos definidores do rural e a relação de contraste com o urbano. Este seria o lugar do conhecimento, da contemplação do saber, do político, do *cosmos*. Enquanto o rural está conectado com o rústico, com o trabalho braçal e, sob os conceitos/categorias atuais, com o atraso. De acordo com Lefebvre (2011), a separação que, propositalmente se faz entre campo e cidade, representa uma das primeiras divisões territoriais do trabalho.

Neste caminho, o primeiro estaria vinculado diretamente ao trabalho material, ao passo que o segundo, se voltaria à intelectualidade. Esta arbitrariedade, seria consequência do desenvolvimento próprio da filosofia, uma vez

que esta não via o urbano como seu objeto a ser estudado, mas sim, como seu produto, conferindo a este a responsabilidade sobre a reflexão, a contemplação, a relação com o *cosmos*.

O urbano, nesta perspectiva, perfila o modelo ideal de lugar, divulgando/impondo, através dos meios de comunicação e de sua força discursiva, apropriada pelo poder executivo, um modelo a ser seguido: o desenvolvimento econômico, a difusão de objetos e sistemas próprios da urbanidade, o conjunto cultural, o modo de ser e agir na cidade. Neste caminho, o “modo de viver” desta, penetra no campo, afetando diretamente a vida social.

De acordo com o autor, os objetos urbanos seriam: a água, a eletricidade, o gás butano, televisão, utensílios plásticos, mobiliário moderno, automóveis e a televisão. Não significa dizer que os usos sejam os mesmos. Quanto mais distante do centro urbano difusor, a capital, maior a longinquidade existente entre o objeto e seu uso. Pode-se perceber isso, por exemplo, nas motocicletas no município de São Bernardo e região, visto que, o objeto existe e é cada vez mais difundido, mas o uso se diferencia, já que não há a utilização dos capacetes, há o descumprimento das regras de trânsito, há ausência de regulamentação do veículo, nem mesmo a contratação de seguros para os mesmos, entre outros fatores.

De igual modo, nas áreas rurais, a educação familiar está estreitamente relacionada com o trabalho realizado no campo, levando em consideração a idade e gênero. A criança deve aprender o tempo de colher e plantar, alimentar os animais, capinar para não permitir que a vegetação se sobreponha ao alimento, além de ajudar na manufatura de certos produtos, como a farinha. Assim, as ideias difundidas na cidade, chegam nas áreas mais afastadas, apenas parcialmente e com ruídos. A concepção de futuro, em sentido amplo, é algo que de fato é caro às zonas rurais.

De acordo com Lefebvre (2011), o ato de planejar a vinda dos filhos, gerir a própria vida e a dos seus, prover educação, poupar para a aposentadoria, são elementos constitutivos do urbano. Além de um sistema de valores como o caso dos lazeres ao modo urbano (danças e canções) e os costumes, que se deslocam pelo tecido urbano, portador da urbanidade, responsável por levar às ideologias da cidade para os recantos mais alhures. Desse modo, o urbano impõe um sistema totalitário, *urbanitário*, por assim dizer, e passa a definir o rural por meio de um conjunto de elementos contrastantes, quais sejam: de-

envolvido/atrasado; moderno/rústico; produtivo/improdutivo; frenético/calmo; livre/autoritário; natureza construída/natureza natural; entre outros.

É importante frisar que a relação entre campo e cidade é algo antigo. Não se tinha, por certo, um grande distanciamento, uma diferenciação brusca e clara entre o espaço urbano e o rural. Havia, pelo contrário, elementos muito semelhantes, no que diz respeito ao aspecto estrutural do sistema escravista; além, é claro, da possibilidade de a elite possuir residência, tanto na cidade como no campo. Keith Thomas (2010), por seu turno, mostrou como isso se dava na sociedade europeia já no século XVI.

Isso porque os problemas ambientais da cidade (a poluição da água; superpopulação urbana – tendo em vista o reduzido espaço em que se formaram as cidades – escassez de água, ao menos para beber; a dificuldade para adquiri-la), já eram muito aparentes. Thomas caracteriza esse fator, o de possuir residência em ambos os espaços e, o que caracteriza a dúvida em residir em um ou noutro lugar, de “*dilema humano*” (Barros, 2014).

Apesar de o autor tratar especificamente sobre a Inglaterra entre os anos 1500 e 1800, acaba por conferir bases para compreendermos, alguns aspectos, que tornam-se gerais, não se restringindo única e exclusivamente à Europa, tais como: i) a formação de uma elite agrária; ii) a divisão clara, mas por vezes obtusa, do campo e cidade; iii) o fato de os problemas sociais e ambientais fazerem parte do cotidiano da população, não se restringindo à história contemporânea; e iv) elucida o imaginário presente na sociedade, na literatura e na vida social, pura e simplesmente.

Thomas (2010), evidencia que, no início do século XX, a devoção às atividades rurais era uma característica das classes inglesas mais abastadas. Durante séculos, a aristocracia teve suas bases fincadas no meio rural, numa agricultura altamente capitalizada, elemento fundante de sua riqueza. A agricultura e administração das propriedades eram, desse modo, interesses centrais da pequena nobreza. A afeição ao campo, real ou imaginária, de acordo com o autor, não se confinava apenas às classes altas, pelo contrário, era comum a muitos indivíduos. Já no final do século XVIII, deu-se origem ao sentimento de saudade de casa e à nostalgia do campo. À medida que as fábricas se multiplicavam, o cidadão encontrava consolo em seu pequeno jardim, nos animais de estimação, nas férias do campo, no gosto pelas flores silvestres e no sonho de uma casa no campo.

De acordo com o autor, a aristocracia rural, ao menos em seu princípio, se preocupava com a destruição da natureza, a exemplo do Sir. Trevelyan, que sustentava que o amor por ela estava muito além dos anseios vagamente rurais. Ele lamentava a destruição da Inglaterra rural e proclamava a importância do cenário da natureza para a vida espiritual. Ao final do séc. XVIII as obras dos homens apenas se somavam às belezas da natureza. Após a I Revolução Industrial, a deterioração foi conduzida de maneira frenética. Nesse caminho, já era possível verificar que a beleza não mais era produzida pelas circunstâncias econômicas comuns, restando apenas a conservação do que ainda não fora destruído.

O predomínio do homem sobre o mundo animal e vegetal foi e é uma precondição básica da história humana. A forma como ele racionalizou e questionou tal predomínio constitui um tema vasto e inquietante. O assunto recebeu atenção por parte dos mais diversos pensadores, das mais distintas áreas, como: da filosofia, teologia, geografia e literatura. A defesa desta supremacia e a instrumentalização para fazê-la possível, inicia-se no início do período moderno. No entanto, este objetivo não estava imune a controvérsias, visto que surgiam dúvidas, hesitações sobre o lugar do homem na natureza e o seu relacionamento com outras espécies.

De acordo com Keith Thomas (2010), a primeira grande modificação na percepção em relação ao mundo natural, foi a rígida divisão entre campo e cidade. Segundo o autor, “em 1700, mais de três quartos da população britânica ainda viviam no campo; apenas 13%, segundo se estimava, residiam em cidades com mais de 5 mil pessoas” (Thomas, 2010, p. 345). A partir do século XIX, há uma clara mudança nos números e a população urbana eleva-se para 85%. No Renascimento, a cidade passa a ser sinônimo de civilidade, enquanto o campo estava relacionado à rudeza e rusticidade. Nesse sentido, “tirar os homens das florestas e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-los” (*Ibid.* p. 345).

É evidente que estes processos não ocorrem sem contestações, indagações, por parte da própria população. “Já bem antes de 1802, tornara-se lugar comum sustentar que o campo era mais bonito que a cidade” (*ibid.*, p. 346). Esta percepção advinda da degeneração do ambiente urbano. Os odores e a fumaça de carvão compunha a estética da cidade e causava desconforto, tanto aos moradores quanto aos visitantes. É importante ressaltar que a Rainha

Isabel deixou a Capital inglesa, em 1578, devido aos “odores fétidos” (*Ibid.* p. 346). O urbano era produtor de insalubridade e comprometia a saúde dos moradores, a existência das florestas e a estrutura física dos edifícios.

A preocupação com o ambiente natural, não foi um privilégio de cidadãos comuns e políticos europeus e/ou ingleses. O historiador ambiental brasileiro, José Augusto de Pádua, em seu livro “Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)”, publicado em 2002, traz à tona como um grupo de jovens pesquisadores brasileiros, estudantes da Universidade de Coimbra - dentre eles José Bonifácio -, sob a orientação do naturalista italiano, Domenico Vandelli, se empenharam em percorrer o território nacional, elaborando relatos e tecendo críticas sobre o tratamento dado às florestas, animais, rios e mares. Sem mencionar nas instituições, como a Academia Imperial de Medicina, fundada em 1835 e o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, fundado em 1860, que redigia críticas contundentes ao descaso com o meio ambiente, a devastação despropositada das matas, a insalubridade da cidade, ao odor presente na vida cotidiana (Pádua, 2009; Nascimento, 2010).

Dessa maneira, recorrer a espaços mais agradáveis, com grande beleza paisagística e melhores ares, era algo comum ou desejado pela população. De acordo com Thomas (2010), a introdução dos coches particulares, ainda no século XVI, facilitou o trânsito para a cidade. Entre os anos de 1600 e 1700, uma parcela considerável do estrato superior da pequena nobreza, se deslocava para o campo durante o verão. Este trânsito, portanto, mexeu com o imaginário coletivo, fazendo com que a população comum passasse a ver o campo como um lugar de repouso. Isto acabou possibilitando as excursões campestres, muito presentes no século XVII e popularizadas durante o século XVIII. De acordo com o autor:

Em meados do século XVIII, os donos de hospedarias, vendas de cervejas e estalagens em Hampstead, Chelsea e outras localidades nos limites de Londres podiam sustentar um florescente negócio fornecendo refeições para os enxames de excursionistas vindos da cidade nos finais de semana (Thomas, 2010, p. 353).

Neste contexto, é possível observar que a busca pelo belo, saudável e calmo, aspectos atribuídos ao campo, impulsionou aquilo que viríamos a co-

nhecer como atividade turística. Esta, tal como conhecemos na atualidade, se inicia a partir do fluxo populacional que ocorria entre as áreas interioranas e urbanas. É fruto, portanto, de um processo construído ao longo dos séculos e não uma iniciativa pessoal, como comumente se vê nos livros que se detêm em analisar o setor. Dessa maneira, a iniciativa de Thomas Cook só foi possível porque existiam as condições infra estruturais mínimas, os serviços ainda que rudimentares e as excursões como elementos presentes na vida cotidiana dos cidadãos comuns. Percebe-se também que, o Turismo Rural não é um segmento novo, mas algo que fez parte da formação da própria sociedade. Pode-se dizer que, o turismo só existe, devido a este vínculo imbricado entre campo e cidade.

#### 4. TURISMO RURAL

Os aspectos ambientais, a preservação das áreas periféricas às cidades, a qualidade do ar e da água, como mencionados acima, sempre foram, ao longo da história, fatores valorizados pela população urbana, sobretudo pelos mais abastados. Deste modo, a apreciação da paisagem, não é algo recente. Entretanto, a transformação desses recursos em objetos amplamente comercializáveis, primordiais para a atividade turística, acabou por evidenciar para a sociedade urbana moderna, um modo de vida, completamente distinto do usual, possibilitando, para a população urbana, um escape da vida citadina. Enquanto para o campo e os pequenos agricultores, representou, em muitas ocasiões, um reordenamento e diversificação da atividade econômica, não vinculada apenas à terra, mas a venda de produtos e serviços associados à vivência e ao cotidiano rural.

O turismo, não apenas se apropria desses rudimentos que perfazem a ruralidade, mas os romantiza e veicula como mercadoria, ao passo que faz parecer que todo e qualquer lugar pode transformar-se em um destino turístico, sem antes analisar e conhecer os aspectos sócio-históricos singulares que o perfazem. Do mesmo modo, não se tem uma compreensão muito bem elaborada do que seja o Turismo Rural. Nesse caminho, o Ministério do Turismo, em 2008, tomou a iniciativa de elaborar um documento técnico “Turismo Rural: orientações básicas” para conduzir e estruturar a atividade.

Houve dificuldade, no princípio, para conceituar o rural, haja vista o Brasil não possuir uma definição hermeticamente fechada, considerando o contingente populacional, como fazem alguns países, tais quais: Portugal, Espanha, Itália, Grécia. E mesmo países latino-americanos, como: Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá (MTur, 2010). A ruralidade, no Brasil, está diretamente relacionada com o modo de vida, a cultura, os aspectos históricos, sociais e econômicos de uma localidade.

Este documento, leva em consideração uma questão importante: a distinção entre Turismo Rural e o Turismo no Espaço Rural. O MTur utiliza o conceito forjado por Graziano da Silva (et al, 1998, p. 14), que compreende este último como sendo:

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não.

Enquanto o Turismo Rural, o próprio Ministério se encarrega de defini-lo, o entendendo como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MTur, 2010, p. 19). Nesta perspectiva, o Turismo no Espaço Rural é mais abrangente e envolve todas as possíveis modalidades que podem ocorrer no meio rural. O Turismo Rural, por seu turno, é mais restrito, uma vez que está diretamente relacionado com a produção rural, a pequena propriedade, o modo de vida camponês e seus aspectos culturais.

O MTur admite ainda, duas variantes do Turismo Rural, quais sejam: o Agroturismo e o Turismo na Agricultura Familiar. O primeiro diz respeito “às atividades internas à propriedade e que geram ocupações complementares”, normalmente vinculadas ao tempo livre das famílias do campo. O segundo, que nos dedicaremos neste capítulo, ocorre no ambiente de trabalho e de reprodução de vida dos pequenos agricultores, procurando valorizá-lo, bem como a cultura e o ambiente natural.

Não raramente o turismo, em especial o turismo rural é visto, percebido, como uma alternativa plausível, quando não como uma panaceia, para instrumentalizar alternativas para as pequenas e médias cidades. A intenção é boa, uma vez que pode trazer benefícios importantes, tais quais: i) aumentar a renda familiar; ii) criar novos postos de trabalhos; iii) incentivar a produção de alimentos de subsistência, reduzindo assim, a flutuação dos preços; iv) diversificar a economia; v) melhorar a autoestima da população; entre outros.

Contudo, este segmento é incorporado no discurso do desenvolvimento rural, representando assim, uma contradição importante nas ações do governo federal, uma vez que o campo é a representação do rústico, do atraso, como visto anteriormente. O desenvolvimento agrícola está diretamente relacionado à agricultura moderna, ao emprego da tecnologia nas fazendas e plantações, na melhoria genética dos alimentos (cana de açúcar e soja), na ampliação dos usos do produtos<sup>1</sup>. O agronegócio, portanto, passa a ser prioridade, não apenas para garantir superávit comercial, nas transações entre Estados Nacionais, mas ganha espaço e torna-se pauta dos mais distintos grupos comunicacionais, os *mass media*, tanto em nível estadual quanto nacional, garantindo programas televisivos específicos que tratam sobre a inovação e a evolução do setor.

Estas ações, por vezes, difusas, acabam provocando ruídos na organização da atividade e no ordenamento do território. Ao passo que também acabam por criminalizar os pequenos agricultores, colocando-os como empecilhos para o bom desenvolvimento da agricultura moderna. São imensuráveis os exemplos de invasões, em especial, no Maranhão, realizada por inúmeras empresas renomadas como o caso do Império Maratá (Sabrina, 2021) e todas ligadas à expansão da soja na região. A avareza pela conquista de novas terras e áreas de cerrado, ainda intocadas, para pôr em marcha um projeto pautada em uma perspectiva de progresso, consome não apenas a natureza, mas vidas, sangue e imaginários.

No que diz respeito à agricultura familiar, ainda que se tenha projetos institucionais de fomento, estes sempre ficam em segundo plano, impossi-

---

1 A cana de açúcar é utilizada para a produção do açúcar, da aguardente, álcool etílico, álcool em gel, etanol e para a conservação de alimentos (os doces em compotas ou alimentos enlatados). A soja é utilizada como alimento, na fabricação de ração, na produção de leite de soja, biocombustíveis, entre outros.

bilitando o maior envolvimento das famílias, seja pelo descaso dos gestores municipais, pelo alcance do programa, pela dificuldade de acesso ao crédito, ou a ausência de assessoria técnica capaz de garantir o prosseguimento das propostas. É importante salientar ainda que, de acordo com Froehlich (2000), mais da metade da população do campo brasileiro se enquadram nas categorias de transição e periféricas, recebendo uma renda bruta anual entre R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

O turismo rural, neste sentido, poderia ser utilizado como instrumento de complementação da renda, como forma de melhorar a qualidade de vida. Todavia, de acordo com o autor, o que é visto pelo governo como uma forma de conduzir uma mudança na condição de vida de pequenos produtores, pode ser percebido, por esta parcela populacional como uma imposição ou intervenção externa, obrigando-os a se adequarem a novos contextos sociais, muitas vezes, pouco favoráveis.

Nesse caminho, o turismo rural surge como uma espécie de projeto rentador, presente, em muitas ocasiões, nos discursos, nas pautas políticas e projetos de governo, com a justificativa de democratizar o acesso ao crédito, aumento do poder de consumo da população rural, no desenvolvimento e na dinamização da economia. Contudo, na realidade, acaba por impor condições insustentáveis como a valorização da terra e a especulação imobiliária, forçando os pequenos produtores a abandonarem suas terras. Nesse caminho, para sabermos da viabilidade de implementação do segmento de turismo rural, como supracitado, em uma determinada localidade, se faz imprescindível entender o contexto social, histórico, econômico e político da região e do lugar.

## 5. A ESTRUTURA DA TERRA NO NORDESTE

Sem sombra de dúvidas, o turismo rural é importante, mas devemos analisar as possibilidades de implementação, sobretudo, em um país de dimensões continentais como Brasil e em um estado grande, como o Maranhão, o segundo maior da região Nordeste. Ademais, deve-se levar em consideração os fatores sociais, políticos e históricos de onde se possui a intenção de implementar este segmento do turismo, visto que as formas de apropriação dos fatores de produção (terra, capital e trabalho), além do assenhoramento da

água e o estabelecimento das relações sociais no tempo e espaço entre os proprietários da terra e o campesinato (agregados, parceiros e posseiros), haja vista estas relações serem importantes para compreender o Nordeste, levando em consideração as particularidades do Maranhão e de São Bernardo.

Como forma de explicar as relações entre o homem e a terra, historiadores, geógrafos e sociólogos, tomaram de empréstimo os conceitos antropológicos de fazendas e plantações, elaborados por Sidney Mintz e Eric Wolf, em 1957, a partir de um estudo etnográfico realizado na Mesoamérica e Antilhas. Para os autores, aquelas são formas de organização social da terra que articulam: poder simbólico, formas elaboradas de castigo; a terra como capital político; grande extensão territorial; o domínio sobre a terra, os trabalhadores e os recursos naturais existentes. Para Mintz e Wolf, fazendas e plantações se assemelham por muitos aspectos. Contudo, a última se distingue pelo fato de possuir a indústria no campo, o engenho.

Apesar dos esforços de analisar, tanto a realidade nordestina quanto às formas de organização social da terra, os autores se fixaram em aspectos gerais que ajudam a entender processos históricos e elementos simbólicos que acabaram por constituir a região. Entretanto, sabe-se que cada lugar possui as suas particularidades e nuances que se assemelham e divergem do contexto geral.

No caso brasileiro, historicamente falando, os camponeses eram considerados, pelos viajantes e proprietários de terra, como parte da paisagem telúrica da região (fauna e flora). Havia a necessidade de desumanizar para justificar a exploração e os castigos aos quais eram submetidos cotidianamente. O senhor de engenho acreditava que possuía o domínio e a capacidade de mando sobre todas as coisas: trabalhadores, terra, rios e animais (Rogers, 2009; Schwartz, 2001). Atribuía a si um poder muito próximo aos semideuses, herança do período absolutista na Europa.

A terra era assim, um elemento constitutivo de poder, que colocava os proprietários em uma posição de prestígio social e, conseqüentemente, os conferia peso político, capaz de influenciar os direcionamentos a serem tomados pela administração pública, moldando a política e a economia sob os seus próprios preceitos, concebendo unidade sob aspectos que, de modo algum, poderia haver. Assim, os senhores se colocavam a favor da liberalização da economia - em conformidade com a Coroa e, posteriormente, o Império -

porém conservadores em relação ao trabalho, mantendo o sistema escravista sem qualquer possibilidade de mudança (Bosi, 1992).

Decerto, esta não foi uma particularidade brasileira, contudo, a forma como foi forjada e perpetuada, justificada e diluída sob uma leve camada de verniz, fez com que a própria população, sobretudo as classes mais pobres, acabasse por concordar com os preceitos ideológicos de uma elite dominante, fincada na naturalização das relações sociais, na perpetuação do trabalho, em especial o mal ou não pago, análogas à escravidão.

É evidente que, em sã consciência, ninguém estaria de acordo com a precarização do trabalho. Este se mantém com base na força discursiva do mérito, na qual o sujeito é responsável pelo seu próprio destino, independentemente das condições socioeconômicas. De igual modo, baseia-se, amplamente, na ideia da “democracia racial”, defendida por Gilberto Freyre, em Casa Grande e Senzala (2004), a qual sugere que a sociedade brasileira é amorosa para com as diferenças raciais. Isto pode proceder em casos muito específicos, sobretudo, quando as classes pobres ou empobrecidas, em sua maioria negras, permanecem no lugar histórico ao qual foi reservado, ocupando funções desprestigiadas. Qualquer tentativa de ascender socialmente são criados mecanismos impeditivos, capazes de manter a ordem vigente.

A estes dispositivos, soma-se outros dois, sobretudo, na Região Nordeste: as relações paternalistas - sistema político que disfarça o autoritarismo através de medidas de proteção e cuidado; e o patrimonialismo, como defendido por Sérgio Buarque de Holanda (2016), no qual, os detentores do poder e da terra acabam por gerir a coisa pública a partir de interesses privados, não conseguindo distinguir um do outro.

No caso específico de São Bernardo, uma cidade pequena e pobre, estas relações podem se configurar a partir de medidas simples como dar alimentos, objetos e cargos em troca de favores políticos, como o voto e a fidelidade do eleitor. O político, o gestor municipal, mantém uma centralidade, não pela importância social e econômica que pode assumir para uma localidade, mas por uma rede de favores que estabelece, forjando vínculos de afetividade criados com a população, sobretudo a mais pobre.

Não por acaso o Nordeste tem sido objeto de inúmeros estudos nas últimas décadas. Alguns destes, romperam com padrões preexistentes, conse-

guiram abarcar as mais distintas realidades, apresentando a região sob um novo prisma. Sem sombra de dúvidas, um trabalho de grande referência e envergadura é “A Terra e o Homem no Nordeste”, escrito por Manuel Correia de Andrade, publicado em 1986, contando com onze edições. O objetivo do autor era conferir aos leitores, dos mais distintos recantos do país, uma ideia de “como se processam as relações entre o homem e a terra, entre os trabalhadores e os proprietários, na grande região nordestina” (2005, p. 34). Além de tentar “compreender os problemas que afligem a grande maioria da população do Nordeste” (2005, p. 34).

Andrade (2005) dá conta de analisar os nove estados da região, tida como um problema nacional, da Bahia ao Maranhão. Busca elementos aglutinadores que possibilitem o entendimento entre semelhanças e diferenças, advindas de um processo histórico em comum, a escravidão, mas que contrasta com cada realidade colonial em particular: as disputas territoriais das metrópoles europeias em solo brasileiro (portugueses, holandeses, franceses e espanhóis), as condições climáticas e a composição do solo. O Nordeste é, de fato, uma região de contradições. De um lado, as plantações de cana-de-açúcar, os senhores de engenho, os detentores da terra, do capital e do trabalho, a elite. Do outro, encontra-se a população empobrecida, envolvida em um emaranhado de relações paternalistas, a seca e a fome.

O autor assumiu esse desafio, por perceber que se conferia pouca ou nula atenção à região por parte de pesquisadores, ademais de estar distante dos assuntos comentados nos principais meios jornalísticos. Isto ocorria pelo fato de o Nordeste ser considerado um problema dentro do todo nacional. Nesse caminho, o autor procurou tratar da região em sua complexidade, atentando tanto para os aspectos geográficos, levando em consideração as condições climáticas e edáficas (as condições do solo, em especial suas características físicas e químicas), quanto para o aspecto histórico, tais quais: a estrutura e tradições arcaicas; a ordem social estabelecida; a baixa produtividade; a ausência de planejamento; a má distribuição populacional e de renda, entre outros.

Neste trabalho, o autor procurou dar ênfase ao homem, aos problemas que os afligiam, às suas relações com a terra. Além disso, analisou o regime de propriedade e a estrutura fundiária, os sistemas de cultura e de criação e as relações de trabalho no campo, sobretudo, aquelas existentes entre os

grandes proprietários de terra e os trabalhadores sem terra. Para Andrade (2005), o Nordeste sempre foi percebido de modo enviesado, ora como áreas de secas, que gerava preocupações desde o período colonial, ora como lugar de grandes canaviais que enriquecem meia dúzia, ora como região essencialmente subdesenvolvida, devido à baixa renda percapita, ora como palco de revoluções libertárias.

Nessa perspectiva, o nordeste se apresenta como uno e muitos, composto por múltiplas realidades e dinâmicas que, em muitos casos, torna-se difícil de apreender e analisar toda a sua complexidade. Contudo, para o autor, um elemento importante para compreender a região, é sua diversidade climática, promotora da dualidade que impacta a vida cotidiana do povo nordestino, expresso em dois sistemas de exploração complementares, mas que se opõem, tanto política quanto socialmente, quais sejam: o Nordeste da cana de açúcar e o Nordeste do gado; o Nordeste da pequena propriedade e da policultura e o Nordeste extrativista e pecuarista.

De acordo com César Davi (2020), em sua reportagem para o portal O Povo, intitulada “Região Nordeste Possui Quase a Metade de Toda a Pobreza, Segundo IBGE”, demonstra que este continua a crescer populacionalmente, de maneira exponencial. O repórter fez um comparativo do Nordeste da década de 1950, quando a população era de 17.900,00 (dezessete milhões e novecentos mil habitantes), saltando para 53.081.950 (cinquenta e três milhões, 81 mil e 950 habitantes), possuindo naquele ano, menos de um terço da população nacional, representando 27,3%, mas concentrando 47,9% da pobreza, quando a região sul abarca apenas 2,5%. Assim como mencionado por Andrade (2005), a reportagem de 2020, constata que a imensa maioria da população nordestina, se dedica a atividades agrárias.

Nesse contexto, percebe-se que, muito embora tenha havido, ao longo dos anos, mudanças significativas em algumas áreas da região, sobretudo nas capitais e em alguns espaços luminosos do litoral, a estrutura social e política permanece intocada para a maior parte do território nordestino. Daí a importância do estudo da população rural para compreender o equacionamento dos problemas regionais, as relações de trabalho, os níveis de vida da grande massa populacional que vive no campo. Bem como verificar se segmentos, a exemplo do turismo rural, podem ser veículos produtores de transformações significativas, a ponto de melhorar a qualidade de vida da população.

No caso específico do Maranhão, apesar dos esforços para diversificar a economia, há uma centralidade na produção de produtos primários, em especial a soja, avalizando o avanço da fronteira agrícola em áreas ocupadas por indígenas, quilombolas e pequenos agricultores. A região de expansão da soja no estado do Maranhão é conhecida como o Eldorado Gaúcho (Gaspar, 2010), presente na parte leste do território maranhense, onde se encontra a Região do Baixo Parnaíba Maranhense e São Bernardo, é uma demonstração da força política, econômico e do monopólio da violência nesta localidade.

A classe agrária, sempre foi detentora de enorme poder em toda história deste país. No entanto, há uma diferença importante a ser levada em consideração: se no passado, estes produtores possuíam um poder localizado, com uma influência na política local e/ou regional (Wasserman, 2003); no presente, a sua capacidade de articulação, de nomear líderes políticos aptos a defender seus interesses nas mais distintas esferas de poder, rompe as fronteiras, não apenas da região, mas do país.

Essa reestruturação do setor agroindustrial, iniciou no período da ditadura militar, com a formação do Complexo Agroindustrial, o CAI, quando houve incentivo para ocupar as áreas de fronteira agrícola, inclusive como forma de garantir o controle territorial do país, o reconhecimento de posse e título da terra e a destinação de recursos para a implementação da atividade agroexportadora, o seu fortalecimento e ampliação (Mazzali, 2000; Suárez, 1981). Suárez chama atenção para a mudança, inclusive, no modo de tratamento e conduta com a terra. Antes dos incentivos por parte dos governos militares, havia uma preocupação com a rotatividade da terra, reservando parcelas para o descanso e recomposição, tanto em relação ao plantio quanto a criação.

Contudo, com os incentivos fiscais e as novas linhas de crédito, estes preceitos foram deixados de lado e a expansão da propriedade passou a ser critério para o aumento da produtividade, dando origem a conflitos entre os grandes e pequenos proprietários. Na realidade, foi uma expansão deste para as áreas de fronteira agrícola, uma vez que já estava presente nas regiões produtoras de cana de açúcar, favorecido também pelo CAI com o Proálcool, retomado no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

A força produtiva e, conseqüentemente, econômica do agronegócio, acabou por dominar a agenda política nacional, provocando, a partir da década

de 1990, a reprimarização ///da economia (Gonçalves, 2005). É importante ressaltar que, nenhum governo, seja de direita ou esquerda, romperam com o padrão da centralidade e priorização dos produtos agroexportadores. Contudo, há uma diferença crucial entre os presidentes anteriores, sobretudo a partir da redemocratização, e o atual, Jair Messias Bolsonaro. Aqueles que o precederam, buscaram aprimorar os aparatos legais nacionais em matéria ambiental, assinaram acordos internacionais e ampliaram os órgãos fiscalizadores do Estado.

No caso da presidenta Dilma Rousseff, teve que lidar com a proposta de implementação do Novo Código Florestal, que originalmente tentava ampliar a produção, desconsiderando as matas ciliares, topos de morros e encostas, protegidos por lei, além de conferir anistia aos produtores que desmataram ilegalmente no passado, entre outros pontos sensíveis, o que foi vetado por ela. Contudo, já demonstrava uma tentativa do agronegócio, por intermédio da bancada ruralista, de reestruturar os aspectos legais com a finalidade de aumentar a área produtiva, pressionando os biomas, sobretudo o Cerrado e a Amazônia.

O presidente Jair Messias Bolsonaro, por seu turno, mesmo durante sua campanha, já demonstrava simpatia com o agronegócio, que o apoiou, manifestando o desprezo pelo meio ambiente, o negacionismo em relação às mudanças climáticas, acompanhando seu homólogo Donald Trump. Esta ideia é fundamentada na perspectiva protestante neopentecostal, que acredita que Jesus regressará em poucos anos e que irá resolver todos os problemas da terra, abrindo precedente para não preservar/conservar no presente, alimentando uma lógica desenvolvimentista ancorada na exploração dos recursos naturais e exportação de produtos agroexportadores.

Não por acaso, o atual mandatário apoiou o Marco Temporal, que defende que os indígenas só podem reivindicar terras onde já se encontravam em 05 de outubro de 1988, data que entra em vigor a Constituição Brasileira. Além disso, seu discurso autorizou a expansão do agronegócio na Amazônia, Pantanal e Cerrado, provocando queimadas, invasão de terras indígenas, quilombolas e de pequenos agricultores, como mencionado anteriormente, ao passo que reduziu os recursos financeiros para os órgãos fiscalizadores, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e para a Fundação Nacional do

Índio (FUNAI), além de indicar militares associados a ele para ocupar as pastas<sup>2</sup>.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, procuramos trazer novas abordagens sobre um tema de grande relevância para a atividade turística, o Turismo Rural. Tentamos, ainda que de modo incipiente, tratar das relações existentes entre campo e cidade e como elas se configuraram ao longo dos séculos. Esta divisão territorial do trabalho, uma das primeiras, como visto anteriormente, acabou por cristalizar relações sociais e políticas, inviabilizando mudanças significativas no seio da sociedade, em prol da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A cidade foi vinculada ao intelecto, a contemplação do cosmos, a vida. O rural foi atrelado à materialidade, ao trabalho braçal, à rudeza e rusticidade.

É certo que estas definições não ocorreram de modo unilateral e nem mesmo houve aceitação por parte da população do campo, ao menos não sem controvérsias. Vimos que a insalubridade da cidade, a impureza do ar, o odor dos rios e canais, já eram alvo de comentários, críticas e debates acirrados, tanto entre a população comum quanto por políticos e a própria aristocracia. Do mesmo modo, as preocupações com o ambiente natural, a tentativa de preservar as espécies animais e vegetais, de manter o ar puro e limpo, também foram temas de animadas discussões. É imprescindível lembrar, que estes embates ocorreram, tanto na Europa quanto no Brasil, não sendo assim, um privilégio do velho continente.

O campo estava presente no imaginário coletivo como o espaço da pureza, do bem estar, do descanso, da recomposição da vida cotidiana. Isto acabou por levar os mais abastados a manterem casas, tanto no campo quanto na cidade, dividindo-se entre os dois lugares. Para aqueles com poder aquisitivo menor, a infraestrutura que começou a ser forjada nas áreas rurais (hospedarias, estalagens e lugares que vendiam alimentação e cervejas), além do ser-

---

2. Estas medidas não passaram despercebidas do cenário internacional, sendo alvo de críticas, ameaças de sanções e a paralisação dos repasses feitos pela Noruega, o maior doador, ao Fundo da Amazônia. O país encerrou os repasses em 2019 e se prontificou a retomar sua participação quando o Brasil demonstrar reais interesses em preservar a floresta.

viço de excursões que passou a se popularizar a partir do século XVIII, mas já existentes desde o século XVII, possibilitou a vivência no campo para se recompor do refrigério da cidade. Nessa perspectiva, pode-se considerar que, estas condições já apontavam para o início da atividade turística e demonstra que o Turismo Rural foi o primeiro segmento a existir.

Vimos, neste caminho, que a atividade turística, se apropriou dos adjetivos conferidos ao campo, os romantizou e comercializou como forma de conferir conforto à população urbana que procurava o campo para se recompor da vida da cotidianidade da cidade. Ao passo que, criou a ilusão que todo e qualquer lugar rural poderia se tornar um produto a ser vendido. Contudo, advertimos que esta iniciativa, em muitas ocasiões, acaba por soar como imposição para os pequenos proprietários de terra, maiormente empobrecidos. Isto resultou no abandono do campo e aquilo que deveria funcionar como complementação de renda, resulta na fuga da população, refletindo a ausência de vida no lugar. Nesse caminho, alertamos para a necessidade de se conhecer o espaço, as suas condições, assim como o seu processo social, histórico e político.

Desse modo, foi importantíssimo enveredarmos sobre o Nordeste. Esta região de contrastes, para apreendermos melhor a dinâmica nela existente, sobretudo no que concerne a estrutura da terra e as relações de trabalho presentes no campo, muito especialmente aquelas referentes aos grandes proprietários de terra e os pequenos agricultores. Da mesma forma, procuramos mostrar que as duas perspectivas distintas existentes sobre o meio rural - de um lado a modernização da agricultura, o agronegócio, o latifúndio e de outro a agricultura familiar, os indígenas e quilombolas - são contraditórias e acabam por não permitir o convívio pacífico para reprodução da vida das minorias sociais.

Há uma tentativa constante, por parte dos latifundiários, em ampliar a fronteira agrícola, aumentar o número de terras, sem levar em consideração o significado que estas possuem para a vida das populações tradicionais. O Maranhão não está livre destes conflitos, muito pelo contrário, uma vez que costuma aparecer em primeiro na lista de confrontos agrários e de mortes no campo, resultado destes (Castro, 2021). Isto ocorre, muito especialmente na zona de expansão da soja - presente no Leste Maranhense, onde se encontra a Região do Baixo Parnaíba Maranhense, como mencionamos acima - va-

lidada por uma política presente desde o período da ditadura militar que ocasionou o fortalecimento desta classe, bem como ampliou o seu poder e influência na política.

O cerne da questão é saber se: o Turismo Rural, mesmo diante das condições aqui postas, pode ser uma possibilidade de desenvolvimento para a Região do Baixo Parnaíba Maranhense e para o município de São Bernardo em particular? A resposta é sim, contanto que haja uma convergência de interesses entre o poder estatal e a população local. O Estado deve estar aberto para novas possibilidades de desenvolvimento. Além disso, deve preparar a população para receber o turista e para reorientar a economia para o setor de serviços, não se atendo aos produtos agroexportadores que não são alimentos basilares para a sobrevivência da população. Isto levaria a entrada de um número considerável de pessoas no circuito econômico, podendo utilizar do turismo como uma forma de complementar a renda, se desfazendo de relações paternalistas e patrimonialistas que arrastam a região para a pobreza há anos.

A região possui corpo técnico qualificado, recursos naturais abundantes e uma população hospitaleira. Falta um planejamento adequado para o desenvolvimento da atividade turística, por parte do estado do Maranhão, levando em consideração a possibilidade de interiorização da atividade e a descentralização da mesma, uma vez que, mesmo quando o rural é evidenciado e valorizado do ponto de vista turístico, leva-se em consideração a sua proximidade com a capital: o denominado cinturão verde de São Luís. Agrega-se à capital, serviços e experiências rurais, ao passo que concentra e monopoliza a atividade turística, dificultando ou impedindo seu processo de interiorização.

Desse modo, é importante que o governo estadual, por intermédio da Secretaria Estadual de Turismo, se proponha a dialogar com as prefeituras municipais, na tentativa de compor um plano de desenvolvimento deste segmento, estabelecendo metas para a elaboração de programas municipais, a estruturação da atividade e sua implementação, valorizando a ruralidade, a cultura e paisagens locais, assim como o modo de vida campesino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manoel Correia. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **O Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**.  
\_\_\_\_\_. **Turismo Rural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- BRASIL/Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Relações Internacionais, Ministério do Turismo. III Seminário Internacional de Turismo de Fronteira (Frontur). **Relatório**.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **O Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**.
- BRASIL/Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Relações Internacionais, Ministério do Turismo. III Seminário Internacional de Turismo de Fronteira (Frontur). **Relatório**. GIAMBIAGI, Fabio (*et al*). **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CASTRO, Mariana. **Maranhão é o estado com mais assassinatos no campo em 2021, aponta relatório da CPT**: Entre os quilombolas assassinados em conflitos no campo no país, todos foram registrados no estado. Brasil de Fato. Direitos Humanos. 21 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/20/maranhao-e-o-estado-com-mais-assassinatos-no-campo-em-2021-aponta-relatorio-da-cpt#:~:text=O%20documento%20aponta%20que%20em,de%20um%20ter%C3%A7o%20do%20total>. Acesso em 19 de agosto de 2022.
- DAVI, César. **Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE**: Índice avalia a concentração de pobreza de uma região em comparação às outras. Nordeste lidera, enquanto Sudeste apresenta maior contribuição para a desigualdade. O Povo. Notícias. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2020/11/25/regiao-nordeste-possui-quase-metade-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge.html>. Acesso em 02 de fevereiro de 2022.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2004.
- FROEHLICH, José Marcos. **Turismo Rural e Agricultura Familiar**: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. In: Almeida, J. e Riedl, M. (Orgs.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.
- GASPAR, Rafael Bezerra. **O ELDORADO DOS GAÚCHOS**: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais com concentração em Antropologia, 2010.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Recortes de paisagens na cidade do Recife**: uma abordagem geográfica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Ed. Massangana, 2007.
- GONÇALVES, Anna Laurytha Carlos. **Turismo Rural**: uma abordagem conceitual. In: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo, XIII, 2016. São Paulo. Anais.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOUROU, Pierre. **Por une géographie humaine**. Paris: Flammarion, 1973.

GUARDADO, Gustavo Marín (Coord.). **Sin Tierras no Hay Paraíso: turismo, organizaciones agrarias y apropiación territorial en México**. Tenerife/Espanha: PASOS/RTPC, 2015.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

MAZZALI, Leonel. O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MINTZ, Sidney; WOLF, Eric. Plantações na Meso-América e nas Antilhas. In. **O Poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. **A história ambiental a partir da obra de José Augusto de Valladares Pádua**. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD – Dourados jul/dez 2010.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **Natureza e Sociedade no Brasil Monárquico**. In. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo, orgs. O Brasil Império, Vol. III, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2009, p. 313-365.

ROGERS, Thomas. Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata Pernambucana. In: **Cadernos de História: Oficina de História. Ano VI Nº6. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009**.

SABRINA, Felipe. **Café com Pólvora: Funcionários do Império Alimentício Maratá usam tiro, fogo e violência para tomar área de camponeses no Maranhão**. The Intercept Brasil. Publicado em 31 de maio de 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/05/31/funcionarios-do-imperio-alimenticio-marata-usam-tiro-fogo-e-violencia-para-tomar-area-de-camponeses-no-maranhao/>. Acesso em 31 de maio de 2021.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SENADO. **Os Municípios do Baixo Parnaíba Poderão Ser Incluídos na Região do Semiárido Nordeste**. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/14/municipios-do-baixo-parnaiba-poderao-ser-incluidos-na-regiao-do-semiarido-nordestino>. Acessado em 06 de abril de 2020.

SUÁREZ, Mireya. **Agregados, Parceiros e Posseiros: a transformação do campesinato no Centro-Oeste**. Anuário Antropológico, vol. 5, n.1, 1981.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude frente às plantas e animais (1500-1800)**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

TRENTIN, Fábica; FRATUCCI, Aguinaldo César. **Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização**. In. International Conference on Tourism & Management Studies, Algarve, 2011. Anais (on line). Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?q=International+Conference+on+Tourism+%26+Management+Studies,+Algarve,+2011&hl=pt-BR&as\\_sdt=o&as\\_vis=1&oi=scholar](https://scholar.google.com.br/scholar?q=International+Conference+on+Tourism+%26+Management+Studies,+Algarve,+2011&hl=pt-BR&as_sdt=o&as_vis=1&oi=scholar).

WASSERMAN, Claudia. **História da América Latina**: cinco séculos (temas e problemas). 3. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

WOLF, Eric R.; MINTZ, Sidney W. Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: MINTZ, Sidney W. **O Poder Amargo do Açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.



# O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MARANHÃO: potencial dos segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura

**Mateus de Sá Barreto Barros**

Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP)  
msb.barros@ufma.br

**Milena Meireles Alves**

Bacharelanda em Turismo pela  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
milena.meireles@discente.ufma.br

**Ana Ketly Silva Vieira**

Bacharelanda em Turismo pela  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
ana.ketly@discente.ufma.br

## 1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo, é resultado de um ano de pesquisa, fruto do projeto “Desafios, Nuances e Perspectivas do Desenvolvimento Turístico em São Bernardo, Região do Baixo Parnaíba Maranhense: interiorização, estruturação e segmentação”, contemplado pelo Programa de Iniciação Científica (PIBIC), incentivado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que oportunizou a participação de alunas do curso de bacharelado em turismo, do Centro de Ciências de São Bernardo, no desenvolvimento da ciência e na produção do conhecimento.

A investigação surge a partir de inquietações relativas à dificuldade de interiorização da atividade turística e de entender o porquê deste fenômeno. Algumas perguntas acabaram norteando nosso trabalho, tais quais: i) isto ocorre por falta de vocação turística das áreas mais afastadas da capital?; ii) sucede por ausência de políticas estaduais que estimulem o turismo?; iii) por falta de interesse dos gestores municipais?; ou iv) pelo fato de as políticas públicas nacionais não darem conta dos pequenos municípios?

É certo que, centramos esforços em analisar as políticas voltadas para os segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura, contrapondo-se ao Turismo de Massa, normalmente valorizado por tais políticas, levando em consideração o potencial natural da região para o desenvolvimento destes nichos de mercado. Contudo, percebeu-se, ao menos aprioristicamente, que o Brasil conferia o mesmo tratamento para os mais distintos segmentos e cidades, sem levar em consideração as particularidades vivenciadas por cada uma delas. Apesar do esforço em articular políticas públicas, o forte viés neoliberal, encontrava-se presente.

Em alguns países da América Latina, como o México, o governo central, dedicou-se a ordenar os segmentos do turismo, não atrelados à perspectiva econômica, a exemplo: do Ecoturismo; do Turismo de Aventura; do Turismo em Áreas Indígenas; entre outros. Deixou a cargo da própria dinâmica do capital internacional e sua cobiça, áreas urbanas das grandes cidades ou as costas do pacífico e caribe mexicano. Se ausentou, por conseguinte, da regulação do turismo de massa, permitindo a livre ação das grandes empresas internacionais (Guardado, 2015).

No caso do Brasil, tentou-se unir a lógica neoliberal à perspectiva da participação popular na elaboração e efetivação do planejamento turístico, como

prevê a Constituição de 1988. Assim foi pensada a Política Nacional de Turismo/PNT (1996-1999). O Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), institucionalizado a partir do Ministério da Indústria, Comércio e Indústria (MICT), ainda no governo de Itamar Franco (1992-1994), por conseguinte, soma-se ao PNT (Trentin; Fratucci, 2011).

O PNMT impunha a escala municipal para as suas ações, considerando que os limites político-administrativos dos municípios brasileiros seriam o recorte territorial mais adequado para a definição e implantação das políticas de desenvolvimento do setor. No decorrer do processo, essa escala de atuação revelou-se equivocada na medida em que o turismo, tanto do ponto de vista do fenômeno socioespacial quanto da atividade econômica, não se restringe às fronteiras municipais. O próprio processo de implantação PNMT despertou nos gestores municipais a percepção de que teriam maiores chances de sucesso se trabalhassem em conjunto com seus municípios vizinhos. Em função disso, começaram a surgir os primeiros movimentos direcionados para a construção de conselhos e consórcios regionais de turismo, como nos casos dos municípios da Serra Gaúcha (Rio Grande do Sul) e da região das Agulhas Negras (Rio de Janeiro); esses movimentos inicialmente espontâneos foram absorvidos pelo governo seguinte, por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (Trentin; Fratucci, 2011, p. 845).

Não obstante, o que se observa em relação ao PRT, é que houve uma movimentação daqueles municípios que já possuíam atenção por parte dos governos locais e estaduais, excluindo, por certo, aqueles que porventura quisessem investir e preparar-se como produto turístico. A pouca capacidade de aglutinar, planejar e ordenar a atividade turística, por parte do governo, de agentes, consultores e assessores com forte viés neoliberal, acabou por ocasionar um hiato entre a proposta inicial e o que se tornou: a configuração dos destinos por meio da intervenção do mercado nacional e internacional, pondo por terra a possibilidade de conformação de novos destinos e produtos.

De todo modo, o objetivo central deste trabalho, foi analisar os desafios, as nuances e perspectivas do desenvolvimento turístico no município de São Bernardo, Região do Baixo Parnaíba Maranhense, observando às possibilidades de interiorização da atividade turística no estado do Maranhão, assim como sua estruturação e segmentação, principalmente aquelas não vinculadas ao turismo de massa, tais quais: Ecoturismo e Turismo de Aventura.

Dessa maneira, o capítulo foi dividido em cinco partes, além da introdução e considerações finais. A primeira parte se refere ao material e método, momento que descrevemos as escolhas metodológicas que fizemos ao longo da pesquisa. Logo após, nos dedicamos a explorar um pouco mais sobre as relações entre meio ambiente e turismo. Na terceira etapa, destinamos tempo em entender o Ecoturismo, sua conceitualização e as iniciativas dos governos federais para a sua implementação. Na quarta etapa, nos debruçamos sobre o Turismo de Aventura, o seu significado e os desdobramentos ocorridos a partir da gestão estatal e da participação da Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA). Na última seção, porém não menos importante, empenhamos energia para analisar o potencial dos segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura no Município de São Bernardo.

## 2. MATERIAL E METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa eminentemente qualitativa, que valorizou as fontes primárias e secundárias, uma vez que foi realizada no auge da pandemia do SARS COV-19. No primeiro momento, priorizamos a leitura e análise acurada dos documentos oficiais produzidos pelo governo federal, desde quando os segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura passaram a ter valor de mercado e serem utilizados de modo estratégico, ao menos discursivamente, para o posicionamento do Brasil no turismo internacional. Já na segunda fase, fizemos o levantamento, a leitura, análise e síntese dos artigos publicados em periódicos, livros, revistas especializadas na área, além de cadernos de turismo de plataformas virtuais, tais como: IG, Estadão, Diário do Comércio, entre outros.

Na terceira etapa, fizemos o levantamento de dados, a partir de fontes oficiais disponibilizadas pelo IBGE, pelo portal da transparência e plataformas oficiais dos Ministérios da Economia, do Turismo e do Planejamento. Além disso, contou-se com diálogos informais com o gestor municipal e com setores que poderiam se interessar em desenvolver os segmentos supramencionados.

É importante frisar que demos prioridade em entender estes segmentos e procurar defini-los com acurácia e rigor, haja vista que, parte desta inves-

tigação, foi movida pelo fato de encontrar informações difusas e, em muitas ocasiões, contraditórias e equivocadas sobre o objeto analisado, veiculando desinformação, ainda que de maneira desproposital. Nesse caminho, os conceitos foram o ponto de partida da nossa pesquisa.

### 3. TURISMO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Para os espíritos mais livres, mais desinibidos e, mesmo para aqueles que procuram elementos e recursos capazes de contrapor a realidade e a racionalidade urbana, de experienciar e valorizar os aspectos naturais, de proporcionar práticas e vivências sustentáveis, o Ecoturismo e o Turismo de Aventura (com exceção das práticas que incluem transportes motorizados), surgem como mecanismos de escape da rotina da cidade, bem como de aprendizado e reafirmação de compromissos com as presentes e futuras gerações. A escolha em analisar estes dois setores, se deu pela proximidade entre eles (o contato com o meio natural, a contemplação, a fuga do urbano), reservando as particularidades, as singularidades de cada um.

Quando pensamos em Ecoturismo e Turismo de Aventura, vem em nossas mentes, lugares, espaços, comunidades abundantes em recursos naturais. A nossa imaginação é levada a pensar e a projetar atividades nestas áreas, sem nos prendermos ao rigor e a rigidez da nossa rotina. Para os desavisados e entusiastas, a prática destas atividades, não precisaria de qualquer tipo de regra ou requisitos para acontecer. A liberdade conduziria o caminho nos campos e rios férteis a serem desbravados.

Tanto São Bernardo como toda a Região do Baixo Parnaíba Maranhense, possuem recursos naturais em abundância: o vasto cerrado que corta as paisagens, rompendo as fronteiras territoriais entre municípios, uma construção eminentemente humana; os rios, que são as veias comprometidas em conectar e separar as comunidades e cidades da região, do mesmo modo que alimentam os imaginários e munem as prosas e as contações de história sobre o ontem, para as pessoas interessadas no porvir.

Contudo, o fato de dividir o território estadual por suas potencialidades naturais, embasando-se em uma política econômica e industrial, vinculados a princípios eurocêtricos, acaba por abalar os vínculos sociais com a terra,

devido aos conflitos existentes entre os interesses do agronegócio, das comunidades tradicionais e das sociedades locais, mesmo urbanas. Isto leva a consequências drásticas, tanto em termos sociais (como o empobrecimento da população, a baixa qualificação da mão de obra, a dependência dos detentores da terra e do capital), quanto ambientais (desertificação, assoreamento do solo, redução pluviométrica, entre outros).

Neste caso, se faz necessário ressaltar que os dezesseis municípios da região foram incluídos no semiárido nordestino em 2018, após a votação na Câmara e no Senado Federal. Na ocasião, o relator da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do senado, João Alberto Souza (MDB/MA), justificou que a incorporação, se devia às mudanças climáticas que acabou por provocar a redução dos níveis pluviométricos, ocasionados pelas alterações do uso do solo, a substituição da agricultura familiar pela monocultura extensiva (Senado, 2018).

Essas ações refletem no aumento de áreas devastadas, em especial no Cerrado. Se faz necessário pontuar que o desmatamento deste bioma cresceu 7,9% de agosto de 2020 a julho de 2021, alcançando 8.531,44 km<sup>2</sup> de devastação, “uma área que corresponde a sete vezes a cidade do Rio de Janeiro” (Prizibiszki, 2022). Desde 2019, o seu desflorestamento aumentou 17% e, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), “o estado que mais devastou o bioma foi o Maranhão, com 2.281 km<sup>2</sup>” (Prizibiszki, 2022). Os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba), foram responsáveis pelo desmatamento de 4.961,11 km<sup>2</sup>, representando 58,16% do total (INPE, 2021; Mondardo e Azevedo, 2019). As ações antrópicas contribuíram para que, em apenas três décadas, houvesse uma redução de 8,4% das chuvas no Cerrado (UNB Ciência, 2018).

Apesar de a água ser considerada um recurso natural renovável, o seu ciclo está diretamente ligado ao conjunto do bioma e os períodos de chuva, assim como também à preservação das matas ciliares, sobretudo próximas às nascentes. Neste caminho, a sua renovação está limitada aos condicionantes e a não compreensão desses fatores pode trazer consequências ao clima, como grandes secas que podem prejudicar as lavouras e a produção energética, resultando em crises no setor, sobretudo no Brasil que é gerada, majoritariamente, por hidroelétricas. E, apesar de os recursos naturais estratégicos serem considerados temas de segurança nacional, presentes no

Livro Branco<sup>1</sup> dos países, as perspectivas de desenvolvimento adotadas por governos podem se revelar comprometedoras (Rodrigues, 2015; Barros, 2016; Rêgo, Florêncio, Carvalho, *et al*, 2017).

Se faz mister salientar que, para nós ocidentais, com o olhar e perfil urbano, as diversas tonalidades de verde tornam-se monótonas e parecem confundir os caminhos, revelando-se como iguais causando sensação de desespero e pânico, quando imerso nessa realidade. As árvores floridas, surgem, em nosso imaginário como espinhos tortuosos, que cortam a nossa alma com angústia e um sentimento de solidão, dando a sensação de estarmos perdidos diante da magnitude do ambiente. Assim, a natureza emerge como uma inimiga a ser domesticada, submetida e racionalizada em padrões condizíveis com o humano, para tornar-se um produto a ser vendido, comercializado.

Contudo, os segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura, são utilizados, por vezes, como instrumentos capazes de conscientizar a população sobre as questões ambientais, o impacto causado pela ação antrópica e suas consequências. Do mesmo modo, se convém tratá-los como atividades capazes de diversificar e dinamizar a economia, incorporar um grande número de mão de obra, direta e indiretamente e reduzir a dependência em relação à indústria e ao agronegócio.

Neste caminho, quando nos adentramos nos emaranhados, por vezes, confusos, do campo científico, percebemos que as características, exigências e conceitualizações destes segmentos e mesmo da própria atividade turística, são difusos e, em muitos casos frágeis, por vezes discriminatórios. Isto acaba por dificultar a elaboração de estudos mais sérios e, por conseguinte, a proposição de políticas públicas, capazes de descentralizar o turismo, endereçando-o para as regiões mais afastadas das capitais, neste caso, São Luís, valorizando de maneira igualitária, o território estadual, inserindo novos municípios no roteiro turístico, promovendo a dinamização da economia destes.

Deste modo, por se tratarem de dois segmentos que, apesar de possuírem suas semelhanças, são distintos, é preciso abordá-los separadamente, para facilitar a compreensão do leitor. Nesta perspectiva, neste primeiro momen-

---

1 O Livro Branco da Defesa Nacional é um conjunto de informações militares, econômicas e diplomáticas, demonstrando as intenções e estratégias que o Brasil possui no cenário internacional. É um instrumento de transparência e confiança para com os demais países.

to, refletiremos sobre o Turismo de Aventura (T.A), passando em seguida para o Ecoturismo.

#### 4. TURISMO DE AVENTURA

É importante ressaltar que se há, no turismo, tanto no que diz respeito à academia quanto ao setor empresarial, a necessidade de se nomear os segmentos, antes mesmo de buscar diferenciá-los e defini-los. Isto provoca, em muitos casos, uma confusão e acaba possibilitando que os pesquisadores se utilizem de termos sem o devido rigor e acurácia. Dessa forma é possível ver, na vasta produção acadêmica sobre o turismo, a aproximação que é feita entre cicloturismo e o turismo no espaço rural, buscando aliá-lo ao turismo rural e ao desenvolvimento de comunidades rurais, sem fazer qualquer menção ao Ecoturismo e/ou Turismo de Aventura (Souza e Carvalho, 2021).

É evidente que os pesquisadores possuem autonomia para eleger o caminho que desejam, mas a prática do cicloturismo requer, como supramencionado, exigências de normalização e certificação, tanto por parte da ABETA quanto da Agência Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), que no caso específico do cicloturismo é a NBR 15509-1:2019 (que versa sobre requisitos para o Produto) e a NBR 15509-2:2017 (que trata da Classificação de Percursos). Pode-se discordar deste fato, sem sombra de dúvidas, mas deve ter conhecimento teórico, prático e técnico sobre a atividade analisada, para poder fazê-lo de fato. Mesmo porque o cicloturismo pode ser utilizado tanto pelo segmento de Ecoturismo quanto de Turismo de Aventura. A diferença está na finalidade, na motivação, na intensidade do percurso adotado e no risco assumido.

Foi com o intuito de coordenar e estandardizar as atividades sobre o segmento em questão, que as autoridades procuraram conceituá-lo, até mesmo como forma de identificar as empresas que se enquadravam no setor e elaborar políticas públicas direcionadas para fomentá-lo. Nesta perspectiva, a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), elaborou o primeiro conceito de Turismo de Aventura, o entendendo como um segmento de mercado que:

[...] promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envol-

vam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural (ABETA, p. 29-30, 2009).

Posteriormente, já em 2003, o Turismo de Aventura passa a ser entendido como “prática de atividade de aventura de caráter recreativo e não-competitivo”, retirando assim, os eventos de esportes radicais e as corridas de aventura, do hall de produtos e serviços elaborados e comercializados pelo setor.

Neste sentido, ao articular a estrutura das políticas nacionais de turismo e o contexto social, histórico e político vivenciado pelo nordeste, e São Bernardo em particular, ao processo de segmentação e interiorização do turismo, percebe-se que há uma alta seletividade, devido às exigências para a estruturação e o posterior reconhecimento dos destinos.

Num país de dimensões continentais com 5.570 municípios, o Ministério do Turismo (MTur) acabou por selecionar 87 roteiros. Destes, apenas 48 oferecem atividades relacionadas a esta segmentação de mercado, sendo que apenas 15 foram selecionados pelo MTur e ABETA – levando-se em consideração, o número de empresas de Turismo de Aventura e de atividades praticadas no município – dos quais quatro estão presentes na Região Nordeste: Chapada Diamantina; Recife Metropolitana; Fortaleza Metropolitana; e Lençóis Maranhenses. (Ministério do Turismo, 2010; Abeta e Ministério do Turismo, 2009).

O Brasil foi considerado pela Organização Mundial de Turismo como o país com maior potencial para o desenvolvimento do Ecoturismo e Turismo de Aventura. A ideia seria, dessa maneira, não apenas selecionar, mas de fato, promover a interiorização, articulando setores da sociedade com interesse em participar, empreender e elaborar novos roteiros. Contudo, o que se constata, é que se está trabalhando com municípios já consolidados e, por isto, com estruturada segmentação do mercado turístico, com capacidade de atrair turistas com os mais distintos interesses. Um estado como o Maranhão, com 217 municípios, com uma diversidade geográfica, riqueza hídrica e com diferenças regionais claras, apontar apenas os Lençóis Maranhenses como produto é desconsiderar todo restante do território.

Isto posto, percebe-se que a estruturação da atividade turística, envolve uma complexidade de fatores que abarca, tanto o escopo micro – o planejamento e segmentação no município, como sendo a menor divisão administrativa – quanto o papel do estado do Maranhão na composição de Políticas Públicas relativas ao turismo, bem como, na orientação, estruturação e efetivação, não podendo assim, limitar-se às iniciativas e propostas do governo federal. Desta maneira, no forjar de uma política de desenvolvimento turístico, estes elementos não podem ser percebidos como indissociáveis.

É evidente que o turismo no Baixo Parnaíba Maranhense, sobretudo nos municípios mais afastados do litoral, pelas características que os mesmos apresentam, não pode vincular-se ao turismo de massa, sol e praia. Mas, possui capacidade de elaborar um plano de desenvolvimento turístico, tendo como perspectiva, os segmentos menos invasivos e especulativos, com fortes vínculos comunitários e de respeito com a natureza. Decerto que, quando se trata de Turismo de Aventura deve-se levar em consideração fatores importantes, como: i) o componente técnico, a qualificação dos condutores de aventura; ii) a manutenção dos equipamentos de segurança, quando for o caso; iii) a disponibilização dos equipamentos, quando necessário; iv) o cumprimento com os processos normativos da Agência Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), condizentes a cada atividade proporcionada; v) infraestrutura do destino turístico; vi) estrutura de apoio; entre outros. Esta perspectiva é corroborada por Uvinha (2005a, p. 271), quando afirma que:

O turismo de aventura é um segmento em que se pode verificar uma relação oferta/demanda característica, aproximada com a prática dos ditos esportes de aventura e realizada por um público com motivações peculiares, viabilizada com infra-estrutura e recursos humanos especializados a fim de implementar uma experiência desafiadora e passível de certificação específica nos mais distintos ambientes e localidades, seja na atividade do excursionismo (sem pernoite) ou do turismo.

A grande exigência que se faz para a implementação, estruturação e comercialização deste segmento, reflete em sua elitização, levando necessariamente a duas consequências: i) os empresários interessados em compor o

setor de aventura, que possuem conhecimento técnico, aptidão para o desenvolvimento da atividade de aventura, mas não têm capital para instalar e comercializar seu produto, oferecendo-o, em muitos casos, de maneira marginal e irregular; ii) classes de turistas que se identificam com o segmento, são excluídos da realização de atividades de aventura por não poderem arcar com os altos custos dos produtos e serviços.

Houve, por parte do Governo Federal, com o Plano Nacional de Turismo (2007-2010), uma tentativa de estabelecer um turismo de baixo custo, na expectativa de reduzir as diferenças regionais e qualificar a mão de obra, aproveitando adolescentes assistidos por programas de assistência social, como o Bolsa Família (Uvinha, 2008). No entanto, a concentração do setor nas mãos da ABETA, uma associação formada por empresários, acaba por dificultar a descentralização da atividade, haja vista não justificar a seleção de apenas 15 destinos, dos 48 que ofereciam atividades de aventura. Poderia ter sido estabelecido um programa de estruturação por etapas com os outros municípios, os classificando de acordo com os avanços. Contudo, a exclusão foi o caminho mais fácil e menos árduo a ser seguido.

Neste sentido, iniciar um planejamento do destino turístico, baseando-se em um segmento que exige menor qualificação e infraestrutura pode ser uma alternativa viável. O que nos leva a pensar no Ecoturismo como um caminho possível. Se faz mister levar em consideração que ambas as atividades, podem requerer uma estrutura de hospedagem pouco robusta e rústica, dependendo do público, podendo assim, direcionar o local para um público específico à exemplo do campismo e caravanismo.

## 5. ECOTURISMO

Se faz necessário lembrar que, desde a década de 1990, quando o turismo passa a ser pautado de maneira mais firme na agenda governamental, almejando a profissionalização e qualificação do setor, o Ecoturismo já era considerado importante para o desenvolvimento do país. Em realidade, este ganha destaque a partir das discussões dos movimentos ambientalistas, uma vez que, procuravam conciliar o crescimento econômico com práticas mais sustentáveis e respeitadas para com a natureza, promovendo a preservação ambiental.

Os movimentos sociais, ambientalistas e a sociedade civil organizada, promoveram debates, reuniões e conferências, com o intuito de divulgar os resultados de pesquisas que já apontavam os graves danos ambientais e suas consequências para a sociedade mundial, como um todo. Organizações Multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, sobretudo daqueles que faziam parte do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), se envolveram nas discussões e exigiram o comprometimento dos Estados Nacionais, coadunando na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, notoriamente conhecida com Rio 92. A ideia seria estabelecer um compromisso por parte dos Estados para diminuir as emissões de gases poluentes na atmosfera, baseando-se em um documento norteador, a Agenda 21.

Neste sentido, o governo brasileiro, em consonância com as demandas internacionais, forjou o Grupo Interministerial, formado pelos Ministérios da Indústria, do Comércio e do Turismo, do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pelo Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), além de contar com a participação de diversas Organizações Não Governamentais (ONG's). O resultado deste trabalho multidisciplinar foi a publicação do livro "Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo", publicado em 1994, já no governo Fernando Henrique Cardoso, mas idealizado e realizado ao final do governo Itamar Franco. Nesta perspectiva, quando se realiza o trabalho com diversos atores envolvidos, das mais distintas áreas, se faz imprescindível chegar a um consenso sobre o entendimento que se possui sobre a área que se pretende analisar. Deste modo, foi a partir desta discussão que foi elaborado o primeiro conceito do que seria o Ecoturismo. Entendendo-o como:

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem-estar das populações envolvidas (Brasil, 2010, p. 19).

O ecoturismo é um segmento que utiliza o meio natural como recurso cênico, para que os turistas possam contemplar a natureza sem trazer qualquer

prejuízo a ela, assim como busca a interação com sociedades originárias e tradicionais<sup>2</sup>. Os turistas que procuram este segmento, também são curiosos para conhecer as relações existentes entre as sociedades e os meios que vivem, as técnicas utilizadas para a sobrevivência e localização em matas fechadas e o conjunto cultural que advém desta relação. A este conjunto, denomina-se, interpretação ambiental.

Até mesmo os meios de hospedagem que se enquadram ou almejam adentrar neste segmento, precisam se adequar às exigências dos consumidores e adotar técnicas sustentáveis, tanto no que diz respeito ao aspecto arquitetônico - respeitando a fauna e flora do entorno do empreendimento - quanto às tecnologias limpas que levam em consideração o reaproveitamento de água, o uso de energias alternativas como a solar, produção de alimentos, entre outros.

É deste modo que o Ecoturismo incentiva uma consciência ambiental<sup>3</sup>, visto que, a partir das práticas adotadas em toda a sua esfera, procura mostrar alternativas comportamentais frente aos recursos naturais, sensibilizando os turistas e moradores locais. Normalmente, o segmento é também associado a uma alternativa de desenvolvimento econômico sustentável, haja vista se comprometer também com a elevação da oferta de emprego e movimentação da economia local.

É importante frisar que desde a década de 1990, o Ecoturismo já era o segmento turístico que mais crescia no mundo. E o Brasil era apontado como o país com maior potencial por possuir diferentes ecossistemas, fauna e flora abundante, chamando atenção de turistas de todo o globo.

Neste caminho, o ecoturismo acaba por atrair turistas que são sensíveis às questões ambientais. Estes tendem a frequentar parques e áreas protegidas, o que faz levantar um questionamento: se é uma área protegida porque se tem essa visita? Essa resposta é simples: o ecoturismo como já comen-

---

2 Entende-se sociedades originárias, aquelas que se encontravam neste território que veio a se chamar de Brasil, antes da chegada dos europeus. Sociedades tradicionais, por seu turno, são aquelas que demonstram aspectos culturais que divergem da perspectiva ocidental e buscaram alternativas. Elas podem ser de descendentes diretos de escravos, como no caso dos quilombolas, ou de parcelas empobrecidas da população, como os pescadores, caiçaras, pequenos agricultores, entre outros.

3 Apesar de o trabalho Interministerial tratar de consciência ambientalista, nós preferimos adotar o termo consciência ambiental, uma vez que o ambientalismo está mais direcionado aos movimentos sociais e/ou Organizações Não Governamentais.

tado acontece no meio natural não o prejudicando, por esse motivo existem áreas preservadas que a visitação é proibida por conta da fragilidade do local.

Em um levantamento feito pelo governo federal, no ano de 2008, identificou-se que, no que se refere aos visitantes internacionais, 22% destes possuíam como motivação da viagem o Ecoturismo ou Turismo de Aventura. Contudo, dentre estes, 64% preferiam visitas a Parques ou Reservas Naturais do país, levando em consideração a prática do turismo em segurança (Brasil, 2010).

Quando se pensa em implementar o ecoturismo em um determinado local, deve-se pensar no segmento como uma forma de conservação e valorização dos recursos naturais e na participação das comunidades locais. A própria Lei nº 9.795 (Política Nacional de Educação Ambiental), considera que o ecoturismo deve promover a educação ambiental, tendo como base os objetivos fundamentais dessa ação.

Todo e qualquer segmento implementado pela atividade turística deve se iniciar com o planejamento e levantamento de dados, ou seja, um inventário, para que se possa saber quais os recursos que a localidade dispõe ao turista, como: transporte, hospedagem, alimentação, infraestrutura e etc. Além disso, deve-se considerar uma gestão ambiental garantindo o uso e manutenção do ambiente, a capacidade de suporte e zoneamento.

Para o desenvolvimento do ecoturismo deve se estabelecer parcerias entre setor público e privado e comunidade local, a partir dessa junção é que a localidade vai estar pronta para receber o turista.

## 6. O POTENCIAL DOS SEGMENTOS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA EM SÃO BERNARDO/BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE

As políticas públicas de turismo acabaram por valorizar os municípios que possuíam infraestrutura turística atuante ou que, embora não a tivessem, eram dotadas de grande apelo ao turismo de massa (Brusadin, 2005). Esta não foi uma particularidade do Plano de Municipalização do Turismo (PNMT), no governo Fernando Henrique Cardoso, mas uma realidade presente tanto no Programa de Regionalização do Turismo (PRT), na gestão de Luís Inácio Lula da Silva quanto no Programa de Desenvolvimento do Turis-

mo (PRODETUR), no período de Fernando Collor de Melo. Apesar das particularidades de cada uma dessas políticas, contam, pelo menos, com uma semelhança em comum: a perspectiva neoliberal da atividade, creditando no mercado, o grande poder regulador do setor.

Embora os governos pudessem discordar da perspectiva econômica em voga, os técnicos que idealizaram as políticas, a tinham como parâmetro, uma vez que era a vertente hegemônica presente nos cursos de turismo, sobretudo num período dominado pelas instituições privadas. Sem mencionar que os estados nordestinos priorizaram, desde o início do Prodetur, a financeirização do turismo, valorizando as grandes redes hoteleiras e, por vezes, desregulando as leis ambientais e planos diretores para viabilizar os projetos imobiliários, centrando o foco em áreas estratégicas dos estados, sobretudo no litoral.

Somado a isso, há um outro fator que corroborou para o não ingresso dos municípios, especialmente os menores e mais afastados da capital, em fases mais avançadas dos programas: não contar com um corpo técnico, mão de obra qualificada, capaz de levar adiante as propostas idealizadas pelos governos centrais (Brusadin, 2005). É necessário lembrar que, a expansão dos cursos de turismo inicia no período em que o PNMT começa a ser implantado, em 1994.

De acordo com Ramos *et al* (2011), em 1994 havia apenas 41 cursos de Turismo no Brasil. No final de 1997, esse número chegava a 60, representando um aumento de 46,33%, somado a 9 novos cursos superiores de Hotelaria no Brasil. Em 2002 chegaram a ser ofertados 576 cursos de turismo. De acordo com as autoras, o crescimento exponencial se manteve até 2005, alcançando o nível mais alto, totalizando 697 cursos. Contudo, a partir de 2010 começa a haver uma retração no número destes, alcançando naquele ano um total de 553 cursos. De acordo com dados do E-MEC, de 2022, há um total de 282 cursos, evidenciando uma redução de 59,55%.

Desse modo, patenteia-se uma série de contradições, tais quais: i) a despeito do aumento do número de cursos, não houve uma absorção dos profissionais, em especial, em áreas mais interioranas dos estados; ii) apesar da ausência de mão de obra qualificada na área de turismo, não se valoriza os profissionais formados, conferindo um caráter político à atividade, sobretudo, aos cargos de gestão; iii) não obstante da atenção conferida pelos gover-

nos centrais, a grande maioria dos municípios brasileiros desconheciam ou ignoravam a potencialidade da atividade turística em relação ao desenvolvimento, preservação do patrimônio material, imaterial e natural; e iv) os governos municipais, com vocação ou apelo para o agronegócio, alijam do processo de desenvolvimento, toda e qualquer iniciativa que seja inclusiva e participativa, a fim de manter a invisibilidade das relações sociais e de trabalho estabelecidas em seus territórios.

Estes fatores demonstram que, não é preciso ter apenas recursos turísticos, mas sim interesse por parte dos governos e população, para a implementação da atividade turística, essencialmente, aquelas vinculadas a princípios heterodoxos, como Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Base Local, Agroturismo, Afroturismo, entre outras.

No que se refere ao município de São Bernardo, objeto de nosso estudo, é importante considerar que é uma cidade pequena, com uma população estimada, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), de 28.825 pessoas. Deste montante, apenas 4,1% da população é ocupada e 53,8% possui um rendimento médio *per capita* de meio salário mínimo. Além disso, 94,8% das receitas advém de fontes externas.

O município conta com uma grande área de cerrado, já fragilizada pelos impactos humanos: a especulação imobiliária, a pressão da expansão da soja, a ausência de sistema de saneamento básico (de acordo com o IBGE, apenas 11,1% dos domicílios contam com esgotamento sanitário adequado), a precária coleta de lixo nas áreas urbanas e rurais, a diminuição dos níveis pluviométricos, entre outros fatores.

Neste caminho, São Bernardo padece de problemas tanto estruturais quanto políticos. Ambos aspectos estão estritamente interligados e se vinculam por um emaranhado de relações que retomam elementos mais arcaicos da vida pública, o patrimonialismo (ausência de distinção entre o público e o privado), à práticas mais paternalistas, que colocam o gestor em uma posição de autoridade, ao passo que criam vínculos afetivos a partir de trocas de favores e fidelidade, por cargos, reduzindo a autonomia da população (Bobbio, 2007).

Isto é favorecido por questões econômicas relevantes, reflexo da realidade da maior parte dos municípios brasileiros. De acordo com Fernando Canzian (2019), “Cerca de 70% dos municípios brasileiros dependem hoje em mais de 80% de verbas que vêm de fontes externas à sua arrecadação”. No caso de

São Bernardo, esse valor é de 94,8%, como supracitado, demonstrando a baixa arrecadação por impostos ou por produção industrial e/ou agrícola, impossibilitando o Estado utilizar sua receita para questões de grande relevância pública, fazendo, em muitos casos, ações de cunho populista, superficial, incapaz de mudar a realidade da maior parte da população. Canzian (2019) continua afirmando que, mesmo sem autonomia de renda, “as prefeituras aumentaram em 53%, em média, o total de funcionários em seus quadros na última década. No período, a população cresceu apenas 12%”.

Isto não significa dizer que a realidade não pode mudar, que não há qualquer solução para os problemas enfrentados. Os dados aqui apresentados, apenas nos auxiliam a ter uma noção mais geral sobre o contexto social e político que a cidade e, por extensão, os municípios da Região do Baixo Parnaíba Maranhense, vivenciam. Nessa perspectiva, acreditamos que o turismo pode ser, nesse caso, um instrumento de diversificação econômica, de ampliação da participação da população na política e na economia, a partir de um plano municipal do turismo que possa agregar, unir e conciliar interesses difusos no seio da sociedade.

Por incrível que pareça, a pandemia do novo vírus SARS COV-19, oportunizou que outros lugares, antes não explorados, tornam-se visíveis aos olhos dos turistas. Deve-se levar em consideração ainda, que a pandemia mudou, consideravelmente, o perfil do turista. O turismo de sol e mar, tende a ficar em segundo plano, enquanto o isolamento em meio à natureza ou em áreas remotas passam a ser requisitos para uma viagem sem riscos de aglomeração e contaminação. Isto é o que apontam os cadernos especializados em turismo das revistas mais renomadas. A repórter Nathalia Molina, no caderno Viagem do Estadão, mostra como a procura por novos destinos, acabou oportunizando empresas a criarem produtos, antes pouco explorados. Ela traz o exemplo da empresa Vivalá que trabalha, única e exclusivamente com pacotes em unidades de preservação ambiental, promovendo uma imersão aos turistas, contando inclusive, com oficinas de conhecimentos ancestrais (Molina, 2021).

A Bia Neves, no caderno de Turismo do IG, demonstra como as pessoas estão mais propícias a fazer uso do Slow Travel (viagem lenta). A repórter afirma que, após a pandemia do SARS COV-19, a população passou a ter medo de aglomerações, mesmo com o avanço da vacinação. Nesse caminho,

o Slow Travel surge como uma possibilidade, haja vista serem feitas com calma e, em muitas ocasiões, em praias desertas ou vilarejos mais afastados. Para a repórter, possui uma diferença crucial comparado com o turismo de massa, uma vez que, “o viajante não visita tantas cidades, museus ou realiza muitas compras. Em contrapartida, ele vai observar os detalhes do lugar em que está hospedado, entrando em contato profundo com a cultura e tradições locais” (Neves, 2021).

O Diário do Comércio, no caderno de Turismo, traz uma reportagem muito importante falando sobre a tendência de realização da atividade em áreas naturais, sustentáveis, regionais e de curta distância. Isto porque estes destinos acabam por transmitir um sentimento de segurança maior para os seus visitantes, mormente, aqueles preocupados com as normas sanitárias. Além disso, outros fatores que viabilizam esta experiência são, exatamente, as suas características, uma vez que procuram atuar em pequenos grupos “em ambientes que têm pouco fluxo de pessoas, além de contato direto com a natureza e o ambiente rural”. Esses fatores, fazem com que o Sebrae seja otimista em relação às perspectivas deste nicho, “principalmente para os negócios que estiverem preparados para se reposicionar diante das mudanças de hábitos do turista por causa da pandemia” (Diário do Comércio, 2020).

A Versatille, em sua reportagem “Destinos de Natureza são Tendências para o Turismo Pós-Pandemia”, revela em primeira mão, uma pesquisa realizada pela Destination Analysis. Esta indica que “os viajantes estão ansiosos por destinos de natureza, onde os passeios acontecem em espaços amplos ao ar livre, e a chance de encontrar com pessoas desconhecidas pelo caminho é menor – multidões, então, nem pensar”. De acordo com Débora Gonçalves, secretária nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões do Ministério do Turismo, “o turismo de natureza é a bola da vez”. Para ela, todos os biomas (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e o Litoral) são exemplos do grande potencial que o país possui, contudo ainda não é aproveitado (IG, 2021).

Ainda que as tendências, com base em pesquisa realizadas com viajantes, possam divergir em alguns pontos, acredita-se que, os parâmetros antes adotados pelos pesquisadores em turismo, visando os destinos indutores como um nicho de mercado a ser conquistado, já não funcionarão, ao menos parcialmente, para este grupo de turistas mais exigentes e que continuará se

preocupando com as aglomerações. Isto é o que demonstra a coluna de Magalhães (2022), escrito para o portal Americachip.

De acordo com a matéria, mesmo com a retomada do turismo no Pós-pandemia, uma grande parte dos turistas ainda procurarão manter as medidas de segurança sanitária propostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), valorizando segmentos já existentes como o caso do Ecoturismo ou firmando aqueles que surgiram no período pandêmico, a exemplo do Turismo de Isolamento. Sem mencionar a preferência em viajar de carro e valorizar destinos do entorno, devido à proximidade e à segurança.

É importante mencionar ainda que, no dia 21 de julho de 2021, houve a reunião de Ministros de Turismo do Brics, organizado pela Índia. Na ocasião, de acordo com Nagashima, foi aprovado um comunicado “que prevê uma aliança em prol do Turismo Verde, como indutor da recuperação e do desenvolvimento do turismo, de forma sustentável”. Esta é uma discussão que já vem sendo pautada pela China, devido a chamada Revolução Verde, que este país vem tentando implementar. Nesse caminho, a aliança do Brics teria como objetivo incorporar “os princípios da sustentabilidade nas políticas do turismo”. Além disso, o bloco pretende somar esforços para investir na conservação de áreas naturais, na criação de novas oportunidades de trabalho e inclusão social, sem mencionar o “fortalecimento de medidas de saúde, segurança e higiene”.

Neste caminho, os municípios do Baixo Parnaíba Maranhense, em especial São Bernardo, não podem fechar esta janela de oportunidade que se abriu neste momento. A pandemia acabou por viabilizar uma descentralização dos destinos turísticos e dos municípios. O poder executivo precisa se atentar a estas mudanças e às oportunidades, com o intuito de procurar estruturar o lugar de maneira aprazível, levando em consideração a participação da sociedade na economia. Isto vai de encontro com o *modus operandi* político (manter a centralidade sobre a distribuição do trabalho, por meio de contratos temporários, com a finalidade de preservar a fidelidade da população em relação ao chefe do executivo, fortalecendo uma rede de dependência/favores) para pensar o bem-estar da população, marcada pela precarização do trabalho e ausência de perspectiva.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, procuramos aprofundar e analisar os segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura, entendendo-os como elementos capazes de promover o desenvolvimento em áreas interioranas do país, em especial, no estado do Maranhão, sobretudo, São Bernardo e Região do Baixo Parnaíba Maranhense, possuidores de grandes áreas naturais. Neste caso, apontamos que os interesses existentes entre os gestores municipais, a perspectiva adotada nas políticas públicas federais, o pouco conhecimento que se possui sobre a atividade e ausência de corpo técnico qualificado para planejar e implementar as ações, são algumas das razões que impossibilitam a adoção da atividade turística como dispositivo de diversificação, dinamização da economia e inclusão social.

Foi possível verificar ainda que, ao pesquisar sobre Ecoturismo e Turismo de Aventura, podemos identificar que esses segmentos são fechados no que se trata de público-alvo e destinos turísticos. Os turistas que optam por estes, advém das classes mais abastadas, que nutrem certa preocupação em relação ao meio ambiente. O perfil dos consumidores desse nicho de mercado, acaba pressionando o preço dos produtos, elevando-os, restringindo a participação de outras classes sociais e o surgimento de novos destinos.

Para além disso, há um conjunto de regras a serem seguidas para estar em conformidade para implementar e comercializar os serviços relativos aos segmentos abordados. Só pode-se dizer que uma cidade está ofertando serviços de Ecoturismo, quando esta cumpre preceitos de infra estruturas e mudanças comportamentais da população, além de equipamentos de apoio e suporte ao turista.

Do mesmo modo, pode-se afirmar que um lugar comercializa produtos e serviços de aventura, quando apresentam e comprovam a segurança e normalização dos mesmos. Neste caminho, no estado do Maranhão, até 2009, unicamente os Lençóis Maranhenses apresentavam tais características e eram reconhecidos pela Associação Brasileira do Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA). Nesta altura, crê-se que a Chapada das Mesas esteja no circuito.

Contudo, é importante ressaltar que, diante da magnitude do estado e seus 217 municípios, com a diversidade natural, cultural e histórica, resumir as atividades destes nichos a dois locais, é negligenciar o potencial que

o território maranhense possui. Mesmo porque quando levamos em conta a região do Baixo Parnaíba enxergamos um potencial altíssimo.

Os municípios de São Bernardo, Santana, Santa Quitéria, Magalhães de Almeida e Araiões têm algo em comum: são cidades pequenas onde o rural se funde ao urbano, cortadas por rios, com muitos balneários. Apesar de serem tributárias de espaço natural abundante, já se encontram fragilizadas pela expansão do agronegócio.

Nessa perspectiva, acredita-se que o estado do Maranhão, pode assumir a dianteira na elaboração de um planejamento turístico que seja mais adequado a sua realidade social, cultural, histórica e política, estabelecendo um diálogo de proximidade com os municípios para alinhar as diretrizes e estabelecer caminhos mais próximos dos acordos internacionais estabelecidos, valorizando o Turismo Verde. Além de criar as áreas de preservação, em especial, na região do cerrado maranhense, com o intuito de dirimir os efeitos negativos ocasionados ao clima, em decorrência da expansão da soja e a consequente desertificação.

Pode utilizar ainda, os profissionais qualificados que possui, a fim de estabelecer padrões e critérios para o desenvolvimento, a estruturação e normalização das atividades de Ecoturismo e Turismo de Aventura. É possível definir fases para as empresas ou indivíduos que oferecem a prática do Ecoturismo e Turismo de Aventura, levando em consideração a formalização de empresas, conferindo tempo hábil para abrir o negócio, criar os roteiros, firmá-los para depois implementar a normalização das atividades, em conformidade com as agências nacionais.

Além disso, pode-se pensar em editais específicos para empresas do setor, a partir do Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), parcerias com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para o processo de incubação de empresas inovadoras do turismo, além de linhas de crédito com juros baixos. No que se refere ao turista, o Estado pode estimular a população a viajar e conhecer a diversidade que o território maranhense possui, elaborando medidas capazes de diminuir preços das passagens e hospedagem, movimentando a economia.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABETA; MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. dos Autores, 2009.

ALMEIDA, Deyse de Oliveira. **Turismo de Aventura**: enclaves, benesses e oportunidade para a Praia de Pipa, Tibau do Sul/RN, sob o olhar do secretário de turismo. Monografia (graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, curso de Turismo, 2013.

BARROS, Mateus de Sá. A Integração Regional e a Apropriação de Recursos Naturais. **Rev. DIVERSITAS**, ano 4, n. 5 (out.2015/mar.2016).

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2017.

BRASIL; Ministério do Turismo. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL; Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **O Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRUSADIN, Leandro Benediti. **Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso**. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2. sem. 2005.

CANZIAN, Fernando. 2019. **70% dos municípios dependem em mais de 80% de verbas externas**. Folha de São Paulo, 07 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/remf/ranking-de-eficiencia-dos-municipios-folha/70-dos-municipios-dependem-em-mais-de-80-de-verbas-externas.shtml>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Turismo em Áreas Naturais é Tendência Durante Pandemia**. Turismo. 2020. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/turismo/turismo-em-areas-naturais-sao-tendencia-durante-pandemia/>. Acessado em 14 de outubro de 2020.

EMEC/MEC. <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 11 de agosto de 2022.

GUARDADO, Gustavo Marín (Coord.). **Sin Tierras no Hay Paraíso**: turismo, organizaciones agrarias y apropiación territorial en México. Tenerife/Espanha: PASOS/RTPC, 2015.

IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-bernardo-panorama>. Acesso em 11 de agosto de 2022.

IG. **Turismo de natureza pode ser a senha para revitalização do setor**: Aposta do Ministério do Turismo é atrair investidores atentos à movimentação global de mercado e valer-se dos inúmeros recursos e belezas naturais do Brasil. Caderno de Economia. 2020. Publicado em: <https://economia.ig.com.br/2021-09-27/turismo-de-natureza-pode-ser-a-senha-para-revitalizacao-do-setor.html>. Acessado em 10 de agosto de 2022.

IPEA/IBGE/UNICAMP. **Caracterização e tendências urbanas no Brasil**: estudos básicos para caracterização da rede urbana. Brasília: IPEA, 2001.

INPE. **Nota Técnica PRODES Cerrado 2021**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Publicado no dia 31 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/nota-tecnica-prodes-cerrado-2021>. Acessado no dia 08 de março de 2022.

LÓPES-RICHARD, Victor; CHINAGLIA, Clever Ricardo. Turismo de Aventura: conceitos e paradigmas fundamentais. **Turismo em Análise**. V. 15, n.2, p. 199-215, novembro de 2004.

MACHADO, Álvaro; BAZOTTI, Leandro. **A Certificação no Turismo de Aventura**: uma análise do destino Serra Gaúcha. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo no Mercosul. Turismo e Paisagem: uma relação complexa. Universidade de Caxias do Sul, 2012.

MAGALHÃES, Rodrigo. **Turismo Pós-pandemia**: impactos e tendências de uma grande retomada. Americachip. 09/08/2022. Disponível em: <https://americachip.com/turismo-pos-pandemia/>. Acessado em 15 de agosto de 2022.

MOLINA, Nathalia. **Viagens de Natureza Apoiam Comunidades em Áreas de Preservação**. Caderno de Viagens. Estadão. 2021. Disponível em: <https://viagem.estadao.com.br/blogs/viagem/viagens-de-natureza-apoiam-comunidades-em-areas-de-preservacao/>. Acessado em 10 de julho de 2021.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água ao território de resistência das populações tradicionais. **Rev. NERA**, v. 22, n. 47, p. 296-320, 2019.

NAGASHIMA, Renata. **Países do BRICS assinam acordo por turismo sustentável**. O Brasilianista. Economia. 21 de julho de 2021. Disponível em: <https://obrasilianista.com.br/2021/07/21/paises-do-brics-assinam-acordo-por-turismo-sustentavel/>. Acessado em 21 de julho de 2021.

NEVES, Betina. **Destino**: De Ninguém – enquanto o turismo cresce no mundo, o Brasil inteiro recebe menos visitantes que Miami. Onde estamos errando? Superinteressante. Economia. Edição 50, junho de 2016.

NEVES, Bia. **Slow Travel**: Tendência de Viagem que Evita Aglomerações. Caderno de Turismo. Portal IG. 2021. Disponível em: <https://turismo.ig.com.br/destinos-nacionais/2021-08-12/slow-travel-tendencia-de-viagem-que-evita-aglomeracoes.html>. Acessado em 12 de agosto de 2021.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. **O Governo esconde o aumento de 8% na destruição do Cerrado**. O Eco. Publicado no dia 04 de janeiro de 2022. Seção Notícias. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/governo-esconde-aumento-de-8-na-destruicao-do-cerrado/#:~:text=O%20desmatamento%20no%20Cerrado%20aumentou,devasta%20do%20Cerrado%20aumentou%2017%25>. Acessado no dia 15 de janeiro de 2022.

REDAÇÃO BRASILTURIS JORNAL. **Hora de se Aventurar**: Ecoturismo e Turismo de Aventura na Retomada. 2020. Disponível em: <https://brasilturis.com.br/hora-de-se-aventurar-ecoturismo-e-turismo-de-aventura-na-retomada/>. Acessado em 05 de setembro de 2020.

RAMOS, Maria da Graça Gomes *et al.* **Ensino Superior em Turismo no Brasil**: Da Expansão à Diversificação. Book of Proceedings Vol. I – International Conference on Tourism & Management Studies – Algarve 2011.

RÊGO, Alana Karla Monteiro Leal; FLORENCIO, Ana Raphaela de Melo; CARVALHO, André Luiz Viana Cruz de; *et al.* **Geopolítica e Defesa dos Recursos Naturais Estratégicos da América do Sul:** uma abordagem regional a partir da perspectiva brasileira. Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/artigos/XIII\\_cadn/geopolitica\\_e\\_defesa\\_dos\\_recursos\\_naturais\\_estrategicos\\_da\\_america\\_do\\_sul\\_uma\\_abordagem\\_regional\\_a\\_partir\\_da\\_perspectiva\\_brasileira\\_2.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/geopolitica_e_defesa_dos_recursos_naturais_estrategicos_da_america_do_sul_uma_abordagem_regional_a_partir_da_perspectiva_brasileira_2.pdf). Acessado no dia 20 de fevereiro de 2022.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Geopolítica dos Recursos Naturais Estratégicos Sul-Americanos no Século XXI.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2015.

SENADO. **Os Municípios do Baixo Parnaíba Poderão Ser Incluídos na Região do Semiárido Nordestino.** Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/14/municipios-do-baixo-parnaibapoderao-ser-incluidos-na-regiao-do-semiarido-nordestino>. Acessado em 06 de abril de 2020.

SOUZA, Rodrigo Olavo Costa; CARVALHO, Karoliny Diniz. **Cicloturismo como Promotor do Desenvolvimento de Áreas Rurais:** possibilidades na Região do Baixo Parnaíba. Turismo Visão e Ação. Governador Valadares, vol. 23, n. 2, p. 329-349, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/issue/view/627/showToc>. Acesso: 02 de jun. de 2021.

SWARBROOKE, J. et al. **Adventure tourism: the new frontier.** Oxford, UK: Butterworth-Heinemann, 2003.

TRENTIN, Fábila; FRATUCCI, Aguinaldo César. **Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização.** In: International Conference on Tourism & Management Studies, Algarve, 2011. Anais (on line). Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?Q=International+Conference+on+Tourism+%26+Management+Studies,+Algarve,+2011&hl=pt-BR&as\\_sdt=0&as\\_vis=1&oi=scholar](https://scholar.google.com.br/scholar?Q=International+Conference+on+Tourism+%26+Management+Studies,+Algarve,+2011&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar).

UNB CIÊNCIA. **Chuvas no Cerrado Diminuíram 8,4% em três décadas.** Ciências da Vida. Publicado no dia 27 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.unbciencia.unb.br/biologicas/34-engenharia-florestal/569-chuvas-no-cerrado-reduziram-8-4-em-tres-decadas>. Acessado no dia 08 de março de 2022.

UVINHA, R. R. **Tendências para o Turismo de Aventura no Cenário Nacional.** In: \_\_\_\_\_. (Org.). Turismo de Aventura: Reflexões e Tendências. São Paulo: Aleph, 2005, p.: 269-300. (a).

UVINHA, R. R. **Esportes radicais e turismo:** análise conceitual. In: TRIGO, L. G. G. (Ed.). Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005, p.: 437-447. (b).

UVINHA, R.R. **Atividades de Aventura:** reflexões a partir do setor de turismo de aventura. Anais do V Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo. Belo Horizonte, MG-25 e 26 de agosto de 2008.

VERSATILLE. **Destinos de Natureza são Tendência para o Turismo Pós-Pandemia.** Caderno Destino. Versatille. 2020. Disponível em: <https://versatille.com/destinos-de-natureza-sao-tendencia-para-o-turismo-pos-pandemia/>. Acessado em 29 de maio de 2021.

VILKAS, Ádller Caroline; WADA, Elizabeth. Turismo de Aventura Acessível. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review.** Vol. 3, n.1, Jan/Jun, 2014.



# O TURISMO DE AVENTURA EM SÃO BERNARDO, REGIÃO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE: o Cicloturismo como Possível Indutor da Diversificação Econômica e Desenvolvimento Social

## **Igor da Luz Cavalcanti**

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

igorluzz1998@gmail.com

## **Mateus de Sá Barreto Barros**

Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP)

msb.barros@ufma.br

## **Josenildo Campos Brussio**

Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Doutor em Psicologia social pela Universidade

Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

josenildo.brussio@ufma.br

## **Sylvana Kelly Marques da Silva**

Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

sylvana.kelly@ufma.br

## 1. INTRODUÇÃO

O setor turístico tem apresentado grande relevância e oportunidade de desenvolvimento socioeconômico em todas as regiões do Brasil (Kneib *et al*, 2017). Entre as diversas modalidades do turismo, as que se encontram em maior expansão são: o ecoturismo e o turismo de aventura. Estes são segmentos que utilizam a natureza como recurso principal, prezando por sua sustentabilidade, bem como do patrimônio cultural. Desta forma, se propõem a utilizar de maneira consciente o meio ambiente e a valorização cultural das comunidades locais (Saldanha *et al*, 2015). Se faz importante salientar que, apesar de, estes segmentos serem tratados, em muitos aspectos, de maneira conjunta, neste capítulo, procurar-se-á dar ênfase ao turismo de aventura, ainda que em alguns momentos a dissociação entre eles seja tarefa difícil. Contudo, as rotas propostas não se enquadram ao ecoturismo, devido ao longo percurso e ao nível de dificuldade encontrado em cada uma destas. Apesar de estas serem utilizadas como recurso pedagógico, para se enquadrar no ecoturismo, precisa haver reformulações.

São muitas as motivações que levam as pessoas a buscarem pelos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura, entre estas estão: a tentativa de estabelecer uma melhor qualidade de vida e uma relação de maior proximidade com a natureza. Quando tratamos do segundo, há outros elementos, tais quais: desafios, expectativas de recompensas, novidades, escapismo, romper com os próprios limites, expectativa de ver animais selvagens, encarar riscos físicos e sociais, entre outros (Swarbrooke, 2003; Uvinha, 2008; López-Richard e Chinágli, 2004).

No que diz respeito aos dois primeiros pontos supracitados, é possível estabelecer uma relação direta entre as práticas do Ecoturismo e Turismo de Aventura (T.A) com a fuga do cotidiano, da vida caótica dos grandes centros urbanos, e, conseqüentemente, com a tentativa de reduzir o estresse decorrente do estilo de vida adotado/imposto. No que concerne à tentativa de romper com os próprios limites e encarar riscos físicos e sociais, característica do T.A, há um fator fisiológico importante: a produção de endorfina que provoca a sensação de prazer. Isto acaba por levar o indivíduo a repetir a experiência e a buscar novas, aumentando o nível de dificuldade. O prazer produzido a partir da realização das atividades de aventura, pode

levar o praticante ao vício (Elis, 1973; López-Richard e Chinágliã, 2004; Zukerman, 1990).

Se faz importante ressaltar, todavia, que para que se possa caracterizar aventura, em conformidade com Fluker e Turner (*apud* López-Richard e Chinágliã, 2004, p. 203), é preciso que esta possua três elementos básicos: «liberdade de escolha; gratificação intrínseca; e um elemento de incerteza, por exemplo, quando o resultado da experiência é desconhecido ou seus riscos são imprevisíveis». O risco seria, assim, o fio condutor das atividades de aventura e princípio aglutinador, uma vez que promove a união de pessoas na busca de objetivos comuns.

O T.A é fruto dos esportes de aventura que, por sua vez, advém das práticas expedicionárias: montanhismo, canoísmo e viagens de bicicleta. Apesar de os esportes de aventura e o T.A possuírem relação intrínseca, não são a mesma coisa. O T.A possui caráter recreativo, não competitivo, prezando pela harmonia do grupo, guiado pela vontade de romper com os próprios limites. Dentre as modalidades de T.A, para além dos citados acima, estão: a escalada, o slackline, rapel, rafting, trekking, hiking, entre outros. Há atividades de aventura que não estão preocupadas com a natureza ou com seu uso sustentável. É o caso das práticas relacionadas ao uso de motores, tais quais: trilhas com 4X4 e motos.

Neste trabalho em particular, optou-se por debruçar sobre o cicloturismo (viagens de bicicleta), pelo fato de haver uma aceitação maior por parte da população, tanto no que diz respeito ao aspecto cultural como econômico, sem mencionar a preocupação que se possui em relação ao meio ambiente. Isto porque a região do Baixo Parnaíba tem o cerrado como bioma, ou seja, um ecossistema frágil, mas extremamente importante, sobretudo do ponto de vista pluviométrico. Desde 2018 a região foi considerada como parte do semiárido nordestino, devido ao processo de desertificação (Senado, 2018). Neste caminho, os profissionais de turismo, focados em reduzir os impactos no meio natural, têm buscado com maior frequência a utilização das bicicletas, que surgem como uma solução eficiente para uma proposta de turismo mais sustentável (Neiman; Rabinovici, 2010).

Nesse aspecto, o cicloturismo vem movimentando, em seu bojo, cinco modalidades: o turismo no espaço rural, o ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural e gastronômico. Essa modalidade permite o lazer, contando

com a natureza e a experiência de conhecer detalhes de lugares que seriam imperceptíveis em outros meios de transportes (Carvalho, 2013).

Nesta modalidade, o desenvolvimento de rotas pode atuar como vetores de diversificação da economia regional e local, gerando empregos, valorizando a cultura e conservando os patrimônios (ambientais e histórico-cultural), incentivando o fluxo de turistas, mesmo em baixa temporada (BENI, 2006). O cicloturismo representa muito mais do que apenas uma forma eficiente e econômica de viagem (Cavallari, p. 133, 2016).

Esse tipo de turismo não é uma novidade no mundo contemporâneo. No entanto, no Brasil, este gênero vem ganhando força nas pequenas cidades, sobretudo neste momento de Pandemia da COVID-19, promovendo uma transformação na sociedade, haja vista ter uma procura maior por atividades ao ar livre, que fez com que se potencializasse o distanciamento físico-social. Na fase mais aguda da Síndrome Aguda Respiratória Grave (SARS), o cicloturismo funcionou como instrumento de escape da realidade, alterando os processos psicossociais, atenuando os problemas econômicos aliados ao fechamento de comércios, de espaços de lazer e de atividades físicas (Poggi, 2020).

Essa mudança nos hábitos ocorreu devido às medidas restritivas aconselhadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), direcionando essas atividades físicas para espaços abertos e ao ar livre, promovendo uma nova cultura de mobilidade urbana nas pequenas cidades, deslocando pessoas a espaços que antes eram desconhecidos, construindo possíveis rotas e trilhas (Moscarelli, 2019).

Nessa perspectiva, este estudo propõe três novas rotas que contribuem de forma significativa para a prática do cicloturismo, como instrumento de T.A, na região do Baixo Parnaíba, especificamente no município de São Bernardo/MA. As rotas apresentam características diferentes umas das outras, contudo, possui um aspecto em comum: aproximar o indivíduo com o meio ambiente, por meio de paisagens deslumbrantes, como, rios, lagos, dunas, praias e florestas, além de atrativos histórico-culturais.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA

O Brasil é um dos países com maior biodiversidade, possuindo biomas como Amazônia, Mata Atlântica, Campos Sulinos, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Zona Costeira e Marítima. Seus diversos ecossistemas apresentam um cenário rico para os segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura, que se fundamentam em princípios e critérios, apontando que o alcance da sustentabilidade socioambiental está associado ao processo de planejamento participativo, como integração intersetorial e inserção da comunidade local para contemplar as necessidades de infraestrutura e qualificação profissional para a gestão sustentável da atividade (Capobianco, 2004).

Nesta perspectiva, foi pensando nas questões que o presidente Itamar Franco (1992-1994) criou um grupo Interministerial para abordar o tema. Este era formado pelos Ministérios da Indústria, do Comércio e do Turismo, do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pelo Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), além de contar com a participação de diversas Organizações Não Governamentais (ONG's). Naquela ocasião, devido a necessidade de elaborar políticas públicas para o setor, houve a necessidade de entender a temática e forjar um conceito que pudesse nortear as iniciativas. Como resultado deste grupo, se publica um documento oficial, intitulado “As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, no qual passou a conceituar o segmento, o entendendo como um:

[...] segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambiental por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2010, p. 19).

Nessa mesma percepção, a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES) apresenta um conceito semelhante, definindo que o “ecoturismo é uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local” entre outras diversas interpretações e definições para Ecoturismo (TIES, 2021).

No entanto, apesar dos esforços para articular, elaborar e implementar o Ecoturismo, foi apenas em 2001, que o Instituto Brasileiro de turismo (Embratur) promoveu, uma oficina com objetivo de planejar e fundamentar uma Política Nacional de Fomento ao Turismo de Aventura, além de conceber a estrutura básica para a formação de um guia nacional de turismo de aventura e de um manual de orientação aos Municípios. Percebe-se que, inicialmente não se possuía clareza e exatidão sobre esta modalidade de turismo, uma vez que, parecia não ter compreensão sobre o seu surgimento e trajetória. Assim como demonstravam certo desconhecimento em relação aos trabalhos publicados sobre o setor.

Se tratava de um segmento novo, sabendo-se apenas que derivava da prática de esportes de aventura e se apresentava como um ramo do turismo com novo enfoque de ofertas e possibilidades. Do mesmo modo, é neófito em termos conceituais e no que diz respeito à produção científica (Moura Filho, 2003 p. 3).

Quando se trata de Brasil, a primeira definição de Turismo de Aventura, foi elaborada em 2001, pela EMBRATUR, o entendendo como sendo:

[...] o segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural (ABETA e MTur, 2009, p. 29-30).

Neste sentido, percebe-se que, mesmo advindo dos esportes de aventura e das práticas expedicionárias, como visto anteriormente, há uma exigência em relação aos procedimentos e equipamentos para garantir segurança em meio ao desafio proposto. Outro fato importante a ser considerado, é distinguir o segmento das atividades esportivas competitivas. O intuito é promover um momento recreativo e de lazer, no qual o único propósito é se superar com o apoio do grupo e não estabelecer uma competição entre os participantes. Desse modo, mesmo os eventos que possuem proximidade com o segmento, como as Corridas de Aventura, não podem ser considerados como T.A, pois fogem do desígnio deste.

Em 2005, o Ministério do Turismo, elabora um novo conceito, que acaba por retirar o caráter mercadológico do segmento, o identificando como: “movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não-competitivo” (MTur, *apud* ABETA, 2009, p.30). Os *movimentos turísticos* contemplariam os requisitos referentes ao deslocamento e a estadia, o que de fato caracterizaria a atividade turística (ABETA e MTur, 2009).

De todo modo, o turismo na natureza possui grande potencial de implementação no país. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), 10% dos turistas em todo o mundo tem como demanda modalidades de turismo relacionadas ao meio ambiente, com faturamento anual estimado em US\$ 260 bilhões, do qual o Brasil se apropria de cerca de US\$ 70 milhões (OMT, 2021). Nesse panorama mercadológico, a Associação Brasileira das Agências de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), vem reforçando a prática dessas atividades de Turismo de Aventura e Ecoturismo no país, acreditando que no Brasil, há potencial ainda inexplorados pelas atividades turísticas por meio de uma gestão responsável além das já conhecidas (ABETA, 2021).

Sabe-se que o Ecoturismo e o Turismo de Aventura, se tornaram importantes segmentos no cenário mundial. Passaram a ser comercializados por empresas e profissionais de várias localidades, uma vez que as belezas naturais potencialmente podem propiciar diversas práticas de atividades (De Castro et al, 2019). Entretanto, para o desenvolvimento dessas práticas, são necessárias empresas e profissionais qualificados. Nos segmentos citados, a ABETA contribui como entidade de classe, a empresarial, para a implementação do segmento, bem como para o crescimento da atividade, do ponto de vista econômico Além de investir em ações para que houvesse aceitação social e ambientalmente viável, promovendo, diversos fatores, dentre os quais: a satisfação para os clientes; a imagem positiva de divisas para o Brasil; o acesso e uso sustentável da natureza; o retorno financeiro para os empregadores; a inclusão; e a geração de renda para comunidades de destinos turísticos locais.

Neste caminho, na tentativa de estabelecer certificação e normalização das práticas de Turismo de Aventura e Ecoturismo, a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), asseguram aqueles que promovem e buscam realizar este tipo de turismo, haja vista prezar pela qualidade e segurança nos

serviços de cada prática, de modo a fazer com que o turista se sinta bem durante todo o desenvolvimento das atividades (ABNT, 2021). Entretanto, este procedimento acaba centralizando os roteiros de aventura em áreas luminosas do turismo, onde há mais facilidade de fluxos de capital e investimentos.

### 3. SEGMENTO DO CICLOTURISMO

O cicloturismo é uma das atividades praticadas no ecoturismo e turismo de aventura, que utiliza a bicicleta como principal meio de transporte. Este, por sua vez, acaba por movimentar setores importantes da economia local, além de utilizar infraestruturas de apoio locais (Lamont, 2009). Há exemplos internacionais que evidenciam que o incentivo ao cicloturismo pode servir como catalisador de investimentos na redução da emissão de gases poluentes. Weston (*et al*, 2012), afirma que na Europa o cicloturismo reduz entre 50% e 80% das emissões de gases de efeito estufa. Assim, o cicloturismo é considerado um nicho de mercado de turismo que tem potencial para fornecer uma gama de benefícios econômicos, sociais e ambientais para a comunidade em geral (Faulks *et al*, 2010).

Nesse contexto, podemos caracterizar o cicloturismo com base em vários critérios, tais quais: a) experiência de ciclismo em lugares afastados da região de moradia fixa; b) pode estender-se em um único dia ou vários dias de viagem; c) a natureza da atividade de cicloturismo não é competitiva; d) andar de bicicleta deve ser o objetivo principal da viagem; e) a participação no cicloturismo ocorre apenas em um contexto ativo; e f) cicloturismo é uma forma de recreação ou lazer (Lamont, 2009).

No Brasil, o cicloturismo é reconhecido como um segmento do turismo de aventura pelo Ministério do Turismo (Lei nº 11.771/2008), que junto ao ecoturismo foi a principal motivação de 25,6% das viagens de lazer realizadas internamente no país no ano de 2019 (IBGE, 2020). Os destinos mais procurados foram: Chapada da Diamantina (BA); Chapada dos Veadeiros (GO); Caminho da Luz (MG); Serra da Canastra (MG); Estrada Real (MG/SP/RJ); Serra da Mantiqueira (SP/RJ); Circuito do vale Europeu (SC); Caminho da Fé (SP); Lagamar (SP/PR) e Circuito Costa Serra & Mar (SC). Desse modo, o ciclista brasileiro tem movimentado o ecoturismo e turismo de aventura nas mais diversas áreas e cidades.

Esse panorama tem crescido ainda mais, durante a pandemia da COVID-19, que direcionou o comportamento do viajante para tendências focadas nas experiências que podem ser favorecidas com o cicloturismo. Poggi (2020), relata que há uma demanda maior por atividades na natureza, com menor aglomeração e passeios realizados em grupos pequenos, como também uma preferência por produtos locais e empreendimentos realmente sustentáveis. Essas tendências alavancam mais oportunidades para segmentos do turismo em espaços rurais, podendo aliar-se ao turismo rural, que são destinos menos procurados e próximos ao local de origem dos turistas (Peixoto, 2018).

No começo do último ano, 2020, o setor de bicicletas registrou queda de 70%. Em contrapartida, a Associação Brasileira de Setor de Bicicletas (Aliança Bike, 2019) relatou que aumentou a sua demanda em 50% no ano seguinte, 2021, em comparação ao ano anterior 2019-2020. Com isso, o setor de venda de bicicletas vem crescendo significativamente.

#### 4. CICLOTURISMO NO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE (SÃO BERNARDO/MA)

O território do Baixo Parnaíba, em sua maior parte, abrange a Mesorregião Leste Maranhense (Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia, Água Doce, Araióses, Santana, São Bernardo, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria, Milagres do Maranhão, Brejo, Anapurus, Chapadinha, Belágua, Mata Roma, S. J. do Rio Preto, Urbano Santos). O território tem seu limite ao norte com o oceano Atlântico e a mesorregião norte maranhense, ao sul Mesorregião Leste Maranhense, a Oeste com a Mesorregião Norte Maranhense e a Leste com o estado do Piauí, (Azevedo et al, 2016) conforme ilustra a **Figura 1**.



pode ser um instrumento capaz de guiar o poder público para a de diversificação e estruturação econômica para as regiões rurais, mais afastadas dos centros urbanos dos pequenos municípios. Nesta perspectiva, este estudo se propõe a investigar três propostas de rotas que vêm sendo desenvolvidas pelos próprios ciclistas, desde 2019, no município de São Bernardo/MA, sendo estas: i) a Rota da Cachaça; ii) a Rota Racha Coco; e iii) a Rota Pequenos Lençóis. A seguir procurar-se-á detalhar melhor as três rotas.

#### 4.1. Rota da Cachaça

A rota da cachaça consiste em um trajeto de 23,85 km, considerado de nível fácil para ciclistas (**Figura 2c**). Localiza-se entre a BR MA-034 e a zona rural do município de São Bernardo/MA. É um circuito que abrange 03 povoados (São Raimundo, Santo Antônio e Marrecas), reconhecidos por serem grandes produtores da cachaça, de cana de açúcar e do caldo de cana. A região também se destaca como patrimônio histórico-cultural, haja vista o seu passado remeter-nos ao período escravagista, onde é possível avistar engenhos, imaginar as dinâmicas sociais da época, (**Figura 2d**), igrejas (**Figura 2a**) e casarões do século XIX (**Figura 2b**).

**Figura 2** – Rota da cachaça



Fonte: Os autores, 2021.

**Figura 3** – Paisagens características da rota da cachaça



Fonte: Os autores, 2021.

Ao longo do o trajeto há vários atrativos e o ciclista pode observar como são os alambiques artesanais (**Figura 3a**), e como é feita produção da cachaça, além de desfrutar das belezas naturais, como, floresta de carnaubais (**Figura 3c**), canaviais (**Figura 3b**) e o rio Buriti (**Figura 3d**). A acessibilidade da rota se modifica de acordo com as estações do ano, tornando o percurso cada vez mais desafiante no período chuvoso (dezembro a junho) devido às cheias do rio e estrada de chão enlameada.

#### 4.2. Rota Racha Coco

Os povoados do município de São Bernardo no Maranhão (Cajueiro, São Miguel, Currais) vistos na **Figura 4**, vêm sendo explorados pelo ciclismo durante o período de pandemia, uma vez que a população passou a procurar atividades ao ar livre como forma de evitar aglomerações nos espaços das academias. É certo que o ciclismo já é um esporte em crescimento há algum tempo, antes mesmo do período pandêmico, mas vem se fortalecendo, tornando-se necessário a criação de rotas.

**Figura 4** – Povoados que formam a rota Racha Coco



Fonte: Os autores, 2021.

Neste caminho, a rota Racha Coco vem ganhando popularidade entre os ciclistas de São Bernardo e de cidades vizinhas, por três motivos: I) por ser um percurso de longa distância, o que possibilita desafiar os limites individuais; II) ser seguro; e III) por conta do seu contato direto com a natureza, pois é um percurso que passa por carnaubais (**Figura 5a**) e florestas de coco babaçu (**Figura 5b**), resultando no nome de batismo da rota. Esta percorre os povoados referidos anteriormente, onde localizam-se os pequenos fabricantes do óleo de coco babaçu.

**Figura 5** – Característica da rota racha coco



Fonte: Os autores, 2021.

O destino possui aproximadamente 30.7 km de distância saindo de São Bernardo/MA (**Figura 5c**). A trilha que percorre três povoados é considerada de nível médio, conta com estrada de chão com boa estrutura, apesar da distância, passando por mata fechadas, rio, pontes e áreas rurais, tornando-se atrativo para a prática de atividades de aventura.

### 4.3. Rota Pequenos Lençóis

A rota dos pequenos lençóis é um percurso de nível avançado que se estende por 236,6 km pela BR MA-034 e BR MA-315, ligando os municípios de São Bernardo/MA e Paulino Neves/MA. Essa rota atrai bastante a atenção dos ciclistas devido ao cenário natural, compostas por deslumbrantes dunas e lagoas de águas frias e cristalinas, passando por atrações famosas como rios, buracos azuis e praias paradisíacas.

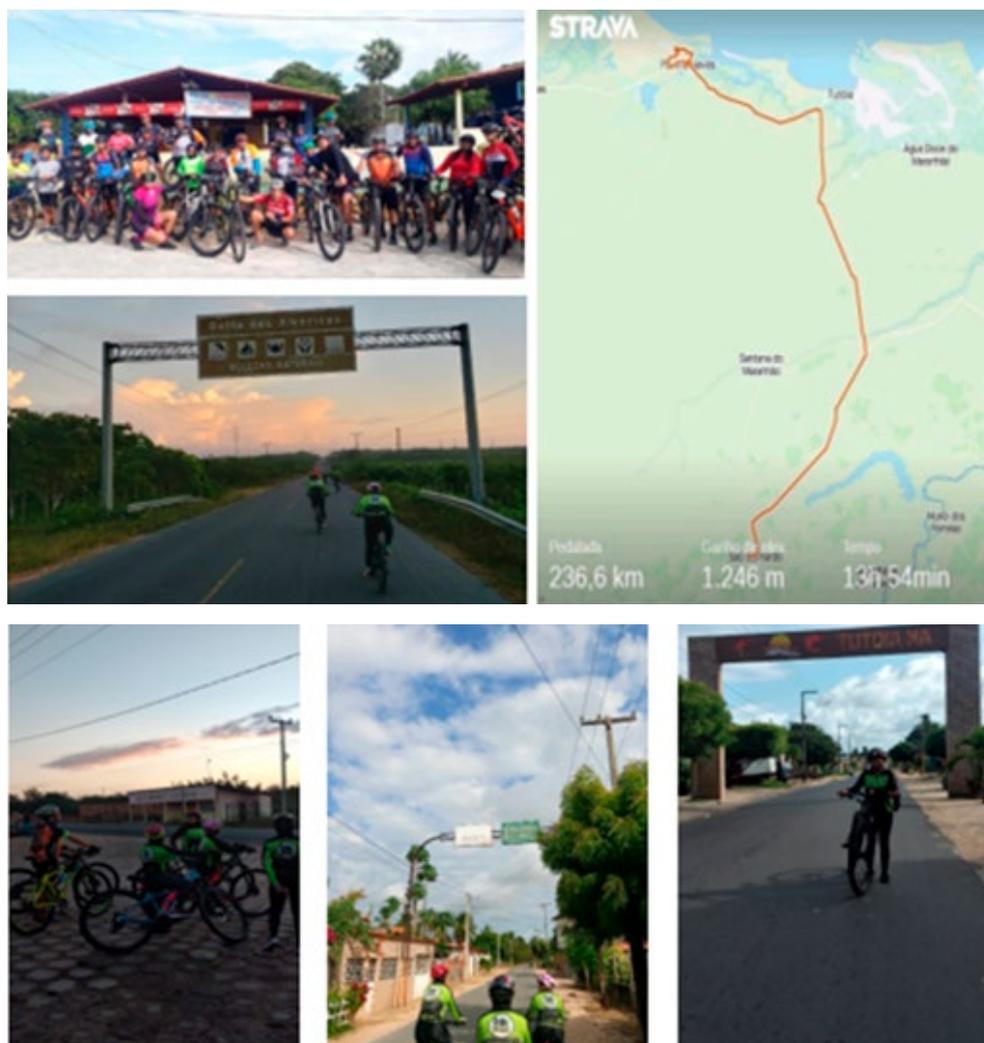
**Figura 6** – Paisagens naturais ao longo da rota dos pequenos lençóis



Fonte: Os autores, 2021.

A escolha do município ocorreu devido aos atrativos naturais da região de Paulino Neves também conhecido como Rio Novo dos Lençóis, atribuído pela sua privilegiada localização geográfica na região de transição entre a Área de Proteção Ambiental (APA) do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e do Delta do Parnaíba, conhecido regionalmente como Pequenos Lençóis Maranhenses. Durante esse percurso, os ciclistas contam com veículo de apoio ao longo de todo o trajeto, realizado com 05 paradas (**Tabela 1**) para hidratação, alimentação e manutenção das bicicletas.

Figura 7 – Percurso e paradas



Fonte: Os autores, 2021

**Tabela 1** – Quilometragens partindo de São Bernardo até cada parada de apoio.

Paradas de apoio e tempo	Quilômetros	Referências
1ª Mamorana/MA - 10min	25km	Google Maps; App Strava.
2ª Cana Brava/MA - 10min	41km	
3ª Barro Duro/MA - 15 min	71km	
4ª Tutóia /MA - 20 min	80km	
5ª Restaurante Capote - 20 min	97km	

Fonte: Os autores, 2021.

## 5. MATERIAL E METODOLOGIA

Este estudo se fundamenta na pesquisa de cunho qualitativo, valorizando tanto as fontes secundárias quanto primárias. No que concerne à investigação em fontes secundárias, dividiu-se a análise em duas etapas. A primeira, valorizou-se a leitura de documentos oficiais e diretrizes políticas relativas ao Turismo de Aventura. A segunda fase, por sua vez, tratou-se de fazer o levantamento, a leitura e exame dos artigos publicados em periódicos, livros e anais de evento.

A pesquisa em fontes primárias se baseou em metodologia exploratória, uma vez que, há poucos dados sobre o tema abordado, na Região do Baixo Parnaíba e em São Bernardo, em particular. De acordo com Sellitz et al. (1965), todo o estudo que busca enveredar por novas ideias, seguindo suas intuições, com o intuito de adquirir maior familiaridade com o objeto pesquisado, pode ser considerado exploratório. Esta metodologia é capaz de ampliar o conhecimento do pesquisador sobre a temática, abrindo caminho para futuros pesquisadores interessados em se enveredar sobre o assunto na região trabalhada.

Pode-se considerar exploratória também porque o autor participou, não apenas de atividades propostas pelos grupos praticantes do cicloturismo, como também atuou no mapeamento, no levantamento fotográfico e na descrição das rotas na região. Isto acabou por possibilitar o entendimento, não apenas teórico, mas também prático do segmento que se propõe a estudar. Além disso, a experiência somada às fontes secundárias e primárias, viabilizaram a confrontação de dados, além de conferir uma precisão maior sobre a análise.

Nesse caminho, o autor propôs averiguar três diferentes rotas para o cicloturismo na região do Baixo Parnaíba Maranhense, com diferentes características e níveis de dificuldades: rota da Cachaça; rota Racha Coco e rota dos Pequenos Lençóis (um dos destinos mais conhecidos do Brasil). Tendo

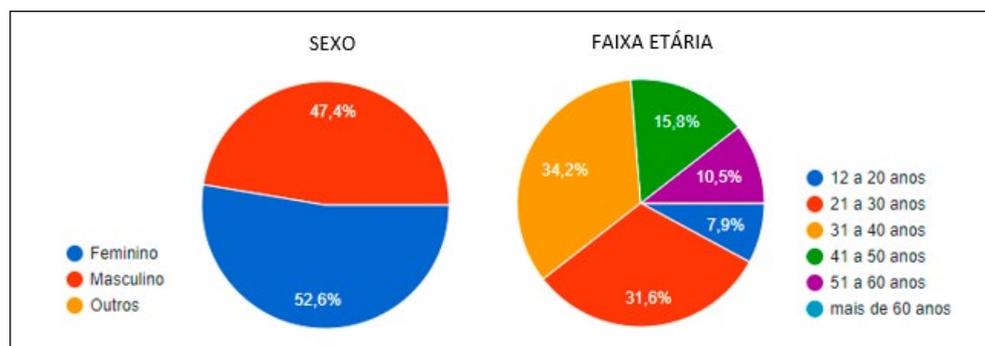
como foco na escolha das rotas, utilizar desde os destinos menos conhecidos, até os mais famosos.

Apesar de priorizar a pesquisa qualitativa, ao longo do percurso da investigação, percebeu a necessidade de se levantar dados quantitativos, no intuito de conferir maior embasamento ao trabalho. Desse modo, a inquirição foi realizada por meio de instrumento de coleta de informações estruturado (formulário on-line) na plataforma do Google Forms. Ela foi realizada junto a 38 ciclistas (número de participantes dos grupos de cicloturismo na região) do município de São Bernardo/MA. As questões foram estrategicamente elaboradas em 10 perguntas objetivas, sobre o perfil, a prática do ciclismo e as rotas propostas. A análise qualitativa foi composta por elementos básicos como, políticas públicas relacionadas ao conceito de ecoturismo, sendo elas: a) perfil do ciclista; b) mobilidade; c) envolvimento das comunidades locais; d) infraestrutura; e e) benefícios da atividade.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os 38 ciclistas participantes deste estudo, a maioria eram mulheres, entre 21 e 30 anos. Esse perfil indica que as mulheres vêm cada vez mais se inserindo nessa nova modalidade do ciclismo, conforme expressa o **Gráfico 1**, que também indica que a modalidade vem crescendo nas pequenas cidades.

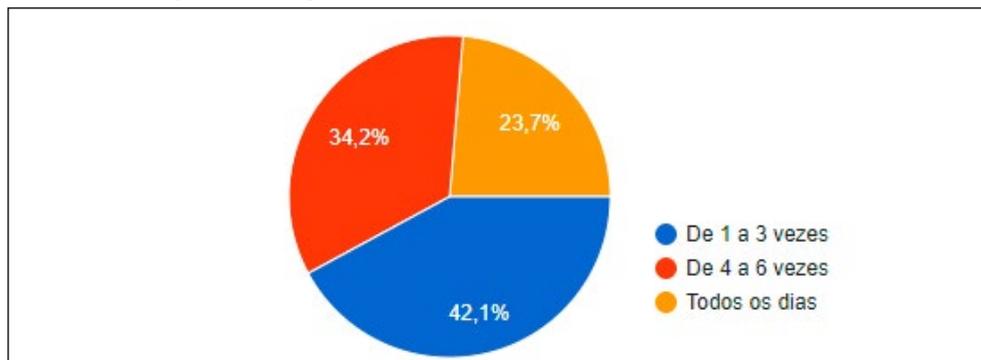
**Gráfico 1** - Perfil do ciclista do município de São Bernardo



Fonte: Os autores, via Google Formulários, 2021.

No **Gráfico 2**, podemos observar que a média de utilização da bicicleta na vida dos ciclistas é bastante considerável, isso indica que a prática dessa modalidade está cada vez mais presente no dia a dia desses indivíduos, seja como lazer ou prática de esporte.

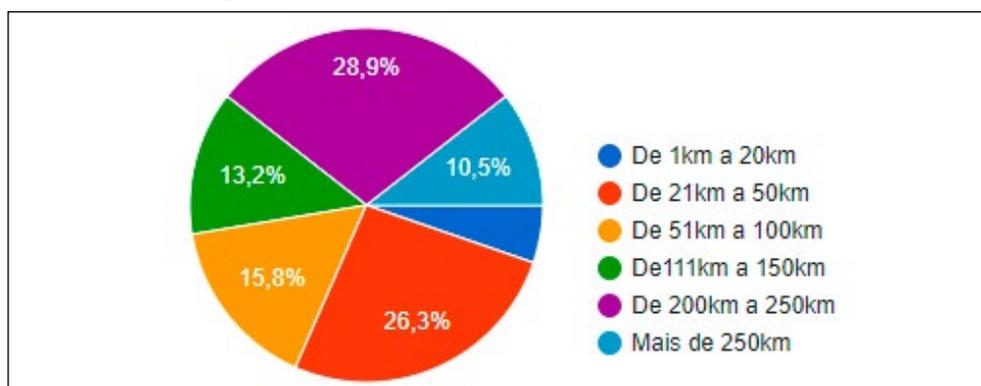
**Gráfico 2** – Utilização da bicicleta por semana



Fonte: Os autores, via Google Formulários, 2021.

Com base nas rotas propostas neste estudo, o **Gráfico 3** destaca que 28,9% dos entrevistados já se deslocam em grandes distâncias, indicando que possuem preparo físico significativo para percorrer rotas de nível desde fácil a avançado. Isso é um indicativo da grande disponibilidade para a prática desta atividade com frequência.

**Gráfico 3** – Extensão de percursos dos ciclistas



Fonte: Os autores, via Google Formulários, 2021.

Com o crescente aumento de eventos de ciclismo (Longão) entre as cidades vizinhas, o percurso nas rodovias tem se destacado como preferencial entre os ciclistas, sendo expressivamente as estradas de asfalto, as favoritas, conforme revela o **Gráfico 4**.

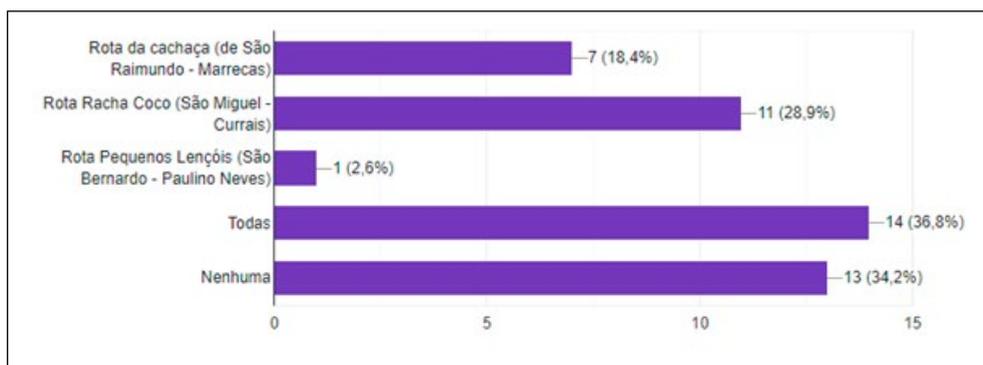
**Gráfico 4** – Tipos de vias preferências dos ciclistas



Fonte: Os autores, via Google Formulários, 2021.

A diversidade de possíveis rotas na região do Baixo Parnaíba Maranhense, por intermédio do município de São Bernardo, vêm ganhando maior visibilidade entre a população de ciclistas. O **Gráfico 5** mostra que 36,8% (a maior parte dos entrevistados) conhecem e/ou já percorreram as rotas propostas neste estudo.

**Gráfico 5** – Rotas já percorridas pelos ciclistas

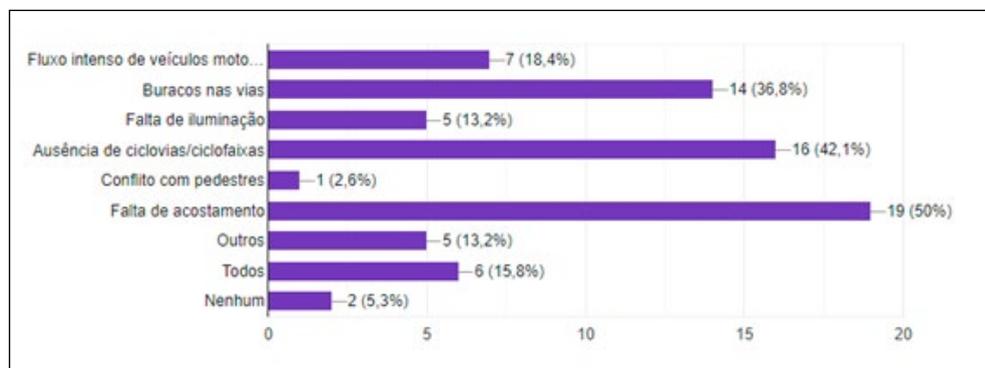


Fonte: Os autores, via Google Formulários, 2021.

Esta informação é de fundamental importância para o incentivo da criação de novas rotas, e conseqüentemente para o desenvolvimento do turismo local, uma vez que, os destinos são variados e cada um deles apresentam características particulares, levando também visibilidade para cada destino, apesar de toda falta de infraestrutura.

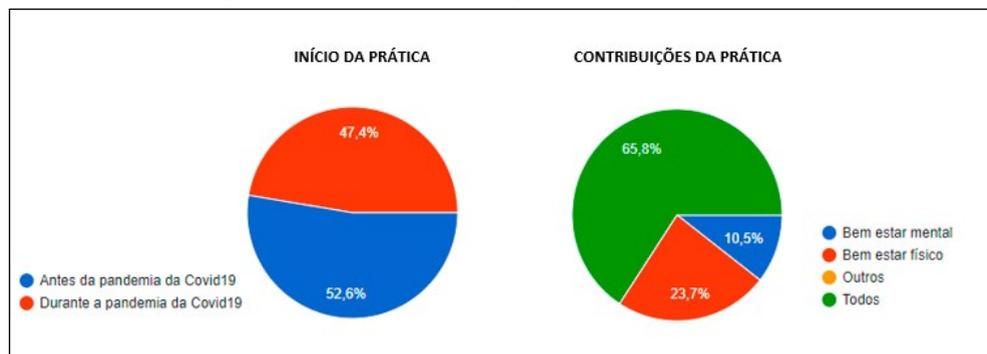
Apesar do incentivo para a prática desta atividade, ainda não existe investimento público e/ou privado voltado ao cicloturismo. No **Gráfico 6**, percebe-se que a carência de infraestrutura básica, como a falta de acostamento (50% das indicações) ainda é um dos fatores que impedem um melhor desenvolvimento da atividade na região.

**Gráfico 6** – Condições desfavoráveis a prática do ciclismo



Fonte: Os autores, via Google Formulários, 2021.

É significativo os benefícios que o ciclismo traz à saúde e ao bem estar dos indivíduos antes mesmo da pandemia da COVID-19, como revela o **Gráfico 7** (em início da prática – 52,6%). A prática dessa atividade física, vem se intensificando cada vez mais em decorrência da melhoria na qualidade de vida, reduzindo eventuais complicações e transtornos de saúde, conforme destaca o **Gráfico 7** (em contribuições da prática – 65,8%).

**Gráfico 7** – Aspectos da prática do ciclismo relacionados a pandemia da COVID-19

Fonte: Os autores, via Google Formulários, 2021.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, os autores esgravataram sobre o Turismo de Aventura, buscando defini-lo e discerni-lo de outros nichos de mercados que são semelhantes e, que em alguns momentos, podem produzir confusão, desentendimento e desinformação, para os leitores mais desatentos, a exemplo do Ecoturismo. Certamente, há aspectos em comum, como a tentativa de fuga do cotidiano citadino, buscando na natureza, o conforto e a reposição das energias para se preparar para o retorno ao trabalho em ambientes insalubres. Nesse caminho, procurou-se evidenciar as características daquele segmento, que deve possuir ao menos três elementos essenciais, como supra-mencionado, tais quais: a autonomia sobre a escolha, a compensação simbólica e a incerteza. O risco, seria assim, o elemento fundante da atividade de aventura.

Mencionamos também que o T.A é fruto dos esportes radicais, que possui suas raízes mais profundas nas práticas expedicionárias, tais quais: canoísmo, montanhismo e viagens de bicicleta. Todavia, apesar de o T.A ser fruto daqueles, ele não possui caráter competitivo, mas sim, recreativo, valorizando o equilíbrio do coletivo, cujo objetivo é romper os próprios limites. Neste capítulo, por sua vez, elegeu-se tratar sobre o cicloturismo, por ser um meio de transporte popular na cidade de São Bernardo e Região do Baixo Parnaíba Maranhense, que valoriza, tanto aspectos culturais quanto ambientais.

Revelou-se ainda que, o cicloturismo tem a capacidade de movimentar cinco modalidades distintas, quais sejam: o turismo no espaço rural, o ecotu-

rismo, turismo de aventura, turismo cultural e gastronômico. É capaz, nessa perspectiva, de propiciar o lazer na natureza, viabilizando olhares e perspectivas que outros meios de transportes não são capazes de proporcionar. Nesse contexto, os resultados da pesquisa demonstram o lado positivo que o cicloturismo pode gerar em uma região, e mais precisamente nas suas localidades. A atividade cicloturística abrange valorizar o patrimônio histórico-cultural e natural, aumentar a conscientização da população local sobre a necessidade de proteção do meio ambiente e bem estar pessoal, além de divulgar as rotas para o desenvolvimento do cicloturismo e economia local.

Ao longo das rotas propostas neste estudo, pode-se contemplar a paisagem cênica, formada pelas belezas naturais e encantos característicos da região (os rios, riachos, praias, buracos azuis, a vegetação do cerrado, entre outros), potencializando turisticamente todo o Baixo Parnaíba Maranhense para outros segmentos, como o ecoturismo e turismo de aventura. Porém o resultado deste estudo, enfatiza a falta de infraestrutura das estradas, bem como a importância do desenvolvimento de projetos para a melhoria dessas áreas. Além, é claro, de estabelecer uma política contundente que não se atenha apenas aos aspectos teóricos (a elaboração de documentos norteadores), mas que seja capaz de criar critérios que possam instrumentalizar e viabilizar estas práticas em regiões periféricas, valorizando grupos e empreendedores locais.

Conclui-se deste modo, que o cicloturismo pode se desenvolver como um novo nicho de mercado na região do Baixo Parnaíba Maranhense. Esta pesquisa ressalta, portanto, o potencial deste segmento, contribuindo de forma significativa com o poder público, haja vista conferir instrumentos e dados palpáveis, ainda que exploratórios, que possibilitam compreender o turismo em sua amplitude, como uma nova fonte econômica, atuando na sua diversificação através da criação de micro e pequenos negócios voltados para a modalidade.

Sobre as rotas, esta pesquisa obteve indicativos que a inserção de um fluxo turístico significativo, também evita a sazonalidade, garantindo a visitação mesmo em baixas temporadas. A presença do cicloturismo no local poderá dar a população, uma movimentação na economia dessas cidades junto ao desenvolvimento, já que a bicicleta é considerada o meio de transporte do futuro.

## REFERÊNCIAS

ABETA; MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. dos Autores.

ALIANÇA BIKE. **Após Queda no Início da Pandemia, Mercado se Recupera e Venda de Bicicletas Apresenta Alta de 50% em Relação ao Mesmo Período de 2019**. Acesso em 02 de agosto de 2021. Disponível em: <https://aliancabike.org.br/aumento-nas-vendas-de-bicicletas/>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA (ABETA). Disponível em: [http://www.abeta.com.br/ptbr/pgn.asp?id\\_pg=153&nivel=2](http://www.abeta.com.br/ptbr/pgn.asp?id_pg=153&nivel=2). Acesso em: 01 ago. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Comissões de Estudo**. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/cb54/restrito.asp>. Acesso em: 04 ago. 2021.

AZEVEDO, J. R., DANTAS, J. S.; FARIAS, M. F. **Análise Sobre a Política Territorial no Baixo Parnaíba**. EDUFMA, São Luís-MA, 2016.

BENI, M. C.. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. (1994). Ministério do Turismo. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. EMBRATUR, Brasília.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico**. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília, 2010.

CAPOBIANCO, J. P. R. **Os biomas brasileiros**. In: Camargo, A., Capobianco, J.P.R., Oliveira, J.A.P. (Eds.). *Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: Estação Liberdade/ Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. pp.127-165, 2004.

CARVALHO, T.J.L., RAMOS, J.L. SYDOW, E. **O ecoturismo como fator de desenvolvimento da atividade turística nas cidades de Araguaína e Nova Olinda (TO)**. Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, 2013, v.6, n.4, pp.63-82.

CAVALLARI, Marcel Mattos, TOLEDO, Marcos Miranda. (2016). **What is the Name of the Babassu? A note on the confusing use of scientific names for this important palm tree**. Scielo, 2015. Acesso em 23 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rod/a/Jv39FtkDjXCHdb3NKpq8Rkt/#:~:text=They%20concluded%20that%20the%20first,scientific%20community%2C%20being%20currently%20used>.

DE CASTRO, J., SOUZA, H. A. S., TELLES, R., GARCIA, E., AMARAL, J. P. e BALASSIANO, R. SALDANHA, L. **O Cicloturista Brasileiro: relatório geral**. Rio de Janeiro: Coppe-UFRJ, 2019.

EMBRATUR. **Guia para Oficinas de Treinamento dos Agentes Multiplicadores do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília: EMBRATUR, 2001.

LÓPES-RICHARD, V., CHINÁGLIA, C. R. **Turismo de Aventura: conceitos e paradigmas fundamentais**. Turismo em Análise, 2004, V. 15, n.2, p. 199-215.

FAULKS, P., RITCHIE, B. W., TKACZYNSKI, A. **Understanding the Motivation and Travel Behavior of Cycle Tourists Using Involvement Profiles**. Journal of Travel & Tourism Marketing, 2010, 27:409-425.

IBGE. **Consulta de área, população e dados básicos dos municípios**. 2018. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em julho de 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Turismo 2019**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em julho de 2020.

KNEIB, E. C. E., PORTUGAL, L. S. **Caracterização da Acessibilidade e suas Relações com a Mobilidade e o Desenvolvimento**. In: PORTUGAL, L. S. (Org.) Transporte, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2017, p. 65-88.

LAMONT, M. Independent Bicycle Tourism: A whole tourism systems perspective. **Tourism Analysis**, 2009, v. 14, n. 5.

MOSCARELLI, R. Slow Tourism Infrastructure To Enhance The Value Of Cultural Heritage. In Inner Áreas. **Il Capitale Culturale: Studies on the Value of Cultural Heritage**, 2019, n. 19. Disponível em: <https://riviste.unimc.it/index.php/cap-cult/article/view/1957>. Acessado em 20 de junho de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Coronavírus (COVID-19)**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em julho de 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Disponível em: <http://www2.unwto.org/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

POGGI, M. **Turismo pós Covid-19: Insights para empresas e destinos**. Strategia Consultoria Turística Ltda, 2020.

PEIXOTO, N.E.S. **Identificação dos parâmetros de infraestrutura de transporte urbano que influenciam na mobilidade do turista**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2018.

SALDANHA, L., SANTOS, M. P. S. E., FRAGA, C. **O Papel de Instrumentos de Planejamento para o Desenvolvimento do Cicloturismo em Âmbito Internacional**. Anais do XIII Rio de Transportes, Rio de Janeiro, 2015.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SENADO. **Os Municípios do Baixo Parnaíba Poderão Ser Incluídos na Região do Semiárido Nordestino**. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/14/municipios-do-baixo-parnaibapoderao-ser-incluidos-na-re>

giao-do-semiarido-nordestino. Acessado em 06 de agosto de 2021.

SWARBROOKE, J. et al. **Adventure Tourism: the new frontier**. Oxford, UK: Butterworth-Heinemann, 2003.

TIES (The International Ecotourism Society). **Conferência de Ecoturismo e Turismo Sustentável**. Disponível em: // [www.ecotourismconference.org](http://www.ecotourismconference.org). Acesso em: março, 2021.

UVINHA, R.R. **Atividades de Aventura**: reflexões a partir do setor de turismo de aventura. Anais do V Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo. Belo Horizonte, MG.

WESTON, R., DAVIES, N., LUMSDON, L., MCGRATH, P., PEETERS, P., EIJGELAAR, E. E PIKET, P. **The European Cycle route network Eurovelo - Study**. European Paliament, Bruxelas, 2012.





# OS CONTRIBUTOS DO PARKOUR NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE AVENTURA NOS ESPAÇOS RURAIS

**Edvaldo José Garcia Gonçalves**

Residente em Saúde Mental  
Bacharel em Educação Física  
ejgg@academico.ufpb.br

**Mateus David Finco**

Docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPb)  
Doutor em Informática na Educação  
mateus.finco@academico.ufpb.br

## 1. INTRODUÇÃO

A ação que o movimento humano representa e a intervenção ao meio em que vive, possibilita interações ativas motivadas por diversas necessidades, seja na obtenção de alimento, atividades laborais ou até mesmo práticas de lazer, como por exemplo as atividades turísticas naturais.

O turismo de aventura na natureza cresce em todo o mundo e a busca à uma pluralidade de práticas, objetificadas pela imersão cultural, social e ambiental é bastante comum pelos seus praticantes (Coriolano; Morais, 2011). Imbuído neste contexto, está a realidade do Brasil, contemplado com as mais diversas riquezas naturais, variabilidade esportiva, estabilidade climática e baixo risco de desastres naturais, possui no turismo de aventura na natureza uma potencialidade econômica.

O Estado da Paraíba, associa a essas características, um povo simples e muito acolhedor, tornando-se um destino turístico encantador e agradável. Nele diversas atividades físicas são exploradas, cada uma geralmente associada a uma região e à cultura local, destacam-se desde atividades nas praias, morros, cânions, parques ecológicos, ou até mesmo realizadas nas áreas urbanas, a exemplo do *Parkour*.

Localizada na caatinga do Planalto da Borborema do estado da Paraíba, está a cidade de Araruna, classificada como Região Turística do Sertão, com potencial para turismo ecológico, natural e de aventura, bem como para turismo religioso/histórico/cultural. Em sua Zona Rural fica o Sítio Macapá, caracterizado pelo relevo irregular, suas formações rochosas, e é o local onde foi aplicada a prática do *Parkour* em que se desenvolve esta pesquisa.

O *Parkour* chega ao Brasil e à Paraíba respectivamente entre os anos 2004 e 2006, popularizado através de vídeos de seus praticantes na internet, é predominantemente praticado por adolescentes que se reúnem para treinar, ainda sem sistematização, nas praças e em espaços públicos urbanos. As diferenças entre os participantes (biotipo, raça, etnia, cor, idioma ou limitação física) não são apreciadas, em virtude de sua prática ser contextualizada fora do eixo competitivo originalmente e cada praticante tem o seu estilo próprio de movimentação e os treinos se adequam às necessidades particulares.

**Figura 1:** Sítio Macapá.



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Paralelamente foi difundida a sua prática em meio natural, transcendendo o ambiente urbano de sua origem, mas não interferindo na liberdade de criar novos trajetos, com movimentos que consistem essencialmente em saltar, pular, correr e escalar, usando como instrumento de transposição apenas o corpo. Sua movimentação típica está presente nas possibilidades corporais da ginástica, que são saltar, equilibrar, rolar/girar, trepar e balançar (Coletivo de Autores, 1992).

Com o fortalecimento do turismo de aventura, a exploração das áreas naturais e o incremento das atividades de esporte de aventura na natureza e no suporte às atividades turísticas fora dos centros urbanos, pequenas cidades com pouca ou insignificante exploração comercial, cinge o turismo como forma de captação de recursos e ascensão financeira.

Para Oliveira, Freitas e Nóbrega (2018), à medida que o turismo utiliza do espaço para desenvolver-se e que este pertence às pessoas que o habitam, é primordial envolvê-las com as atividades e com os turistas, bem como a integração com os atores principais destas atividades (poder público, iniciativa privada e comunidade) respeitando o interesse da comunidade acerca do que se espera como produto desde o planejamento das atividades.

Os profissionais em atividades de esporte de aventura na natureza, firmam parcerias com moradores seguindo a política turística, para prática de forma sustentável, que conforme Godoi e Amaral (2019), torna-se um produto inesgotável e gerador de renda através de toda a extensão da cadeia prestadora de serviços, desde que tenha uma gestão responsável. Tem-se um mercado a ser explorado pelo profissional de educação física, elucidando desde as práticas de entretenimento e lazer até a capacitação e treinamento para as atividades de esporte de aventura na natureza.

Percebe-se a necessidade da produção textual científica a fim de suplantarmos o *Parkour* em meio natural e ofertá-lo como uma alternativa crescente e coesa, além de contribuir com o crescimento econômico das regiões pouco exploradas turisticamente ou com baixo desenvolvimento econômico.

Embasados nessas justificativas, questiona-se neste estudo **quais os contributos do *Parkour* no desenvolvimento do turismo de aventura nos espaços rurais**. O objetivo geral desta pesquisa foi avaliar o potencial do *Parkour* como uma alternativa ao esporte de aventura na natureza, ampliando as atividades de turismo no espaço rural no estado da Paraíba. Como objetivos específicos para a realização do estudo, buscou-se identificar as experiências, conhecimentos e práticas sobre o *Parkour*; observar através das vivências, estratégias para a prática da atividade no meio rural; e caracterizar a viabilidade do *Parkour* como alternativa de atividade física para turismo de aventura na natureza em espaços rurais;

Para atendê-los, o marco teórico foi construído no universo norteador para o entendimento dessa pesquisa seccionado em três blocos versando respectivamente sobre a Historicidade do *Parkour*, as atividades e o meio natural, por fim o turismo e a aventura.

## **2. PARKOUR: HISTORICIDADE**

O *Parkour* surgiu na cercania da cidade de Paris, na França, na década de 1980, utilizando da cidade a sua volta e dos objetos a ela pertencente, no qual jovens reuniam-se para praticar uma forma diferente de movimentação, criando assim uma nova disciplina (Angel, 2011).

É oportuno citar a reflexão de Foucan (2008) que expressa sua relação e o início do *Parkour* em Lisses, na França, ainda criança com seus amigos. Para

eles, a prática oportunizava maneiras diferentes de se deslocar pela cidade, com bastante ludicidade, brincavam com as estruturas urbanas e deram continuidade na vida adulta consagrando o *Parkour*, o percurso de obstáculos.

O praticante pioneiro David Belle, que creditou a criação do nome *Parkour* a Hubert Kound, junto com Yann Hnautra lideravam um grupo chamado de *Yamakasi* (palavra Lingala que significa Homem forte, espírito forte) de praticantes de *Parkour*, baseadas no treinamento militar do influente desenvolvedor da educação física militar francesa, Georges Hébert, que lhe foram ensinadas por seu pai Raymond Belle (Edwards, 2012).

A prática do *Parkour* não foi vista inicialmente como possibilidade de um treinamento de resgate, um trabalho ou como uma diversão, emergiram das classes baixas e, similar às danças de rua, lutou para ser reconhecida exigindo uma organização mais contundente para afirmar a atividade. Lordello (2011) conta que Belle e Foucan entram para a brigada do corpo de bombeiros, algo determinante no desenvolvimento do *Parkour*. Contudo, a consequência de assumir essa responsabilidade foi drástica, uma vez que, Foucan fratura o braço em um acidente sério e Belle fratura o punho.

Nomeadamente *Parkour*, tem suas raízes retomadas há mais de um século, idealizado durante as viagens através do mundo de George Hébert (1875-1957), no chamado Hebertismo, inspirado na habilidade e no desenvolvimento físico de indígenas africanos, para criar o seu método de treinamento (JUBE, 2020). A autora afirma que a experiência com a erupção vulcânica catastrófica em St. Pierre/França, ocorrida no início do século XX, no ano de 1902, na qual Hébert heroicamente coordenou o resgate e a fuga de aproximadamente 300 pessoas, contribuindo assim para o desenvolvimento do que seria o Método Natural de Educação Física, reforçando sua crença na relação positiva entre bravura, altruísmo e habilidade atlética, numa síntese filosófica da relação da moral e do físico baseado no *ethos Etre fort pour être utile* que significa ser forte para ser útil.

O tenente da marinha francesa Georges Hébert, em suas viagens no começo do século XX, concentrava-se especialmente nas pessoas aptas fisicamente, que mesmo sem equipamentos de ginástica, eram fortes, ágeis e torneadas, levando-o a concluir que as atividades para sanar necessidades básicas daqueles, foram suficientes para proporcionar boa forma e saúde. Fundamentou assim o conjunto de atividades denominado de Educação Natural (Soares, 2003).

Conceituado como uma prática coletiva corporal, o *Parkour* prioriza o autoconhecimento e a auto superação (Andrade; Cunha, 2009), firma-se em um conjunto de princípios, que norteiam a evolução pessoal com a finalidade de ajudar os outros, utilizando as habilidades desenvolvidas e apropriando-se da prática como meio de ressignificação à vida, ao estilo pessoal de deslocar-se no ambiente e meios de superar obstáculos físicos e mentais (Perrière; Belle, 2014).

Idêntico ao que incidiu em outros países, a internet foi o canal que popularizou o *Parkour* no Brasil. Com características de aparente radicalidade, a prática no país causou certa polêmica, visto que foi inicialmente desenvolvida por um grupo composto por jovens de São Paulo conhecido por *Le Parkour* Brasil, frequentemente confundidos como vândalos por utilizar diferentes ambientes urbanos de maneira não convencional. Nesse caminho, popularizou-se no país através de eventos e projetos sociais que o introduzem como veículo de socialização e cultura, evidenciando atualmente o aumento do número de seus praticantes (Stramandinoli; Remonte; Marchetti, 2012).

A prática do *Parkour* está concentrada no Sul do Brasil e seus professores têm em média vinte oito anos de idade, oito anos de experiência e quatro lecionando, possuem em sua maioria, curso superior em áreas distintas, em virtude da existência de profissionais regulamentados nas áreas de esporte e aventura na natureza. Todavia, há instituições de ensino superior com disciplinas específicas na formação em Educação Física, justificando a maioria dos profissionais pertencerem a esta área (Moreno, 2018).

É com o desenvolvimento e expansão dos movimentos do *Parkour* com foco no indivíduo, respeitando os potencialidades e dificuldades individuais que surge o *Free Running*, com o objetivo de aplicar a disciplina na própria vida listando lições da prática, em virtude da indivisibilidade dos aspectos mentais e físicos. Segundo Foucan (2008) é a partir deste ponto que o *Free Running* evolui de um esporte para uma arte, conceituando-o como a arte expressada em seu próprio ambiente, de ilimitada movimentação, produz a arte do movimento e da ação. Esta é conceituada como o evento vital mais importante. O autor expõe que pessoas ativas fazem e vivem sua vida por completo, as demais apenas conversam sobre a vida.

### 3. TURISMO E A AVENTURA

O turismo se tornou um dos setores mais importantes da atividade econômica, e um fator diferenciador de sucesso fundamental na vantagem competitiva dos serviços turísticos é a qualidade (Peixoto; Neumann, 2009). Considerado como um bem social de primeira necessidade, tem-se notado uma necessidade em adaptar os serviços e atividades turísticas, de modo a se encontrarem ao alcance de todos (Deville, 2009).

O Turismo é uma fonte de receitas para empresas privadas e públicas, é gerador de empregos, utiliza de espaços geográficos, sejam eles naturais ou artificiais produzidos pelo homem. Nos últimos anos potencializa o segmento de aventura, praticado em ambientes naturais, urbanos e em estruturas artificiais, englobando passeios e emoções, exige técnicas e equipamentos específicos, com riscos controlados pela adoção de procedimentos para garantia da segurança pessoal e de terceiros e respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural, diferente do segmento esportivo que envolve competição (Coriolano; Morais, 2011).

As autoras ainda afirmam que, obtemperando os esportes de rendimento, no turismo de aventura se experimenta adaptação de atividades com objetivo de entreter sujeitos leigos e sem experiência e para isso, prioriza-se a ausência de competição, mesmo nas modalidades radicais. Fundamentada em lazer de aventura, pressupõe a conservação e preservação dos espaços, produzidos ou naturais, atrativo aos turistas que buscam uma viagem específica e especial.

Boullón (2000) lembra que o turismo de aventura está relacionado a viver a emoção de interagir de forma ativa com o meio natural e com os autóctones, conhecer/trocar experiências em novos caminhos, através de um esforço mensurável previsto sem grandes dificuldades, dotado de ações que causem emoção e integração entre os grupos, opondo-se, por exemplo, ao passageiro de um ônibus que observa o meio, sem interagir, sentir ou tocá-lo. Para Bruhns (2000), o que torna o segmento emocionante e atrativo para prática de atividades de aventura e determina como a variação dos fluxos turísticos ocorrem, é a busca por emoções em lugares inóspitos, o caráter recreativo e o desejo por se conectar a novas experiências.

Resgatando a relação e à compreensão da busca de sensações, tem se produzido pesquisas etnográficas interessantes com alta variabilidade de

modalidades de esportes radicais, embora exista um conflito político no que tange a regulação, exploração comercial e elaboração de políticas públicas para essas atividades entre entidades do esporte e do turismo (Bandeira, 2017). Em sua grande maioria esses estudos têm a oferta e o consumo de esportes de ação como preocupação central, procuram entender a existência dos esportes radicais como mercadorias ofertadas atualmente na sociedade e, no desejo de revelar a natureza da experiência proporcionada por essas atividades e traduzir o conjunto de fatores que sustentam seu uso continuado, se unem aos estudos sobre mercado consumidor (Spink; Aragaki; Alves, 2005).

Quanto à regulamentação e visibilidade do desenvolvimento do turismo de aventura, existe uma prioridade do Ministério do Turismo para sua certificação com o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação em Turismo, visto a necessidade de prevenção de acidentes e a proteção dos praticantes durante a realização da atividade. Sua complexidade compreende uma diversidade de atividades de risco, que resultam em incidência de perigos bastante divergentes. Assim, percebe-se que as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) são instrumentos que possibilitam a definição de políticas públicas e, para certificação de empresas e organizações da prestação dos serviços, servem de referência.

É de responsabilidade do Ministério do Turismo o patrocínio financeiro do desenvolvimento e da publicação dessas normativas regulamentadoras, todavia não é responsabilidade nem de sua competência desenvolvê-las. A esperança é que sua contribuição sirva para prevenção de acidentes e tornem o país um possível e seguro destino do turismo de aventura. No Brasil, essa normatização promove segurança e qualidade do serviço, no nível técnico, pelo uso adequado do controle de risco, no trabalho responsável das empresas e dos profissionais, afinal a segurança é garantida pelo profissionalismo dos que trabalham nesse segmento e o conjunto de todos fatores são motivadores para o turista.

Simmel (1988) destaca a relação entre a entrega do ator da prática da aventura aos poderes e acidentes do mundo, evidenciada na relação estreita entre eles, aos quais nos possibilita o deleite, entretanto, também a destruição. Ressalta também como o perigo no percurso conduz a uma variabilidade de acidentes ocorridos nas atividades de aventura, estabelecendo a crença

que os mesmos assumiram uma qualidade particular de risco que, decisivamente, transcendem o cotidiano vivido ao assumir uma qualidade onírica quando sua intensidade capaz de levar a um distanciamento da vida.

Revela-se para estas ocasiões o papel do aventureiro, que entregue ao destino, coloca a vida em perigo no desejo de desfrutar a excitação do risco, a essa situação existe uma relação de paixão, coragem e medo, mas que mesmo assim estimula um mercado crescente, que deve ser regulado, fiscalizado e desenvolvido com responsabilidade.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se classifica como pesquisa de natureza qualitativa fenomenológica, com a tipologia exploratória e de corte transversal. Os dados foram coletados através de grupo focal, sendo a análise dos resultados realizada através da análise de conteúdo, a fim de interpretar os resultados obtidos com a pesquisa de campo.

A pesquisa qualitativa é uma excelente forma de buscar entender a profundidade e relações do ser humano. Dando ênfase na subjetividade deixando de lado a objetividade e os dados estatísticos, permitindo conhecer o significado dos fenômenos através da opinião dos pesquisados. Este tipo de pesquisa busca compreender o sentido de uma experiência em um ambiente característico para os participantes e a relação dos componentes e suas combinações na formar um todo (Thomas *et al.*, 2001, p. 323). Pretende analisar as essências dos fenômenos de acordo com a percepção e visão que os investigados têm do mundo, tornando esses estudos subjetivos e não mensuráveis numericamente. O pesquisador coleta os dados no campo e não manipula as variáveis, buscando um ambiente mais natural possível.

Existem diferentes tipos de pesquisa qualitativa, porém as mais utilizadas são: Fenomenológica, Etnográfica e Pesquisa-ação. A pesquisa Fenomenológica, norteadora deste trabalho por ser mais indicada para a precisa coleta de dados em relação à questão norteadora, visa delinear o significado comum que os participantes possuem das experiências vividas em fenômenos, procurando encontrar uma descrição de essência universal (Creswell, 2014, p. 72). Esse tipo de pesquisa geralmente utiliza entrevistas para coletar os dados (podendo ser gravadas ou escritas), fazendo duas perguntas amplas

e gerais, porém também pode fazer uso de relatos, observações, representações artísticas como descrição.

Norteou-se essa pesquisa com tipologia exploratória que, segundo Me-deiros (2003), buscando descobrir, elucidar ou explicar fenômenos que não eram aceitos apesar de evidentes, resultando em novos produtos e processos através de impulsos criativos, partindo de experimentações exploratórias podem inovar ou inventar.

A pesquisa exploratória busca levantar informações de um objeto mapeando as condições de sua manifestação em um campo de trabalho delimitado (SEVERINO, 2007). Ainda para o autor, ela coloca o próprio objeto em condições de observação e manipulação experimental. De planejamento flexível, envolve o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema e análise de exemplos que estimulem a compreensão permitindo diversos ângulos e aspectos sobre o tema (Prodanov, 2013).

Estudos transversais são aqueles que analisam um ponto específico num dado momento, descrevem uma espécie de fotografia dos dados abdicando do que aconteceu antes ou depois do estudo. Nele, a pesquisa é realizada em um curto período de tempo, em um determinado momento, ou seja, em um ponto no tempo, tal como agora, hoje, com os dados coletados em um momento do tempo (Creswell, 2010).

Identificando a técnica de análise de conteúdo como norte para produção desse projeto, fez-se necessário compreender seu conceito. Severino (2007), a traduz como um conjunto tecnicista de exame das comunicações, que compõem uma metodologia consistente de tratamento da análise de informações em documentos, sob forma de discursos em linguagens diferentes, orais, escritas, gestos e imagens com objetivo de compreender criticamente o sentido presente ou oculto nas comunicações.

Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), essa técnica serve para ler e interpretar o conteúdo de todo modelo de documentos, que analisados adequadamente favorecem o conhecimento de fenômenos e aspectos da vida social não acessíveis de outro modo.

A análise de conteúdo qualitativa, serve de suporte para captar seu sentido simbólico no exame de um texto utilizando pressupostos variáveis. Este sentido pode estar oculto e o seu significado múltiplo. Por isso, um texto contém variados sentidos e, conforme colocam Olabuenaga e Ispizúa (1989, p. 185)):

(a) o sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo; (b) o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor; (c) um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes; (d) um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente.

Além disso, é importante salientar a possibilidade investigativa dos textos dentro de perspectivas múltiplas, visto que concomitantemente, em qualquer mensagem escrita, podem ser computadas orações, palavras e letras; podem existir as frases categorizadas, descrição estrutural lógica das expressões, verificar as conotações, denotações, associações e também podem formular-se interpretações políticas, sociológicas ou psiquiátricas (Krippendorf, 1990, p. 30).

A análise de conteúdo das entrevistas no grupo focal resultou na categorização de três eixos, sendo o primeiro sobre conhecimentos no *Parkour*, o segundo sobre as experiências corporais vivenciadas e a terceira sobre viabilidade da prática do *Parkour* em meio natural.

A pesquisa foi aplicada no Congresso Técnico Científico de Turismo e Aventura na Natureza, realizado de 25 a 27 de outubro de 2019, na zona rural da cidade de Araruna/PB, conhecida por sua geografia favorável aos esportes de aventura na natureza, especificamente no Sítio Macapá, em virtude das estruturas favoráveis à prática.

Figura 2: Sítio Macapá.



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Desenvolvida com os dois alunos do curso do Bacharelado em Educação Física, um profissional atuante na área de *Parkour* formado em Educação Física e com 10 anos de experiência, dois gestores públicos e oito convidados, maiores de 18 anos, de ambos os sexos, independente de gênero e orientação sexual, sem restrição médica às práticas de exercícios provenientes do *Parkour*. A pesquisa foi aplicada no ambiente natural, com um número total de treze sujeitos. A amostra é intencional e não probabilística.

Utilizou-se na pesquisa um grupo focal, delineado por questões norteadoras, apoiado em teorias e hipóteses relacionadas à pesquisa, com indagações a partir das respostas dos informantes resultando frutos a novas hipóteses surgidas e com foco principal colocado pelo investigador-entrevistador. Segundo Iervolino (2001) grupo focal é adequado em estágios exploratórios de uma pesquisa, quando se quer expandir o entendimento de um projeto, programa ou serviço, a possibilidade de associação a outras técnicas de coleta de dados e é valorizado pelas condições de custo operacional baixo e pela velocidade da obtenção de dados válidos e confiáveis.

**Figura 3: Grupo focal.**



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

A pesquisa contém questões elaboradas pelo pesquisador a fim de caracterizar os sujeitos pesquisados e atender aos objetivos específicos da pesquisa, bem como diário de campo, que se distingue também pela flexibilidade em seu

desenvolvimento, pela construção progressiva do objeto investigado e pela abertura para o mundo empírico, nele abarcando objetos complexos (Pires, 2008).

Dentre os equipamentos para registros escritos, utilizou-se de Pranchetas, canetas e equipamentos eletrônicos de registro de imagem e áudio/imagem, uma câmera digital marca Sony modelo Cybershot, de 14.1 megapixels e lentes Carl Zeiss Vario-Tessar, com 4Gb de memória e autonomia de 2:30 min de bateria, bem como um celular Zenfone 5 Selfie com câmera de 20 megapixels e capacidade de gravação de 3 horas para gravações de áudio, vídeo e imagens.

Como o estudo envolveu seres humanos, foi reverenciado nas diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas, contida na Resolução de nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Desta maneira o projeto de pesquisa foi submetido a um Comitê de Ética em Pesquisa e encaminhado de forma on-line à Plataforma Brasil. Aprovado sobre o número de protocolo 2.856.558 de pesquisa junto a instituição proponente, UFPB – Centro de Ciências Médicas, deu-se início a coleta de dados. Todo e qualquer participante esteve garantido e isento de prejuízos para o caso de desistência do estudo a qualquer momento. Respeitando a segurança dos participantes da pesquisa, disponibilizou-se um kit de primeiros socorros, para atendimento eventual, bem como a presença do instrutor capacitado para executar as medidas de segurança.

## 5. RESULTADOS

Os resultados foram categorizados em dois tópicos para atender aos objetivos específicos da pesquisa. A organização das questões norteadoras segue respectivamente esses objetivos, duas questões para cada um deles, agrupando as similaridades dos dados e falas obtidas originaram-se os tópicos apresentados.

Atendendo o primeiro objetivo específico que observou através das vivências, estratégias para a prática da atividade no meio natural, suas potencialidades e pontos negativos, bem como a comparação com outras modalidades. Por fim, a viabilidade da prática e sua possibilidade mercadológica, ambientes e volição nortearam o segundo assunto para atender ao último objetivo.

Analisando a transcrição da coleta temos o surgimento de palavras mais destacadas nas falas dos sujeitos, conforme quadro abaixo:

**Tabela 1: Distribuição por Palavras-chave.**

PALAVRAS-CHAVE	QUANTIDADE DE INDICAÇÕES
Instrutor/ professor/profissional	20
Movimento	14
Prática/praticar	13
Confiança	10
Conseguir	8
Natureza	8
Viável/ barato	8
Psicológico	6

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A tabela 1, demonstra que a presença do profissional qualificado, identificado pelas palavras instrutor, professor e/ou profissional, é de suma importância para a execução da atividade, ela reforça a experiência do praticante, reconhecendo seus conhecimentos prévios e oportunizando movimentos mais seguros no desenvolver da prática. Revelou a primeira necessidade de verificar nos indivíduos pesquisados o conhecimento pessoal sobre o *Parkour*.

A relação das palavras confiança, conseguir e natureza, evidenciou a sensação de liberdade da prática em meio natural, minimizando o desconforto do meio urbano devido a discriminação ou inibição da realização dos movimentos e uso de estruturas, o que origina a categoria de análise da experiência em meio natural.

Por fim e não menos importante a terceira categoria, viabilidade de prática, é reforçada pela fala dos praticantes destacando dois pontos, o primeiro seu custo e acessibilidade de equipamentos e estrutura, o segundo a relação com os efeitos psicológicos promovidos pelo ambiente de prática, destacando as três categorias evidenciadas neste trabalho.

## 6. VIVENCIANDO NOVAS EXPERIÊNCIAS NO MEIO RURAL: O POTENCIAL DO PARKOUR NA NATUREZA

A relação homem e natureza traduz uma intimidade, visto as possibilidades e desafios de novos caminhos. No *Parkour* em meio natural não

existem restrições e/ou pressões sociais interferindo na liberdade do uso das estruturas, inibindo participantes, basta executar a atividade com responsabilidade e preservação do ambiente.

O *Parkour* na natureza, resgata no praticante sensações e emoções, tanto quanto a percepção da relação dos movimentos corporais com a interação no meio rural. Essas possibilidades de práticas acabam remetendo os praticantes a um afastamento das problemáticas urbanas, uma vez que há um processo de marginalização dos praticantes, uma discriminação na utilização dos equipamentos, até mesmo a inibição promovida pelo medo de errar diante de um público maior.

A interferência humana ao meio natural com responsabilidade e prevenção garantem redução de danos e impactos, promove um turismo sustentável, uma prática duradoura num ambiente pouco explorado ou transformado, que necessita de cuidados para ser preservado.

O participante A diz ser mais prazeroso do que no meio urbano, o contato com a natureza traz uma sensação de liberdade. Já o participante D diz que nunca fez em meio urbano por ter um público maior assistindo que o inibe. O participante H falou do resgate benéfico ao contato com a zona rural e o desenvolvimento do turismo de aventura e o participante G resgata a ausência de danos à natureza e de reclamação quanto ao uso das estruturas por proprietários de locais privados ou seguranças em locais públicos no meio urbano.

Andrade (2009) revela o preconceito sofrido em relação ao uso dos espaços para treino, visto que o *Parkour* é algo novo, não amistosamente percebido e julgado como algo destrutivo. Aponta a naturalidade do enfrentamento dos preconceitos e problemas, principalmente força de segurança pública no tocante aos espaços e com sociedade em geral que interpretam os que ficam a saltar muros e escalar paredes como vândalos. Considerando as determinantes e desigualdades sociais, a marginalização dos sujeitos interfere diretamente no desempenho, autoconfiança e volição, bem como na escolha dos espaços para desenvolvimento dos treinos.

A preocupação com a sustentabilidade já foi fundamentada neste trabalho e corroborada por Godói e Amaral (2019), ao falar do Plano Nacional de desenvolvimento sustentável do turismo de aventura, outrora muito debatida pela antítese das palavras desenvolvimento e sustentabilidade,

que não será tratada neste trabalho, mas que deve ser considerada para o desenvolvimento de qualquer prática em meio natural e a preservação deste. Importante ressaltar que o profissional deverá desenvolver habilidades motoras, autoconfiança, cultura do *Parkour* em consonância ao cuidado com o meio ambiente, preservação das estruturas e manter uma boa relação com as pessoas, praticantes, espectadores e/ou autóctones.

Encara-se com maior naturalidade a prática em meio natural, em virtude de uma relação homem-natureza ser mais permissiva, evadindo um pouco das regras sociais do meio urbano. Spink, Aragaki e Alves, (2005) acrescem uma compreensão de risco desejado, que estimula o praticante e o impulsiona em direção da atividade, em um nível inferior no turismo de aventura quando comparado com as práticas dos esportes radicais.

Com praticantes menos tensos e mais estimulados, fruto de um maior contato com a atividade na natureza e com o desenvolvimento socioeconômico da região, uma preocupação que surge é no tocante aos processos participativos que ainda amadurecem no nosso país, observa-se alguns até contemplarem a participação comunitária apenas na apresentação dos projetos para consulta. Oliveira, Freitas e Nóbrega (2018) reforçam que as relações existentes entre o turista e o público local das regiões turísticas podem ser afetadas negativamente se não houver satisfação com o que está proposto, por parte deles, sejam as pessoas de contato direto com os turistas, as empresas turísticas, ou mesmo as pessoas que não tem contato direto.

## 7. POTENCIAL AO TURISMO DE AVENTURA EM MEIO RURAL

Conforme abordado anteriormente, dentre os participantes estavam, pessoas ligadas a gestão turística de Araruna, ao trabalho com esporte e aventura na natureza e estudantes inscritos na oficina de *Parkour* ministrada pelo profissional de Educação Física que conduziu a atividade no Evento de Turismo ao qual foi inserida a coleta. Isso foi muito importante para perceber os resultados quanto à coleta deste tópico.

O *Parkour* como atividade física na natureza a ser ofertada e implementada nas atividades turísticas na Paraíba, viabiliza-se através de acompanhamento profissional, reconhecimento da localidade onde a prática foi executada, bem como o baixo investimento, facilmente reconhecidos nas falas dos sujeitos.

A inexistência de um modelo único de atividade e a possibilidade de cada um inserir nela seu repertório motor, sua cultura e seus conhecimentos prévios, permite que a sensação de superação se internalize, em oposição a superação ao outro prevista na prática de esportes. O *Parkour* propõe um desafio, um trajeto com barreiras a ser percorrido, mas o como, será resultado de diversos fatores pessoais únicos. Moreno (2018) destaca a presença dos princípios integrados técnico-tático e do socioeducativo, como balizadores da metodologia do ensino do *Parkour*.

O participante A, reforça a segurança que sentiu junto ao acompanhamento profissional reduzindo os riscos na atividade e que mesmo com o desgaste no deslocamento até o local do percurso, se sentiu confortável na realização da atividade. Afirmou também que o *Parkour* deveria ser implementado nas escolas da região, nas aulas de educação física, para desenvolver as habilidades motoras nos jovens, em virtude do baixo custo da modalidade e possibilitando apropriação e possibilidade de desenvolvê-la.

O instrutor vislumbra o ensino do *Parkour* como veículo fundamental para o desenvolvimento social e particular da comunidade e suas necessidades. O participante B, complementa dizendo que é uma atividade nova na comunidade, despertando o interesse dos jovens dela e retirando eles do ócio ou criminalidade. O participante D, afirma que o ensino do *Parkour* na comunidade, mesmo que desperte o interesse de poucas pessoas no início, pode despertar um interesse maior quando do aumento do fluxo turístico pela prática na região, como foram com os outros esportes na natureza lá desenvolvidos.

Pereira, Honorato e Auricchio (2020) reconhecem que a prática contemporânea do *Parkour* tem valor significativo na relação homem e ambiente, urbano ou natural, estruturado filosoficamente como atividade de domínio do corpo desafiador do ambiente de forma eficiente, transgressora, emocionante e estética.

O participante H, traz para a conversa o privilégio dos recursos naturais da região, da atratividade da prática e do acompanhamento pessoal como atrativo turístico favorecendo o aumento de recursos da região, podendo estes serem a melhora das questões de acessibilidade e prestação de socorro ofertadas na cidade. Convida-nos a aplicar a prática na cidade de Picuí, por ter estrutura parecida e é complementado pelo professor que relata prática

nos Cânions de Gramame e Coqueirinho e nos lajedos turísticos do estado.

Sobre a participação do público feminino nos esportes de aventura da natureza, percebemos no *Parkour*, a sua baixa representatividade, corroborado por Palavro (2016), evidenciando uma participação de onze por cento de mulheres, e no relato do instrutor destacando que ocorre em meio urbano ou natural. A participante J, única representante do sexo feminino do grupo, fez todas as atividades propostas e relata os momentos de dificuldade sobre habilidades que ela não sabia desenvolver, mas que foi apoiada por todos que estavam envolvidos na prática, não apenas o instrutor. Para não desviar da proposta, não discutiremos neste trabalho as questões de gênero nos esportes de aventura na natureza.

Estimular a prática de atividade física nos jovens requer criatividade e usar o que os atrai de forma positiva para torná-los mais ativos, principalmente quando se deseja que ele desperte interesse para a escola e ao mercado de trabalho. Apostar na visibilidade da modalidade, no interesse dos praticantes, na potencialidade de atrair mais praticantes para região é uma oportunidade que está ao alcance de qualquer profissional que deseje desenvolvê-la.

O aumento das relações interprofissionais envolvendo a educação, o turismo de aventura, o meio ambiente, o conhecimento popular e as especificidades do profissional de Educação Física é importante para firmar uma rede de serviço sustentável de baixo custo e que dará oportunidade para os jovens extravasarem suas energias, desenvolverem conceitos ambientais, melhorar a convivência em sociedade e sua coordenação motora.

Essa proposta surge inicialmente para o interior do estado, na tentativa de incrementar a receita dos municípios que têm potencialidade para atividades físicas na natureza, mas não é uma propriedade exclusiva do estado da Paraíba, a implantação de uma política pública educacional ou turística pode favorecer diversas regiões do país que já possuam roteiro turístico ou que desejem desenvolver práticas naturais.

O *Parkour* na Natureza vem como opção pelo resgate das origens, desenhadas no movimento natural, firmadas em centros urbanos e reingressando na natureza como conexão profunda em busca de novos significados na utilização do tempo livre de forma prazerosa e ativa.

## 8. CONCLUSÃO

O *Parkour* é uma modalidade praticada por público diversificado que tem como canal principal o acesso por mídias digitais e incorpora uma disputa internalizada de desempenho com perspectiva de superação pessoal. A vivência do *Parkour* em meio natural como alternativa ao esporte de aventura na natureza em ambiente rural apresentou resultados positivos, com o potencial de espaços naturais para prática na natureza na zona rural da cidade de Araruna.

Nota-se uma viabilidade no mercado de turismo, que vai desde o treinamento e desenvolvimento de habilidades na capacitação de profissionais, bem como a execução de oficinas e práticas de *Parkour* em meio natural, agregando às atividades de turismo de aventura já existentes e ampliando o potencial turístico local. Embora perceba-se que uma integração com a publicidade e marketing se faz necessária para evitar baixa participação ou mesmo divulgação inadequada.

Os trabalhos acadêmicos relacionados ao *Parkour* em sua maioria são referentes ao meio urbano. Nessa perspectiva, ao inserir a possibilidade da prática em meio natural amplia não somente o campo de prática como o de estudos da relação homem-meio ambiente ou mesmo as práticas de atividades na natureza existentes no campo de turismo, demonstrando a flexibilidade e relação interprofissional que podemos desenvolver com as áreas da saúde, psicologia, lazer e turismo, neste último, podendo compor políticas públicas de desenvolvimento de regiões naturais e rurais do estado da Paraíba .

Pode-se chamar o *Parkour* em ambiente natural de *Parkour Rural*, atendendo a proposta de utilizar o ambiente não urbano, enaltecendo a cultura dos autóctones, os espaços e sítios existentes e ofertando aos moradores dessas regiões possibilidades econômicas, vinculando à atividade, familiaridade com a comunidade que a acolhe.

Um benefício apontado pela pesquisa foi a experiência real de interação livre com o meio natural que reflete na qualidade de vida de pessoas oferecendo um suporte científico para o desenvolvimento da iniciativa privada e das políticas públicas para melhorar a economia e ampliar as possibilidades de utilização do meio natural para fins turísticos da população alvo do estudo.

Assim, é possível estimular diversos desenvolvimentos com a prática do *Parkour* Rural, entre estas a formação de valores, desenvolvimento de capacidades físicas e de preservação da natureza. Associando isso ao baixo custo da modalidade, as possibilidades de enriquecimento socioeconômicas e culturais seriam infindas, assim como novos recursos profissionais para os moradores e comunidades que podem se apoiar no desenvolvimento do turismo em espaços rurais.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. I.; CUNHA, F. P. **Esportes Urbanos em João Pessoa**. 58p. Relatório de Projeto de Extensão em Educação Física - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- ANGEL, J. **CINÉ PARKOUR: A cinematic and theoretical contribution to the understanding of the practice of *Parkour***. [S.I]. Copyright © Julie Angel, 2011.
- BANDEIRA, M. M. Reflexões metodológicas de uma pesquisa etnográfica sobre política e práticas na natureza. In: **VII Colóquio de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**. 2017. Disponível em: <http://motricidades.org/conference/index.php/cpqmh/7cpqmh/paper/view/104>. Acesso em: 19 de dez. 2020.
- BOULLÓN, R. **Ecoturismo: Sistemas Naturales y Urbanos**. Buenos Aires, Argentina: Liberías y Distribuidora Turísticas, 2000.
- BRUHNS, H. T. Esporte e natureza: o aprendizado da experimentação. In: SERRANO, C. M. T. **A educação pelas pedras**. São Paulo: Chronos, 2000.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**, São Paulo/SP, Ed. Cortez, 1992.
- CORIOLOANO, L. N. M.T.; MORAIS, E. O. Desvendando caminhos do turismo de aventura no Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 1, n.2, p. 3-11, 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/343> Acesso em: 31 out. 2020.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e Misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3.ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- DEVILLE, E. O desenvolvimento do Turismo Acessível: dos argumentos sociais aos argumentos de Mercado. **Revista Turismo & Desenvolvimento** n. 11, p. 39-46, 2009. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rttd/article/view/13485/9035> Acesso em: 18 ago. 2020
- EDUARDES, D. **Parkour History**. [S.I]. 2012. Disponível em: <http://www.parkourgeneration.com/article/parkour-history> . Acesso em: 15 mar. 2020.

FOUCAN, S. **Freerunning: Find Your Way**. [S.I]. Michael O'Mara Books, 2008.

GODOI, R. C. de, & AMARAL, S. C. F. O Reflexo do Projeto Neoliberal nas Políticas Públicas em Turismo e Turismo de Aventura no Brasil. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, v. 22, n.4, p.489-518. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.16278> Acesso em: 31 out. 2020.

GUTTMANN, A. **From ritual to record: the nature of modern sports**. New York: Columbia, 1978.

IERVOLINO, SA.; PELICIONI, MCF. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista Esc Enf USP**, v. 35, n.2, p.115-21, jun, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v35n2/v35n2a03.pdf> Acesso: 28 out. 2020.

JUBE, C. N. Método Natural de Georges Hébert: princípios e primeiras influências (1905-1914). **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, Porto Alegre, v. 42, 2020. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=So10132892020000100222&lng=en&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So10132892020000100222&lng=en&nrm=is). Acesso em: 31 out. 2020.

KRIPPENDORFF, K. **Metodologia de análise de conteúdo: teoria e prática**. Barcelona, Ediciones Paidós, 1990.

LORDÊLLO, A. F. **Abordagem histórico-crítica do parkour, seu processo de expansão e realidade na cidade de Salvador/BA**. Monografia de Especialização, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil, 2011.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil**. Brasília: VB Marketing e Negócios Ltda, 2008.

\_\_\_\_\_. **Dados e Fatos**. Disponível em: [http://200.189.169.141/site/br/dados\\_fatos/home/](http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/home/). Acesso em: 23 de jun. de 2020.

MORENO, J. L. **Ensino do Parkour no Brasil: Primeiras aproximações**. 36 f. Monografia (Graduação Bacharelado em Educação Física). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17252>. Acesso em: 19 de dez de 2020.

OLIVEIRA, C. L. Educação pela aventura para o desenvolvimento humano. In: PEREIRA, D. W. (Org.). **Atividades de aventura: em busca do conhecimento**. Jundiaí: Fontoura, p. 39-54, 2013.

OLIVEIRA, J. P.; FREITAS, I. N; NÓBREGA, W. R. M. Participação comunitária no desenvolvimento do turismo: um estudo no Parque Estadual da Pedra da Boca-PB. **HOLOS**, v. 6, p. 151-170, 2018.

PALAVRO, B. Perfil dos Praticantes de Parkour no Brasil *IN*: Congresso de Pesquisa e Extensão da Faculdade da Serra Gaúcha. v. 4 n. 4 ,2016: **Anais** [...] Caxias do Sul, 2016 p.285-297. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao/article/view/2096>. Acesso em: 23 mar. 2020.

PEIXOTO, N., NEUMANN, P. Factores de Sucesso e Propostas de Ações para implementar o "Turismo para Todos". Relevância Económico-social. **Revista Turismo & Desenvolvimento**. V. 11, p.147-154, 2009

PEREIRA, D. W., HONORATO, T., & AURICCHIO, J. R. *Parkour: Do Princípio Filosófico ao Fim Competitivo*. LICERE - **Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, v. 23, n. 1, p. 134-152, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2020.19690>. Acesso em: 31 out. 2020.

PERRIÈRE, C.; BELLE, D. **Des origine à la pratique *Parkour***. França: Amphora, 2014.

PIRES A. P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petropolis: Vozes; 2008. p. 43-94.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMMEL, G. **Sobre la aventura: ensayos filosóficos**. Barcelona: Península, 1988.

SOARES, C. L. Georges Hébert e o Método Natural: Nova Sensibilidade, Nova Educação do corpo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n.1, 2003. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/171>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SPINK, M. J. P.; ARAGAKI, S. S.; ALVES, M. P. Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 18, n. 1, p. 26-38, 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722005000100005&script=sci\\_arttext&tlng=](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722005000100005&script=sci_arttext&tlng=). Acesso em: 19 dez. 2020.

STOVITZ, S. D.; SATIN, D. J. Ethics and the athlete: why sports are more than a game but less than a war. **Clinical Sports Medicine**, v. 23, p. 215-225, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.csm.2004.01.002>. Acesso em: 30 abr. 2020.

STRAMANDINOLI, A. L. M.; REMONTE, J. G.; MARCHETTI, P. H. *Parkour: história e conceitos da modalidade*. **Revista Mackenzie Educação Física**, v. 11, n. 2, p. 13-25, 2012. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/4037> Acesso em: 30 out. 2020

THOMAS, Jerry R. *et al. Métodos de pesquisa em atividade física*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. Capítulo 1 e 17.



**RAÍZES DO INTERIOR:**  
o turismo e a valorização da produção da  
cachaça em São Raimundo – MA

**Isaías Silva Lopes**

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

lopes.isaias@discente@ufma.br

**Tatiana Colasante**

Docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar)

Doutora em Geografia (Unesp/Presidente Prudente)

tatiana.colasante@unespar.edu.br

**Mateus de Sá Barreto Barros**

Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP)

msb.barros@ufma.br

**Thiago Pereira Lima**

Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Doutor em Políticas Públicas (UFMA)

tp.lima@ufma.br

## 1. INTRODUÇÃO

No espaço rural, a atividade turística muitas vezes, busca envolver o visitante em aspectos particulares como a contemplação da paisagem bucólica e as práticas sociais imbricadas no modo de vida interiorano, como a culinária com utilização de ingredientes locais ou danças tradicionais, elementos que se constituem em patrimônios culturais de natureza material ou imaterial que podem ser passados de geração para geração. Ressaltamos, porém, que é necessário ter um olhar crítico quando se fala da inserção do turismo nesses espaços para não cometer o erro de camuflar a realidade social que muitas vezes traz latentes as desigualdades, subalternidades e vulnerabilidades em diversos aspectos do cotidiano da população.

Entendemos que o turismo pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores quando bem planejado e de forma a inserir esses sujeitos locais no processo de desenvolvimento da atividade, como preconizam Barbosa (2005), Scótolto e Panosso Netto (2015) e Eidt, Lima Junior e Campos (2021). No espaço rural, soma-se a possibilidade de práticas de preservação/conservação de áreas ambientais, reafirmação da identidade cultural das populações, geração de empregos e renda, além de criação de políticas públicas que possam auxiliar as famílias que vivem da agricultura familiar.

Com isso, os espaços rurais paulatinamente deixam de ser somente o *locus* da produção agrícola, mas se tornam espaços de consumo para o turismo, constituindo-se em áreas de lazer e de segunda residência e que incidiram no surgimento de novos atores sociais que estão envolvidos em diversas formas de ocupação e ramos de atividade, fenômeno mais contundente a partir da década de 1980 como já apontado em estudos de Silva (1996) e Wanderley (2009).

Notamos que o turismo no espaço rural exerce uma ação plural que é condicionada pelo entrelaçamento entre serviços e produtos existentes e aqueles que serão criados a partir do desenvolvimento da atividade. Embora sejam nítidas as transformações socioespaciais do meio rural nas últimas décadas, enfatizamos que as manifestações culturais podem resistir no tempo e no espaço em memórias, práticas e resquícios materiais. Podemos citar como exemplo os engenhos de produção de cachaça que traduzem um processo produtivo secular.

Do ponto de vista turístico, em todo o Brasil existem roteiros comerciais cujos atrativos principais envolvem a produção da cachaça como o Circuito Turístico da Cachaça em Minas Gerais e a Rota do Engenho em Sergipe (Brasil, 2016, 2022), que mostram as singularidades dos saberes e fazeres comunitários e que se tornaram importante fonte de renda para a população local. Embora hoje muitos locais de produção tenham se modernizado e possuam alcance global, em alguns lugares ainda é possível ver máquinas antigas e processos ancestrais que fortalecem a coesão social das comunidades.

Outrossim, buscamos neste capítulo apresentar reflexões acerca da importância da atividade turística em contextos rurais no interior do Maranhão de forma a valorizar aspectos da cultura local. Nesse viés, destacamos a produção de cachaça no povoado de São Raimundo, município de São Bernardo-MA, situado na região do Baixo Parnaíba Maranhense, que reflete também a história e os costumes dos moradores.

Pretendemos com o estudo ressaltar a importância da valorização da cultura local e mostrar a possibilidade de se desenvolver atividades turísticas em espaços distantes dos agentes hegemônicos do turismo com a proposta de um roteiro que contemple as especificidades do povoado de São Raimundo. Nesse sentido, buscamos desvelar possibilidades de fomento do turismo a partir de visitas guiadas em alguns engenhos de produção de cachaça, reconhecida como patrimônio cultural brasileiro.

A pesquisa ocorreu em duas fases: a) pesquisa de campo em 2019 com registro fotográfico, mapeamento dos engenhos de produção de cachaça em São Raimundo e coleta de informações com produtores e moradores antigos do povoado sobre aspectos históricos da formação territorial do povoado e da produção de cachaça; b) pesquisa bibliográfica em 2021 e 2022 em fontes secundárias para auxiliar na construção teórica da pesquisa.

Os engenhos escolhidos para a visita foram aqueles que mais têm relação com a história local, por terem elementos materiais e imateriais representativos para o povoado indicados em histórias orais contadas pelos moradores, além de estarem próximos territorialmente, facilitando a visita entre eles. Na pesquisa bibliográfica, a investigação foi feita em artigos, livros e em fontes científicas que tratam dos temas centrais da pesquisa como turismo e cultura, turismo no espaço rural, produção de cachaça e história de São Raimundo.

O capítulo foi estruturado em duas seções. Na primeira abordam-se as inter-relações entre turismo e cultura a partir de articulações teórico-conceituais para que possam compreender o papel dos roteiros turísticos como elementos fundamentais para a prática da atividade, ao mesmo tempo em que podem ser ofertados para uma gama variada de grupos sociais. No caso, privilegiamos a discussão do turismo no espaço rural.

A segunda seção versa sobre o contexto de formação socioterritorial de São Raimundo e as possibilidades de aproveitamento de seus recursos históricos para a construção de um roteiro turístico que contemple os engenhos de produção de cachaça existentes no povoado. Na sequência, dispomos das considerações finais com as principais reflexões do artigo bem como encaminhamentos para futuras pesquisas.

## 2. TURISMO E CULTURA: TRILHANDO RELAÇÕES E CONCEITOS

Podemos dizer que existem basicamente três visões do turismo: a) visão leiga que entende o turismo apenas como descanso e lazer; b) visão empresarial que compreende o turismo como gerador de rendas ou lucro, e; c) a visão acadêmica-científica que pensa o turismo como possibilidade de inclusão social, diminuição das desigualdades e como forma de diminuir os impactos negativos e aumentar os positivos. Neste último, o turismo pode ser usado como instrumento de preservação ou conservação dos espaços, culturas, povos e meio ambiente (Scótolo; Panosso Netto, 2015).

As discussões em torno do turismo na atualidade se direcionam também para uma preocupação com o meio ambiente. No entanto, é preciso falar que a atividade turística em vários casos pode contribuir para a degradação do meio ambiente, pois é uma atividade consumidora dos espaços e, com isso, faz uso de locais de forma contínua, degradando fauna e flora. Nesse sentido, pensar em um turismo alternativo que priorize o local como um produto que precisa ser preservado é importante para o êxito da atividade turística de forma sustentável.

Ignarra (2020, p. 45) explica que o turismo pode ser compreendido como o “[...] deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante”. Barretto (2014), por seu turno, afirma que o turismo é mais que

a parte econômica e que existem outros elementos que devem ser levados em consideração como toda a preparação da atividade e todas as pessoas que estão envolvidas naquele serviço. Por essa complexidade, para Beni (1998), o turismo é concebido como um “sistema” assim colocando a atividade como algo que se relaciona entre si, conectado entre suas partes.

Atualmente, o turismo é uma atividade que ganhou espaço e vem sendo praticado por vários segmentos sociais, sendo responsável por gerar aproximadamente U\$230 bilhões na América Latina, segundo projeção da World Travel and Council Tourism para 2022 (Calixto, 2022). Muito além da visão econômica, é necessário olharmos para o turismo sob uma perspectiva social, uma vez que os diferentes setores vinculados direta ou indiretamente à atividade podem trazer benefícios para as comunidades e, com isso, melhorar a qualidade de vida a partir da valorização dos saberes e fazeres locais.

O turismo cultural tem se mostrado um bom caminho para aqueles que optam por um turismo consciente, pois para ser realizado é preciso da preservação de elementos que traduzem a identidade dos diferentes grupos sociais e que podem, ao mesmo tempo, servir de atrativo. Inclusive, Pérez (2009, p. 108) enfatiza que o turismo não existe sem cultura “[...] pois o turismo é uma expressão cultural. Em termos filosóficos toda a prática turística é cultural”.

Nesse sentido, o turismo é uma prática cultural que pode promover a interação entre as pessoas e lugares, valorizando as relações de alteridade, dinâmicas e práticas sociais. Compreendemos que os locais são dotados de valores culturais, pois, nas suas práticas cotidianas os sujeitos realizam as mais diversas atividades que se diferenciam das realizadas em outras localidades. Tais atividades podem ter sido passadas de geração em geração ou desenvolvidas pela própria comunidade que ao longo do tempo cria fazeres e saberes que ajudam na sua vivência e resistência.

Para algumas comunidades, a importância desses bens culturais (i)materiais pode passar despercebida e, com isso, o desenvolvimento do turismo pode ser ainda mais desafiador. Historicamente, havia uma tendência de se valorizar como patrimônio cultural apenas elementos que eram escolhidos por uma elite ou por motivos políticos e só nas últimas décadas é que elementos da cultura popular passaram a ganhar prestígio, como critica Paes-Luchiari (2006).

Não é difícil imaginar, dentro dessa lógica, que trabalhar com a valorização da cultura nos espaços periféricos é buscar novas leituras destes pelos seus moradores para que possam compreender que o patrimônio cultural não está somente nas capitais ou grandes centros urbanos, mas em espaços que fogem à lógica hegemônica, em espaços de periferia, áreas rurais onde existem povoados, populações tradicionais, entre outros.

## 2.1 Semeando saberes e fazeres comunitários a partir de roteiros turísticos

Para Silva (2007), a busca por espaços rurais tem aumentado nos últimos anos. Nesse sentido, é importante ressaltar que até hoje não é preciso muito esforço para perceber que essa demanda continua crescendo, principalmente, a partir da pandemia de coronavírus em 2020 que fez aumentar a busca por lugares com atividades ao ar livre.

Por isso, é possível pensar nesse tipo de turismo e sua implementação diante das novas realidades e demandas que surgem ao longo do tempo, observando sempre as variáveis que podem interferir na aplicabilidade e nos resultados, como é o caso da oferta do lugar, infraestrutura básica, segurança ao visitante, apoio da comunidade, pois não podemos pensar o turismo em espaços rurais como um lugar menos atraente do que a área urbana.

O rural é comercializado turisticamente como uma área mais ligada à natureza, voltado para a simplicidade, busca por tranquilidade e com grande apelo de hospitalidade. Há que se destacar que existem diferenças conceituais entre o turismo no espaço rural e o turismo rural. No primeiro caso, estamos lidando com vários tipos de atividades que podem ser realizadas no meio rural como eventos, atividades de lazer e recreação diversas, como cavalgadas e trilhas. Já o turismo rural pressupõe instalações de infraestrutura que denotem aspectos da ruralidade, como a existência de uma propriedade que tenha plantações de hortaliças ou rebanho de gado, passíveis de serem utilizadas para o turismo (Brasil, 2010). Nesse caminho, o governo federal compreende a ruralidade como sendo:

[...]valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural e que contempla as características mais gerais do meio rural: a produção territorializa-

da de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificados pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza (Brasil, 2010, p 17).

Carvalho (2018), destaca os inúmeros benefícios do turismo no espaço rural, como a preservação do patrimônio cultural e o aumento de renda para a comunidade. Nesse sentido, podemos dizer que a ruralidade também expressa o valor que as pessoas dão ao espaço rural, pelas suas atividades realizadas nesse espaço. Portanto, a oferta de roteiros turísticos tende a agregar valor e conhecimento mútuo entre visitantes e comunidade receptora.

Pelos múltiplos atributos existentes no espaço rural e que estão sendo aproveitados para o turismo, é perceptível que as ruralidades têm potencialidade para o desenvolvimento da atividade em diferentes realidades, uma vez que cada lugar tem a sua singularidade. As transformações engendradas por agentes sociais ao longo do tempo podem vir a destruir patrimônios culturais edificados ou até mesmo as alterações na divisão internacional do trabalho repercutem em dinâmicas de êxodo rural que contribuem para que as famílias deixem os espaços rurais para buscarem melhores condições de vida nos grandes centros urbanos, forjando assim, as ilhas ou ilhotas de ruralidade presente nas periferias das cidades (Lefebvre, 2011).

Porém, podemos destacar algumas iniciativas que vêm utilizando a cultura rural como mote para o fomento do turismo, como a Rota Imperial do Café que oferece um tour pelo Vale do Café no sul fluminense, onde ainda encontram-se preservados casarões dos barões do café (várias deles transformados em hotéis-fazenda) e maquinários da época colonial, em uma paisagem que emolduram rios e matas (Rota Imperial do Café, 2018).

Na região do Baixo Parnaíba Maranhense (Mapa 1), localizada na parte leste do estado, encontramos municípios que refletem traços da ruralidade muito evidentes. Inclusive, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) indicam que o Maranhão é um dos estados brasileiros com o maior número de residentes em área rural, panorama observado desde a década de 1960. Com o passar dos anos, a porcentagem de residentes na área urbana vem aumentando, mas no último censo ainda temos aproximadamente 40% da população maranhense residindo em áreas rurais.



Os roteiros fazem parte do turismo e visam o conhecimento de um ou mais locais em suas particularidades. A partir deles, conseguimos planejar atividades, administrar o tempo e gerenciar custos. Para Bahl (2005, p. 3), o roteiro turístico pressupõe “[...] um processo de ordenação de elementos intervenientes na efetivação de uma viagem, podendo estabelecer as diretrizes para desencadear a posterior circulação turística, seguindo determinados trajetos” e, com isso, gerar fluxos permitindo um aproveitamento racional dos atrativos.

Portanto, compreendemos que o roteiro segue um itinerário cujo percurso abarca elementos relevantes do ponto de vista turístico no espaço urbano ou rural. Os roteiros fazem parte do sistema turístico, pois, muito além de um simples percurso, envolvem a organização de infraestrutura turística e de apoio para que os visitantes possam ter segurança e comodidade no seu deslocamento. Para Silva e Novo (2016, p. 15), os roteiros turísticos pressupõem a existência da atividade turística, seja em pequenas localidades ou em grandes cidades e “[...] representam uma importante ferramenta para a leitura da realidade existente e da situação sociocultural vigente na localidade”.

Outro ponto destacado por Bahl (2005) é a relação entre o tempo e o percurso do roteiro, que devem se completar para que assim o turista possa usufruir daquele espaço em determinado tempo pré-estabelecido, pois depende muito da forma como é oferecido o roteiro que pode ser pernoite ou excursionismo, quando o turista não permanece no local por mais de vinte e quatro horas. Com isso, notamos que os roteiros turísticos são instrumentos importantes para o conhecimento das localidades, colaborando para a qualificação e profissionalização da atividade mesmo em localidades onde o turismo não é uma das principais atividades econômicas como o caso do Baixo Parnaíba Maranhense, impulsionando e motivando um fluxo cada vez maior de pessoas para a região.

As localidades que já trabalham com os roteiros turísticos estão em constante transformação e formatação dos seus produtos/serviços. É importante ressaltar e se conscientizar sobre a espetacularização do lugar ou dos pontos a serem visitados. Assim, deve-se sempre ter um olhar crítico para que não se construa um turismo que não dialogue com o local, no sentido de criar atrações que fogem à identidade e cultura da comunidade, mas sim olhar o lugar a partir de pontos que realmente pertencem a história e a cultura autóctone.

Com isso, verificamos que o roteiro turístico serve também como promotor ou indutor de determinada localidade através da relação entre o atrativo e o lugar. Com a proposta de criação e oferta de roteiros turísticos, os produtos locais ganham um novo sentido, servindo para a diversidade econômica e melhoria da qualidade de vida de moradores que podem ter a autoestima elevada pela valorização do lugar onde vivem e também atuarem como agentes de turistificação com a criação de novos produtos e serviços.

### 3. SÃO RAIMUNDO: DAS HISTÓRIAS DE LUTAS À RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO

O turismo como uma atividade de natureza social e histórica se constitui nos mais diferentes lugares transformando-os ou readequando-os para oferecer um determinado serviço aos turistas, ou seja, levando o lugar a ser atrativo. Por outro lado, para se realizar qualquer atividade que esteja ligada ao turismo é necessário que haja um planejamento prévio, uma estruturação organizacional dos espaços, um mapeamento de todos os bens materiais e imateriais que pertencem ao espaço.

Assim, a atividade turística se estabelece a partir de elementos naturais e/ou culturais que motivem a sua visitação por conta de características particulares. Em se tratando de comunidades rurais que historicamente não eram *locus* privilegiado do patrimônio cultural reconhecido no Brasil, como lembra Paes-Luchiari (2006), é interessante trazer uma valorização dos muitos saberes e fazeres, locais, memórias e histórias que até então para muitos não eram dignas de serem conhecidas e reconhecidas.

Eventualmente, notamos que em muitos municípios do Baixo Parnaíba Maranhense também há uma dificuldade de reconhecimento por parte da comunidade e dos gestores acerca da valorização turística dos seus atributos culturais e naturais. Assim, o turismo no estado fica comercialmente relegado à capital São Luís e à região dos Lençóis Maranhenses, marginalizando ainda mais os espaços dos interiores, das comunidades rurais e da participação comum.

Buscamos ultrapassar essa visão hegemônica e chamar a atenção para as potencialidades de São Raimundo que é um povoado do município de São Bernardo (Mapa 2), próximo a pólos turísticos consolidados como a Rota das

Emoções que envolve os estados do Maranhão, Ceará e Piauí. Essa comunidade tem uma história de formação territorial vinculada às atividades de expansão e colonização das missões jesuítas e de povos advindos de outras regiões e estados brasileiros próximos, ligados à época da produção de novas terras para agricultura, deixando assim, traços bastante significativos quanto às relações sociais de convivência e processos históricos de resistência e escravidão.

**Mapa 2 – Localização de São Bernardo-MA**



Fonte: Abreu (2006)

Em relatos de moradores antigos da localidade é possível estipular que em São Raimundo residem aproximadamente duzentas famílias que em sua maioria sobrevivem da agricultura de subsistência, do cultivo e produção de cana de açúcar para diversos fins, fazendo uso dos métodos antigos de produção, fabricação e comercialização dos produtos resultantes da cana, de onde se destaca a forte comercialização da cachaça para fora do povoado.

Territorialmente, os moradores locais contam que São Raimundo está ligado cultural e historicamente a outros povoados como Catucá, São Pedro e Santo Antônio. Porém, para muitos residentes, todos esses povoados fazem parte de um mesmo território, não havendo distinção entre os nomes, pois fazem uso de serviços básicos como fornecimento de água, educação, transporte e serviços de saúde existentes nesses espaços. São Raimundo se destaca também pela proximidade à sede do município, uma vez que desta até o povoado são 2,5 km sentido norte pela MA- 034.

Com relação ao surgimento de São Raimundo, Gomes (2019) explica que trata-se de um dos povoados mais antigos do estado, cujos relatos de formação datam de 1834 ao redor da antiga Casa Grande e Senzala do Engenho Paraíso, pertencente à família Pires Ferreira. Os trabalhadores e agregados à família passaram a habitar o entorno desses locais que culminou com a construção de estruturas coloniais, como a capela São Benedito. Aos poucos, o povoado foi se expandindo, sobretudo, a partir do surgimento de pequenos engenhos que produziam cachaça e derivados da cana, além de farinha de mandioca.

Apesar do crescimento do povoado ao longo dos anos, ainda é possível perceber modos de vida tradicionais, materializados no espaço como no cotidiano das pessoas, com saberes, fazeres e narrativas com grandes elementos histórico-culturais, passíveis de conhecimento e reconhecimento que a atividade turística pode vir a fazer uso, como objeto de visitação, e trazer uma maior visibilidade a localidade, bem como contribuir também para desenvolvimento econômico e social.

Em São Raimundo,   possível verificar a existência de locais que se constituem em referenciais identitários para os moradores e aspectos da cultura imaterial que envolvem o cultivo e a produ o da cana de a o car, sobretudo, a cachaça da terra que   a principal fonte de renda de muitas famílias de lavradores do povoado.   neste sentido, de atribui o de valores e significa-

dos históricos, que o povoado é conhecido regionalmente por muitos como a “terra da cachaça”, uma vez que essa bebida é um elemento presente dentro da história local, além de ter uma produção abundante até os dias atuais. O povoado hoje conta em média com 15 engenhos localizados em seu território e no seu entorno, nos povoados de Catucá, São Pedro e Santo Antônio.

Muitas casas de engenhos que ali ainda permanecem datam quase da mesma época de formação do povoado e pertencem às famílias mais antigas dos povoados como uma espécie de herança e bem patrimonial deixado, dentre outras que foram construídas há pouco mais de 50 anos ou como conceitua Santos (1996) são *rugosidades*, resquícios de técnicas antigas que ainda permanecem na paisagem.

Em cada uma destas casas de engenhos, geralmente acontece o cultivo de cana de açúcar por mais de uma família, assim ampliando o número de moradores que trabalham na produção da cachaça que é maior que o número de engenhos. Nesse caminho, um engenho é utilizado por mais de um produtor, que na maioria das vezes não é o dono, mas realiza o arrendamento do engenho, uma espécie de aluguel que se paga com uma pequena parte do próprio produto.

Segundo alguns produtores explicaram, as casas de engenhos são espaços nos quais, após feito o cultivo e a colheita da cana de açúcar, os trabalhadores levam a cana para ser moída, tirando o caldo de cana ou como é mais conhecida popularmente por quem é residente local, a garapa. Este processo recebe o nome de “lambicada” que surge também por conta do nome do recipiente que é cozida a garapa para extrair a cachaça.

Posteriormente, coloca-se o líquido em caixas (antigamente era posto em barris de madeira), onde se espera a garapa azedar, para em seguida ser colocada no “alambique”, sendo este um recipiente de cobre e passa a fermentar a garapa por meio do processo de destilação e vaporização, que vem de uma ligação feita neste recipiente com um forno que ajuda nesse processo. Por fim, a cachaça passa a ser produzida e passa por dentro de um instrumento conhecido como “serpentina”, que tem um formato circular de mola, que se encontra dentro de um tanque de água, que faz a cachaça cair mais abaixo por meio de um buraco.

Durante a produção da cachaça, podemos nos deparar com inúmeras histórias e aspectos culturais ligados a saberes antigos ligados ao acompanha-

mento da produção e medição de fórmulas e análises da própria cachaça que os moradores fazem, legados que foram passados de geração em geração, ou seja, tudo é feito a partir do conhecimento popular. As particularidades desta herança cultural vêm desde a construção das casas de engenho, pois algumas, sendo estas as mais antigas, foram construídas já com um tipo de madeira que é usada para o próprio tempero da cachaça, assim como apelidos ligados a produção da cachaça que fazem relação com o excesso de consumo da bebida<sup>1</sup>. Existe também a separação que é feita da primeira caída da cachaça, que recebe o nome de “cabelouro” por ser muito forte, usada para misturar com outras mais fracas, e até mesmo como remédio misturada às cascas de árvores.

Outra particularidade é o nome popular da cachaça, a “pinga”, derivado do momento em que a mesma começa a cair pelo buraco para ser guardada e comercializada, que vem em forma de uma “pinga, pinga” como os produtores explicam. Neste processo, também se circunscrevem diversas histórias do próprio surgimento da cachaça constituindo-se assim em um vasto patrimônio histórico. Além disso, “[...] a cachaça é uma bebida em processo de valorização enquanto produto de destaque no cenário econômico nacional e internacional”, como enfatizam Braga e Kiyotani (2015, p. 262).

Para além dos engenhos como locais pertencentes à identidade cultural e histórica do povoado, tem-se também a antiga Casa Grande da Senzala Paraíso (ou casa dos Pires Ferreira), que fora palco de acontecimentos históricos e um dos elementos fundamentais para o início do povoado e onde teria acontecido a primeira cirurgia de catarata do Brasil, além de histórias de escravidão que foram vivenciadas e contadas de geração entre geração. Visitando o lugar, ainda é possível ver resquícios materiais onde os escravizados eram mantidos presos.

Outro local importante para os moradores é o cemitério dos “negros cativos”, lugar onde somente eram enterrados os escravos da época que já não tinham condições de trabalhar. Em pesquisa sobre a violência dos tempos de cativeiro no Maranhão, Assunção (2010, p. 83) destaca um depoimento de moradores de São Raimundo: “Negro de noite tava de algodão fiando e de dia

---

1 Esses apelidos são usados para descrever uma pessoa que consome muita cachaça, sendo eles alambique, pinguço.

na roça. Taca! Diz que negro pegava taca como quê! Negro padeceu. Apanhava sem necessidade”. Com isso, verifica-se que esse local carrega memórias que precisam ser contadas para não serem esquecidas, sobretudo, a partir de uma perspectiva étnico-racial tão necessária na sociedade atual.

Por fim, existe a capela de São Benedito que foi construída para e pelos escravizados da época que data da formação mesma do povoado e o tem como padroeiro da comunidade por ser um santo negro que fora escolhido para ser cultuado. Dessa forma, é concebida como patrimônio cultural mais relevante da comunidade local. Com isso, é possível observar o quanto o povoado possui valor histórico a partir de sua própria formação, lugares, saberes e fazeres que merecem ser mais conhecidos e reconhecidos, tanto por parte dos que ali já vivem, como de outros que queiram conhecer aspectos da ruralidade.

Assim, a atividade turística pode adentrar neste contexto local como uma possível prática de valorização e reconhecimento cultural para os moradores da comunidade, que muitas vezes não veem sua história e seus conhecimentos como importantes e significativos. Acredita-se que, um dos impactos positivos do turismo é a valorização cultural, a preservação dos costumes, tradições, saberes e fazeres de uma localidade quando implementado de maneira organizada, participativa e consensual.

Tudo isto tem relação direta com a infraestrutura local, que compreende saber se a localidade e o entorno possuem serviços básicos como facilidade de acesso e a partir daí sensibilizar e mobilizar os moradores para receber, de fato, os turistas. Isto acontece desde a capacitação da comunidade local que irá trabalhar direta e indiretamente com o público, ou seja, é todo um processo delicado e importante que requer muita atenção quando se pensa em roteirizar um destino.

Em São Raimundo percebemos que existem pontos positivos para se trabalhar com o turismo, haja vista ser próximo à sede do município de São Bernardo que possui uma infraestrutura turística e de apoio que podem ser utilizadas durante a visita ao povoado como hotéis, pousadas, restaurantes, agência bancária, farmácias e supermercados, o que favorece significativamente o processo de roteirização. Os moradores locais são receptivos, gostam de contar e mostrar lugares que fazem parte de sua história, o que contribui para uma participação colaborativa. Uma das dificuldades seria a elaboração de uma rota entre os engenhos para se trabalhar a visitação, por

alguns estarem mais distantes dos outros ou ser mais difícil o acesso para levar grupos.

Antes de propor uma roteirização é necessário entender qual tipo de turismo se pretende desenvolver na localidade, uma vez que, existem vários segmentos na atividade turística. Contudo, é importante contemplar os aspectos particulares, como a valorização cultural, o sentimento de pertencimento, as belezas naturais, dentre outros. Ao analisarmos de forma mais crítica sobre a implementação da atividade turística dentro do povoado de São Raimundo, pensamos que a proposta de um roteiro de turismo cultural no espaço rural, poderia ser viável, visto que é possível desenvolver atividades que podem ser ofertadas em cada um dos pontos de interesse turístico identificados a partir das narrativas dos moradores.

### 3.1 Proposta de roteirização em São Raimundo – MA

Roteirizar não é uma tarefa fácil, visto que existem diversas etapas e maneiras disso acontecer, o que por sua vez demanda metodologias próprias para cada espaço, em alguns casos podendo ser adaptadas de acordo com o planejamento que se faz. Nas nossas pesquisas de campo em 2019, verificamos que a comunidade de São Raimundo se mostrou aberta à visitaçã, o que resultou em um teste de roteiro turístico ofertado para a comunidade acadêmica da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) de São Bernardo, demonstrando que essa prática turística pode ser realizada de forma a envolver tanto moradores quanto os produtores de cachaça.

Para dar continuidade a essa iniciativa, iremos propor a elaboração de um roteiro que tem como foco a visitaçã nos engenhos, constituindo-se assim, um roteiro temático, pois, na região seria um diferencial tendo em vista não haver nenhum produto parecido ofertado no Baixo Parnaíba Maranhense. Utilizando como base a proposta de elaboração de roteiros de Richter (2016), levamos em consideração a análise dos seguintes elementos para destacar a viabilidade do roteiro em São Raimundo: atrativos, alojamento e alimentação, transportes, entretenimento ou animação turística, estrutura básica e de apoio ao turismo, envolvimento da comunidade.

No que se refere aos atrativos, reforçamos que o povoado possui atrativos com potencialidade para o turismo cultural, por intermédio de edificações

antigas e pelas narrativas orais de populares. Soma-se a isso a existência de vários produtos locais como o buriti (fruto de uma palmeira) e a cachaça que podem ser utilizados como forma de impulsionar e valorizar a culinária da região. Com relação ao alojamento e alimentação, em um primeiro momento, a proposta é da oferta de um roteiro de excursionismo, o que não inclui pernoite no local. Porém, como mencionado, São Bernardo possui vários hotéis e pousadas que suprem a demanda regional, além de restaurantes diversos que funcionam em sistema a la carte e self service diariamente. Como existem comidas tradicionais nos interiores como a galinha caipira, em São Raimundo, durante o roteiro, sugerimos envolver a comunidade local a partir da oferta de um almoço com traços da ruralidade, como a utilização de forno a lenha, muito comum na área rural. Assim, os visitantes se aproximam dos moradores e trocam experiências culturais.

Mesmo se localizando na área rural, sem asfalto em vários trechos, o acesso aos engenhos em São Raimundo é de fácil locomoção e não demanda a utilização de veículos específicos. Para iniciar a oferta do roteiro, a sugestão seria realizar uma parceria com a Prefeitura Municipal de São Bernardo e outras do Baixo Parnaíba Maranhense para que pudessem disponibilizar ônibus escolares durante o fim de semana. Com relação ao entretenimento, podemos listar uma série de atividades que podem ser realizadas no roteiro como trilhas, banhos de rio, cavalgadas e degustação de produtos locais. Isso possibilita organizar grupos com interesses específicos e adaptar o roteiro às necessidades dos visitantes.

Ressaltamos que o turismo é uma atividade que demanda a articulação entre vários agentes sociais no seu planejamento e gestão, por isso, quando pensamos na infraestrutura turística e de apoio, muitas vezes é necessário recorrer à iniciativa pública e privada para angariar melhorias. Em São Raimundo não é diferente. Em curto prazo, podem ser feitas placas de sinalização turística que já auxiliariam no acesso aos atrativos. Posteriormente, pode ser feito recapeamento asfáltico na estrada que liga São Bernardo a São Raimundo, quiosques com venda de produtos locais e qualificação profissional dos produtores e moradores que irão trabalhar com o turismo.

Para que o roteiro tenha êxito, a participação comunitária é fundamental, sobretudo quando se fala em um turismo de pequena escala, realizado em uma comunidade na área rural, quando os impactos negativos do turismo

podem ser facilmente sentidos caso não haja um planejamento participativo. Logicamente, em uma proposta inicial, o retorno financeiro não se projeta rapidamente, principalmente em se tratando de localidade onde o turismo não é a principal fonte econômica. É necessário fazer um trabalho com os líderes comunitários, sensibilizando para a importância do turismo. Com isso, podem ser realizadas oficinas ofertadas pela UFMA com conteúdos que possam auxiliar no bem receber de visitantes ao povoado.

Com relação ao público-alvo, pensamos inicialmente na oferta do roteiro para a comunidade acadêmica da UFMA, pois, muitos estudantes e docentes ainda não possuem a percepção de que o turismo pode ser desenvolvido na própria região onde vivem e trabalham. Dessa forma, seria uma oportunidade de trazer discussões interdisciplinares que envolvem sociedade, cultura, espaço, meio ambiente. Juntamente com as prefeituras, esse roteiro, *a posteriori*, pode ser ofertado mensalmente para as comunidades, com divulgação em sites e carros de som. Pensando em perspectivas econômicas, a partir do fortalecimento do roteiro, é possível uma organização da comunidade para estipular a precificação do roteiro, levando em conta os serviços prestados como transporte, alimentação, venda de *souvenirs* e serviço de monitores.

Trabalhar os aspectos culturais de São Raimundo por intermédio da oferta do roteiro, possibilita que a população entenda a importância que estes espaços têm para contar sua história enquanto grupos coletivos, assim elevando as práticas de preservação de seus bens, valores, costumes materiais e imateriais, dentre outros. Utilizar a fabricação da cachaça da terra como elemento cultural principal a ser mostrado, implica no conhecimento de que este saber-fazer faz parte de um legado histórico-cultural advindo de um processo de formação e colonização histórico a nível nacional e que merece ser valorizado e reconhecido, pois faz parte de algo muito maior, que representa diversos saberes, luta e resistência presentes desde formação do povoado até os dias de hoje.

Nesse caminho, o roteiro nesta localidade deve ser estabelecido em locais que contém a história da formação local e guardem resquícios culturais que traduzam a identidade cultural de São Raimundo a partir de acontecimentos históricos marcantes, personalidades, costumes, tradições, saberes e fazeres e de forma com que os próprios moradores locais façam o papel de agentes protagonistas e propagadores deste legado cultural. Desta forma, construindo o roteiro turístico para o povoado, foram escolhidos os principais espaços

históricos que traduzem a história e identidade local e que levam ao processo de produção da cachaça da terra como um patrimônio cultural em seus aspectos materiais e imateriais.

Chegando ao povoado, antes de visitar os engenhos, podemos levar o público-alvo para conhecer a Casa Grande dos Pires Ferreira (Foto 1) que demarca o surgimento de São Raimundo e relaciona-se com o período da escravidão, sendo palco da história da primeira cirurgia de catarata. No local, pode ser observada uma moenda de engenho trazida de fora do país. O local permite que sejam feitas trilhas, banho de rio, piqueniques, sendo um espaço para práticas de atividades de turismo no espaço rural.

**Foto 1** - Visita à Casa Grande dos Pires Ferreira com relato de um morador local



Fonte: Acervo dos autores (2019)

A Capela São Benedito (Foto 2) é outro ponto de interesse cultural, feita por mão de obra escrava que demarca a identidade cultural do povoado, contendo histórias que evidenciam diversas relações sociais advindas da época (escravidão, divisão social, preconceito, luta, resistência, etc.). Além dos aspectos materiais, o visitante pode participar de uma roda de conversa com moradores antigos e adquirir produtos locais. Mesmo com tamanha importância cultural, esse local encontra-se deteriorado, sobretudo, no interior da propriedade o que demonstra a falta de percepção dos donos sobre a importância de se preservar elementos identitários.

**Foto 2** – Fachada da Capela São Benedito



Fonte: Acervo dos autores (2019)

Por fim, a Casa dos Tobias (Fotos 3 e 4) merece atenção no roteiro, pois se trata de uma casa antiga, preservada com diversos aspectos históricos como utensílios antigos (forno feito de barro, rádio, baú). Vale a ressalva que o sobrenome verdadeiro é Lima e Silva, sendo que Tobias vem do casamento de um dos filhos com outra família que tinha o sobrenome. A visitação na propriedade permite a realização de trilhas e dispõe de espaço para lazer.

**Fotos 3 e 4** - Fachada e interior da Casa dos Tobias



Fonte: Acervo dos autores (2019)

Assim, reforçamos que o turismo no espaço rural pode ter múltiplas possibilidades de desenvolvimento em São Raimundo. Em cada etapa do roteiro, a comunidade local pode ser inserida, seja a partir das narrativas orais que contam os processos históricos do povoado ou como monitores, conduzindo os visitantes entre os locais, além da venda de produtos locais.

Com relação aos engenhos, foram escolhidos 4 deles para representar a produção de cachaça no povoado, uma vez que possuem melhor infraestrutura e resquícios de modo de produção tradicional: Dom Amparo, Doca Monteiro, Amansa Corno e Chico Rocha.

Conforme Figura 1, foi estipulada uma ordem de visitação e é possível verificar que os locais eleitos possuem, além da importância histórica, várias possibilidades de atividades que podem ser planejadas e adaptadas para diferentes tipos de público, pois, não se limitam a degustação de cachaça, explorando várias experiências do espaço rural.

Figura 1 - Esquema de itinerário do roteiro dos engenhos de cachaça em São Raimundo



Fonte: Acervo dos autores (2019)

Os engenhos são verdadeiros patrimônios culturais capazes de transformar um local caso sejam atrelados ao turismo. Percebe-se, nesse contexto, que São Raimundo tem potencial turístico, uma vez que possui engenhos que resistem ao tempo, e vem sendo passados de geração em geração, geralmente administrados por famílias. Os produtores locais afirmam que a produção de cachaça chega a ser uma das maiores da região, sendo comercializada em outras cidades, pois são mais de 15 engenhos distribuídos por todo o povoado.

É importante ressaltar que a produção é toda feita no modelo artesanal, cultivada, tendo assim um valor riquíssimo, especialmente por se tratar de uma produção diferenciada, com sabor marcante, de acordo com os relatos daqueles que já experimentaram, por serem misturadas com frutas, a exemplo da carambola e do caju. Contudo, ainda que a cachaça local seja um atributo particular, uma iguaria, não foi percebido pelos produtores e moradores locais como um possível produto turístico.

É certo que, o uso da cachaça como produto turístico não é algo inovador, uma vez que é utilizado em outras regiões, como supracitado. Contudo, não se trata da cachaça, pura e simplesmente, mas como esta pode ser utilizada para narrar histórias da vivência, da experiência e da ruralidade particular de cada comunidade. Braga e Kiyotani (2015, p. 256), corroboram com essa perspectiva, ao afirmar que:

A utilização da cachaça pelo turismo pode permitir um acréscimo de conhecimento cultural e histórico do Brasil, uma experiência gastronômica, além da degustação da bebida pura ou em coquetéis, em ambientes relacionados ao setor de Alimentos e Bebidas (A & B), ou em espaços temáticos e planejados de visitação no próprio engenho produtor, fornecendo uma nova alternativa de renda e emprego.

Além da produ o da cachaça, no povoado, ainda existe a produ o de farinha de mandioca, planta o de milho e feijão, que mesmo em menor quantidade ajudam na sobrevivência dos moradores locais. Há venda de produtos locais que podem ser ofertados para os visitantes nesse percurso, como biscoito de goma, uma variedade de doces como o doce de buriti, fruta muito presente no povoado, doce de banana, goiaba, caju, além de frutas encontradas nas propriedades dos moradores locais. Nesse caminho, esse roteiro pode trazer muitos ganhos, tanto para a popula o local como para o

visitante, que terá um grande acervo cultural para apreciar e experimentar, ao mesmo tempo em que possibilita renda para os moradores.

A foto 5 mostra a engrenagem do engenho Chico Rocha que faz a moagem da cana para extrair o caldo que será cozido para se destilar a cachaça. Esse processo antes era feito por tração animal, no qual se colocavam animais em movimento rotatório ao redor das engrenagens que funcionavam como o motor, que hoje é o meio utilizado, movido a energia mas que também já existiu movido a óleo diesel.

**Foto 5:** Engrenagem para moer a cana



Fonte: Acervo dos autores (2019)

A foto 6 mostra os antigos tonéis onde era colocada a garapa para ser curtida, em contraste com a foto 7 que mostra o atual sistema para se guardar a garapa, ambos os objetos mostrados podem ser encontrados no engenho do Doca Monteiro que é um dos maiores engenhos e com uma produção expressiva de cachaça.

**Foto 6:** Tonel que se curtia a “garapa”



Fonte: Acervo dos autores (2019)

**Foto 7:** Caixas armazenando a “garapa”



Fonte: Acervo dos autores (2019)

Ainda no Engenho Doca Monteiro, observamos nas fotos 8 e 9 a existência do transporte utilizado para trazer para os engenhos a cana que será plantada. A carroça também encontra-se preservada, podendo ser puxada por boi, cavalo ou burro. Antigamente era usado o carro de boi como principal meio de transporte para realizar esses serviços.

**Foto 8 -** Carroça para o transporte da cana carroça



Fonte: Acervo dos autores (2019)

**Foto 9:** Carro de boi



A foto 10, no Engenho Dom Amparo, mostra o local onde é cozinhada o caldo da cana, chamado de alambique. Nele é colocada a garapa que é cozida e destilada para se extrair o líquido que se transforma na cachaça. A foto 11 mostra a Casa de Engenho onde ocorre todo esse processo, uma casa geralmente sem paredes que se concentra ali o alambique, o engenho, as caixas para curtir o caldo de cana, que como já foi falado é utilizado pelo proprietário e os produtores que “alugam” esse ambiente para realizar sua produção.

**Foto 10** - Alambique



Fonte: Acervo dos autores (2019)

**Foto 11**- Casa de engenho



Fonte: Acervo dos autores (2019)

Pelo fato do roteiro envolver locais de interesse de vários tipos de público pela diversidade de possibilidades de fruição dos atrativos, a abordagem que se pode fazer do (re) conhecimento da história do local é transdisciplinar. Do ponto de vista da viabilidade, destaca-se que a proposta pode ser ofertada tanto para a comunidade em parceria com a prefeitura ou para a comunidade acadêmica, tendo em vista que a UFMA possui aproximadamente 600 discentes. Iniciativas como essa, podem motivar o interesse cada vez maior da comunidade, do poder público e da iniciativa privado, possibilitando também que outros roteiros possam ser ofertados na região do Baixo Parnaíba Maranhense.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui não se pretende encerrar o assunto, mas através desse capítulo, procura estimular novas pesquisas a partir de indagações que possam ser investigadas com outros olhares sobre o turismo no interior do Maranhão. Buscou-se contribuir para o entendimento de alguns conceitos sobre o turismo, cultura e roteiros para estabelecer articulações teóricas que pudessem contribuir para a análise da localidade dentro de suas especificidades.

Reconhece-se que existem muitos aspectos a serem pensados ao propor o desenvolvimento do turismo em uma comunidade rural, sejam eles de ordem social, cultural, econômica e/ou ambiental,. Nessa perspectiva, ao se aproveitarem os elementos culturais como atrativos, se faz necessário considerar os impactos positivos e negativos, que a atividade pode acarretar na

localidade. Por outro lado, acredita-se que, com a participação popular, é possível que o turismo desempenhe um papel importante na valorização dos lugares e nos saberes e fazeres comunitários.

Nessa visão, pensamos que uma das formas de se buscar a preservação de elementos culturais tradicionais, como os maquinários encontrados em São Raimundo é a oferta de roteiros turísticos, envolvendo ainda, a história do povoado contada pelos próprios moradores. Com isso, defendemos que os locais que a priori são marginalizados em vários aspectos sociais, políticos e econômicos, podem ser espaços de resistência e (re) existir a partir do turismo. Logicamente, há que se pensar no planejamento e gestão da atividade, de forma articulada com diferentes grupos sociais em uma ação coletiva. O papel da universidade nesse aspecto é fundamental, podendo ser um elemento de vinculação entre os diferentes sujeitos, orientando, assessorando e qualificando as pessoas pelo e para o turismo.

O espaço rural permite a oferta de roteiros diversos e em São Raimundo não é diferente. Desde a paisagem singular com casas antigas, chão de terra e vegetação nativa até os engenhos de cachaça se constituem em elementos passíveis de serem incorporados em roteiros de turismo cultural com seus aspectos patrimoniais e ecoturismo, a partir de atividades de trilhas, cavalgadas, banhos de rio.

Em perspectivas futuras, esperamos que novas pesquisas mapeiem recursos turísticos do entorno e que roteiros possam ser propostos e ofertados para a comunidade como forma de lazer e também de se trabalhar a conscientização da importância da valorização do local onde vivem, para que, com isso, surjam oportunidades de criação de produtos e serviços ligados ao turismo na região, fazendo com que o Baixo Parnaíba Maranhense possa ser destaque como um destino que desponta para o turismo no interior do estado.

## REFERÊNCIAS

ABREU, R. L. de. **Mapa de São Bernardo-MA**. 2016. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org>>. Acesso em 23 ago. 2022.

ASSUNÇÃO, M. R. A memória do tempo de cativo no Maranhão. **Tempo** [online]. 2010, vol.15, n.29, pp.67-110. Disponível em: <<https://www.scielo.br>>. Acesso em 20 jul. 2022.

BAHL, M. Roteiros e Eventos como elementos dinâmicos no desenvolvimento regional do Turismo. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 3. Caxias do Sul (RS), 2005. **Anais...**

BARRETTO, M. **Manual de Iniciação ao Turismo**. Campinas: Papirus, 2014.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. Senac, 2019.

BRAGA, M. V. F., KIYOTANI, I. B. **A Cachaça como patrimônio: turismo, cultura e sabor**. Revista de Turismo contemporâneo, v. 3, n. 2, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cachaça inspira roteiros turísticos pelo Brasil**. Notícias. 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo>>. Acesso em 23 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Turismo Rural: Orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do desenvolvimento Agrário. Perfil territorial. Baixo Parnaíba Maranhense. 2015. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/>>. Acesso em 23 ago. 2022.

CARVALHO, K.D. **O turismo rural como alternativa para o desenvolvimento das comunidades de Itamatatua e Santa Maria em Alcântara, Maranhão (Brasil)**. Revista de Turismo Contemporâneo, v. 6, n. 1, 2018.

CALIXTO, F. **Turismo deve gerar US\$ 233 bilhões na América Latina em 2022**. Panrotas. 21/02/22. Disponível em: <<https://www.panrotas.com.br>>. Acesso em 23 ago.22.

EIDT, E. J. de C., LIMA JUNIOR, N. F. de., CAMPOS, J. R. da R. Turismo rural e desenvolvimento local: reflexões sobre a Rota turística Encantos Rurais. In: Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional, 10, Universidade de Santa Cruz do Sul, **Anais...**Santa Cruz do Sul, 2021, p, 1-17.

GOMES, J. G. **Educação Patrimonial e Turismo cultural: um projeto de conscientização, valorização e manutenção da história e memória do povoado São Raimundo-MA**. Monografia (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2019, 116 f.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. Editora Senac Rio, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. **Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano**. Geografia, p. 47-60, 2006.

PERÉZ, X. P. **Turismo cultural. Uma visão antropológica**. Tenerife, Espanha: ACA y PASOS, RTPC, 2009.

RICHTER, M. **Elaboração de Roteiros**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Papirus editora, 2016.

SCÓTOLO, D., PANOSSO NETTO, A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Cultur-Revista de Cultura e Turismo**, 9 (1), 2015, p. 36-59.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, G. T. da; NOVO, C. B. M. C. **Roteiro turístico**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.

SILVA, L. **A procura do turismo em espaço rural**. Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 11, n. 1), p. 141-163, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.



# IMAGINÁRIO E PATRIMÔNIO NO QUILOMBO SACO DAS ALMAS: possibilidades turísticas e de salvaguarda das tradições culturais

## **Josenildo Campos Brussio**

Professor Associado II do Curso de Licenciatura em  
Ciências Humanas/Sociologia da UFMA, Campus de São Bernardo/MA.  
josenildo.brussio@ufma.br.

## **Dacileia Lima Ferreira**

Mestra em Cultura e Sociedade (PGCult/UFMA).  
Professora de Sociologia da Universidade Estadual do Maranhão.  
limadacileia@gmail.com.

## **Antonia Cleia Pereira dos Santos**

Bacharel em Turismo pelo Centro de Ciências de São Bernardo.

## **Tamyres de Souza Martins**

Bacharel em Turismo pelo Centro de Ciências de São Bernardo.

## **Dineibergue Viana de Sousa**

Licenciado em Ciências Humanas-Sociologia  
pelo Centro de Ciências de São Bernardo.

## **Sheylane Oliveira da Costa**

Licenciada em Ciências Humanas-Sociologia  
pelo Centro de Ciências de São Bernardo

## 1. INTRODUÇÃO

O Quilombo Saco das Almas fica localizado na região do Baixo Parnaíba Maranhense, em área rural do município de Brejo, à 25 km da sede, na direção sudoeste e ocupa uma área de 24.103 hectares de terra, espaço desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1975, operação que dividiu o território em sete comunidades<sup>1</sup> (Ferreira, 2018, p. 57). A presente pesquisa se deu na comunidade da Vila das Almas, considerada a principal comunidade do referido quilombo.

A Vila das Almas situa-se na parte central do Quilombo Saco das Almas, tratando-se de uma comunidade com ambiente ecológico bem preservado<sup>2</sup>, organização político-social bem estruturada, perceptível em seus movimentos de luta pela posse da terra, educação de qualidade, lideranças políticas e religiosas, e notável patrimônio cultural decorrente da formação étnico-identitária quilombola, uma configuração instigante para pesquisas acadêmicas e ações extensionistas universitárias, linha de atuação próxima, ou mesmo com trabalhos similares aos que realizamos na perspectiva de estágio supervisionado dos nossos cursos do Centro de Ciências de São Bernardo.

Os resultados apresentados neste capítulo são frutos de pesquisas provenientes das atividades desenvolvidas durante a vigência do projeto intitulado **IMAGINÁRIO E PATRIMÔNIO NO QUILOMBO SACO DAS ALMAS: possibilidades turísticas e de salvaguarda das tradições culturais**, com vigência de 01/08/2019 a 18/08/2021. Para tanto, relatamos as atividades, ações e etapas desenvolvidas no projeto e as suas ramificações nos contextos acadêmicos e sociais (principalmente da comunidade da Vila das Almas).

O objetivo de analisar e catalogar os segmentos culturais do quilombo foi importante para desenvolver uma base de dados científicos sobre a possibilidade de implementação da atividade turística no quilombo, apontando as dificuldades, obstáculos e necessidades da própria comunidade no que tange ao desenvolvimento e implementação econômica desses segmentos culturais, bem como, das atuações dos diversos setores sociais nessa atuação cole-

1 O Quilombo Saco das Almas é constituído de sete comunidades quilombolas: Vila das almas, Vila Crioli, São Raimundo, Santa Cruz, Barroçã (Buriti), São José e Pitombeiras.

2 Exceto “pelas ameaças de expansão da soja na área” (VIANA, 2018, p. 28).

tiva (o poder público, a comunidade brejense como um todo, as organizações sociais, o comércio e a indústria cultural).

Durante as atividades realizadas, no quilombo, priorizamos os diálogos com os quilombolas sobre temas como identidade (Bauman, 2005), memória (Halbwachs, 2006), patrimônio (Brayner, 2007) e sustentabilidade, visto que muito do que produzem está em constante interação com a natureza, principalmente, quando se trata do artesanato, como já mencionado em outras pesquisas do GEPEMADEC<sup>3</sup>: “Um aspecto importante do artesanato da Vila das Almas é a preocupação em produzir arte com produtos da natureza e que visem à sustentabilidade” (Ferreira, Carvalho, Brussio, 2019, p. 83).

Todos os elementos culturais que pesquisamos são instrumentos de valorização da identidade dos moradores da Vila das Almas. A possibilidade de salvaguarda do patrimônio cultural do quilombo Saco das Almas é um exercício de valorização da cultura local material e imaterial do estado do Maranhão.

Por isso, nas oficinas e workshops que realizamos havia sempre a preocupação de conscientizar os moradores do quilombo para a importância dos segmentos culturais (culinária, artesanato, danças, festas, mitos e lendas) encontrados nos levantamentos de dados da pesquisa, para que futuramente possamos trabalhar com o conceito de possibilidades turísticas para o local, destacando suas tradições culturais e gerando assim desenvolvimento nos âmbitos, econômico e social.

Os primeiros seis meses de pesquisa de campo foram mais produtivos, porque pudemos ir a campo realizar a coleta de dados antes da pandemia causada pela Covid-19. Mas, mesmo com o advento da pandemia, não precisamos parar a pesquisa. Tivemos acesso aos segmentos culturais produzidos pelos moradores do quilombo através de reuniões virtuais, com a utilização de ferramentas virtuais como o *Google Meet*.

Outro fator que nos ajudou na coleta de dados durante o período da pandemia foi a nossa participação no Comitê de Implementação da Lei Aldir Blanc, criado pelo GEPEMADEC para ajudar os quilombolas no cadastro de

---

3 Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura. O Ato de Criação do GEPEMADEC se deu no dia 24 de setembro de 2014, conforme consta na Ata do Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Sociologia, da UFMA, Campus de São Bernardo, da mesma data. Atualmente, o grupo conta com dezenove professores pesquisadores doutores e quatro linhas de pesquisa ([www.gepemadec.com](http://www.gepemadec.com)).

artistas locais da comunidade para receberem o auxílio emergencial da cultura.

Participamos dos cadastros dos artistas do quilombo e foi dessa maneira que descobrimos mais informações sobre as potencialidades dos segmentos culturais da Vila das Almas. Durante o cadastro e a coleta de dados da pesquisa, percebemos os valores simbólicos e representacionais dos elementos culturais presentes no cotidiano dos quilombolas.

Destaque-se a riqueza de detalhes nas narrativas orais sobre a fabricação e confecção de seus produtos, bem como, as percepções e sensações nos processos de produção desses saberes: “as capembas de coco babaçu que, geralmente, são tidas como material para decomposição e adubo das próprias palmeiras, tornam-se belas pinturas para serem exibidas nas paredes dos admiradores” (Ferreira, Carvalho, Brussio, 2019, p. 83).

Na Vila das Almas, destacamos a variedade do artesanato produzido pelos quilombolas:

[...] têm-se as bio-joias ou bio-bijouterias<sup>4</sup>, feitas de babaçu, buriti, embiras, sapucaias, entre outros materiais da natureza; bordados e crochês; e garrafas decoradas com linhas e lãs. Também tem artistas plásticos que fazem pinturas em capembas da palmeira do babaçu e telhas, além da produção de minitambores com sapucaias e couro de boi (Ferreira, Carvalho, Brussio, 2019, p. 83).

Como vemos na citação, existem diversos produtos que utilizam matéria-prima proveniente da natureza, o que reduziria bastante, para os quilombolas, a preocupação com insumos e matéria-prima para a produção do seu artesanato. Outra observação interessante na pesquisa de Ferreira, Carvalho e Brussio (2019) é que os pesquisadores ainda não haviam catalogado as esculturas em madeira produzidas por alguns artesãos do quilombo. Essa descoberta foi rea-

---

4 Os termos bio-joias ou bio-bijouterias são muito empregados no setor do design e tecnologia. Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Curso de Design desenvolve diversos projetos de extensão comunitários com a produção de bio-joias ou bio-bijouterias: “Os produtos fazem uso principalmente de materiais naturais: sementes, fibras, couro, pedras, pigmentos naturais, resíduos de madeiras e cerâmica. Os materiais e a vitrificação destacam detalhes que valorizam a tradição e a cultura local: fibras, azulejos, tambor de crioula, bumba-meu-boi, reggae e danças afro. São confeccionados colares modelos que servem de referência para a produção de outros, são os chamados protótipos” (FERREIRA, CARVALHO, BRUSSIO, 2019, p. 83).

lizada nesta pesquisa quando participamos do cadastro dos artistas no Comitê de Implementação da Lei Aldir Blanc, como veremos a seguir.

## 2. MATERIAL E MÉTODO

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, dividida em duas partes: no primeiro momento, utilizamo-nos de fontes primárias (Marconi e Lakatos, 2003) com estudos teóricos sobre o tema a partir de material bibliográfico que compreendeu o levantamento de artigos, monografias, dissertações e textos para adentramos com autores que falam sobre a importância da cultura, memória, identidade e patrimônio, turismo comunitário, tais como: Yúdice (2004), Coriolano (2003), Durand (1997), Bauman (2006), Ferreira (2017, 2019, 2020), dentre outros.

Já a segunda etapa, permitiu-nos investigar um pouco mais sobre a culinária, o artesanato, as danças, as festas e os festejos dos moradores do quilombo Saco das Almas, mais especificamente, da Vila das Almas, a fim de perceber, através da memória coletiva, do imaginário e das representações simbólicas dos segmentos culturais do quilombo, as identidades culturais da comunidade.

Vale ressaltar que estivemos realizando a pesquisa de campo, primeiramente, no presencial, antes da pandemia, no ano de 2019, o que nos permitiu a catalogação de vários dados, com registros de imagens e gravações de conversações com os quilombolas.

Posteriormente, ainda na segunda etapa, com a realização dos trabalhos do Comitê de Implementação da Lei Aldir no Quilombo Saco das Almas, foram realizadas reuniões virtuais com o grupo de estudos GPEMADEC, por meio das quais foi possível realizar a pesquisa netnográfica (Kozinets, 2014) com a participação da comunidade com os relatos mencionados durante as rodas de conversas com os quilombolas e pesquisadores, ainda que em plena pandemia da Covid-19. Nessas reuniões foram planejadas as atividades que seriam feitas com os moradores e qual seria a melhor forma de coleta de dados a ser aplicada.

Durante as rodas de conversas, pudemos ouvir dos quilombolas que, na comunidade, existem mais artesanatos do que imaginávamos conhecer. Com essas informações, houve o levantamento desses novos artesanatos que es-

tavam sendo produzidos pelos moradores da Vila das Almas: esculturas em madeira (partes do corpo humano para pagamento de promessas religiosas), anéis de tucum e coco babaçu, garrafas decoradas com barbantes, linhas de crochê e acessórios.

Com os encontros virtuais para debater os textos voltados para as temáticas do projeto como artes, imaginário, cultura, memória, identidade e patrimônio, vimos como eles gostavam de relatar os seus anseios, seus costumes, seus desejos. Os diálogos foram fontes inestimáveis de riqueza de conhecimentos tanto para nós pesquisadores quanto para eles quilombolas.

Ainda nesta etapa, as reuniões, as palestras e as rodas de conversa foram essenciais para ouvirmos os relatos desses produtores de cultura. A observação desses instrumentos culturais serviu de incentivo para criação e o desenvolvimento da implementação do **Comitê de Implementação da Lei Aldir no Quilombo Saco das Almas**, que resultou no levantamento do cadastro das manifestações culturais existentes no quilombo Saco das Almas através da pesquisa acadêmica.

### 3. DIVERSIDADE E POSSIBILIDADES PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO QUILOMBO SACO DAS ALMAS: imaginário, memórias e identidades

O quilombo Saco das Almas possui uma diversidade de produções culturais que ratificam as tradições de seus antepassados e como elas têm sido transmitidas geração após geração. Como dito, o *locus* da pesquisa foi a comunidade central do quilombo Saco das Almas: a Vila das Almas. Entre os diversos segmentos culturais desenvolvidos na comunidade, destacam-se a dança (Tambor de Crioula, capoeira, maculêlê), o artesanato (pinturas em capembas de babaçu, esculturas em madeira, rendeiras e tecelãs), as festas (Nossa de Senhora de Aparecida, Dia das Mães) e, principalmente, a culinária, com uma gama pratos típicos preservados até hoje.

Objetivando deixar didática a exposição dos resultados da pesquisa, faremos, a seguir, a descrição dos dados obtidos em termo de objetivos e metas. Nesse sentido, pretendemos demonstrar os levantamentos realizados a partir dos planos de trabalho desenvolvidos pelos bolsistas de iniciação científica ao longo da pesquisa.

### 3.1 Arrumando os pratos: a culinária da Vila das Almas

No que tange à culinária da Vila das Almas, tivemos como objetivo principal identificar os alimentos (comidas, pratos típicos, bebidas, doces, lanches) típicos dos moradores da comunidade e analisar a capacidade de produção, organização e cooperação dos quilombolas nessa rede de produção.

Ao longo da pesquisa de campo, contamos com a colaboração de outros pesquisadores do GEPEMADEC, a professora Daciléia Lima Ferreira, uma das primeiras a investigar a culinária quilombola da Vila das Almas, que já havia identificado, em 2016, sete pratos emblemáticos<sup>5</sup> que eram destacados pelos quilombolas em suas memórias e narrativas. Em 2021, a pesquisadora concluiu a sua dissertação de mestrado, chegando a catalogar 10 pratos.

Ferreira, Carvalho e Brussio (2019, p. 9) afirma que

Os pratos possuem características do período colonial tipicamente da cultura africana no período da escravidão. Os alimentos são preparados em ocasiões especiais (festas, festejos, feriados, etc.), são símbolos de um passado vivido que ao serem expostos sempre tem uma história de um episódio, do qual o alimento fez/faz parte.

Dentre os pratos emblemáticos do quilombo destacam-se: o cabeça de galo, o mingau de farinha, o chibé/ximbéu, a mambeca, a moqueca, a paçoca de coco babaçu, a paçoca de gergelim, o gongo assado, o gongo frito e o caruru. “O cabeça de galo é uma espécie de tempero preparado com sal e pimenta do reino, socado no pilão. Em seguida, coloca-se essa mistura em um prato com água e suco de limão, além de pimenta malagueta esmagada, que são ingredientes facilmente encontrados no quilombo[...]” (Ferreira, 2019, p. 12).

O “mingau de farinha” era o prato que socorria as famílias em momentos de mais aperto, nos dias que faltava o que comer. Para a preparação deste prato, coloca-se água, em uma panela ao fogo, com óleo de coco, sal a gosto,

---

5 Vale ressaltar que a pesquisadora Daciléia Lima Ferreira, em sua dissertação de mestrado intitulada *INVENTARIANDO OS SABERES CULINÁRIOS DAS COMIDAS EMBLEMÁTICAS DA VILA DAS ALMAS NO QUILOMBO SACO DAS ALMAS, EM BREJO/MA: entre memórias e identidades* (2021), identificou dez pratos emblemáticos como resultado final do inventário de sua pesquisa. A designação de pratos emblemáticos ao invés de pratos típicos decorre dos aspectos simbólicos e emblemáticos (simulacros) das memórias, vivências e experiências presentes em alguns alimentos do quilombo.

alho amassado, pimenta do reino pisada, cebolinha e coentro cortadinhos, depois da fervura acrescenta-se o pó da farinha branca aos poucos mexendo até encorpar e ganhar uma textura de mingau (Ferreira, Carvalho, Brussio, 2019, p. 12).

**Figura 1:** Mingau de farinha



Fonte: Ferreira, 2020.

Segundo Ferreira, “muito diferente do mingau consumido nas grandes cidades, que geralmente é feito com arrozina para alimentação dos bebês e crianças, o mingau do quilombo é feito da farinha da mandioca, essencialmente, da farinha branca, conhecida como farinha doce” (p. 163). É um saber que permanece vivo na comunidade e vem sendo transmitido geração após geração, inclusive para as gerações mais recentes.

Outro alimento bastante consumido na comunidade da Vila das Almas é o “chibé/ximbéu”, geralmente é preparado em uma bacia com água, sal, pimenta do reino, cheiro verde, limão e farinha. Coloca-se aos poucos a farinha, misturando com os demais ingredientes até ficar a gosto. O ponto ideal é um pouco antes de virar pirão (Ferreira, 2019, p. 13).

**Figura 2:** Chibé/Ximbéu



Fonte: Ferreira, 2020.

Como podemos observar, a referida comunidade tem uma variedade de pratos emblemáticos, que são frutos de ações coletivas e/ou individuais, surgidas no período colonial, carregadas de um forte simbolismo e ancestralidade. Todavia, há muita dificuldade em repassar esses conhecimentos culinários para as novas gerações:

No quilombo Saco das Almas, Dona Dudu reforça este fato em sua fala: “o conhecimento vai morrendo aos poucos com os mais velhos, pois a maioria dos jovens não se interessam pelas práticas do quilombo” (entrevista concedida no dia 20/03/17), no entanto, percebe-se que se houvesse uma contrapartida dos jovens, não sanaria todos os problemas, mas seria um apoio fundamental para a sustentação da identidade e preservação do patrimônio cultural que compõem o quilombo Saco das Almas (Ferreira, 2019, p. 15).

Ferreira (2019) descreve ainda que a “moqueca” é feita com peixe bem pequeno, pescado no riacho do quilombo, conhecido como “cirina”; justamente por conta do seu tamanho, que os moradores do quilombo falam que não fica legal fazê-los cozidos e também é quase impossível conseguir assá-los. A moqueca é um dos pratos mais apreciados pelos quilombolas e simbolicamente carregado de valores de ancestralidade, desde o seu modo de preparo até a forma como é transmitido geração após geração.

Figura 3: Moqueca



Fonte: Ferreira, 2020.

Outro prato peculiar do quilombo Saco das Almas é a “Mambeca” que é basicamente o feijão bem verde cozido ainda na casca, dando-lhe assim um saber especial e completamente diferente do feijão cozido sem a casca como nos é de costume. Uma vez cozido o feijão com a casca, serve-se em uma tigela desse jeito.

Entra nesta listagem também a “paçoca de gergelim”. O prato passa por dois momentos importantes para o seu preparo: no primeiro momento, o gergelim, que é uma semente, deve ser bem torrado; no segundo momento, estando todo ele torrado, deve ser socado no pilão juntamente com farinha e açúcar, podendo este último ingrediente ser substituído por rapadura, que era o mais comum na época (Ferreira, 2019, p. 14).

A “paçoca de coco de babaçu” tem o procedimento do seu preparo semelhante ao da paçoca de gergelim. O coco de babaçu é bem torrado e socado no pilão com a farinha. Além da paçoca de coco de babaçu, temos o “gongo” que é uma larva encontrada dentro do coco. O gongo pode ser preparado de duas formas: assado ou frito. Para fazê-lo assado, a larva é posta/enfiada no espeto e levada ao fogo. Já no gongo frito, a larva é “colocada em uma panela e levada ao fogo, não é necessário pôr óleo, pois a oleosidade da própria larva que vai soltando aos poucos [...]” (Ferreira, 2019, p. 14).

**Figura 4:** Gongo frito



Fonte: Ferreira, 2016.

Após a exposição de algumas comidas emblemáticas da Vila das Almas, vale reiterar o sentimento de pertencimento, identidade (Bauman, 2005), patrimônio (Brayner, 2007) dessa comunidade quilombola, que produz uma cultura com toda essa carga imagética, essa luta por resistência, um povo que até hoje busca reconhecimento da terra, de sua história e de sua gente, tentando impor sua identidade enquanto quilombola.

Pautamos apenas alguns pratos emblemáticos da culinária do Quilombo Saco das Almas, pratos que são passados de geração em geração, cultivando a memória afetiva (Halbwachs, 2006) de seus antepassados, cada um com as suas particularidades. Os ingredientes são os mesmos utilizados no passado, elementos retirados da natureza, como o gongo do coco babaçu ou do tucum, a palha da bananeira para a preparar a moqueca, a mandioca, base da farinha, do mingau de farinha, das paçocas de gergelim e babaçu, além do chibé, entre outros ingredientes mais simples geralmente plantados no quintal de casa.

Há uma incessante luta para manter viva e presente a cultura quilombola, para que as gerações futuras possam ter acesso a esses bens, tangíveis e intangíveis (Dias, 2006), servindo para contar suas histórias, lutas, resistências, suas tradições.

### 3,2 O festival de inverno: festas e festejos da comunidade

As festas e festejos do quilombo Saco das Almas, mais especificamente da Vila das Almas, foram detectados através dos relatos dos moradores durante as visitas realizadas e textos já publicados anteriormente. Percebeu-se que, os eventos festivos do local são tidos como tradicionais pelos quilombolas, fazendo parte de suas vidas.

No primeiro ano de investigação, houve diversos encontros entre pesquisadores e quilombolas nos quais foi possível um maior contato com a realidade vivenciada pela comunidade. Além disso, foram realizados momentos de lazer em que se tornou viável participar de algumas ocasiões culturais.

O contexto dos anos 2020 e 2021 obrigou-nos a um afastamento da comunidade devido à pandemia ocasionada pelo coronavírus (COVID-19). As pesquisas de campo foram suspensas e tornou-se mais complexa a forma de acompanhar o cotidiano dos moradores da comunidade, tanto por conta do isolamento social, quanto pelos problemas apresentados devido à instabilidade com a conexão via internet em certos pontos da comunidade, e em virtude das dificuldades encontradas pelos próprios pesquisadores.

Contudo, os trabalhos de pesquisas e catalogação realizados antes da pandemia fundamentaram a continuidade da investigação, na qual destacamos a quantidade de festividades culturais “observadas” que acontecem durante o ano de 2019 e compõem o patrimônio cultural da comunidade.

Começamos, em fevereiro, com as comemorações de carnaval. Nessa ocasião, ocorre a prévia de carnaval marcada por uma passeata cercada de animação pelas ruas da Vila das Almas, geralmente, no sábado de carnaval. No domingo, ocorrem dois eventos, o primeiro durante à tarde, voltado para as crianças, ocasião em que se divertem com danças, músicas e lanches, geralmente, refrigerantes e bolos. O segundo, voltado para o público adulto, começa depois do baile das crianças, ao anoitecer, os quilombolas fazem o baile de carnaval dançam e se divertem ao som de músicas .

No mês de abril é comemorada a Páscoa. Na Sexta-feira Santa (Paixão de Cristo), os quilombolas fazem uma apresentação teatral da Via Sacra que é a reconstituição religiosa dos últimos momentos de Jesus na terra. Nesse dia, um grupo de quilombolas caminha pelas ruas do quilombo caracterizados

(para a Via Sacra) e ao chegarem na praça da igreja da vila apresentam a peça da morte e crucificação de Jesus.

No domingo de Páscoa, pela manhã, é apresentada a ressurreição de Cristo, realizada na igreja de Nossa Senhora da Aparecida e, em seguida, a missa. Durante à tarde, acontece a partida final do Festival de Inverno, que é um campeonato de futebol anual ao qual são convidados times de outras cidades para competir com os times da casa.

Entre os times convidados podemos encontrar “equipes tanto das vilas do Assentamento, quanto de Parnaíba, Mathias Olímpio e Porto Marruais, do estado do Piauí” (Ayres, 2002, p. 110). Durante os jogos, ocorrem vendas de bebidas e comidas tradicionais, como as broas de goma feitas pelos próprios quilombolas, a venda de frutas colhidas dentro do quilombo, dentre outras especiarias. Ao final dos jogos, acontece a festa dançante na qual são convidadas radiolas de reggae de diferentes lugares para fazer a animação da população todos os anos.

**Figura 5:** Via Sacra.



Fonte: Vitalino Costa, 2019.

**Figura 6:** Via Sacra.

Fonte: Vitalino Costa, 2019.

No mês de maio é comemorado o Dia das Mães. Nesse dia, os quilombolas realizam uma festa em homenagem às mães, com sorteios de presentes arrecadados através de patrocínios da prefeitura de Brejo- MA, de comerciantes e pessoas que queiram ajudar. Em seguida, acontece a festa dançante com cantores da localidade. O festejo de Nossa Senhora Mãe-Maria também é comemorado neste mês e os quilombolas passeiam pelas ruas e casas dos moradores da vila carregando a imagem da Santa (Ferreira, 2020).

No mês de agosto é realizada a festa do Grupo de Jovens “Juventude a Caminho de Cristo” (JAC), essa festa acontece no segundo ou terceiro final de semana de agosto e comemora a fundação do grupo, começou com uma comemoração simples e com o passar dos anos cresceu. Atualmente, mantém-se uma partida de futebol durante a tarde que acontece há vários anos e à noite se encerra com a festa dançante.

No mês de novembro é comemorado o festejo em honra a Nossa Senhora de Aparecida, padroeira da Vila das Almas, celebrado durante nove dias com missas na igreja da vila e leilões ao final das celebrações, em que os moradores e visitantes podem arrematar animais e especiarias da localidade. “O festejo se inicia com o levantamento do mastro, finalizando-se com a procissão, a missa de encerramento e a derrubada do mastro, no último dia” (Ferreira, 2020, p. 17).

Outro evento apreciado pelos quilombolas são as festas organizadas pelos próprios moradores. Nessas ocasiões, os ritmos mais tocados são o reggae, o forró e o brega. Essas festas são, também, executadas durante o período em que ocorre o festejo da padroeira Nossa Senhora de Aparecida, embora não havendo relações com as festas religiosas já que se tratam de festas “profanas” (sob o ponto de vista da Igreja Católica) e não condizem com a proposta do festejo, sendo realizadas após as missas para que não haja o envolvimento com o sagrado.

Tudo quanto os deuses ou os antepassados fizeram – portanto tudo o que os mitos contam a respeito de sua atividade criadora – pertence à esfera do sagrado e, por consequência, participa do Ser. Em contrapartida, o que os homens fazem por própria iniciativa, o que fazem sem modelo mítico, pertence à esfera do profano: é pois uma atividade vã e ilusória, enfim, irreal (Eliade, 1907-1986, p. 51).

Sendo assim, respeitando o espaço considerado sagrado, a igreja e seus simbolismos, as festas são executadas em ambientes e horários diferentes. Continuando com os eventos festivos, durante alguns finais de semana, é tradição que os quilombolas se reúnam em frente às suas casas para a comercialização de bebidas como o conhaque e a “tiquira” que é uma cachaça produzida a partir da mandioca; e comidas (caldos, farofas, salgados, bolos, doces, etc.) produzidas pelos quilombolas. Nessas ocasiões, os moradores podem interagir trocando conversas e fazendo “brincadeiras”, que significa o ato de se divertir com simulações de lutas e queda de braços, um verdadeiro momento de lazer e descontração para eles.

Encerrando os eventos tradicionais anuais, o Natal é comemorado com muita alegria. Na noite de Natal é celebrada a missa na igreja de Nossa Senhora da Aparecida e, logo após, ocorre o baile de Natal com uma festa e atrações musicais de fora. Os responsáveis pela execução do baile têm o cuidado de convidar todos os anos atrações diferentes para que não haja repetições das atrações convidadas e para que chame o interesse da comunidade em participar.

No primeiro ano da pesquisa, de 2019 a 2020, conseguimos dados e informações das festas da Vila das Almas de fevereiro a dezembro. No decorrer

desse processo, descobrimos a importância do Festival de Inverno para a comunidade e enfatizamos os valores dessa atividade cultural para os quilombolas no segundo ano da pesquisa.

As rodas de conversa foram o meio crucial para obter informações de como ocorreu o calendário festivo da comunidade, no período da pandemia. Os participantes quilombolas das rodas de conversa relataram que as principais festas que aconteciam no quilombo foram anuladas por causa da pandemia. O Festival de Inverno foi uma delas.

Quando o GEPEMADEC iniciou as suas atividades de pesquisa no quilombo Saco das Almas, em 2016, não havia pesquisas ou registros que relatassem a existência da nomenclatura “Festival de Inverno”. Em 2018, na investigação da pesquisa de mestrado da professora Daciléia Lima Ferreira, o GEPEMADEC ouviu falar do Festival de Inverno pela primeira vez pelos quilombolas.

O Festival de Inverno é um torneio de futebol da Vila das Almas que ocorre num período de quatro meses na comunidade, de janeiro a abril, o período chuvoso da região. A relação do torneio de futebol com as festas do quilombo assume uma dimensão “profana” porque não dialoga, aparentemente, com nenhum aspecto de religiosidade do quilombo, seja qual for a manifestação religiosa, nem a realização de missa, nem culto, referente ao festival.

O mais interessante é que o festival já ocorre há mais de vinte anos na comunidade. Como dissemos, não há registros anteriores sobre essa nomenclatura “Festival de Inverno” em pesquisas sobre o quilombo Saco das Almas, mas a pesquisadora Daciléia Lima Ferreira encontrou um relato sobre o torneio, na dissertação de mestrado da pesquisadora Genny Ayres:

O futebol é muito apreciado em Almas. Há, inclusive, organizações de torneios, para os quais são convidadas equipes vizinhas, tanto das vilas do Assentamento, quanto de Parnaíba, Matias Olímpio e Porto Marruais, do estado do Piauí. Os torneios ocorrem, geralmente, nos finais de semana e causam movimentação. O “campo de bola” torna-se local de venda de bebidas, de frutas e especiarias locais como as broas feitas de goma (Ayres, 2002, p. 110).

Importante apontar dois aspectos que demonstram as potencialidades do Festival de Inverno para a possibilidade de uma roteirização turística, com

aspectos do turismo rural de base comunitária na Vila das Almas: a) o deslocamento de pessoas de várias localidades do Maranhão e do Piauí (entre jogadores e visitantes) e b) a variedade de alimentos e produtos, muitos fabricados pelas mãos dos quilombolas, que são vendidos durante o festival.

A atividade agrega não somente os torneios de futebol com a participação de times internos, do quilombo Saco das Almas que envolve sete comunidades, como também de times vindos dos municípios vizinhos e outros estados (Piauí). Durante o Festival de Inverno, os jogos ocorrem sempre aos fins de semana, nos sábados e domingos, à tarde, e movimentam a comunidade inteira, pois além da venda de diversas comidas aconteciam também as festas nos barracões que tocavam diferentes ritmos dando destaque ao reggae.

Ao lado do campo de futebol da Vila da Almas, são construídas diversas barracas de madeira, cobertas de palhas de palmeiras, para a venda dos alimentos (espetinhos, creme de galinha, caldo de ovos, mingau de milho, farofas, bolos, pudins, baião-de-dois, pastéis, entre outras iguarias) e de bebidas (refrigerantes, sucos e alcoólicas de todo tipo – cervejas, cachaças, vinho, tiquira, etc.) além das barracas de comidas e bebidas, também têm os barracões de festa, onde geralmente tocam os paredões de reggae.

Esses eventos além de serem essenciais para as práticas culturais dos moradores do quilombo também atuam como atrativos para turistas que possam visitar a comunidade. São uma maneira de conseguir uma renda extra, graças às vendas realizadas nessas ocasiões, isto é, a movimentação do capital se torna maior e pode ser percebida, ainda que de maneira tímida, a existência da economia solidária, onde há uma troca simbólica, dentro da comunidade, desses bens comercializados. “Economia solidária é o termo que se aplica às iniciativas que tratam de temas relacionados à coletividade de produção, distribuição, gestão e comercialização. Ela está diretamente relacionada ao cooperativismo” (Batista, 2018).

Na economia solidária, as produções são feitas no intuito de ajudar aos próprios moradores e a realização desses negócios ocorre pela própria comunidade, não havendo um fornecedor de fora, mas sendo produções naturais dos moradores, não existindo a figura do patrão, mas toda a população local é responsável por comandar e gerenciar suas próprias produções. Esse modelo de produção dialoga com as bases conceituais do Turismo de Base Comunitária como veremos adiante.

### 3.3 Entre capembas e sapucaias: o artesanato da Vila das Almas

Durante a realização da pesquisa, vimos a diversidade de elementos culturais com potencial turístico na comunidade da Vila das Almas e que podem a partir dos levantamentos de dados servir de plano piloto para a organização de roteiros de turismo cultural na comunidade.

Vale ressaltar que além do artesanato, que já havia sido catalogado por Ferreira, Carvalho e Brussio (2019), produzido pelos artesãos da comunidade, encontramos novos elementos dessa atividade cultural como as esculturas de madeira feitas pelo quilombola Gilberto, um morador da Vila das Almas, que relatou que essas esculturas são feitas representando partes do corpo humano – cabeça, braço, pé, pois são utilizadas para pagamento de promessas religiosas e estão muito ligadas às questões de crenças e fé dos quilombolas.

As esculturas são representações dos pagamentos de promessas atendidas, oferendas aos santos milagreiros a quem a demanda foi solicitada. Podemos ver nesses rituais de pagamento de promessas, a consagração de práticas ritualísticas da Igreja Católica muito presentes nas práticas culturais dos quilombolas. O mais interessante é que assim como pagam promessas aos santos católicos (Nossa Senhora dos Milagres, Nossa Senhora da Aparecida, São Benedito, etc.), também pagam promessas às suas entidades espirituais afro-brasileiras, como é o caso do João Velho<sup>6</sup>, na Vila das Almas.

Assim, coexistem o sagrado e o profano na comunidade como maneiras do ser humano se posicionar diante da sua existência. Para Mircea Eliade (1992), “o sagrado produz uma ligação entre o transcendente e o material, sendo que ao sacralizar determinado objeto, lugar ou pessoa, está distinguindo-os dos demais” (p. 31).

O espaço sagrado tem uma forte ligação com o “Centro” do mundo. Ele não é homogêneo. Apresenta roturas, quebras, porções diferentes das outras, que as diferencia dos outros espaços. Para Eliade (1992), o “Centro equivale à criação do mundo, ou seja, a manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo”.

---

6 Ver a lenda de João Velho no artigo *A LENDA DE JOÃO VELHO: imaginário, fé e misticismo na Vila das Almas* (Ferreira, Carvalho, Brussio, Brito, 2020)

Por esta razão, Eliade (1992) compreende que “todo microcosmo, toda região habitada, tem o que poderíamos chamar um ‘Centro’, ou seja, um lugar sagrado por excelência” (p. 35). É neste “centro”, neste lugar sagrado, que o sagrado se manifesta totalmente sob a forma de hierofanias elementares, que se manifestam de diferentes formas ou maneiras.

Interessante como o sagrado se instaura pelo simbolismo do “centro” na comunidade, seja por meio da “roda” do tambor de crioula, seja pelos rodopios das coreiras, sejam pela centralidade da localização da igreja católica de Nossa Senhora de Aparecida no meio da comunidade, sejam pela centralidade da localização do cemitério no meio da comunidade (próximo da igreja), seja pelos objetos simbólicos-religiosos depositados tanto na igreja (velas, objetos de pagamentos de promessa) quanto no cemitério (garrafas de cachaça ao pedidos atendidos por João Velho).

O artesão Gilberto fala que essas esculturas são encomendadas por fiéis que as utilizam como forma de pagamento no Festejo de Nossa Senhora dos Milagres, considerado um dos maiores festejos do Baixo Parnaíba Maranhense, pois reúne uma grande quantidade de romeiros e peregrinos no mês de agosto, que fazem seus pedidos e pagamentos de promessas ao longo de dez dias de festejo.

Muitos romeiros, peregrinos, fiéis e devotos utilizam como forma de pagamento as esculturas de madeira que representam as partes do corpo curadas em pedido à Santa de Nossa Senhora dos Milagres: braços, cabeças, pernas, troncos são encontrados com uma enorme quantidade de ceras de vela derretidas por todo o santuário.

Na realização desta pesquisa pudemos observar como o artesanato do quilombo tem uma ligação forte com a religiosidade dos quilombolas.

**Figura 7:** Esculturas em madeira com formatos de partes do corpo humano



Fonte: Gilberto, 2021.

Além das esculturas em madeira, Gilberto também faz anéis de tucum, que geram uma ótima comercialização na própria comunidade. Sem falar da importância de mostrar esse artesanato aos próprios moradores da Vila das Almas, ratificando práticas culturais que são presentes e relevantes para a comunidade.

Outro artesão que se destaca, por suas produções, na Vila das Almas é o professor Marcos Silva, que faz suas obras de artes plásticas em capembas de babaçu.

Marcos nos relatou, durante uma roda de conversa virtual, que começou a fazer suas obras para algumas pessoas da comunidade e depois pessoas da sede de Brejo começaram a comprar também. Afirmou ainda que a sua maior fonte de inspiração vem das representações de mulheres negras africanas.

A comunidade possui outros artesãos que também trabalham com elementos da natureza do quilombo na produção de pulseiras, cordões que são feitos da palha do buriti, e minitambores que são feitos da árvore da sapucaia, as roupas de crochê e as garrafas enfeitadas com lã.

**Figura 8:** Artesanato da Vila das Almas (capembas, crochês, garrafas decoradas, bio-joias e bio-joutherias)



Fonte: LEI (Laboratório de Estudos do Imaginário), 2020.

**Figura 9:** Escultura em madeiras e anel de tucum



Fonte: Gilberto, 2021.

Com a realização da pesquisa, durante os anos de pandemia da COVID-19, de forma remota, vimos que o artesanato produzido pelos moradores do quilombo é um elemento que pode contribuir para a geração de emprego e renda na comunidade da Vila das Almas.

É importante ressaltar a importância da criação de uma associação de artesãos da comunidade, pois só assim facilitaria a organização dessa produção e planejamento da venda e escoamento desses produtos para fora da comunidade, expandindo para sede da CRESOL (Centro Estadual de Economia Solidária do Maranhão), em São Luís, instituição que tem a finalidade de fomentar o processo de cooperativismo e associativismo para estimular o crescimento das cadeias produtivas nos municípios do Maranhão.

O Quilombo Saco das Almas, com suas humildes moradias, em meio a áreas verdes e bem conservadas, com profusão de árvores em suas entradas ou quintais, mostra-se integrado à paisagem, compondo singelos quadros da natureza, revelando a cultura ecológica do lugar, um charme irresistível para o homem estressado das grandes cidades, para alguns até com uma conotação poética, sugerindo paz e o bucolismo, vida em contato direto com a natureza, pode proporcionar atividades do Turismo Ecológico, Turismo de Experiência, Turismo de Base Comunitária, entre outras práticas envolvidas no Turismo em Espaços Rurais.

A paisagem, como decorrência de determinada ação cultural humana de grupos presentes no espaço, é reconhecida como uma representação permanente do saber, sendo ao mesmo tempo funcional e simbólica, cujos elementos se ocupam de mediar a transmissão de conhecimentos, valores e símbolos da sociedade local, de uma geração para outra.

Coriolano, Lima e Rocha (2003) tecem observações precisas sobre a voracidade do turismo de massa em seu estado (Ceará), em favorecimento aos investimentos empresariais que agridem o ambiente natural e alija a população nativa de suas tradicionais relações econômicas, modo de vida e cultura: “É mister afirmar que ao longo do processo de implementação do turismo no estado no Ceará muitas comunidades foram inseridas de forma abrupta no sistema turístico globalizado ou de massa, o que ocasionou a exclusão das populações locais” (p. 224). Tal tipo de reflexão é pertinente aos demais estados da região. Por isso sua utilização como referencial teórico de nossas considerações.

Do ponto de vista econômico, o Turismo de Base Comunitária (TBC) se estrutura em diretrizes que procuram empregar a lucratividade do setor em ações que promovam o desenvolvimento do lugar em bases sustentáveis, a inclusão socioeconômica da população de forma mais abrangente possível,

com criações de empregos com justa remuneração, obras de saneamento, urbanização, melhorias na saúde, educação, segurança pública, transportes e em demais setores de interesse da coletividade.

Evidente que a presente pesquisa nos fez perceber como o quilombo Saco das Almas é rico culturalmente, pois a própria comunidade entende que todos esses valores culturais são primordiais para preservação e para o reconhecimento dos mesmos enquanto quilombolas, e por isso que o turismo trabalha com a perspectiva da valorização desse espaço e meio social dessas comunidades tradicionais.

A memória é um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e submetido a transformações constantes. Ela transmite a cultura local herdada e é constituída por acontecimentos vividos socialmente. Nessa ótica, são três os elementos que servem de apoio à memória: os acontecimentos vividos, as pessoas e os lugares. E são estes os elementos responsáveis pelo estabelecimento dos laços afetivos entre as pessoas (Pollak, 1992, p. 34).

Esses traços culturais possuem influência direta sobre a construção de nossas identidades, uma vez que elas constituem grande parte do conjunto de atributos que formam o contexto comum entre os indivíduos de uma mesma sociedade e são parte fundamental da comunicação e da cooperação entre os sujeitos. O quilombo Saco das Almas conta com vários componentes concretos ou abstratos com a função de representar a identidade do lugar ou de seu povo, com incalculável número de criações e manifestações, da dança a um jogo ou brincadeiras, festas e do artesanato.

O quilombo Saco das Almas apresenta potencial cultural turístico tanto no plano material quanto no imaterial. Para Brayner (2007, p. 12), o patrimônio cultural “é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres e expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo”.

Se sugerimos o turismo comunitário para o quilombo, como resultado de nossas pesquisas e vivências, também indicamos as ações adequadas para implantar a atividade, a partir de iniciativas pragmáticas em tal sentido, com o devido planejamento, organização e capacitação de seus moradores para prestar os serviços de hospitalidade necessários, a exemplo, de pousadas e

restaurantes domiciliares. Um tipo de hospedagem que proporcione ao visitante vivenciar o dia a dia da comunidade, uma experiência turística interessante, além das demais atividades possíveis.

Porém, sabemos que a desejada estrutura somente se efetivará por meio do empreendedorismo de moradores locais que, portanto, deverão aderir ao programa de turismo comunitário proposto, decidindo por estabelecer meios de hospedagens e de alimentação, ou qualquer outro tipo de prestação de serviços do segmento turístico-comunitário, sendo que, certamente, as principais dificuldades para montagem de seus pequenos negócios serão de cunho financeiro, problemas de capacitação profissional de agentes da comunidade para funções executivas no turismo comunitário que empregarão metodologias de oficinas práticas, abertas a adolescentes, jovens e adultos conforme suas áreas de interesses e perfil de aprendizagem profissional.

Os cursos previstos, direcionados, inicialmente, a preparar e inserir os agentes locais em atividades técnico-profissionais do turismo comunitário, também capacitarão para o turismo convencional, podendo ainda ser exercidas atividades em outros segmentos do mercado de trabalho, uma ação substancial e abrangente, portanto, de inclusão social, fazendo com que esses moradores do quilombo sejam os próprios agentes desse turismo comunitário.

A partir de um plano de implantação e desenvolvimento de turismo comunitário, no quilombo Saco das Almas, pode-se proporcionar vivências culturais genuínas e atividades eco turísticas, de turismo de aventura, lazer em áreas naturais e atividades de educação ambiental, em ambientes ecologicamente preservados, com culturas étnico-identitárias afro-brasileiras, ainda com traços de originalidade; além de proporcionar oportunidades de inclusão socioeconômica com geração de emprego e renda.

O turismo comunitário se direciona pelas diretrizes que apregoam o desenvolvimento turístico em benefício da população autóctone, porém, distingue-se em virtude de suas atividades ocorrerem em espaços sócio geográficos limitados, pequenas comunidades, geralmente de áreas rurais, em que seus próprios habitantes assumem o papel de ser agentes dos serviços turísticos ali prestados, particularmente na condição de proprietários, em negócios familiares de porte reduzido, todos agindo de forma cooperativa, com oportunidades igualitárias para todos os membros do grupo social se inserir nos processos relativos às atividades turísticas do território, de planejamento,

organização e execução, em comportamentos participativos e solidários, e em estágios de plena sustentabilidade econômica, ecológica, cultural, social e política (Carvalho, 2012).

Sabe-se a importância da atividade turística planejada, pois tem como pilar a valorização da comunidade. Iniciativas do turismo comunitário no quilombo Saco das Almas têm o valor de proporcionar ao grupo social atividades de valorização e aprimoramento do lugar e das pessoas, promovendo o desenvolvimento social e cultural com práticas que visam o incentivo do que é produzido pelos moradores da vila das almas, tais como o artesanato, as danças, a culinária. Contribuí com a cultura local, preservando a vivência e realidade da comunidade receptora com o seu ambiente natural possibilitando melhorar o desenvolvimento socioeconômico provendo a essa comunidade a criação e a geração de emprego e renda.

Um dos cerne para uma proposta de desenvolvimento de turismo local em comunidades quilombolas como o Saco das Almas propõe que os planos de ação precisam estar centrados nos recursos endógenos da comunidade. A literatura ressalta seu potencial de promover a conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios para as comunidades receptoras (Fabrino, Nascimento, Costa, 2016, p. 173).

Sabe-se que o turismo de base de base comunitária representa uma modalidade de turismo que normalmente é desenvolvida em pequena escala, tendo como perspectiva a manutenção das características socioculturais das comunidades receptoras, ao mesmo tempo em que se gera renda e ocupação nos territórios, preservando os costumes das comunidades tradicionais e, como via, a preservação do meio ambiente como elo entre os moradores e o meio ambiente onde as comunidades receptoras vivem.

### 3.4 “É Tambor de Quilombola!”: as danças da Vila das Almas

O tambor de crioula da Vila das Almas é uma das danças tradicionais mais relatadas pelos moradores do quilombo Saco das Almas durante as visitas realizadas e textos já publicados anteriormente (Ferreira, 2018; Ferreira,

Carvalho, Brussio, 2019). Várias são as ocasiões em que ocorrem as apresentações do tambor de crioula da Vila das Almas, tais como, pagamento de promessas, festa de aniversários, chegada ou despedida de parente ou amigo, comemoração pela vitória de um time de futebol, nascimento de uma criança, festa ou festejos da comunidade.

**Figura 10:** Tambor de Crioula da Vila das Almas.



Fonte: GEPEMADEC, 2019.

O tambor de crioula é uma dança de origem africana praticada por descendentes de escravos africanos, muito praticada no estado do Maranhão, em louvor a São Benedito, um dos santos mais populares entre os negros. O tambor de crioula é uma dança alegre, marcada por muitos movimentos dos brincantes e muita descontração. Segundo Ferreira, Carvalho e Brussio (2020, p. 147), “o tambor de crioula é conhecido como uma dança de origem de matriz afro-brasileira, de configuração organizacional dos brincantes em círculo e movimentos coreográficos não ensaiados (livres)”.

O tambor de crioula é composto por mulheres e homens e cada um tem funções distintas, as mulheres vestidas com largas saias de chita estampadas, blusas com mangas de folhos e turbante, que realizam a dança girando na roda das dançarinas, elas também fazem parte da toada vocálica que somando com todos os brincantes, formam um grande coral acompanhando os cantores.

São as coreiras que praticam a umbigada, serve como um convite tanto para entrar como para sair da roda, existe também a pungada que é uma reverência ao tambor grande. A coreira cumprimenta todos os tambores, porém, só faz esse ato de pungar na frente do tambor grande. A coreira quebra na frente do tambor para a direita e para a esquerda de acordo com a batida do coreiro, eles entram em sintonia nesse momento (Sousa, 2019).

Aos homens cabe a função de bater os tambores feitos de troncos de madeira escavada, cobertos com peles de animais, sempre com uma fogueira perto para esquentar o couro dos tambores no caso de ficarem desafinados, rusticamente curtidos, bem como, compor e entoar as toadas em forma de improvisado em desafios que mobilizam os pares. Segundo Ferretti (2006), a parilha é “a denominação que se dá para o conjunto dos três tambores” (p. 4) que compõem o tambor de crioula: o tambor grande, o meião e o crivador.

Os tambores que compõem a parilha do tambor de crioula são três, todos eles para serem tocados necessitam que o tocador se sente sobre eles como um cavaleiro que monta em seu cavalo e cada um deles tem a sua função musical sonora e são tocados de forma diferenciada. O meião é posicionado completamente em contato com o chão somente com um pequeno apoio de pedaço de madeira para não rolar e o tocador fica totalmente sentado sobre o mesmo. Dos três tambores ele é o que tem a função de marcação, por isso é o primeiro a ser tocado. O crivador, assim como o meião, também necessita de um apoio para ser tocado, dessa forma, o tocador utiliza a mesma posição que o tocador do meião para tocá-lo e também faz parte da marcação. Já o tambor grande ou rufador faz o papel de solista, o tocador monta sobre o mesmo de pé, com os joelhos flexionados, com o instrumento amarrado em sua cintura. A matraca também é utilizada e produz o seu som com batucadas no tambor grande por outro tocador nas extremidades finais da estrutura do corpo do tambor grande (Ferreira, Carvalho, Brussio, 2020, p. 148).

O cantador puxa a toada, enquanto os tocadores, em grupo, acompanham o refrão até que outro cantador puxe outra, sempre com motivos de louvor a São Benedito. O tambor de crioula é visto como patrimônio imaterial pela sociedade. Podemos perceber que a história do tambor de crioula persiste até hoje, modificando-se um pouco de um grupo para outro, mas, permanecendo

do o modo das brincadeiras e sua apresentação aos visitantes, deste modo o tambor de crioula é um forte atrativo para a grande demanda de turistas e excursionistas que visitam o local, o quilombo Saco das Almas.

Outra dança que é muito apresentada na Vila das Almas é a quadrilha. Existe uma quadrilha que se dança há mais de trinta anos na comunidade, portanto, já ultrapassou duas gerações de quilombolas. Atualmente, o grupo que dança a quadrilha da Vila das Almas é composto de 46 jovens da comunidade, que formam 23 pares e já vêm brincando juntos há cerca de oito anos. Chamam-se a “Nova Geração” nas apresentações e sucederam seus pais que brincavam anteriormente por 20 anos.

É interessante observar que a quadrilha é uma dança de origem europeia, que significa “quadra ou quadrado”, por isso, “dança de quatro ou mais pares que se defrontam uns com os outros = contradança” (Priberam, 2020). Daí, um fato merece a nossa atenção em relação a essa manifestação cultural: pode a quadrilha do quilombo ser considerada uma dança tradicional quilombola?

Se levarmos em consideração a origem da dança, diríamos que não tem nada de quilombola. Mas a partir do momento em que é dançada, cantada e interpretada por quilombolas, não passa a ter características próprias do/no quilombo?

Percebemos que o hibridismo cultural (Canclini, 2013) é um fato que não escapa às comunidades tradicionais, visto que vivemos em uma *Era Digital*, em que com um smartphone qualquer jovem quilombola tem acesso ao Funk da favela no Rio de Janeiro, ou ao K-Pop que tem contagiado gerações de adolescentes nos dias atuais. O casamento da quadrilha Nova Geração, por exemplo, é todo feito com gravações das vozes dos personagens e a trilha sonora é 100% feita com funks das favelas do Rio de Janeiro.

Em seguida, apresentamos outra dança muito importante para os quilombolas do Saco das Almas: o maculêlê. Em sua origem, o maculêlê era uma arte marcial armada, mas, atualmente é uma forma de dança que simula uma luta tribal usando como arma dois bastões, chamados de “grimas” (esgrima), com os quais os participantes desferem e aparam golpes no ritmo da música. Os participantes com mais anos de dança chegam a utilizar como armas facões.

**Figura 11:** Quadrilha Nova Geração da Vila das Almas.



Fonte: LEI (Laboratório de Estudos do Imaginário)<sup>7</sup>, 2019.

Relembrando a memória dos negros escravizados e trazidos para terras estrangeiras e acabando por incorporar outros elementos culturais, o maculê é uma das lutas de um povo que desejava liberdade, através de danças com bastões e ritmos que lhe são peculiares às suas tradições de matrizes africanas, levando o brincante a momentos de fantasia e recordação de experiências vividas pelos nossos antepassados, conservados na memória daquele que insiste em mantê-los lembrados.

Para Bergson (2006), somos imagens móveis e estamos em constante interação com a matéria, em um fluxo dinâmico, no qual flui e evolui o elã vital. A memória exerce uma função crucial na construção do presente, na dinâmica do devir.

No quilombo Saco das Almas, as danças tradicionais representam saberes que são transmitidos de geração após geração, que convergem diretamente com os estudos de Bergson (2006), o maculê, por exemplo, tem como participantes pessoas do sexo masculino, são guerreiros, negros, vestidos de

---

<sup>7</sup> O Laboratório de Estudos do Imaginário (LEI) foi criado em fevereiro de 2019, com o objetivo de desenvolver de forma mais específica, integrada e direcionada as atividades de pesquisa e extensão da Linha de Pesquisa (Imaginário, Cultura e Desenvolvimento) do GEPEMADEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura) do Campus da UFMA de São Bernardo, de forma contribuir com suas pesquisas para o desenvolvimento da região do Baixo Parnaíba Maranhense. O LEI é coordenado pelo professor Dr. Josenildo Campos Brussio, em colaboração com os professores Dr<sup>a</sup>. Sylvana Kelly Marques da Silva, Dr. Fabrício Tavares de Moraes e Dr. Mateus de Sá Barreto Barros.

branco ou sem camisa, cantam e dançam; com gritos, os guerreiros entrecho-cam as grimas no ritmo dos tambores.

Existem muitas lendas sobre a origem da dança, uma delas é que Maculelê era um negro fugido que tinha doença de pele. Ele foi acolhido por uma tribo indígena e cuidado pelos mesmos, mas ainda assim não podia realizar todas as atividades com grupo, por não ser um índio. Certa vez Maculelê foi deixado sozinho na aldeia, quando toda a tribo saiu para caçar. Aproveitan-do disso, uma tribo rival aparece para dominar a aldeia. Maculelê usando dois bastões lutou sozinho contra o grupo rival e, bravamente, venceu a disputa. Desde então foi considerado o herói daquela tribo (Capoeira Ex-ports, 2020).

Por fim, sabemos que a comunidade pratica a capoeira como uma tradição identitária, para além de uma arte marcial ou dança representativa da cultura de matriz africana. Muitos jovens da comunidade encontram na capoeira e no maculelê um elo com o pertencimento das atividades culturais da Vila das Almas.

Todas as atividades culturais que demonstramos acima são elementos centrais para uma proposta de desenvolvimento de Turismo de Base Comuni-tária (TBC) em comunidades quilombolas como o Saco das Almas, mas ressalte-se que os planos de ação precisam estar centrados nos recursos en-dógenos da comunidade (Fabrino, Nascimento, Costa, 2016, p. 173).

Sabemos das dificuldades a serem enfrentadas no futuro para a organiza-ção de um TBC na Vila das Almas: dominialidade, interculturalidade, orga-nização social, repartição de benefícios e gestão de bens comuns (Fabrino, Nascimento, Costa, 2016, p. 176). Essas etapas compõem um conjunto de recursos necessários para a implementação do TBC em uma comunidade tra-dicional urbana ou rural.

A questão da dominialidade é o elemento-chave que garante os direitos de propriedade da comunidade e assegura uma reserva de mercado em favor da comunidade, na qual garanta que a geração de renda favoreça a própria comunidade local e a insira no desenvolvimento da cadeia produtiva do tu-rismo (Ferreira, Carvalho, Brussio, 2020). Em se tratando do Saco das Al-mas, os quilombolas lutam pela posse da terra há mais de quarenta anos e aguardam o desenrolar do processo que corre no INCRA para a regularização fundiária do território.

A comunidade Vila das Almas tem como potencial turístico para o Turismo de Base Comunitária (TBC): o Turismo Rural ou Turismo de Experiência, o Turismo de Aventura e o Turismo Religioso, por serem alguns segmentos do turismo que podem ser executados no quilombo de forma satisfatória, enquadrando-se na realidade de vida dos moradores, tornando-se atividades turísticas capazes de valorizar as comunidades quilombolas do Saco das Almas.

#### 4. CONCLUSÃO

A referida pesquisa foi de suma importância para a catalogação e inventariação dos produtos culturais produzidos na comunidade da Vila das Almas, no quilombo Saco das Almas, no intuito de ajudar a comunidade a visualizar o seu potencial cultural para o turismo de base comunitária (TBC).

O desenvolvimento do projeto traz resultados positivos para os quilombolas, com o reconhecimento da valorização de sua cultura, seus costumes, ensinando-os e aprendendo com eles sobre o conhecimento de suas matrizes ancestrais, demonstrando-lhes o quão são valiosos e precisam de organização e cooperação para a sua perpetuação.

Foi neste ínterim que o Grupo de Estudos e Pesquisas e Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura (GEPEMADEC), há mais de cinco anos estando presente na comunidade Vila das Almas, veio por meio do professor Dr. Josenildo Campos Brussio, realizar a pesquisa *IMAGINÁRIO E PATRIMÔNIO DO SACO DAS ALMAS: possibilidades de salvaguarda das tradições quilombolas*, na intenção de contribuir com o crescimento e desenvolvimento econômico da comunidade.

Acreditamos ser imprescindível mencionar dois pontos importantes sobre a pesquisa: 1 - foram dois anos de duração nos quais podemos observar o crescimento e amadurecimento da comunidade; e 2 – nós também amadurecemos enquanto pesquisadores, por ter essa experiência de campo, olhando os rostos curiosos, maravilhados, satisfeitos dos quilombolas, que sempre nos acolherem tão bem, sendo gratos conosco, nos agradecendo por essa assistência.

A pesquisa é algo constante e imprevisível passível de mudanças, mas a referida comunidade é acolhedora, por isso, trazemos uma frase que nos

marcou: “a Vila das Almas é uma caixinha de surpresas” (FERREIRA, CARVALHO, BRUSSIO, 2019), realmente, pois a cada visita descobrimos algo novo, nessa trajetória acadêmica vamos colecionando memórias, experiências, aprendizados. A cada etapa concluída foi um ganho para cada um de nós, e para eles, cada anotação, cada rascunho, cada visita, cada ideia, foi uma construção.

Nessa reta final foi complicado conciliar o cronograma da pesquisa com esse período pandêmico, pois com o fechamento das universidades e a indisponibilidade dos recursos institucionais, ficamos impedidos de nos deslocar até a comunidade, mesmo assim conseguimos atingir os objetivos da pesquisa, levando as informações necessárias para a articulação de uma cooperativa, algo tão almejado pela comunidade, através das rodas de conversa e das reuniões pelo *Google Meet*.

Por fim, observamos que a comunidade Vila das Almas, pertencente ao Quilombo Saco das Almas, continua a sua luta pela organização e trabalho cooperativo, buscando formas de valorização e reconhecimento de sua cultura e possui potencial cultural para o desenvolvimento do TBC.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2008.

BERGSON, Henri. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade. Lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRAGA, Maria lúcia de Santana; SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. **O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília/DF: IPHAN, 2007.

BRUSSIO, FERREIRA et al. A CULINÁRIA DO QUILOMBO SACO DAS ALMAS: perdas e danos do patrimônio cultural quilombola. In: **Revista Kwanissa – Revista de estudos africanos e afro-brasileiros**. São Luís/MA: EdUFMA, vol. 2, número 3, jan.-jun., 2019.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

CAPOEIRA EXPORTS. **Maculêlê Origem e História da Dança, 2020**. Disponível em <https://capoeiraexports.blogspot.com/2011/01/maculele-origem-e-historia.html>.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural** – recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1988.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. [tradução Rogério Fernandes]. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FABRINO, Nathália Hallack, COSTA, H. A., & NASCIMENTO, E. P. do. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. In: **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, p. 172 – 190, dez., 2016.

FERREIRA, Dacileia Lima. **Memória e identidade na Vila das Almas: um estudo sobre o trabalho da Pastoral Afro-brasileira no Quilombo Saco das Almas, em Brejo/MA**. São Bernardo/MA: EdUFMA, 2018.

FERREIRA, Daciléia Lima; BRITO, Daline da Costa; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort; BRUSSIO, Josenildo Campos. A LENDA DE JOÃO VELHO: imaginário, fé e misticismo na Vila das Almas. **Infinitum**, v. 3, n. 4, p. 6- 2, 2020.

FERREIRA, Daciléia Lima; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort; BRUSSIO, Josenildo Campos. DA ÁFRICA AO BRASIL: o sagrado e o profano no imaginário do tambor de crioula no maranhão. **Revista Labirinto**, v. 31, jul-dez, p. 144-159, 2019.

\_\_\_\_\_. O QUILOMBO SACO DAS ALMAS: possibilidades turísticas e desenvolvimento sustentável. **PAPER do NAEA**, Volume 29, nº 3, p. 76 – 91, Ano 2020, ISSN: 15169111.

FONSECA, Maria Cecília Londres et al. **Celebrações e Saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas**. Série Encontros e Estudos. Vol. 5. Rio de Janeiro: CNFCP/FUNARTE/IPHAN, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Patrimônio imaterial**. In: Revista Tempo Brasileiro, n. 147, out./dez. 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana. **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007.

KOZINETS, Robert. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica on line**. Porto Alegre: Penso, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARONI, Amnéris. *Jung na “Era das Catástrofes”*. IN: **JUNG – A psicologia analítica e o resgate do sagrado**. Revista VIVER Mente & Cérebro. Coleção memória da psicanálise. Edição Nº 2, 2009.

MUNANGA, Kabengele (org.), **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade, 2008.

ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade, 2005.

SILVA, Simone Rezende. **Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra**. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá: 2012.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camilla. **Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/03**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2007.

VIANA, Keliane da Silva. **A Terra Prometida ainda: conflitos ambientais e territoriais em Saco das Almas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

WARREN, Jonathan. **Culturas do Desenvolvimento: Vietnã, Brasil e a não celebrada vanguarda da prosperidade**. Salvador: EDUFBA, 2019.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ZANOTTI, Cecília. **Princípios do Turismo Comunitário**. Turisol - Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário.



**A ECONOMIA INTERPRETATIVA  
& TURISMOS POSSÍVEIS:  
“eles vão ter que me engolir”  
na arte da (r)existência**

**Sylvana Kelly Marques da Silva**

[sylvana.kelly@ufma.br](mailto:sylvana.kelly@ufma.br)

**Luiz Demétrio Janz Laibida**

[luizdemtrio10@gmail.com](mailto:luizdemtrio10@gmail.com)

**Fabisnaldo Pereira da Silva**

[fabisnaldo.ps@discente.ufma.br](mailto:fabisnaldo.ps@discente.ufma.br)

## 1. INTRODUÇÃO

*O primeiro passo é ajudar as pessoas  
a valorizar aquilo que elas já têm*

Franciscus Henricus Van der Poel (Frei Chico)

Esse capítulo surge de uma pesquisa mais ampla realizada na microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense<sup>1</sup>, estado do Maranhão, nordeste brasileiro. Vincula-se à linha de pesquisa *Cultura, Poder, Imagem, Representações Espaciais e as Transversalidades com o Turismo* do Grupo de Estudos e Pesquisa em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura – GEPE-MADEC. Dialoga com as representações socioespaciais do ambiente rural ao questionar o discurso hegemônico do desenvolvimento, amarrado em uma concepção pretérita da modernidade que se concretiza com a eliminação ou mascaramento das culturas tradicionais em prol de uma cultura ocidental americanizada. Sugere, ancorados na *Economia Interpretativa* e nas teorias decoloniais, a importância dos espaços comunitários e do trabalho cultural em suas transversalidades com o turismo, como catalisadores do desenvolvimento socioeconômico e como ferramentas, se usados estrategicamente, de questionamento das representações vigentes baseadas nas epistemologias coloniais.

A respeito do desenvolvimento e do turismo são termos utilizados com frequência, geralmente caminham lado a lado, nos discursos que envolvem a economia. Isso porque o turismo é, enquanto uma atividade econômica, atrelado a números pujantes. Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT (2019), o impacto do setor gera anualmente cerca de US\$8,8 trilhões ao PIB mundial (10,4%), com uma alta de 3,9% superior à expansão da economia global, sendo responsável por 319 milhões de empregos. Esses dados difundem-se com a promessa do almejado desenvolvimento com expectativas amplas.

Um dos problemas dessa concepção é que a maioria dos modelos do turismo adotados nos países ditos subdesenvolvidos atendem a uma perspec-

---

1 Os mapeamentos regionais do Maranhão são diversos. o IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, explica as divergências regionais e os números de municípios, o que dificulta a elaboração de intervenções no estado.

tiva neoliberal fundamentada no conceito tradicional de desenvolvimento, escapando aos benefícios e oportunidades sociais alardeados em torno da atividade. Na contramão do planejado, favorece a exploração dos moradores, reduz as suas redes de solidariedade<sup>2</sup> e traz em seu bojo uma quantidade significativa de impactos negativos nos locais periféricos (Shills, 1992).

Por outro lado, surgem alternativas ao turismo massivo, sociopoliticamente críticas e ancoradas no desenvolvimento endógeno<sup>3</sup> e no etnodeenvolvimento (Stavenhagen, 1985). Indicam a possibilidade das distintas comunidades promoverem suas potencialidades a partir dos seus saberes e fazeres; da manutenção das necessidades básicas, tais como a renda, a saúde e a educação. Pretendem ampliar a justiça social com a distribuição dos lucros, o respeito com a participação democrática dos atores do território no processo de planejamento e decisão, garantindo benefícios mais amplos e comum a todos (Floriani, 2019; Floriani, 2020; Giacometti, 2021; Green, 2009; Jakimiu, 2018; Maluf, 2000; Sen, 2011; Sen, 2000; Souza, 1996; Warren, 2019).

Pesquisas anteriores (Silva, 2012; Silva, 2017) que se debruçaram sobre o desenvolvimento e o turismo no Brasil confirmaram a razão mitológica do desenvolvimento (Furtado, 1997). Contrariando seus ideólogos, coloca questões sobre os mecanismos da produção e reprodução material da atividade em voga. Ora, a representação da moldura nacional é gestada na esteira do progresso “civilizador” unida à precarização brutal do trabalho, esse contexto enquadra a tradição rural e os povos subalternizados no centro dos atrasos sociais. Impregna sistemas compartilhados de crença e produz um imaginário sobre o desenvolvimento delineado por discursos elitistas, práticas patriarcais e racistas, reproduzidos na maioria das esferas sociais, agregam-se as propostas atreladas ao turismo. O que reverbera na reprodução dos preconceitos socioespaciais.

---

2 Solidariedade como base da coesão social. Ver: Durkheim, 1967 e Tiryakian, 2005.

3 Um dos exemplos de desenvolvimento endógeno está no turismo de base comunitária (TBC) um modo de se organizar a atividade turística centrada nos recursos internos de determinada localidade (humanos, naturais e de infraestrutura). Tem como base o protagonismo das comunidades receptoras na gestão e oferta dos bens e serviços (COSTA, 2013). O TBC é apresentado como uma proposta associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local (Sansolo; Bursztytn, 2009; Irving, 2009).

Com a pandemia<sup>4</sup>, o governo deixou claro que o momento seria mais árduo e cruel para os pobres, reafirmando o elitismo racial no Brasil, um veneno para o progresso, como debatido por Warren (2017; 2019). Segundo o pesquisador, os códigos raciais e opressores existentes impedem o progresso da nação, mas, podem ser ressignificados por meio das ações culturais, essas muitas vezes acontecem de modo sub-reptício. Inserido em nossos projetos, o estudioso solicitou lançarmos o olhar para a região incorporando a *Economia Interpretativa* (Warren, 2019), afinal estávamos há mais de dois anos imersos no campo de estudo.

Os debates anteriores, acrescidos da situação sociopolítica do país ante a pandemia, mais o argumento supracitado nos motivou na composição do Projeto de Pesquisa Espaços Comunitários e Desenvolvimento Socioeconômico: saberes, fazeres e turismo em prol do Bem-viver no Baixo Parnaíba Maranhense, iniciado em 2020, com quatro planos de trabalho que convergem na investigação das produções culturais do grupo de indivíduos oriundos da região do Baixo Parnaíba Maranhense, entre esses ativistas, professores, artista, agentes culturais, líderes religiosos e povos tradicionais. Além do olhar para a *Economia Interpretativa*, o projeto se debruça nas teorias decoloniais e na concepção do Bem-Viver, formatada por símbolos, significados e sentidos coletivos para fortalecimento das relações comunitárias (Acosta, 2012; 2016).

O rural continua a ser um local de onde se vê e dá onde se é visto pelo mundo e o último Censo apontou que o Maranhão é o estado com o maior número da população vivendo em áreas rurais (IBGE, 2010). Mais um motivo para abriremos a possibilidade de reconhecer e legitimar esse espaço com

---

4 A Pandemia do Coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19, inicia em Wuhan, na China, no dia 31 de dezembro de 2019, com efeitos substanciais em todo o planeta. No Brasil o primeiro caso ocorreu em 26/08/2020 e o primeiro óbito ocorreu no dia 17/03/2022, ambos em São Paulo. As tentativas de conter o avanço da pandemia começaram a ser traçadas tardiamente e daí por diante, em todos os estados do país, os casos de contaminação e óbitos cresceram assustadoramente. Na atualidade são quase setecentas mil mortos oficiais, abaixo da realidade. As políticas neoliberais que se intensificaram após o golpe de 2016, juntamente com a PEC 55, agora EC95, que colocou na constituição brasileira o congelamento dos gastos com saúde e educação por 20 anos deixou o país totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública desse calibre, são políticas de cortes de financiamento em áreas estratégicas para promover cortes de impostos e subsídios para os mais ricos. Com a popularização da pandemia e o encontro com os grupos vulneráveis os números ampliam-se assustadoramente, mesmo diante de tentativa de negativas dos dados vinda do governo federal, o que mostra as desigualdades sociais de uma formação marcada pelo domínio concentrado de terras e riquezas, pela escravidão e o margeamento de negros e pobres.

as novas possibilidades de se refletir sobre o desenvolvimento econômico com privilégio à cultura local por meio da abordagem conceituada por *Economia Interpretativa* (Warren, 2019). É um avanço teórico nos estudos do desenvolvimento e da cultura, ainda visibiliza os trabalhos dos agentes culturais, agentes dos assentamentos da reforma agrária e/ou das comunidades tradicionais, entre outros, possíveis de serem descrito e amparados por uma economia de mercado ao invés de ignorados e muitas vezes menosprezado

Com a análise etnográfica mapeamos os agentes que atuam na valorização da cultura local através da combinação das atividades, tais como: a comercialização de artesanato, o processamento de alimentos, a organização e manutenção da culinária local, a participação em feiras, a contação de histórias, a implantação de algum serviço vinculado ao setor do turismo, entre outras produções culturais locais, detectadas pelo projeto. A visão pedagógica Freiriana, guiou a relação dialógica entre os saberes populares e científicos, sublunar para a inserção no campo. Em decorrência da pandemia causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2), agregamos “novas técnicas de pesquisa etnográfica para o estudo das culturas e comunidades que estão surgindo através da comunicação mediada por computador”; a netnografia (Kozinets, 2014, p. 62).

O alicerce condutor desta pesquisa foi os saberes e fazeres comunitários exercidos nos ambientes rurais, também, reproduzidos nas zonas de urbanidade próximas a esses locais: saberes passado pelo Professor Jânio Rocha (Chapadinha-MA); pela líder do Quilombo Saco das Almas, Dona Dudu (Brejo-MA); pelo vaqueiro Bernardo Gumercindo (Povoado São Raimundo-MA); pela Dona Maria Alice (Povoado São Raimundo-MA), que cresceu na Casa Grande do Engenho Paraíso, sendo filha da cozinheira da casa; por Professores Universitários que já desenvolvem suas pesquisas no ambiente, entre outros, que muito contribuíram com diálogos para a compreensão dessa realidade.

Dos saberes e fazeres identificados nos debruçamos para esse texto no Projeto Balaiada, iniciativa do Professor Jânio Rocha. A proposta abraça as músicas, danças, festejos, rituais, atos de fé, culinárias, histórias orais, artesanatos e outras produções que tem como base as matérias primas locais que tornam-se propriedade da comunidade na medida em que se nutrem de aspectos culturais da memória coletiva. A iniciativa estrutura-se econômica-

mente com atividades ligadas ao turismo e envolve grande parte da Região Parnaíba Maranhense. E, aparece para nós como uma opção fundamental para o equilíbrio ambiental, para a soberania cultural da população e valorização do seu patrimônio, extremamente rico. Pode servir, inclusive, para identificar direções produtivas nas políticas de desenvolvimento econômico e bem estar local, construindo valores de resistência e de transformação dos códigos hegemônicos ligados ao elitismo racial latente “pela ideia de que a modernização é um projeto de racialização” (Warren, 2019, P. 76).

## 2. ELO ENTRE A CULTURA E O DESENVOLVIMENTO: ECONOMIA INTERPRETATIVA

O sistema de valores que constrói nossas concepções estéticas faz parte da produção cultural. Ela conforma o nosso imaginário<sup>5</sup> por intermédio dos significados estabelecidos por símbolos, representações, ideologias e imagens responsáveis pela interação social. Sendo, a cultura fundamental para a percepção dos elementos constituintes do universo social no nosso cotidiano, estabelece formas de ver, interpretar e materializar o mundo ao nosso redor entrelaçando-se as distintas dimensões do nosso contexto social, o que ocorre com a economia, que se consolida enquanto resultado das nossas práticas culturais subjetivas e objetivas.

A cultura é o conjunto das ações, tradições, vínculos comuns e laços simbólicos construídos pelos grupos e indivíduos. De acordo com Eagleton (2000), tem um percurso semântico amplo, polissêmico e complexo, constituindo-se em um grande desafio para quem pretende cruzar suas searas. Desafio a ser trilhado com a compreensão do tripé que apoia os seus aspectos mais significativos: 1) a cultura como civilidade; 2) a cultura como identidade e; 3) a cultura como comércio. A última estabelece seu sentido no capitalismo avançado, representa a atividade que surge na troca contínua entre a natureza e o trabalho. De modo estratégico, como civilidade e identidade, foi usada para esboçar todo um projeto de dominação política e social de uma camada sobre outra, um continente sobre outro e assim por diante; onde as discus-

---

5 Em síntese o imaginário é um arquivo imagens, disponibilizadas pelas interações socioculturais, responsáveis por organizar as concepção de mundo capazes de serem materializadas por meio de ações cotidianas. Para um entendimento mais amplo ver: Laplantine & Trindade, 2003; Le Goff, 1994;

sões entre cultura e civilização, apenas conformariam parte desse canteiro tão fértil e difícil de ser apreendido (Eagleton, 2005). A estruturação das subjetividades, dos modos de conhecer e organizar as relações sociais a partir do colonialismo – o que engloba a ideia da cultura como civilidade e identidade – nas relações estabelecidas no sistema-mundo-moderno, é denominada por Quijano (2005; 2007; 2009), como Colonialidade do Poder.

Já o desenvolvimento é parte do sistema de crenças da cultura instituída pelo progresso civilizador, pensado como crescimento econômico, dialoga com os três elementos do tripé. Sustenta um ideário com orientações que penetram outros sistemas de crença compartilhados como algo desejado para o coletivo social. Nas palavras de Floriani (2020), é percebido como o meio de superação aos males oriundos do legado da tradição rural e do atraso tecnológico. Isso porque a expressão moderna do modo de vida rural e seus traços culturais constrói a representação da rusticidade e do atraso. Constitui-se com a adoção de uma agenda com direcionamentos econômicos influenciados pelo neoliberalismo, pela economia neoclássica, por posições de agências econômicas internacionais, tais como o FMI – Fundo Monetário Internacional.

Em contrapartida, Amartya Sen (2000) coloca que o desenvolvimento econômico não garante o êxito de uma sociedade, porque não é macro, não inclui os vários acessos que os indivíduos deveriam ter frente ao seu contexto social, para usufruírem dos bens sociais. Mas, sim, investir em políticas públicas eficientes para as garantias das liberdades dos indivíduos. O que, a longo prazo, geraria o desenvolvimento a ser pensado em termos socioeconômicos. Nesse aspecto, o conhecimento popular e as relações dos indivíduos com os seus locais ganham relevância nos estudos que envolvem a economia e o desenvolvimento.

É o que pode ser observado em mais de vinte anos de pesquisa realizadas pelo estadunidense Jonathan Warren<sup>6</sup>. Em estudos comparativos entre o Brasil e o Vietnã, aponta variáveis culturais, códigos, símbolos e uma imagética determinante para distinguir aspectos sobre o crescimento socioeconômico

---

6 Jonathan F. Warren é Professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade de Washington; Diretor do Centro de Estudos Brasileiros na Base de Pesquisa de Estudos Internacionais Henry M. Jackson School da Universidade de Washington. Desenvolveu parcerias a mais de uma década com Universidades Federais Brasileiras e com outros tipos de Instituições e nos guiou nessa proposta.

desses países. O Vietnã, depois de assolado pela guerra, supera-se e conquista percentuais substantivos de crescimento econômico quando comparado ao Brasil, que mantém números ínfimos. Diante dessa situação Warren (2019), assinala um elitismo racial estrutural no Brasil, responsável pela hegemonia dos discursos do povo e da pobreza, o que constrói um imaginário social inferiorizado para essas categorias e resulta em ausência de investimentos no capital humano e na manutenção dos grandes abismos sociais, clareando como certas facetas da cultura freiam o crescimento socioeconômico.

Como resultado organiza o conceito *Economia Interpretativa*, um elo entre os estudos culturais e do desenvolvimento, ela compreende a transformação dos códigos, percepções e imagéticas que instituem uma determinada realidade socioespacial (Warren, 2019). A *Economia Interpretativa* se realiza enquanto proposta de estudos etnográficos capazes de retratar as subjetividades, discursos, símbolos, imagens, rituais, normas e valores presentes nas relações de mercado, não apenas apontá-las mas descobrir sua importância, seus usos e o porquê desses usos. Auxilia na identificação dos trabalhos culturais desenvolvidos por comunitários, com produções passíveis de desafiar as epistemologias coloniais, construir uma literatura racial, transformarem as identidades e percepções dos mais pobres, redesenhando códigos e valores que raramente são reconhecidos como catalisadores do desenvolvimento. Essa é uma opção à crítica isolada para a economia de mercado, com pouca efetividade em termos de instrumentalização das realidades locais (Warren, 2017).

A *Economia Interpretativa* guiou nosso olhar na microrregião do Baixo Parnaíba, integrada pelos municípios de Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araioses, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santana do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Tutóia e Urbano Santos. O local tem uma população média de 400 mil habitantes, majoritariamente rural e com baixo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. (SIT, 2015). É caracterizado pelas relações rurais marcado por cicatrizes da opressão e violência da sociedade colonial, o que requer resistência e reverbera em solidariedades culturais, permanências territoriais e traços tradicionais. Localizada no nordeste do estado, ocupa parte dos vales das bacias hidrográficas do Alto Muni e, principalmente, do Baixo Parnaíba Maranhense.

O IDH do Maranhão, de acordo com o último censo, foi de 0,639 – o segundo pior dos estados brasileiros. Entre os anos de 2012 a 2017, avançou significativamente na educação e subiu para o oitavo lugar no ranking das maiores variações positivas, o que reverberou na evolução do IDH para 0,687, como apresentado na publicação do Ipea, em 2017, mesmo assim, continua na penúltima posição em termos nacional<sup>7</sup>. A região especificada para a pesquisa é palco de conflitos socioambientais e disputas sobre as terras em que vivem comunidades tradicionais. Há uma substituição, em grande escala, da agricultura familiar de subsistência pelo cultivo comercial, principalmente, da soja e do eucalipto<sup>8</sup> com grande desmatamento local e forte impacto nos cursos de água, alterando as paisagens comunitárias<sup>9</sup>.

Uma síntese dessa realidade está representada no Mapa de Conflitos da FIOCRUZ (2021), onde há registros de trinta e um pontos de conflitos ambientais relacionados à expansão da monocultura com o agronegócio, uso dos agrotóxicos, transgênicos, irregularidades na demarcação dos territórios tradicionais, mineração, garimpo, siderúrgica, madeireira, questões vinculadas à legislação ambiental, atuação do judiciário e Ministério Público, entre outras. Das áreas assinaladas com conflitos quinze envolvem agricultores familiares e treze estão relacionados às comunidades quilombolas. Segue em ordem de demarcação os povos indígenas, trabalhadores rurais sem-terra,

---

7 Ver Ranking do IDH, 2010, site do IBGE. Disponível em: <[https://cidades.ibge.gov.br/\[...\]/o?tipo=ranking](https://cidades.ibge.gov.br/[...]/o?tipo=ranking)>; Evolução do IDH no estado do Maranhão, 2012-2017, site do IPEA: disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/por\[...\].p;view=article&id=34682](https://www.ipea.gov.br/por[...].p;view=article&id=34682)>

8 Agência do Senado. Senado Notícias, Em 14 de março de 2018, as 12h31m. Sobre inclusão dos municípios do Baixo Parnaíba na região do semiárido pela lei 7.827/1989. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/14/municipios-do-baixo-parnaiba-poderao-ser-incluidos-na-regiao-do-semiarido-nordestino>.

9 Durante a pesquisa tivemos informações que grandes quantidades de terras, tanto em São Bernardo, quanto cercanias estão sendo negociadas com grupos externos para plantação de sojas ou eucaliptos. Os chamados “Gaúchos” são responsáveis pelas negociações e burocracia envolvida. São indivíduos que vêm da região sul do país representando os interesses dos grandes latifundiários, os compradores são mantidos em sigilo. As terras citadas, são das famílias locais que continuam residindo no local de origem, em ambos os casos, pertencem a viúvas idosas, que com o processo de envelhecimento não conseguiram manter a terra produtiva, os filhos com outros interesses afastaram-se do trabalho da agricultura, dos seus derivados e da manutenção do trabalho do arrendamento de terras. As terras são arrendadas para grupos familiares que vivem da agricultura, esses grupos vendem parte do que plantam para os comércios locais e a outra parte serve como pagamento pelo uso das terras. Dos plantios existentes, são produzidas variedades de alimentos ou utensílios, despejados no comércio local, como por exemplo é o caso da mandioca. O dono das terras, também dono das tecnologias locais, disponibiliza seus meios de produção aos arrendados para que eles produzam derivados. No caso da mandioca fabricam farinhas, bolos, inclusive, são vendidas também para a fabricação da cerveja de mandioca. Em um dos casos citados, com a venda das terras, dezessete famílias, que dividiam-se, em mais de 200 hectares de terras, terão que abandoná-las e seguir em outras dinâmicas.

ribeirinhos, etc. Comunidades quilombolas (Bebida Nova, Matinha, Valença, Belém, São João dos Pilões, Centro dos Teixeiras, Centro da Cruz, Saco das Almas, etc) e pequenos produtores rurais do Baixo Rio Parnaíba estão sofrendo diversas violações quanto aos seus direitos humanos em decorrência do avanço da fronteira agrícola na região.

Além dos distúrbios ambientais, o agronegócio da soja e do eucalipto aumenta a especulação imobiliária, e, com ela, a intimidação das comunidades tradicionais. O resultado é um processo de concentração fundiária nas mãos de grandes empresários do agronegócio, a maioria do sul do país, conhecidos entre as comunidades como os “gaúchos”, e a expulsão do pequenos produtores rurais e populações quilombolas, que vivem de pequenos roçados e do extrativismo do cerrado (coleta dos frutos do bacuri e pequi) (FIOCRUZ, 2021). No contexto atual essa situação amplia-se gerando insegurança nos moradores e nos modos de vida das comunidades. Um ponto positivo encontrado nos dados da Fiocruz é a ausência de registros no que concerne à atividade turística (FIOCRUZ, 2021).

### 3. O BRASIL DO LADO DE LÁ: MOLDURA IMAGINÁRIA DO RURAL NO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE

No Brasil há uma divisão social evidente, um abismo não só entre as classes, mas entre as paisagens construídas e praticadas ante à matriz simbólica moderna. Ela faz emergir no plano imagético-discursivo a naturalização dos espaços, dotando-os de uma essência ou cultura própria. Representadas por limites ou fronteiras operadas por símbolos que legitimaram guerras, conquistas e domínios dos ditos não-civilizados diante de um projeto ocidental de colonização dos sentidos e das estruturas sociais. Essa é uma construção histórica com viés evolucionista, biologizante e organicista, reduziu os espaços colonizados a um possível vir a ser ante à emulação e subserviência das propostas homogeneizadoras da realidade. Ao mesmo tempo em que inventam um sentido definitivo, uma identidade, uma imagem ou um discurso para o domínio do espaço; afirma-lhe a diferença com a produção do díspar<sup>10</sup>.

10 Sobre a relação entre diferença e repetição, identidade e virtualidade ver: DELEUZE, Gilles - Diferença e Repetição, Rio de Janeiro, Graal, 1988, pp. 43, 49, 71, 97 e 117.

O que leva frequentemente as pessoas a criarem percepções simplistas dos contextos espaciais, com dicotomias que especificam, com uma constelação de proposições visíveis intermediadas pelo olhar do colonizador, os espaços subalternizados.<sup>11</sup>

Um grande exemplo está na geografia imaginária sobre o Nordeste, o Brasil do lado de lá, o Brasil que seria o outro, que dá a ver ao país uma paisagem comum, seca, quente e castigada pelo clima semiárido. Fruto do encontro das três raças constituiria um manancial da tradição. Esse recorte geográfico foi construído na primeira década do século XX, inventado por uma elite agrária que se pensava branca, frente ao seu declínio econômico e político, com grande influência do movimento regionalista e tradicionalista<sup>12</sup>. Surge, assim, para o Brasil um território atrasado em relação aos ideais modernos, atrelado ao discurso da seca e tecido pelos preconceitos raciais, só institucionalizado enquanto região pelo IBGE - Instituto Brasileiro e Geográfico – no ano de 1942, sendo agregado o estado do Maranhão no ano de 1945.

O discurso da seca foi central para justificar e explicar os problemas socioeconômicos desta área do país, mas análogo a este discurso o imaginário nordestino comporta uma reação conservadora à sociedade capitalista, marcada pelo saudosismo da aristocracia agrária em torno da casa-grande, sustentada pela monocultura açucareira, metáfora do Brasil colonial, norteados pelo cotidiano rural, pela mestiçagem, religião católica, festas e rituais que caracterizam um ambiente folclórico e um aspecto “artesanal” da produção cultural em torno da região (Albuquerque Jr., 2012, p. 106). Uma natureza que antes não era vista, criticada ou pensada é construída e estereotipada nas outras áreas do país no plano político, econômico e cultural com uma redução imagética que faz o ambiente ser percebido como divergente dos processos de civilização e progresso produzindo a dicotomia: Nordeste/Sudeste.

A dicotomia produzida por esse enquadramento traz em sua esteira outros pares dialéticos, tais como: vagabundo/trabalhador, pobre/rico, rural/

---

11 Para um maior entendimento da colonialidade do poder e das classificações sociais ver Anibal Quijano, 2009.

12 Para uma leitura da formação do Brasil feita tendo como base o regionalismo “nordestino” ver: FREYRE, Gilberto - *Vida Social no Nordeste (Aspectos de um Século de Transição)*. In: *O Livro do Nordeste*, 2 ed., fac-similada, Recife, Arquivo Público Estadual, 1979, pp. 75 e segs. Para uma leitura tendo como base o regionalismo paulista ver: OCTÁVIO, Rodrigo - *São Paulo na Formação do Brasil*, São Paulo, OESP, 11/jan/1936, p. 1, c. 3.

urbano, atrasado/moderno; subdesenvolvido/desenvolvido; caipira/citadino; aproveitador/honesto; barbárie/civilização (Albuquerque, 2006). Os pares citados estão em unidade, integrando uma só dinâmica no cotidiano por intermédio de uma estrutura simbólica que legitima a associação dos menos favorecidos ao estrangeiro, imoral, vagabundo, preguiçoso, feio, criminoso, o que é ampliado para a perspectiva que se tem sobre a paisagem produzida por esses indivíduos marginalizados (Warren, 2019).

Parte da geografia citada com mais de quatro séculos de história narrada nas estruturas coloniais é consequência do desprezo e do extermínio relegado às sociedades indígenas; da escravização e investimento no tráfico interno dos escravos no pós-abolição. É um espaço herdeiro do projeto da elite da monocultura latifundiária, concentradora de renda; com grande parte da sua população rural sobrevivendo da agricultura de subsistência, com baixos índices sociais e ausência de acessos básicos (Rolim Filho, 2016). É interessante destacar que há duzentos anos atrás, exatamente em 1822, a população do Maranhão era de 85.000 pessoas livres e 90.000 escravos, com concentração de renda e oligopólio das terras e mão de obra (Tribuzi, 2001).

Essas escolhas, vindas das elites locais, promoveram nos espaços atuais a ampliação de um passado colonial, manteve a população em uma condição de margeamento favorecendo um cotidiano complexo e perverso para esses grupos, fortalecido por teorias pretéritas, o que é óbvio, reforçou os preconceitos e estereótipos sobre as paisagens rurais. Um exemplo é a microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense, onde a vivência colonial é persistente e presente<sup>13</sup>, enquadrando as relações locais.

Na última década do século XX, com o fim de estimular o desenvolvimento socioeconômico no meio rural, com atividades capazes de favorecer a multifuncionalidade e a valorização da cultura, o Estado apostou em políticas públicas, impulsionadas pela efervescência dos movimentos sociais do campo que com apoio do sindicato afirmou a pluralidade das categorias socioespaciais intermediada pela noção da agricultura familiar; a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), for-

---

13 Em pesquisas recentes no Povoado São Raimundo, parte do município de São Bernardo, moradores apontam a resistência da estrutura colonial por meio da escravidão ao relatarem vendas de filhos de escravos contado por seus avós que afirmaram terem presenciado tais fatos. Existem outras narrativas em que entrevistados afirmam vivências com a estrutura escrava. Para mais informações ver: GOMEZ, 2019.

mulado como resposta às pressões do movimento sindical rural em 1996; e, os debates acadêmicos sobre a ruralidade integrados às questões ambientais, à sustentabilidade, ao mercado de trabalho e a dinâmica ocupacional (Schneider, 2003, p. 01). Agregam-se os debates sobre o turismo<sup>14</sup>, progressivamente construído como alternativa de mercado para as comunidades rurais pouco assistidas economicamente<sup>15</sup>, também, como contraponto ao turismo massificado (Maldonado, 2009).

Em garantia das comunidades e seus territórios, no mesmo período, a World Wildlife Fund – Brasil, desenha as bases de um “turismo realizado em áreas naturais, controlado pelas comunidades locais, com benefícios para as áreas de relevantes interesses para a conservação da biodiversidade” (WWF-Brasil, 2003). A proposta é reforçada com o plano estruturante da Política Nacional de Turismo, o PRT – Programa de Regionalização do Turismo, que intenta articular o processo de integração dos diversos segmentos da atividade turística com ações e programas direcionados a luta pela cidadania, no acesso e distribuição de benefícios, com vias à participação das comunidades, a interiorização da atividade e promoção de novas paisagens.

A respeito do desenvolvimento econômico é formado por um conjunto de concepções articuladas e sustentadas por um sistema social de crenças e práticas que constituem a argamassa dos imaginários sociais<sup>16</sup>. É comum a oposição do imaginário ao real. Um equívoco, uma vez que o imaginário aciona o real com as crenças compartilhadas. O imaginário dominante do desenvolvimento é constituído por uma concepção pretérita da modernidade, concretizada com a eliminação e o mascaramento das culturas tradicionais

---

14 A atividade turística na América Latina, desde 1970, é interpretada como possível estratégia de desenvolvimento e de redução da pobreza, todavia, os resultados da sua implementação colocaram em cheque os seus êxitos econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos. Ver Irving, 2016; Lang, 2016; Maldonado, 2009.

15 Em garantia das comunidades e seus territórios, também na década de 1990, a World Wildlife Fund – Brasil, desenha as bases de um “turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, com benefícios para as áreas de relevantes interesses para a conservação da biodiversidade” (WWF-Brasil, 2003). Com o Ministério do Turismo (MTur), o plano estruturante da Política Nacional de Turismo, o PRT – Programa de Regionalização do Turismo, intenta articular o processo de integração dos diversos segmentos da atividade turística com ações e programas direcionados a luta pela cidadania, no acesso e distribuição de benefícios, com vias à participação das comunidades e a interiorização da atividade e promoção de novas paisagens.

16 A história da instituição do desenvolvimento latino-americano segue o script ditado por especialistas e agências peritas internacionais, construíram um trajeto de falhas e vácuos socioculturais. Para mais informações, ver: Floriani, 2020; Warren 2019.

em prol de uma cultura ocidental, americanizada. Caso dos investimentos realizados por intermédio das políticas regionais de turismo, sendo icônico os investimentos públicos realizados no estado do Rio Grande do Norte, a construção da maior estátua católica do mundo e de santuários dedicados aos recém inventados Protomártires do Brasil, colonizadores descrito como heróis, em detrimento dos povos indígenas retratados como algozes, recentemente canonizados (Silva, 2017).

Os investimentos são questionáveis, uma vez que os gastos públicos para incentivo ao turismo foram suntuosos e ligados a parâmetros conservadores historicamente concebidos em acordo com o imaginário colonizador e católico, de exaltação e enaltecimento das virtudes do português e do menosprezo à população nativa. Essa versão hegemônica do poder no Brasil, materializou o agenciamento do heroísmo para o colonizador e, a instituição dos lugares inferiorizados para os outros povos. É um elo indissociável da permanência das relações esculpidas na dinâmica colonial.

Apesar de sabermos que é bem mais fácil para as pessoas repetirem os velhos clichês, no que tange a microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense, agentes locais e organizações sociais buscam formas de lutas e resistência em defesa das comunidades tendo como uma das alternativas as atividades econômicas endógenas relacionadas ao turismo. Nesse viés, há o Turismo de Base Comunitária (TBC), incentivado com grande influência das universidades e dos pesquisadores envolvidos com o tema em diálogo com os agentes locais, também, das articulações e contato entre estados. Existem hoje dois projetos que, com destaque, atuam no desenvolvimento endógeno e sustentável, o do Instituto do Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Amazonas) e do Instituto Terramar (Fortaleza). Ambas são iniciativas pioneiras que amparam o TBC como elemento favorecedor da justiça socioambiental.

Vale salientar o encontro dos pesquisadores, organizados em torno do projeto Mandacaru com ambiência na região Nordeste<sup>17</sup>, desde setembro de 2020 – momento crítico da pandemia –, reuniram-se em um coletivo espe-

---

17 O Projeto Mandacaru, é um coletivo de pesquisadores voluntários, iniciativa do neurocientista Miguel Nicolelis, também coordenador do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus do Consórcio Nordeste, pretende ser o maior instituto virtual de pesquisa científica da história do Brasil. braço de apoio do Consórcio do Nordeste no combate a pandemia. Para mais informações ver entrevista com Miguel Nicolelis, disponível em: < <https://aupa.com.br/miguel-nicolelis-o-brasil-so-comecou-a-dar-importancia-ao-setor-de-pesquisa-durante-essa-emergencia-global/>>

cífico para debater as questões que envolvem o TBC no Maranhão. O grupo “Coletivo TBC – Maranhão”, organiza-se em um canal de comunicação via WhatsApp, apoiam agentes comunitários, ambientalistas, ativistas e empreendedores locais com informações sobre as especificidades do desenvolvimento endógeno, ao mesmo tempo em que captam informações para diagnósticos e favorecimento dessas iniciativas.

Como parte dessa proposta, identificamos no estado do Maranhão organizações de TBC nos municípios de Santo Amaro do Maranhão, com as comunidades tradicionais de Betânia e Queimada dos Britos. Três povoados são apontados no município de Barreirinhas: Mandacaru, Marcelino e o do Canto de Atins. Em Alcântara, as Comunidades Quilombolas da Itamatatua; Mamuna; e a Comunidade do Cajueiro. A Itamatatua destaca-se como um dos mais importantes pólos de produção da cerâmica do Maranhão. Apontamos, ainda, a incidência das ações do desenvolvimento endógeno nos municípios: Bequimão<sup>18</sup>, Cururupu, Mirinzal, Guimarães e Grajaú.

A organização comunitária em torno dessas iniciativas é parte de um processo lento de formação social, esbarra em várias dificuldades, mas tem sido uma forma de promover certa equidade social com o incentivo das estratégias culturais e políticas que emergem localmente, frente aos padrões convencionais do turismo massificado. E a comunidade acadêmica participa com seus projetos de pesquisa e extensão. Os organizados pelos pesquisadores do Coletivo-TBC Maranhão, já mostram seus frutos, têm favorecido a aproximação e o diálogo da Universidade com Artistas, Produtores Culturais, Líderes Comunitários, Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes, entre outros envolvidos com as propostas do TBC.

Salientamos as pesquisas coordenadas pela Professora Luciana Chaves Castro, “Arranjos Produtivos Locais do Turismo no Contexto do Turismo de Base Comunitária em Alcântara- MA (IFMA)” e, pela; Professora Mônica Araújo, o “Turismo de Base Comunitária e desenvolvimento local: estratégias e desafios para o fortalecimento do município de Santo Amaro (UFMA)”. Traduzem-se em formas de conhecimento e diálogo com as comunidades, unem-se ao interesse em guiar o aproveitamento racional dos elementos cul-

---

18 Recentemente foi integrado ao Mapa do Turismo Brasileiro. Para mais informações ver Site da Prefeitura de Bequimão, Notícias; disponível em <<https://www.bequimao.ma.gov.br/publicacao.php?id=2115=Bequim%C3%A3o%20entra%20no%20Mapa%20do%20Turismo%20Brasileiro>>

turais e naturais locais; também, atrelar o turismo a outras formas de atividade econômica com benefício coletivo.

Evidenciamos, além, as pesquisas vinculadas ao GEPEMADEC<sup>19</sup>, com dois professores vinculados ao Coletivo TBC-Maranhão, com projetos de pesquisa que abarcam a região do Baixo Parnaíba Maranhense: Professor Josenildo Campos Brússio, coordenador da pesquisa “Imaginário e patrimônio do Saco das Almas: possibilidades de salvaguarda das tradições quilombolas”; e a Professora Sylvana Kelly Marques da Silva, na frente do projeto: “Espaços comunitários e Desenvolvimento Socioeconômico: saberes, fazeres e turismo em prol do bem-viver no Baixo Parnaíba Maranhense”.

Como resultado do último projeto, identificamos variáveis culturais economicamente relevantes, o que não foi fácil, visto a vastidão das dinâmicas culturais presente no espaço. O decorrer da pesquisa e a aproximação com o campo proposto permitiu lapidar, conferir e testar os resultados do que acreditamos ser uma provável virada cultural no Baixo Parnaíba Maranhense, trata-se do “Projeto Balaiada”, inspirado na Revolta dos Balaios<sup>20</sup> grande revolta popular ocorrida no Maranhão. Economicamente viável, propõe a redefinição dos códigos culturais e socioespaciais com a valorização local e apoio às atividades de rendas alternativas relacionadas ao turismo, abrangendo vinte municípios no estado, uma iniciativa do Professor de Filosofia Jânio Rocha Ayres Teles, formado pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/MG.

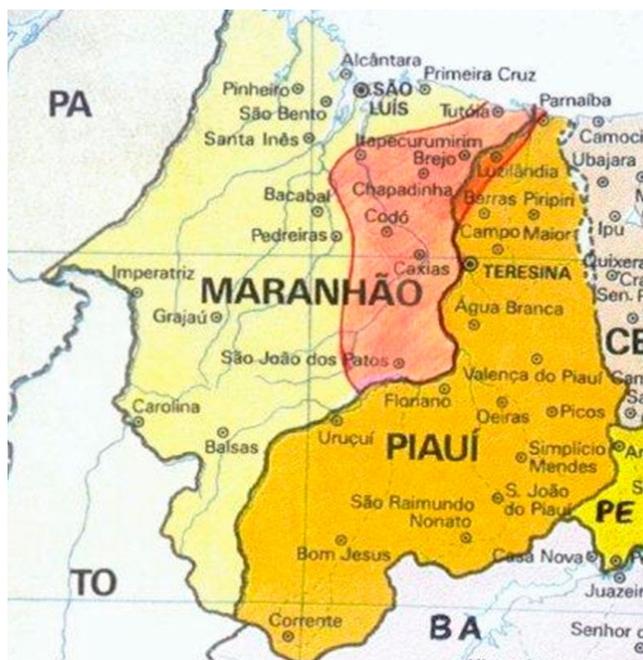
Os municípios envolvidos no projeto são recortes geográficos atuais, mas representam os espaços físicos em que existiam as vilas da resistência e do enfrentamento aos Balaios. Primeiro, as cidades que serviram de enfrentamento: a) Itapecuru, com apoio ao Governo Provincial. Chegou a ser a sede da província por ocasião da vinda de Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias); b) Tutóia, mais precisamente no vilarejo atual de nome “Tutóia Velha”, local da onde partiam as tropas em direção às atuais cidades de São Bernardo e Brejo. Vilas da resistência balaia (à época da Balaiada), chegaram a ser dominadas por algum tempo pelos Balaios: Nina Rodrigues (à época da revolta era conhecida como Vila da Manga do Iguará ou, simplesmente, “Manga”). Foi o primeiro ponto dominado pelos Balaios; c) Brejo e; d) São Bernardo.

19 Sobre o grupo GEPEMADEC, informações mais pontuais estão organizadas no website. Ver: <https://www.gepemadec.com/>

20 Existe uma grande produção acadêmica em torno da temática.

Outras localidades importantes para o período da revolta da Balaiada, foram; e) Chapadinha que sediou dois pontos importantes da Balaiada: - Lagoa Amarela, à época era uma fazenda com uma comunidade quilombola, que tornou-se o “Quilombo da Lagoa Amarela”, liderado por Dom Cosme, ou o Negro Cosme. Ficava no que era a fronteira entre a Vila da Manga e a Vila do Brejo, Zona Rural do município. E: - Povoado Angicos, também, na zona rural de Chapadinha, é o local de uma grande batalha entre forças provinciais e forças balaias, em que os últimos venceram. Ainda; f) Arari, da onde partiu a boiada liderada pelo vaqueiro Raimundo Gomes, saiu da fazenda do Padre Inácio, do grupo dos liberais, oposição Provincial; g) Icatu, onde desemboca o rio Munim, é a principal via (fluvial) do trânsito das mercadorias entre a capital, São Luís, e o interior, bem como com o restante do nordeste. Em seu centro estão as regiões do baixo Itapecuru, Alto e Médio Munim e Baixo Parnaíba. Localiza-se, de acordo com o Mapa Nacional do Turismo, entre os pólos do litoral centro-leste e o polo cocais. Abaixo o mapa, com a Região Balaiada destacada na cor vermelha (figura 01).

**Figura 01:** Mapa Região Balaiada



Fonte: Acervo da Base de Dados o Projeto Balaiada, cedido por Jânio Rocha para essa pesquisa

#### 4. BALAIOS DA RE-EXISTÊNCIA: A AGÊNCIA CULTURAL NA RESSIGNIFICAÇÃO DOS CÓDIGOS RURAIS

Aos dezessete dias do mês de setembro no ano dois mil e vinte um, Jânio Rocha, coordenador do Projeto Balaiada e do Fórum Balaiada, inicia sua palestra “Balaios, Vagalumes da R-Existência”<sup>21</sup> com o Cordel da Balaiada: “Vou contar uma história/ Que há muito aconteceu/ É da luta de um povo/ Que aqui alvoreceu (...)”. Nos versos narrados apresenta fragmentos da Revolta dos Balaios. Dá voz à aflição da gente daqui, das minorias étnicas e raciais envolvidas na revolta. Ajuda a criar imagens das paisagens do interior do estado, dos vilarejos que serviam de abrigo, dos locais em que eram apreendidos e dos rios banhados em sangue. Apesar do tom da declamação, encerra o cordel trazendo consigo o tom da esperança e acrescenta: “Eles vão ter que me engolir, com essa carga de conteúdo”.

Os engolidores, são todos os possíveis apoiadores e interessados na proposta, que tem em seu bojo estratégias socioeconômicas e políticas, com grande potencial de mercado. O conteúdo a ser engolido é a denúncia que a proposta carrega, uma denúncia que entrelaça-se à história de homens, mulheres e até crianças colonizadas que precisaram, em meio à espoliação, à violência e a tensão social pegar em armas para lutar e defender a manutenção das suas vidas. Grupos subalternizados, questionados até mesmo em sua humanidade. Grupos liderados pelo artesão Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, o negro de ofício liberto, Negro Cosme Bento e o vaqueiro Raimundo Gomes. A repercussão de tal evento foi do tamanho da resistência desses guerreiros que demarcaram território por onde passaram.

Um território definido por relações de poder que promoveu o genocídio e o epistemicídio a fim de estruturar um modelo de civilização desenhado na fronteira interna da eliminação dos que não se encaixa em seus códigos identitários. Os trabalhadores rurais em revolta, quando não eram escravos viviam em condições sub-humanas e análogas à escravidão. Como esboçamos anteriormente no tripé sobre a cultura, é a ideia da cultura compreen-

---

21 A palestra fez parte do Evento Des-Envolvimento, Globalização e Turismos Possíveis, coordenado pela Professora Sylvana Kelly Marques da Silva, na Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo. Ocorreu na mesa de encerramento: R-Existências Possíveis, coordenada pelo Professor Mateus Barros, com participação do Professor Jânio Rocha e da Educadora Popular Divina Lopes.

dida como civilidade e identidade, esse grupo de trabalhadores explorados e revoltados não era fixado na civilidade e nem nos códigos identitários do que era interpretado como humano.

Nesse território em 2014, o Professor Jânio Rocha, natural de Chapadinha<sup>22</sup>, cria o Projeto Balaiada, reúne um grupo de apoiadores e ergue a sua sede, na mesma cidade. O plano estruturante do Projeto Balaiada é a “Rota dos Balaios” (inspirada na Rota Farroupilha) e intenta a mobilização para a promoção do recorte regional da revolta enquanto caminho turístico que culmine na geração e distribuição da renda, valorização e autonomia das comunidades envolvidas, com cada cidade tendo o seu episódio da revolta transformado em atrativo local fixo para ser apresentado aos visitantes, além de um calendário de atividades propostas. A rota foi uma sugestão do SEBRAE, sob a articulação do superintendente Dr. João Martins, para dirimir uma dificuldade de enquadramento da região nos Polos Turísticos guiado pelas diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo

O centro do roteiro turístico é a história da Revolta da Balaiada, para esse fim entendida como Revolução da Balaiada, por ser interpretada como um movimento ainda em curso, sub-reptício, de baixo pra cima, que dá as bases para mudanças estruturais nas relações socioeconômicas do estado, ancorada no que Warren (2019) denomina por Elitismo Racial. Local que concentra um bolsão de miséria e baixos níveis nos indicadores sociais, ainda hoje, um território de lutas e buscas por sobrevivência, nas palavras do Professor Jânio “é o território dos novos balaios”. Em aspectos econômicos e gerenciais o Projeto Balaiada tem a relação com o Turismo de Base Local, em termos socioculturais aborda questões étnico raciais e religiosas, com a contribuição afro-brasileira. Em âmbito histórico constrói a Revolta da Balaiada como um elemento integrador de identidades espaciais, mediado pela construção da memória coletiva composta pela comunidade e a sua paisagem<sup>23</sup>.

---

22 Entrevista realizada com o Professor Jânio Rocha em 29 de julho de 2021, pela Profa. Sylvana Marques, para este projeto, por meio de ambiente virtual para reuniões: plataforma google meet.

23 A integração da narrativa da revolta ao território é basilar para a construção da memória social. As histórias se apropriam de memórias que estão em seu centro espacial. Para maiores informações ver: Gagnebin, 2005 e Yates, 2006.

**Figura 02: Sede do Projeto Balaiada**



Fonte: Acervo do Projeto Balaiada, cedido para esta pesquisa por Jânio Ayres em 2021.

A proposta visa a implementação de uma semana turística na Rota dos Balaios: a Semana da Balaiada, no período de 7 a 13 de dezembro de cada ano. E começa a ser divulgada tendo como marco o I Seminário da Balaiada, ocorrido no dia 12 de dezembro de 2014. No ano de 2015, com o apoio técnico do SENAC, acontece a II Semana da Balaiada. Em 2016, é a III semana, com o folder que traz como novidade a logomarca do projeto, e a inclusão das parcerias com as prefeituras de Urbano Santos, Belágua, Vargem Grande e Itapecuru-Mirim.

**Figura 03: Folder da III Semana da Balaiada**



Fonte: Panfleto promocional divulgado por via impressa, referente ao I Seminário da Semana da Balaiada, realizado em 12 de dezembro de 2014. Acervo da Base de Dados do Projeto Balaiada, cedido por Jânio Rocha para essa pesquisa.

Em 2017, O Consórcio Balaiada – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região da Balaiada – teve seu início por iniciativa da plenária do Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Região da Balaiada – Fórum Balaiada, acontecida no dia 04 de março, na cidade de Vargem Grande-MA. Ronald Damasceno, foi o grande articulador desse processo que teria a incumbência de promover a articulação dos municípios da região nordeste maranhense, área da Região da Balaiada, no sentido da promoção turística visando a organização e inclusão dos municípios no Programa de Regionalização do Turismo. Foram diversos encontros entre prefeitos(as) da região e membros do Fórum que levaram à concretização da proposta de criação do Consórcio Balaiada.

**Figura 04:** Membros do Consórcio Balaiada. Encontro da aprovação da criação do Consórcio Balaiada pelo Fórum Balaiada. Município Vargem Grande-MA, 04 de março de 2017.



Acervo da Base de Dados o Projeto Balaiada, cedido por Jânio Rocha para essa pesquisa.

**Figura 05:** Encontro entre Prefeitos e membros do Fórum Balaiada. Prefeitos (as) e membros do Fórum Balaiada no município de Vargem grande, 2017.



Acervo da Base de Dados o Projeto Balaiada, cedido por Jânio Rocha para essa pesquisa.

É importante ressaltar que o principal foco do Consórcio é subsidiar a gestão municipal na estruturação do Sistema Municipal de Turismo. Acredita-se que com a inclusão dos municípios no Consórcio viabilizar-se-á, para estes, a participação em editais que visam a captação de verbas para melhoramentos dos municípios envolvidos, a participação em programas de dotação de infraestrutura e capacitação profissional, bem como uma interação mais direta junto às empresas envolvidas com a implementação da atividade turística, seja as que fomentam essa dinâmica por meio do Estado ou das Unidades Federativas, por meio de organizações não governamentais e governamentais, empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

Os anos seguintes se destacam pelo amadurecimento das propostas do projeto. Já, em 2019, as parcerias se fortaleceram com os cursos de Turismo da Universidade Federal do Maranhão de São Bernardo e de São Luís, também, com o Instituto Federal do Maranhão e com o SEBRAE. Houve a inserção de vários jovens no projeto e o fórum foi consolidado enquanto um colegiado com normas e diretrizes. Segundo a agenda do Projeto Balaiada, o ano de 2020, seria um ano de se buscar integração com o governo do estado para a criação de uma política pública para criação da Rota dos Balaios. Entretanto, não se pode esquecer o impacto da pandemia de Covid-19.

No Brasil, as consequências foram ainda mais intensas com o direcionamento do Governo Federal em negar informação, militarizar o ministério da saúde, acirrar conflitos entre unidades federativas e municípios. O favoreceu efeitos ainda mais cruel no período do pico pandêmico. Nesse cenário as articulações do Projeto Balaiada recuaram, os membros vivenciaram óbitos que sensibilizam o grupo. Faleceu, do Movimento Novos Balaios e do Projeto Balaiada, Ronald Damasceno e os Professores apoiadores Francisco Macedo, o Chichico, do município de Nina Rodrigues e a Keliane Viana, da cidade de São Bernardo, todos vítimas do COVID-19. Na atualidade as ações do grupo tem retornado gradualmente.

O projeto citado apoia a quebra do silêncio sobre o racismo, promove novos heróis ou mártires negros, artesões, trabalhadores rurais que quando não eram escravizados viviam em condições análogas a escravidão, propõe em seus meandros uma educação racial que fortalece identidades comunitárias. Nesse viés o Professor Jânio Rocha, juntamente com outros membros do projeto, é o que denominamos, com apoio da *Economia Interpretativa*, de Agente Cultural Domés-

tico, atua junto aos movimentos sociais, nas questões ambientais, no combate ao fascismo, contra a discriminação e em prol da tolerância e da diversidade.

E, vale destacar a inserção na Rota dos Balaios dos municípios Anapurus, Brejo, Chapadinha e São Bernardo, demonstrados no Mapa dos Conflitos por questões ambientais com riscos às comunidades (Fiocruz, 2021). Nesse aspecto, a atividade turística entra como uma alternativa de renda sustentável, oposta à monocultura agroexportadora, com potencial para a transformação das relações de subalternidade. Dos municípios que vivenciam conflitos ambientais e sociais, nossa pesquisa já captou no Brejo e no São Bernardo, várias dinâmicas culturais propícias para o investimento público e privado.

Primeiro, o Povoado São Raimundo<sup>24</sup> formado em 1835, faz parte do município de São Bernardo, destaca-se por estar nas cercanias da Casa Grande e Senzala do Engenho Paraíso, de acordo com os moradores e alguns registros o local foi palco da primeira cirurgia de catarata do Brasil, realizada pelo filho do senhor Pires de Castro, como nos relata o Vaqueiro Bernardo Gumercindo, contador das histórias locais. O povoado é formado por moradores que trabalhavam nas fazendas vizinhas e viviam nas relações do sistema colonial. Tem como principais atividades a produção de cana de açúcar, a cachaça artesanal, a tiquira, a rapadura, a farinhada e a pesca artesanal. Pequenos Engenhos continuam em atividade. Todavia, funcionam em redes de solidariedade. O mesmo ocorre com as Casas de Forno, local onde fabricam a farinha, os produtores emprestam seus espaços de produção junto com o maquinário para vizinhos e familiares que atuam com as mesmas produções.

Em termos de festividades as comemorações do calendário católico ganham destaque. A Capela de São Benedito, com mais de 120 anos de história, fomenta tradições e rituais festivos concernentes a fé católica, o principal festejo é o de São Benedito, ocorre em outubro, e expande o seu cenário de rituais e devoções para o Cemitério dos Negros, construído pelos escravos, local de dor para os moradores, que relatam que alguns cativos eram enterrados vivos. O que favoreceu a construção na crença “dos Morenos”, a fé nos antigos negros escravizados, que segundo relatos viveram na dor e escuridão e agora vivem em um lugar privilegiado cuidando e iluminando aqueles que

---

<sup>24</sup> Para um maior conhecimento sobre o município, suas dinâmicas, espaços de história e memória, ver nossas pesquisas anteriores, em monografia de graduação: GOMES, 2019.

sofrem e por eles clamam por meio de preces e promessas, como nos relatou a Senhora Maria Alice, antiga moradora da Casa Grande da Fazenda Paraíso, criada lá, uma vez que a sua mãe era cozinheira dos senhores da casa.

No município do Brejo, o destaque das pesquisas é para a micro comunidade do quilombo Saco das Almas<sup>25</sup>, que se reconhece enquanto quilombola, e faz parte do quilombo composto por outras seis microcomunidades: “Vila Crioli, São Raimundo (Brejo), Santa Cruz, Barroão (Buriti), São José e Pitombeiras” (VIANA, 2018a, p.25). Atuam com a extração do babaçu e do bacuri, usufruem da pesca e do uso da terra. No Quilombo muitas práticas/costumes estão marcados pela dimensão da ancestralidade que favorece as permanências culturais, com adaptações cotidianas. A líder é uma mulher forte e atuante, Dona Dudu, que mantém os saberes e saberes da comunidade em movimento. No que tange às festividades, o tambor de crioula se mantém atuante com os dois grandes mestres tamborzeiros: seu Manuel Mussim e seu Antônio. Há, ainda, as especificidades das festas juninas com o batizado do boi, eventos teatrais, produção de artesanato, culinária específica e as devoções locais, como a do João Velho, um tipo de “lenda” na região.

Descrevemos uma síntese desses dois ambientes que compõem o nosso campo de pesquisa, ambos com estudos realizados pelos membros do grupo GEPENADEC, pesquisas que relatam as especificidades locais, distintas manifestações culturais, normas, vivências, imaginários e valores. A aproximação anterior com o campo nos levou a encontrar elos emocionais saudáveis, ancorados em laços de solidariedade. Não quer dizer que tudo é perfeito, existem os personalismos, as trocas de favores e relações internas de poder. Todavia, um desafio é enfraquecer essas estruturas de opressão, todas baseadas em questões étnicos raciais e de classe, entendendo quais entraves são existentes e apostar na identificação dos benefícios sociais capazes de manter e ampliar as solidariedades. Nesse viés, o Projeto Balaiada se traduz em uma âncora de apoio, enfrentando o racismo presente, e criando elos de valores nas produções locais e buscando apoios na mobilidade social.

---

25 Para mais informações sobre os saberes e fazeres do quilombo Vila das Almas ver FERREIRA, 2018; 2019; 2020.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos desse capítulo foi abordar o modo de operar o conceito da Economia Interpretativa, uma ponte entre os estudos da cultura e do desenvolvimento, a fim de compreender a produção comunitária e refletir sobre as suas possibilidades de valorização das dinâmicas locais por meio de ações afirmativas. De posse dessa categoria analítica, na microrregião estuda, Baixo Parnaíba Maranhense, compreendemos que o sistema colonial pode ter acabado enquanto processo histórico, mas os tipos de sociedades e de mundos que construiu continuam em pé e nesse sentido ele está mais vivo do que nunca. Sobrevive na deslegitimação de todas as formas de produção e conhecimento não alinhados às lógicas hegemônicas, não estruturados pela matriz eurocêntrica do pensamento. Externa a violência que destitui da legitimidade outros saberes e fazeres reduzindo-os a crenças, mitos, folclores e outros rótulos inferiorizadores.

De posse dessas concepções e sistematizados pela *Economia Interpretativa* nos guiamos por meio de paisagens rurais e a gente que há compõe, pessoas que apesar de todas as dificuldades enfrentadas em seu cotidiano, principalmente, a das lutas territoriais, como as proeminentes da expansão do agronegócio, ainda mantém ou valorizam a cultura, as práticas e as perspectivas que reafirmam as identidades locais, e muitas vezes, também inovam através das alternativas possíveis que celebram suas dinâmicas culturais. Valorizam assim seus espaços de vida. E, uma dessas tentativas de r-existência está no Projeto Balaiada, fruto dos ânimos do Professor Jânio Rocha, constitui-se hoje em um esforço coletivo para promover uma virada cultural nos círculos das discussões locais sobre o desenvolvimento e a cultura, realinhando códigos e valorizando as paisagens local, com grande ênfase na atividade turística.

Ora, se antes as paisagens rurais, eram interpretadas como empecilho ao progresso, timidamente ganham fóruns de elemento capazes de proporcionar melhoria na qualidade de vida. Essa realidade encontra eco em vários estudos que relatam as funções produtivas, equilíbrio ecológico, suporte as identidades, valorização das paisagens produzidas pela dinâmica cultural das comunidades (Floriani, 2002; Garcia Júnior, 2003; Jakimiu, 2021; Peixoto, 2009; Ramiro, 2011; Warren, 2019). Observamos que as ações com privilégio

a valorização local, principalmente nas áreas rurais, podem auxiliar na construção de uma nova ótica sobre esses espaços, essa é uma das possibilidades favorecidas pelo Projeto Balaiada. E, como Cruz (2002, p. 110) afirma: “toda paisagem, portanto, pode ser turística”, em consonância com a sua estética, ditada por padrões culturais de uma época. Nesse viés basta um arranjo local, apoio financeiro e humano.

O Projeto Balaiada se constitui num modelo centrado no aproveitamento da diversidade local, de forma solidária e inclusiva articula a possibilidade dos locais serem reconhecidos e legitimados em suas paisagens, identidades, representações, subjetividades, discursos, imaginários e *habitus* como socialmente relevantes e vitais para o desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida. Apoiar processos de desenvolvimento integrado e sustentável, capaz de contribuir de maneira demonstrativa no aprimoramento de políticas públicas, na melhoria da qualidade de vida e no exercício de cidadania (Pompermaier *et al*, 2007).

E, para que esse desenvolvimento aconteça é necessário a implementação de planos estratégicos por meio de políticas públicas culturais respeitando a cultura local e fazendo com que a comunidade consiga sua renda através do turismo e tenha seus *habitus* como socialmente relevantes e vitais para o desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida. O que o projeto não conseguiu, ainda, articular, uma vez que esbarrou nas práticas do personalismo local. Mas segue disputando junto com a comunidade a autonomia dos seus espaços, resistindo e superando com altruísmo o processo lento de transformação histórica.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **Buen Vivir Sumak Kawsay**. Una oportunidad para imaginar nuevos mundos. Quito: Abya Yala, 2012.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ARAÚJO, Bruno Cesar de; OLIVEIRA, João Maria de; SILVA, Leandro Valério. **Panorama da economia Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioco. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível. *In*; Revista: **DMA Desenvolvimento e Meio Ambiente**. V 40, p. 231-251, abril, 2017.

BRUSSIO, Josenildo Campos; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de; FERREIRA, Daciléia Lima. **O quilombo Saco das Almas: possibilidades turísticas e desenvolvimento sustentável**. Volume 29, Nº 3. Paper do NAEA, 2020.

CERTEAU, Michel de. Práticas de espaço. *In*: \_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

DURKHEIM, Émile. **De la division del trabajo social**. Uruguay: Shapire Editor, 1967.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2005, 205p.

FERREIRA, Daciléia Lima. **Memória e identidade na Vila das Almas: um estudo sobre o trabalho da Pastoral Afro-brasileira no Quilombo Saco das Almas, em Brejo/MA**. São Luís/MA: EDUFMA, 2018.

FERREIRA, Daciléia, *et. al.* **A culinária do quilombo saco das almas: perdas e danos do patrimônio cultural quilombola**. *Kwanissa*, São Luís, n.3, p. 04-23, jna/jun, 2019.

FERREIRA, Daciléia Lima; BRITO, Daline da Costa; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort; BRUSSIO, Josenildo Campos. A LENDA DE JOÃO VELHO: imaginário, fé e misticismo na Vila das Almas. *Infinitem*, v. 3, n. 4, p. 6- 2, 2020.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz: Fiocruz. Mapa de Conflitos da Injustiça Socioambiental no Maranhão 31 conflitos apresentados (2021). Link: [http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/uf/ma/?post\\_types=conflito](http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/uf/ma/?post_types=conflito)

FLORIANI, Dimas. Ciência, etnociências e saberes locais: apontamentos para refletir sobre o debate teórico e as práticas do socioambientalismo contemporâneas. *In*: Shiraishi NETO, Joaquim; et al. (Org.). **Problema Ambiental, naturezas e sujeitos em conflitos**. São Luís: Editora UFMA, 2019, p. 25-47.

FLORIANI, Dimas. **As metamorfoses do desenvolvimento**. Breves considerações históricas das concepções dominantes e suas ressignificações político-culturais e críticas desde a América Latina. *In*: CUADRA, Fernando Marcelo de la & MELO, Ana Amélia Cavalcanti de (Orgs.). *Intelectuales y pensamiento social y ambiental en América Latina*. 1ª ed. Valparaíso: RIL, 2020, v. 1, p. 387-430.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. *In*: RABINOW, P; DREYFUS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. São Paulo: Forense Universitária, 1995

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Dizer o tempo. *In*: **Sete Aulas sobre a Linguagem, Memória e História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GIACOMETTI, Renata Brockelt; FLORIANI Dimas Floriani. **Conflitos socioambientais e disputas sobre as terras indígenas**. *In*: Revista de Direito e Relações Internacionais e suas interfaces – VIDERE, v.13, n. 26, p. 97-121, 2021.

GOMES, Joabe Garcez. **Educação patrimonial e turismo cultural: Um projeto de conscientização, valorização e manutenção da história e memória do povoado São Raimundo** – MA. São Bernardo, 2019.

IRVING, Marta de Azevedo. “**Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária**”, BARTHOLO, Roberto.; SANSOLO, Davis Gruber.; BURSZTYN, Ivan. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, Letra e Imagem, 2016, p. 108- 119.

JAKIMIU, Camila Campos de Lara. **A formação de educadores do campo como ferramenta para o fortalecimento da r-existência camponesa**: Tecendo interpretações da realidade com a Turma Albert Einstein da Lecampo da UFPR/Setor Litoral. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFPR, 2018.

LANG, Miriam. Introdução: Alternativas ao desenvolvimento. In: Dilger, Gerhard; LANG, Miriam.; FILHO, Jorge Pereira. (Org.). **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, (2016) p. 25-44.

LA PLANTINNI François & TRINDADE Liane. **O que é imaginário?** Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

LE GOFF. Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LOCKS, Eliza Bianchini Dallanhol; TONINI, Hernanda. **Imagem e Turismo: um breve estudo do destino Florianópolis, Brasil**. Caxias do Sul, IV SeminTUR, 2006.

MAMANI, Fernando Huanacuni. **Buen Vivir/Vivir Bien**: filosofia, políticas, estratégias y experiencias regionales andinas. Lima, Peru: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI), 2010.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber.; BURSZTYN, Ivan. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44

SILVA, Sylvana Kelly Marques da; LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. Enquadramento espetacularizado: um olhar sobre as paisagens turísticas. In: Jefferson Lorencini Gazoni; Iara Lucia Gomes Brasileiro; Lívia Barros Wiesinieski (Org.). **Pesquisa em Turismo**: colaboração, inovação e interdisciplinaridade. 1ed. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020a, p. 63-88.

SILVA, Sylvana Kelly Marques da; LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. **Olhares Históricos sobre o lazer e o turismo no Brasil** (Orgs.) Dalila Muller e Dalila Rosa Hallal. Porto Alegre: Casalettras, 2020b.

PRIVADO, Rafael de Jesus Pinheiro; REINALDO, Telma Bonifácio dos Santos. A Balaia da no Maranhão: uma revisão historiográfica. **Revista HE**: Humanidades e Educação. Imperatriz (MA), v2, no 03, 2020, p. 65-76.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder y clasificación social”. In: CASTRO -GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre, 2007, pp. 93-126.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social In: Epistemologias do Sul / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – CES. Coimbra, 2009.

RAWORTH, K. Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

SANTOS, Maria Deuzane da Silva, *et. al.* O quilombo saco das almas: as marcas culturais através da culinária. In: *Kwanissa* – Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. V.4. n.8, jan/jun, 2021, p. 208-240.

- SEN Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. S. Paulo, Cia. das Letras: 2000.
- Souza, Jessé de. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Leya, Rio de Janeiro: 2017
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista*. In: Anuário Antropológico, 84, 1985, p. 11-44.
- TIRYAKIAN, Edward A. O trabalho em Èmile Durkheim. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 215-234.
- TRIBUZI, Bandeira. *Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*. Edição comemorativa dos 35 anos da criação do CORECON - MA, 2011.
- WARREN, Jonathan Frederick. *Racial Revolutions: antiracism & Indian Resurgence in Brazil*. Durhen and London: Duke University Press, 2001.
- WARREN, Jonathan. *Culturas do desenvolvimento: Vietnã, Brasil e a não celebrada vanguarda da prosperidade*. 1ª Ed. Salvador: EDUFBA (Ed. Univ. Federal da Bahia), 2019.
- WORLD WILDLIFE FUND - BRASIL (WWF-BRASIL). *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil, 2003.
- YATES, Frances. *As três fontes latinas da arte da memória*. In: **A Arte da Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.





**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA  
ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO  
DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO  
REGIONAL:  
perspectivas para o  
desenvolvimento do turismo local**

**Vanderley Rabelo de Jesus**

Doutorando em Turismo - PPGTur/UFRN.  
Mestre em Cultura e Sociedade - (PGCult/UFMA).  
Graduado em Turismo - UFMA.  
vanderleyrabelodejesus@gmail.com

**Conceição de Maria Belfort de Carvalho**

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).  
Docente do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão.  
Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural.  
conceicao.belfort@ufma.br

## 1. INTRODUÇÃO

**D**evido aos seus múltiplos impactos na economia e nas estruturas sociais, o turismo apresenta-se como um campo complexo. Suas atividades englobam diversos setores da sociedade e são focos de constantes intervenções do Estado. Essas intervenções acontecem para que o seu desenvolvimento seja feito de forma sistematizada, sustentável e equilibrada com as demandas e necessidades dos turistas e moradores locais. O poder público tende a promover seu planejamento levando em conta fatores que estão além da área específica do turismo e suas políticas públicas, coadunando no estabelecimento de vínculos consistentes com os demais setores da sociedade. Os processos de planejamento e gestão devem integrar todas as pessoas envolvidas na dinâmica do turismo, visto que, estas serão as maiores interessadas nas diretrizes, objetivos e estratégias estabelecidas para organizar o turismo local, sendo a integração uma das principais premissas do Programa de Regionalização do Turismo, criado em 2004 pelo recém institucionalizado Ministério do Turismo (MTUR).

Dentre as suas diretrizes, o Programa orienta para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, um instrumento voltado para o estabelecimento de um conjunto de objetivos, estratégias e ações, precedidos de diagnósticos e estudos, para organizar o turismo regionalmente, por meio de integração de municípios semelhantes nos seus aspectos naturais, culturais, políticos, entre outros. A principal tarefa do Plano é integrar municípios em regiões turísticas sólidas e competitivas, com gestão descentralizada e com amplos espaços para a participação social (Brasil, 2007).

A elaboração dessa ferramenta enuncia alternativas para a absorção dos residentes locais como multiplicadores das políticas de turismo, entretanto não se configura como uma gestão compartilhada com o Estado. Por isso, embora o Plano atue como vetor de fortalecimento horizontal do turismo em escala regional e local, seria necessária uma integração, mais formal e profunda, desses moradores ao planejamento e gestão dos municípios que estão se estruturando como destinos turísticos, com especial atenção para os municípios da zona rural, onde, por inúmeras razões, a integração da comunidade às questões do turismo é mais difícil e demorada.

Para Ramos e Barbosa (2002), essa aproximação seria mais fácil caso houvesse a instrumentalidade da cogestão, criando, assim, um sistema democrático que permitiria que os moradores locais intervissem na própria realidade, respondendo como agentes políticos e, ao mesmo tempo, produtores/consumidores das políticas públicas.

Uma das primeiras iniciativas necessárias para a integração da comunidade local é o desenvolvimento dos mecanismos informativos que, por diversos meios de comunicação, ajudam a tornar conhecidas as atividades que dizem respeito à elaboração e implementação do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo Regional e das suas respectivas regiões turísticas. Dowbor (2004, p. 153), já ressaltava que para uma sociedade funcionar, “é preciso que seja bem-informada. Não é condição suficiente, mas seguramente necessária”. Isto porque entende-se que a democratização da gestão do turismo regional não se refere apenas às ações que visam facilitar o acesso dos cidadãos às intervenções realizadas pelo Poder Público por meio dessa política, mas compreende, principalmente, a criação dos mecanismos que absorvam e integrem essas camadas da população como parte do corpo técnico que irá gerir essas intervenções.

Com o objetivo de refletir sobre esta problemática, este estudo pontua, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, algumas questões sobre as políticas de turismo do país, com ênfase no Programa de Regionalização do Turismo e os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional, que, embora apresentem-se como importantes instrumentos para o desenvolvimento do turismo regional e local, ainda carecem de muitas revisões para garantir que suas diretrizes voltadas para a democracia, participação e justiça social sejam de fato consideradas.

## 2. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: NUANCES ESTRUTURAIS

Um marco na institucionalização das políticas públicas de turismo, a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, era uma demanda urgente para o ordenamento da atividade turística nacional, pois há décadas as questões do turismo dividiam espaço com outras áreas, tais como cultura, esportes e comércio. Após a criação de um Ministério próprio, o fomento do turismo

pelo Estado Brasileiro começa a se materializar de forma mais organizada, catalisando muitas iniciativas que começaram a surgir desde a década de 1930, cuja as ações eram focadas na proteção de bens históricos e artísticos nacionais e na fiscalização de agências de viagens (Beni, 2006; Trigo, 2002).

Em 2004, um ano após a criação do MTUR, é instituído o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Na perspectiva da regionalização, os municípios passam a fazer parte de regiões turísticas e o planejamento da atividade turística direciona-se para ações estratégicas e integradas, no qual o MTur lança orientações que buscam, por meio das representações regionais, sistematizar todos os destinos indutores, estratégicos e em desenvolvimento<sup>1</sup> no país em um grande mapa do turismo (Maranhão, 2017).

O programa visa construir, coletivamente, caminhos para pensar o turismo em escala nacional, utilizando métricas regionais de atuação e gerenciamento. Constitui-se enquanto um grande motor de gestão descentralizada do turismo, o que exige uma profunda reformulação nos moldes de gestão no país, atribuindo articulações interdependentes entre o governo federal, estados, municípios, instâncias de governança, em seus diversos formatos, e todos os atores estratégicos que possam contribuir com a integração de destinos turísticos.

Isto é evidenciado nas “Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil”, nas quais o MTur orienta para a o envolvimento dos representantes de todas as instâncias, dentre elas o poder público, empresários, sociedade civil, instituições de ensino superior e terceiro setor, com participação direta nas proposições de ações nas suas respectivas regiões. Além disso, o PRT indica o respeito à diversidade de opiniões na construção de consensos, levantamento de diferentes visões de um mesmo problema em função de necessidades coletivas, o aproveitamento e inclusão dos conhecimentos e experiências locais, entre outras orientações que preservem as diferenças étnicas, sociais, culturais, históricas, econômicas, ambientais e outras questões específicas de cada região turística (Brasil, 2004).

---

1 Os destinos indutores são aqueles que possuem infraestrutura e atrativos turísticos qualificados, capazes de atrair fluxos turísticos nacionais e internacionais, induzindo o desenvolvimento da região em que estão inseridos (ALVES; ENDLICH, 2017). Somado a eles, considera-se para este estudo, os destinos estratégicos e aqueles em desenvolvimento, os quais não possuem infraestruturas e atrativos qualificados, mas constituem caminhos para o alcance da categoria de indutores, que representam potenciais vetores de desenvolvimento do turismo regional.

O Programa possui gestão descentralizada e órgãos coordenadores em todos os entes da federação. Cada uma das esferas observadas na Figura 1, tem uma função específica na tarefa de operacionalização do PRT. Isso facilita que todas as ações executadas sejam integradas e estejam voltadas para o objetivo comum do desenvolvimento sustentável e equilibrado das inúmeras regiões brasileiras com potencial turístico. Ou seja, o que se busca na regionalização é uma mobilização dos municípios em torno da premissa do desenvolvimento local, regional, estadual e nacional. Para isso, os municípios são estruturados geograficamente em regiões, com foco no planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística.

**Figura 1** – Estrutura de Coordenação do Programa de Regionalização do Turismo



Fonte: BRASIL (2004)

Essa descentralização da gestão do turismo já vinha sendo maturada de forma mais proeminente desde o Programa de Municipalização do Turismo,

que estava direcionado para a sensibilização, conscientização, estímulo e capacitação dos vários agentes municipais, visando o despertar e reconhecimento do papel do turismo como gerador de emprego e renda, articulando crescimento econômico com a manutenção dos patrimônios histórico, cultural e ambiental, garantindo, assim, a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (Brasil, 2001). Esse programa foi implementado em 1994, anterior à criação do Ministério do Turismo em 2003, trazendo poucos resultados, uma vez que as estruturas administrativas do setor ainda se encontravam fragilizadas e as políticas de turismo ainda não eram prioridade do Estado.

A perspectiva citada retorna com o PRT, que se apresenta como uma política nacional de ordenamento da atividade turística, fundamentada em diretrizes que orientam para uma gestão descentralizada, compartilhada e participativa do turismo. Todavia, assim como aconteceu em diversos momentos da institucionalização das políticas públicas do turismo no país, o PRT ainda enfrenta muitos desafios para se estabelecer enquanto ferramenta democrática de planejamento e gestão da atividade turística brasileira.

Agora, o desafio é conseguir implementar em suas ferramentas de gestão espaços de integração e participação social que sejam efetivos, sobretudo em relação ao seu Módulo IV, referente à elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional (Brasil, 2007), visto que, é a ferramenta que possibilita um maior acesso da população às discussões referentes à gestão do turismo local e regional.

## 2.1 Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional

Como parte do Programa de Regionalização do Turismo, a inserção e o desenvolvimento do turismo regional “depende inteiramente do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Turismo, para ordenar, sistematizar e integrar as ações que determinarão benefícios futuros socioeconômicos e ambientais” (MTur, 2008, p. 49). Constitui-se, deste modo, como ferramenta essencial para as regiões turísticas que fazem parte do mapa do turismo brasileiro.

O Plano Estratégico tem funções essenciais para a atividade turística, pois faz direcionamentos específicos que não eram feitos no início da organização

da atividade turística no país. Ele compartilha informações que orientam os gestores na tomada de decisões estratégicas, qualificando seus produtos e serviços e tornando-se competitivos diante dos demais destinos turísticos e, uma vez que esteja incluso em uma região turística, competitivos diante de regiões do seu estado e de outros estados também (Brasil, 2007).

Torna-se uma ferramenta imprescindível, uma vez que o seu foco é minimizar impactos negativos no processo de desenvolvimento da atividade turística, auxiliando desde a definição dos objetivos norteadores até a otimização de recursos e seleção de controles capazes de sustentar os processos gerenciais da atividade turística, sobretudo em municípios de zonas rurais, onde as questões do turismo ainda se encontram pouco sólidas e sistematizadas.

Os planos estratégicos de desenvolvimento regional congregam todos os elementos do planejamento estratégico, elencados por Kotler (1998) como análise do ambiente externo, análise de ambiente interno, análise de tendências, oportunidades e ameaças, pontos fortes e fracos, definição das estratégias, objetivos, posicionamento, programas e ações, bem como o estabelecimento de controles e revisões para acompanhar todo o processo de execução do planejamento. Além desses elementos básicos do planejamento estratégico, o planejamento do turismo, também, leva em conta elementos característicos da atividade, indo desde o estudo dos fatores físicos e infraestrutural, necessidade de inventários<sup>2</sup>, até definição de instrumentos de comercialização (Barretto, 2005).

Todavia, a elaboração do Plano não se restringe somente a esses elementos, pois levando em conta as orientações do PRT, deve-se estabelecer níveis de integração e participação social que facilite a democratização do planejamento e gestão nas localidades onde se pretende desenvolver o turismo, sobretudo em municípios que estão em fase de estruturação e não possuem direcionamentos consistentes sobre a atividade turística local e regional.

---

2 “[...] o inventário consiste em levantar, identificar, registrar e divulgar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, as estruturas de apoio ao turismo, as instâncias de gestão e outros itens e condições gerais que viabilizam a atividade turística, como base de informações para que se planeje e gerencie adequadamente o processo de desenvolvimento” (BRASIL, 2011, p. 11).

## 2.2 Políticas Públicas e Interiorização da Atividade Turística

Uma vez que um município decida implementar a atividade turística, os resultados esperados sempre refletem, predominantemente, aspectos positivos para a cidade e seus espaços, e para que isso aconteça é necessário que os agentes do turismo inclinam-se para uma gestão descentralizada das políticas públicas, como planos, programas e projetos de lazer e turismo, os quais demonstrem eficiência no que tange os processos de democratização da gestão e uso dos recursos naturais e culturais, e que sejam, essencialmente, políticas voltadas para os interesses e necessidades de todos os envolvidos.

Esta integração de interesses comuns facilitaria a promoção da cidadania e da justiça social na gestão de novos destinos, evitando a capitalização imprópria dos benefícios econômicos das atividades de lazer e turismo. Isto porque, onde a produção e acumulação de capital, através do consumo dos espaços, são catalisadores de conflitos, o espaço da cidade se torna um lugar de disputa entre grupos sociais (Ribeiro; Cardoso, 2003, p. 109).

De acordo com Ribeiro e Cardoso (2003), esta entrada do turismo permite ainda a configuração de determinadas situações de prestígio social, a partir do local de moradia. Isto gera a identificação de alguns espaços da cidade com certos grupos sociais dominantes e a exclusão de outras parcelas da população do acesso a estes bens, além de processos de urbanização cada vez mais frequentes.

A entrada do turismo em pequenas cidades, vilas e comunidades rurais ocasiona uma alteração constante em seus espaços, que se expandem e se urbanizam à medida que as pessoas passam a viver e trabalhar nas suas áreas centrais. Lopes Júnior (2000, p. 213), reflete que o conceito ligado à estruturação turística tem emergido para “expressar uma nova forma derivada da conexão entre o desenvolvimento de atividades turísticas e a emergência de novas paisagens urbanas no fim do século XX”. Isto é, transformar os espaços da cidade para a entrada de novos conceitos de organização, pautadas na capacidade da cidade de se tornar atraente, competitiva e estratégica para o recebimento de visitantes com outras culturas e integrá-los ao cotidiano da cidade e seus residentes locais.

No contexto da globalização, a cidade acaba não se constituindo apenas pelo que acontece no interior do seu território, mas também pelo modo

como migrantes e turistas, carregados de mensagens e bens procedentes de outros países, a atravessam (Canclini, 2010). Desta maneira, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional trará, espontaneamente, um conjunto de conteúdos que modificarão a cidade, seus espaços públicos e, gradativamente, a forma como os moradores locais interagem com os visitantes.

Após a criação do Ministério do Turismo, e consequente estruturação institucional do setor, políticas foram sendo criadas com o intuito de organizar a atividade turística nacional, estadual, regional e municipal, promovendo caminhos mais específicos para o turismo. Cabe citar a Lei Geral do Turismo (nº 11.771/2008), que embora esteja centrada na organização nacional, também estabelece princípios para os demais níveis. No seu segundo capítulo, subseção II, a lei afirma ocupar-se da promoção, descentralização e regionalização do turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus respectivos territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, sem deixar de levar em conta a necessidade do envolvimento da comunidade local (Oliveira, 2009).

Mas as tentativas de interiorização da atividade turística vêm sendo feitas desde a década de 90, fortemente trabalhadas no Programa de Municipalização entre os anos de 1994 e 2002 e fomentadas pelo Programa de Regionalização do Turismo até os dias atuais. A premissa também está presente em todos os Planos Nacionais que foram criados para gerenciar a dinâmica turística do país (Brasil, 2003, 2007, 2013, 2018). Todavia, como ocorreu nas proposições iniciais de políticas públicas para o turismo, houveram falhas e fragilidades no gerenciamento das ações propostas em ambas as ferramentas.

O setor de turismo vem crescendo e alcançando muitas regiões que outrora não eram tidas como espaços propícios para o turismo, pois havia a necessidade de se colocar à disposição dos turistas uma gama de serviços e equipamentos que apoio para viabilizar a prática do turismo e que, eventualmente, não eram oferecidos nessas regiões. Agora, na tentativa de expansão da atividade, surge o direcionamento para a sua interiorização, promovendo uma verdadeira corrida para a estruturação de novos destinos em localidades que ainda estão distantes de uma capacidade real de oferta turística (Fonseca, 2007).

Penetrada por uma fragmentação do processo de turistificação e um distanciamento da comunidade das decisões centrais que envolvem a gestão do turismo, a interiorização desenvolvida deixa de lado muitos espaços, potenciais atrativos e, conseqüentemente, muitos agentes no processo de consolidação de destinos turísticos em pequenas comunidades, localidades rurais e outros sítios geograficamente periféricos.

Por outro lado, quando o crescimento passa por um planejamento estratégico democrático, os municípios conseguem partilhar benefícios e integrarem-se, o que faria jus ao objetivo seminal do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Nesse processo de interiorização, os municípios conseguiriam manejar melhor a distribuição dos fluxos turísticos entre si, sendo esta uma estratégia inteligente para evitar desequilíbrios frequentes nos processos de expansão do turismo para o interior dos Estados.

### 3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL

Cientes de que a participação social é um elemento democratizante da gestão, e que isto possui forte apelo político, muitos governantes e planejadores afirmam incorporá-la na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, o que, em muitos casos, não se materializa de fato, prejudicando a potencialização dos resultados benéficos que poderiam ser trazidos para os residentes locais.

Mas antes que se enuncie estratégias participativas que possibilitem a incorporação dos moradores locais nas políticas de turismo, é importante entender que existem muitos tipos de participação social específicas para programas e projetos de desenvolvimento, em que, de acordo com Pretty e Vodouhê (1998), as pessoas podem “participar” apenas sendo informadas do projeto que irá ser realizado ou que já se realizou e chegar até a possibilidade de participar de forma autônoma, sem que precise de intermédio do Poder Público. Todos os tipos de participação precisam ser analisados e implementados de acordo com as características particulares de cada município. No caso da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, a forma mais adequada de inclusão dos moradores locais seria a

Participação Interativa<sup>3</sup>, visto que, as ações e estratégias propostas para o turismo local carecem de parcerias do Poder Público e da Sociedade Civil para serem desenvolvidas.

Neste cenário, a gestão democrática da atividade turística regional passa pela estruturação de metodologias participativas a serem aplicadas na concepção, implementação, desenvolvimento e monitoramento do Plano Estratégico. No que se refere aos procedimentos particulares do Estado, pode-se ressaltar algumas estratégias de fortalecimento da participação social, a exemplo das Conferências, Consultas Populares e Audiências Públicas. Estas medidas podem ser facilmente utilizadas para alcançar os propósitos de descentralização e gestão compartilhada do PRT, preferencialmente, em cidades onde o turismo ainda está se estruturando e não existe uma dinâmica sólida de interações entre os agentes que fazem parte da cadeia de turismo local.

Destarte, assumindo-se a tímida participação da sociedade civil nas decisões sobre políticas de turismo dessas cidades, cabe como primeira estratégia participativa provocar a mobilização social, ou seja, reunir e convocar as vontades para se projetarem na busca de um objetivo comum (Toro; Werneck, 2004). Neste processo buscar-se-ia romper a falta de engajamento dos cidadãos, justificada por diversas razões sociopolíticas, que reside na maioria das cidades contemporâneas e, de forma mais profunda, nas pequenas cidades do país.

[...] participar de um processo de mobilização social é uma escolha, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, convocadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças (Toro; Werneck, 2004, p.13).

---

3 Tipologia de participação social na qual os residentes locais participam do diagnóstico da situação, da definição das ações e dos planos operacionais, em conjunto com a equipe de planejadores especializados, possibilitando a interação entre a visão dos técnicos e as proposições da população local. Novas organizações podem ser criadas em nível local para coordenar as atividades. Este tipo de participação envolve metodologias de caráter interdisciplinar e uma ênfase sistêmica, no qual os grupos de administradores do Poder Público ainda participam das decisões locais, porém com o total envolvimento da população (Pretty; Vodouhê, 1998).

Suscitar a responsabilidade social dos cidadãos seria, então, uma das primeiras e mais importantes estratégias de incorporação da participação social na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, isto porque o exercício da cidadania começa pela percepção que o indivíduo tem sobre seu papel sócio político na sociedade da qual faz parte. Desenvolvida essa consciência, os sujeitos cidadãos passariam a buscar espaços mais amplos e abertos para expressarem suas ideias e sugestões para o gerenciamento do turismo local e regional. Esse movimento enfraqueceria a invisibilização estrutural das camadas mais desfavorecidas da sociedade, invocando membros do Poder Público mais inclinados para seus papéis de condutores da vontade coletiva, pois estes, geralmente, protagonizam a criação das políticas de turismo.

[...] participar politicamente significa fundamentalmente, tomar parte das políticas públicas. Consiste em formar opinião sobre uma decisão do Estado: em expressar, pública e livremente, essa opinião; e em vê-la levada em consideração. Trata-se de uma meta ainda a ser atingida, pois nenhuma sociedade possibilitou até hoje a plena participação política de todos os seus cidadãos (Sampaio, 2005, p.47).

Assim, na existência de iniciativas que percebam a heterogeneidade e complexidade social que um município apresenta, são deixados para trás as dimensões de uma elaboração centralizada do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, pois começa-se a pensar as questões turísticas da cidade como algo diverso e, portanto, necessária a implementação de políticas que compreendam essa diversidade. O trabalho cooperativo que o Programa de Regionalização propõe tem o intuito de estruturar o turismo alinhado aos atores regionais, estabelecendo uma gestão coordenada entre gestores públicos, iniciativa privada e demais agentes da cadeia de turismo para pensar a organização e desenvolvimento do turismo local (Brasil, 2007).

Machado e Tomazzoni (2011) salientam que os fatores críticos para a eficácia da gestão descentralizada é a criação de ações articuladas entre os atores locais, bem como o comprometimento dos representantes regionais. Neste aspecto, a Instância de Governança Regional possui importante papel como articuladora da dinâmica turística de cada região, superando a gestão

fragmentada do turismo. A gestão descentralizada e democrática do turismo regional facilita a participação social, orienta-se para iniciativas mais sustentáveis e gera maiores benefícios para as comunidades locais.

Ademais, como afirma Xavier (2007), os residentes locais esperam que as atividades de turismo ofereçam oportunidades para melhorar seu sustento e a qualidade de vida da comunidade receptora, e isto é possibilitado apenas com a utilização dos valores locais, do saber-fazer, sentimentos e das relações com o ambiente e com a cultura local. Corroborando novamente com a necessidade da presença e participação ativa do maior número de agentes locais possível durante a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional.

### 3.1 Participação Social na Elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional no Brasil

A análise aqui empreendida fundamenta-se, integralmente, no resultado de pesquisa documental, que buscou verificar a participação social na elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional criados em alguns estados brasileiros. O método permitiu identificar os mecanismos de inserção da comunidade local no planejamento, gestão e avaliação dessas ferramentas. Cabe ressaltar que todos os planos avaliados compõem uma amostra pequena da quantidade de políticas pensadas e desenvolvidas no país, em suas diversas regiões turísticas, mas que fornecem indicadores relevantes para a análise da gestão desenvolvida no Programa de Regionalização do Turismo.

Em 2012, no Estado de Santa Catarina, o planejamento da atividade turística ainda era orientado predominantemente pelo Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto do Estado de Santa Catarina (PDIL), o que dificultava uma demarcação mais detalhada do caminho que cada município deveria seguir para desenvolver a atividade turística (Severino; Tomasulo, 2012), isso, em certa medida, se assemelha às generalizações que aconteceram nas proposições de políticas públicas de turismo anterior à criação do Ministério do Turismo em 2003.

Severino e Tomasulo (2012), ao desenvolverem uma pesquisa sobre os Planos Estratégicos dos municípios de Santa Catarina, obtiveram resulta-

dos desanimadores sobre o planejamento estratégico dos roteiros regionais, onde, ao analisarem dez roteiros regionais, apenas dois municípios apresentaram seus planos estratégicos. Todavia, as autoras reafirmam a importância da existência de legislações de turismo e a integração dos esforços do poder público junto ao setor privado, bem como a participação da comunidade local para mudar esse cenário, criando um turismo sustentável e apropriado às necessidades dos turistas e da população local.

A conclusão geral da pesquisa é que existem alguns fatores que precisam ser melhorados, tais como: ausência de metodologia para o planejamento, necessidade de articulação entre a secretaria de turismo, o setor privado e a comunidade para elaboração de planos turísticos, bem como aumentar a execução de pesquisas e estudos turísticos para obtenção de dados fidedignos para a realização do planejamento estratégico, diminuir a dependência de recursos federais para planos e projetos, motivar a participação do setor privado no financiamento do setor turístico (Severino; Tomasulo, 2012).

Essas desarticulações estão presentes na maioria dos planos desenvolvidos para a integração regional, com destaque para a ausência da população local nos debates. A participação da população local não aparece como prioridade nos elementos de planejamento e gestão da atividade turística, apresentando apontamentos apenas para a produção associada através da agricultura familiar ou artesanato, além de atividades voltadas à qualificação para prestação de serviços e ações de conscientização.

Já no Rio Grande do Sul, existem algumas iniciativas referentes ao desenvolvimento local, com foco nas atividades de regionalização, o que pode ser observado no Plano Regional do Turismo da Região do Vale do Rio Pardo, onde, seguindo as orientações do PRT, existe uma inclinação para a construção democrática da ferramenta. Entretanto, assim como em Santa Catarina, percebe-se algumas fragilidades durante o processo de elaboração do plano (SETUR/RS, 2014).

Como é de praxe, as reuniões para a elaboração do documento foram mediadas por consultores, técnicos com conhecimentos específicos da área de turismo que ajudaram a conduzir as discussões dos grupos (SETUR/RS, 2014). Em certa medida, embora importante, a orientação de consultores

limita a autonomia dos agentes locais na elaboração dos Planos, sobretudo quando estes consultores são de outros Estados. Além disso, o documento apresenta a insatisfação dos agentes responsáveis pela criação do plano em relação à participação dos atores locais nas reuniões e discussões.

O Plano Regional do Turismo da Região do Vale do Rio Pardo é estruturado com as técnicas de planejamento estratégico, incluindo diagnóstico, análise SWOT, definição do quadro de estratégias e ações, este último com protagonismo do Poder Público. De acordo com o documento, a participação da Instância de Governança da região na elaboração do Plano foi ativa, mesmo que os membros da mesma sejam predominantemente agentes do Poder Público (SETUR/RS, 2014). Essa falta de diversidade de participantes nas Instâncias de Governança é um problema constante também. Isso implica na ausência de muitos agentes que poderiam participar e ajudar nas proposições realizadas durante a elaboração dos planos.

No Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Associação do Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas Gerais, desenvolvido pela Instância de Governança intitulada Associação do Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas – CTMSM, é ressaltado que existe a presença de membros do poder público e do setor privado, entretanto existe uma dificuldade de inserção de agentes da sociedade civil no processo e nas ações desenvolvidas pelo CTMSM. O plano estabelece, inclusive, como um de seus objetivos, a inserção do setor privado nas ações da Instância de Governança, todavia não faz o mesmo em relação à população local, pontuando, como outro objetivo, apenas a qualificação de agentes da cadeia produtiva do turismo, o que não favorece diretamente a participação social efetiva (CTMSM, 2018).

A Instância de Governança Regional do Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas Gerais também apresentou um Plano Estratégico, no qual pontua a elaboração participativa, mas com colaboração ativa somente de representantes dos municípios associados e com supervisão de assessoria técnica. Apesar disto, o documento não pontua dentro da sua análise SWOT o baixo índice de associados da sociedade civil na Instância Regional, dando prioridade às questões de participação do setor privado. Aqui, a participação social fica limitada à Democracia Representativa, não alcançando um modelo de integração social consistente e adequado para se pensar o turismo em um destino em estruturação (ACTSVSM, 2018).

Scorzelli (2017) pontua em seu estudo que algumas regiões do Rio de Janeiro ainda possuem muitas ações desarticuladas, justificadas pela falta de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Isso impede a materialização de uma gestão paralela entre os municípios, como é o caso da região de Niterói/RJ, que devido à ausência da ferramenta, possui dificuldade de integrar-se regionalmente até mesmo com as atividades desenvolvidas na capital do Estado.

Nóbrega (2012), em pesquisa realizada sobre as políticas públicas na Amazônia Brasileira, destaca a atuação de Instâncias de Governança dos municípios de Santarém e Belterra que interagem diretamente com o Programa de Regionalização do Turismo, especificamente o Grupo Gestor Santarém Belterra (GG), o Fórum Regional de Turismo do Oeste do Pará (FORETUR Tapajós) e o Conselho Municipal de Turismo de Santarém (COMTUR Santarém). Entretanto, embora as Instâncias tenham desenvolvido um papel importante na mobilização de empresários, população e demais agentes, estas não conseguiram articular ações efetivas com grande expressão regional, culminando na inexistência de estudos mais aprofundados capazes de articular a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. As ações desenvolvidas pelas Instâncias na região limitaram-se ao atendimento de atividades amparadas em programas nacionais e estaduais, a exemplo dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS).

No Paraná, as orientações para o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional estão contidas no Plano Operacional do Paraná Turístico 2026 na Região Turística Riquezas do Oeste, onde são delimitadas as estratégias e direcionamentos para o ordenamento da atividade turística do estado. Na proposta de desenvolvimento regional, é colocado o Plano Operacional Regional 2017-2019, que no seu monitoramento em 2018, indica que o grupo de participantes reestruture o documento com base nos seus conhecimentos e experiências (Paraná, 2018).

Uma falha frequente na descrição metodológica do processo de elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional é a omissão de informações sobre os pontos que foram propostos por cada segmento do município para o qual o Plano está sendo pensado. A exposição desse tipo de informação facilitaria a compreensão sobre o nível e os moldes

da participação da comunidade na elaboração dos planos, evitando, assim, entender como participação social apenas a possibilidade de opinar nas decisões, mas não chegar a decidir de fato sobre as questões estratégicas para o desenvolvimento da atividade turística, tarefa que fica a cargo dos consultores e da administração pública que coordena o processo.

Como iniciativa animadora, o Plano Operacional Regional 2017-2019 do Paraná orienta para a qualidade de vida da população local e valorização do capital humano, estabelecendo critérios claros para a participação dos atores sociais no processo de planejamento, implementação, desenvolvimento, gestão e controle das atividades turísticas. Como observado na Figura 2.

**Figura 2** – Agentes a serem incorporados na Elaboração do Plano Estratégico



Fonte: (PARANÁ, 2018)

Este é um modelo de operacionalização de Planos Estratégicos adaptado de Gândara *et al* (2011), onde diversos grupos de atores sociais devem estar envolvidos não apenas nas discussões preliminares, mas também no processo de planejamento, implementação, gestão e controle dos projetos e ações voltadas para o turismo regional, com atribuição de responsabilidades e trabalho cooperativo em todo o processo de elaboração de ferramentas de gestão turística.

No Maranhão, cabe citar o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções, estruturado em três eixos estratégicos, a saber, Gestão, Estruturação e Promoção. Dentro do Plano Operacional de Fortalecimento Institucional, o documento evidencia a necessidade de criação de mecanismos para estimular a participação e compromisso da população com o desenvolvimento do turismo, mas não evidencia quais mecanismos e espaços serão atribuídos a esses agentes. Além disso, o Plano propõe a criação de órgãos nos níveis estratégico e operacional, mas insere a população local em um Conselho Consultivo, que não decide e, também, não opera as ações direcionadas para o desenvolvimento das atividades propostas no plano (Brasil, 2014).

No estado também existe o trabalho desenvolvido pelo Fórum de Governança Turística do Polo São Luís, que iniciou a elaboração de seu primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional em 2014, mas também enfrentou muitos entraves para a sua elaboração, a qual aconteceu por meio de oficinas com membros da Instância Regional e outros agentes locais. O documento se limitou ao estabelecimento de algumas ações situadas nos eixos de organização, estruturação e promoção. Assim como outras regiões, a desarticulação e presença insuficiente de agentes locais dificultou a proposição de estratégias e ações que conseguissem integrar as atividades turísticas e promover o desenvolvimento regional descentralizado e sustentável orientado pelo PRT (Maranhão, 2014).

A elaboração de planos estratégicos para o desenvolvimento do turismo de forma deficitária e até mesmo a sua inexistência não é incomum nas regiões turísticas do país. Oliveira (2008), ao realizar uma pesquisa avaliativa do PRT em 65 destinos turísticos constatou que 50,8% destes não tinham um Plano Estratégico Regional. Essa dificuldade de operacionalização dos planos estratégicos segue sendo um entrave para o Programa de Regionalização do Turismo desde os anos iniciais de sua criação até os dias atuais.

Portanto, não há como pensar o planejamento e gestão da atividade turística regional, sobretudo em destinos que ainda estão se estruturando, sem um claro entendimento da necessidade de um Plano Estratégico bem elaborado, com diagnóstico amplo, objetivos estratégicos, ações coerentes com a capacidade de carga dessas localidades e mecanismos de participação, avaliação e fiscalização sólidos. Os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional devem prezar pela incorporação dos residentes locais

desde as primeiras discussões, a fim de evitar prejuízos ambientais, culturais e sociais, pois de acordo com Goeldner et al (2002), o turismo mal planejado ou planejado de forma superficial e estritamente técnica poderá levar a um desenvolvimento local desordenado, o que trará problemas e conflitos entre as necessidades e expectativas dos turistas e dos moradores locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi um longo percurso para a institucionalização das políticas públicas de turismo no Brasil, havendo a criação de diversas ferramentas de planejamento e gestão da atividade de acordo com as demandas vigentes do setor. O Programa de Regionalização do Turismo firmou-se enquanto uma das políticas que tiveram bons resultados nesse aspecto, pois contém muitos elementos que levaram-o a consolidar-se como instrumento de orientação nacional, dentre eles a própria perspectiva de descentralização da gestão. Isso facilitou a incorporação dos agentes que em outros momentos não eram entendidos como protagonistas no gerenciamento da atividade turística, como instituições de ensino, associações, pequenos empreendedores da cultura, da agricultura, do artesanato, entre outros.

Todavia, embora a participação desses agentes aconteça, ainda existem muitos entraves para o estabelecimento de mecanismos de participação social que permitam que suas contribuições sejam efetivas no desenvolvimento do turismo, sobretudo nos destinos em processo de estruturação, onde as pessoas estão mais desprovidas de informação e qualificação para atuarem enquanto planejadores e gestores nesse processo. Neste sentido, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional surge, não apenas como etapa de efetivação do PRT, mas também como possibilidade de cooptação desses agentes, atribuindo-lhes responsabilidades e funções na concepção, implementação e avaliação do programa. Assim, a participação social não deve ser entendida de forma reduzida e falseada por artifícios de representação, pois, no âmago das proposições de programas, projetos e ações, a comunidade poderá orientar essas estratégias para o tratamento de suas necessidades reais e do destino a ser estruturado.

Porquanto, vista dessa maneira, a elaboração do Plano Estratégico comporá a oportunidade de criação de um novo espaço fundamentado na democracia participativa, a qual, de acordo com Santos (2005), representaria um verdadeiro

movimento social em prol da renegociação das normas de sociabilidade do Estado, pois estes facilitariam a emancipação e o fortalecimento dos cidadãos por meio da experimentação de novas ferramentas institucionais de integração.

Essas estratégias expressam apenas um grupo das possibilidades de arranjos institucionais que facilitariam o acesso da sociedade civil nos níveis mais elevados da decisão pública, para que, de acordo com Souza (1997), esta esteja cotidianamente informada, integrada e articulada com o Poder Público. Daí a necessidade de um olhar mais atento para o processo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, que, na grande maioria dos casos, em vez de ser elaborado com ampla e efetiva participação social, é articulado dentro das salas refrigeradas do Poder Público, totalmente distanciada da comunidade local e dos demais componentes da cadeia do turismo.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Larissa de Mattos; ENDLICH, Angela Maria. Destinos Indutores Do Turismo: uma estratégia de desenvolvimento para pequenos municípios. In: Geoiingá: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 9, n. 1, p. 3-24, 2017.
- ASSOCIAÇÃO DO CIRCUITO TURÍSTICO SERRAS VERDES DO SUL DE MINAS GERAIS. **Plano Estratégico 2018/2022 – Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas Gerais**. Córrego do Bom Jesus: ACTSVSM, 2018.
- BARRETTO, Margarita. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus, 2005.
- BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Senac, 2006.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Turismo. **Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília: EMBRATUR, 2001. 23 p.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011. 38 p.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções**. São Paulo: Innovative Tourism Advisors, 2014.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Documento Oficial, Brasília. 2003. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/plano\\_nacional\\_turismo\\_2003\\_2007.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Documento Oficial, Brasília. 2007. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/plano\\_nacional\\_turismo\\_2003\\_2007.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016**. Documento Oficial, Brasília. 2013. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/plano\\_nacional\\_2013.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_2013.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Mais Emprego e Renda para o Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html> Acesso em: 10 de out. de 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil**: módulo operacional 4: elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil: Diretrizes operacionais**. DF, 2004.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2010.

CIRCUITO TURÍSTICO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS GERAIS. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Associação do Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas Gerais**. Ouro Fino: CTMSG, 2018.

DOWBOR, Ladislau. Sistema local de informação e cidadania. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes Da. Tendências atuais do turismo potiguar. A internacionalização e a interiorização. In: NUNES, E.; CARVALHO, E.; FURTADO, E; FONSECA, M. (Org.). **Dinâmica e gestão do território potiguar**. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2007.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert. W. Trad. Roberto Cataldo Costa. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

GÂNDARA, José Manuel Gonçalves; BIZ, Alexandre Augusto.; CHIQUIM, Carlos Eduardo; LAGO, Henrique. **Caminhos do Turismo: Construindo o futuro do destino que queremos** - Fase 2. Foz do Iguaçu: SEBRAE, 2011.

LOPES JUNIOR, Edmilson. População e meio ambiente nas paisagens da urbanização do Nordeste: o caso de Natal. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa. (orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

MACHADO, Alvaro Luiz.; TOMAZZONI, Edegar Luis. A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil. In: **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v.5, n.2, 2011. p. 226-247.

MARANHÃO, Christiano Henrique da Silva. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. In: **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 5, n. 2, p. 238-259, jul./dez. 2017.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Turismo. **Programa de desenvolvimento turístico do Maranhão**. Plano estratégico do Polo São Luís. São Luís: SETUR-MA, 2014.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria de Políticas de Turismo. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo: turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo**. Ministério do

Turismo, coordenação Tânia Brizolla, Ana Clévia Guerreiro Lima. – [Brasília]: o Ministério: Florianópolis: SEaD/UFSC, 2008.

NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. **Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governanças e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará.** 2012. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Pará, 2012.

OLIVEIRA, Carlyle Tadeu Falcão de. **Avaliação de Processo do Programa de Regionalização do Turismo em 65 municípios turísticos brasileiros.** 2008. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Tassiana Moura de. A Lei do Turismo – Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008: uma breve análise. In: **Revista Turismo em Análise**, v.20. n.2, 2009. 251-262.

PARANÁ. Conselho Paranaense de Turismo. Câmara de Gestão Técnica do Paraná Turístico 2026. **Paraná Turístico 2026: Pacto para um destino inteligente.** Paraná: CEPATUR, 2018.

PRETTY, Jules. N.; VODOUHÊ, Simplicio. D. Using rapid or participatory rural appraisal. In: SWANSON, Burton. E.; BENTZ, Robert. P.; SOFRANKO, Andrew. J. **Improving agricultural extension.** A reference manual. Rome: FAO, 1998.

RAMOS, Maria Helena Rauta; BARBOSA, Maria José de Souza. Globalização, novas relações econômicas e impactos em cidades brasileiras. IN: **Metamorfoses sociais e políticas urbanas.** (org.) Maria Helena Rauta Ramos. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, CARDOSO, Adauto Lucio. **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade.** Org. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Adalto Lucio Cardos – Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Participação Popular. In TEIXEIRA. Ana Claudia Chaves. (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação.** São Paulo: Instituto, Pólis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (Org.). **Democratizando a democracia: os caminhos da democracia participativa.** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCORZELLI, Jane Marcia do Nascimento Teixeira. **O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) na região turística metropolitana do Rio de Janeiro: implantação, desenvolvimento e resultados na cidade de Niterói/RJ.** 2017. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

SECRETARIA DE TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano Regional do Turismo da Região do Vale do Rio Pardo.** Plano de Ação Regional. Porto Alegre: Setur/RS, 2014.

SEVERINO, Susana.; TOMASULO, Simone. Planos Estratégicos Municipais de Turismo do Estado de Santa Catarina – Roteiros Turísticos Regionais: um estudo. In: **Revista Turismo em Análise.** v. 23, n. 2. 2012. p. 402-436.

SOUZA, Ubiratan. Orçamento participativo: experiência do Rio Grande do Sul. In: **Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte: Autêntica; 2004.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Viagem na memória.** São Paulo: Senac, 2002.

XAVIER, Herbe. **A percepção geográfica do turismo.** São Paulo: Aleph, 2007.



**REALÇANDO NUANCES, PERFIS E  
PERSPECTIVAS DO EMPREENDEDORISMO  
INFORMAL A PARTIR DO CONTEXTO  
DE TURISMO RELIGIOSO:  
um estudo junto a vendedores  
ambulantes no Festejo de São Bernardo -MA**

**Gabriela dos Santos Costa**

Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão  
costagabryele53@gmail.com

**Jussara Danielle Martins Aires**

Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
Doutora em Turismo pela Universidade de Aveiro (UA, Portugal)  
jussara.aires@ufma.br

**César Roberto Castro Chaves**

Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão  
cesar.roberto@ufma.br

**Josenildo Campos Brussio**

Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
Doutor em Psicologia social pela Universidade  
Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)  
josenildo.brussio@ufma.br

## 1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre os impactos econômicos do turismo religioso e, mais precisamente, da realização de festas populares católicas no contexto de cidades interioranas ou periféricas no Brasil são relevantes. Elas culminam em um propulsor campo de estudos das Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas, mas ainda permanecem escassas (Almeida, Enoque, Borges, 2019). No que diz respeito a aspectos socioeconômicos, parece haver um consenso de que a realização de tais eventos em contextos periféricos, onde prevalecem altos índices de desemprego e desigualdades, podem corroborar na configuração de cenários favoráveis à satisfação mais imediatista de necessidades sociais básicas (Alves, 2020; Fontes, 2023), ao mesmo tempo que contribui para a disseminação e continuidade da tradição e cultura popular local (Almeida; Enoque; Borges, 2019).

O chamado empreendedorismo informal, que consiste na atividade comercial de indivíduos, empresas ou negócios operando fora dos quadros legais ou regulamentares (Alves, 2020; Albino, 2022; Fontes, 2023) apresenta índices altos no Brasil e, nos últimos anos, indicadores como estes, têm se mostrado cada vez mais expressivos na cidade de São Bernardo<sup>1</sup> -MA. Este município, sede da Região de Planejamento do Delta do Parnaíba (Lei Complementar 108/2007), está situado numa localização estratégica, dada a sua proximidade a destinos turísticos consolidados, que compõe a Rota das Emoções, a exemplo de Parnaíba (PI) e Jericoacoara (CE).

Religiosamente, o município é conhecido pelo “Festejo de São Bernardo” - festa que acontece em todo mês de agosto e que, por conseguinte, leva a recordação do Santo padroeiro da cidade. Por essas razões, e dada as condições históricas, culturais e naturais, o município reúne potencial para a melhoria das condições de vida populacional através do fomento da atividade turística. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, São Bernardo apresenta extensão territorial de 1.006,920 km<sup>2</sup>, uma população de 26.943 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,572, que tem crescido nos últimos anos (Instituto Brasileiro de

---

1 Informação proferida por representantes do Salão do Empreendedor em palestra realizada no dia 14 de junho de 2023 no Centro de Ciências de São Bernardo (CCSB), no contexto de aula da disciplina de Consultoria Empresarial em Turismo.

Geografia e Estatística - IBGE, 2022), coincidindo com o aumento anual das taxas relativas ao empreendedorismo informal.

Sabe-se amplamente que a criação e manutenção de negócios informais tem crescido na cidade, de forma que muitas famílias de moradores locais encontram nessa informalidade, o seu sustento. Em contrapartida, permanecem como pouco ou nada conhecidos, os aspectos inerentes à condução desses negócios, expressos no perfil dos sujeitos empreendedores e todos os pontos favoráveis, dificuldades e desafios enfrentados por eles no contexto do referido município. Diante disso, é apresentada a seguinte questão-problema: Quais as principais perspectivas e desafios apreendidos acerca do empreendedorismo de negócios informais no contexto do turismo religioso na cidade de São Bernardo - MA?

Para responder essa questão, o artigo objetiva analisar nuances, perfis e perspectivas de trabalhadores informais no referido contexto. Especificamente, o estudo objetiva: a) analisar o perfil de trabalhadores, que conduzem negócios informais durante a realização do festejo do glorioso São Bernardo; b) apreender que características e comportamentos do perfil empreendedor podem ser contemplados na conduta laboral desses negociantes são mais realçados nesses trabalhadores e c) averiguar aspectos positivos, dificuldades, ameaças e obstáculos percebidos por esses trabalhadores.

O artigo está estruturado da seguinte forma: após essa introdução, será apresentado o referencial teórico, realçando três tópicos centrais: o primeiro, contemplando o Turismo religioso como impulsionador do empreendedorismo informal de forma a situar a realidade bernardense; o segundo, mostrando as características e comportamentos do ser empreendedor e como se manifestam no contexto do empreendedorismo informal e o terceiro, discutindo em síntese, dificuldades e desafios enfrentados na condução de negócios informais. A seção seguinte apresenta os aspectos metodológicos, que incluem a tipologia do estudo, aspectos sobre o seu lócus e participantes, o instrumento, técnicas de coleta e de análise de dados, bem como as questões e procedimentos éticos da pesquisa. Logo depois, outra seção apresenta os resultados em função dos objetivos, cumprindo o papel de confrontar dados empíricos e teóricos. Por fim, a seção intitulada Considerações Finais, resume os principais resultados, mostrando as principais contribuições, limitações e encaminhamentos para pesquisas futuras.

## 2. TURISMO RELIGIOSO COMO IMPULSIONADOR DO EMPREENDEDORISMO INFORMAL

O turismo religioso tem se mostrado como uma estratégia para dinamizar economias locais, mesmo em áreas periféricas. A fé e devoção tem nos últimos anos se tornado um fator mais presente na escolha de destinos turísticos consolidados ou com potencial para tanto. Em uma matéria publicada pela Pluminews (2022) o crescimento do turismo religioso no Brasil foi fundamentado por dados do Ministério do Turismo. Esse nicho movimenta cerca de 15 bilhões de reais por ano no país. Só em 2022, foram registradas em torno de 20 milhões de viagens movidas pela fé, das quais 8,1 milhões eram domésticas<sup>2</sup>.

De um modo geral, em sociedades mais desenvolvidas, onde prevalecem sinais de uma economia capitalista moderna, as festas populares de cunho religioso funcionam como um mecanismo impulsionador da criação de negócios e fator gerador de incentivos e investimentos, para além da satisfação de necessidades humanas e de mercado, por meio da inovação. Esses eventos favorecem a construção de um cenário de oportunidades no campo mercadológico empreendedor, contribuindo também para a disseminação e continuidade de tradições e manifestações históricas, artísticas e culturais das localidades. Mecanismos de subsistência são automaticamente gerados pelos e para os próprios moradores locais (Albino, 2022).

Em regiões economicamente mais frágeis, essas dinâmicas parecem ocorrer com mais restrições aos indivíduos, já que em meio à escassez de recursos, eles tendem a se mobilizar mais intuitiva e independentemente (com pouco ou nenhum recurso de apoio e proteção do Estado) por necessidades de sobrevivência e não por criatividade e inovação (Alves, 2020; Fontes, 2023). De todo modo, não se pode negar a possibilidade de o turismo religioso se realçar como potencializador de fontes de renda, renda e alternativas à população. Tal modalidade de turismo se mostra explorável e viável diante das novas demandas de mercado, oferta de produtos e prestação de serviços, que emergem como respostas a tendências universais. Turistas e visitantes,

---

2 Turismo religioso ganha cada vez mais adeptos no Brasil e no mundo. Pluminews, 19 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.pluminews.com.br/2022/09/19/turismo-religioso-ganha-cada-vez-mais-adeptos-no-brasil-e-no-mundo/>. Acessado em: 19 de junho de 2023.

podem encontrar no contexto da prática de turismo religioso, a ampliação de conhecimentos, a possibilidade de imersão em novos espaços, culturas e modos de vida e por conseguinte, a promoção de intercâmbio sociocultural entre pessoas diferentes (Almeida; Enoque; Borges, 2019).

Correa (2021) afirma que o turismo religioso pode se originar a partir da motivação com fim religioso sendo a principal, mas as pessoas podem ampliar sua motivação no contexto da prática turística, utilizando-se de multifuncionalidades e um maior número de atrativos na localidade visitada, que não estejam relacionados direta e necessariamente à motivação religiosa original em si (Correa, 2021).

Como consta em Buser<sup>3</sup> (2020), quando uma pessoa visita um santuário religioso por exemplo, ela vive à priori, uma experiência ligada à fé e a espiritualidade. No entanto, o potencial dessa categoria de turismo vai além da sua relação com as religiões. Ao visitar esses locais, pessoas acabam consumindo produtos e serviços, além de ter acesso a outros tipos de serviços e visitação. Roteiros gastronômicos, histórico-culturais, arquitetura diferenciada fazem parte desses passeios. O turismo religioso também pode ser considerado como um modo de melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida dos moradores dos locais visitados. Isso aconteceu no Largo de Roma, em Salvador, região onde está localizado o Santuário Santa Dulce dos Pobres e no Bairro do Brás em São Paulo, após a construção do Templo de Salomão — sede mundial da Igreja Universal (Buser, 2020).

Luiz Barretto (presidente do Sebrae e ex-Ministro do Turismo) ponderou em entrevista que: o turismo religioso pode gerar oportunidades de emprego e renda diretamente a artesãos, pequenos produtores e criação e condução de negócios, que lidam com alimentação ou venda de artigos como estátuas, artefatos, santinhos e camisetas. Esses negócios dinamizam a economia local, por buscar satisfazer necessidades de uma grande movimentação de pessoas, tanto na condição de consumidores como na condição de vendedores. Alguns desses vendedores, face ao desafio de lidar com a precariedade das relações e condições do mercado de trabalho locais (Fontes, 2023), vislumbram a partir do contexto da realização do evento, uma oportunidade de

---

3 Informação constante no blog intitulado: Turismo religioso no Brasil: qual a sua relevância para o setor? Buser. 7 de outubro de 2020. Disponível em: <https://blog.buser.com.br/eventos/turismo-religioso-no-brasil/>. Acessado em: 19 de junho de 2023.

inclusive, expandir e formalizar do ponto de vista legal, tais negócios<sup>4</sup>, o que tanto a literatura tradicional quanto o senso comum costumam chamar de empreendedorismo.

O termo empreendedorismo, na verdade, possui uma infinidade de conceitos e eles variam em função das diferentes abordagens de estudo: econômica, processual, prática, comportamental e crítica (Souza, 2023), sendo que algumas delas abrigam pontos em comum. Nas abordagens econômica, comportamental, prática e processual, o empreendedorismo realça seu sentido destacando o importante papel do indivíduo, que dotado de habilidades, comportamentos diferenciados e movido pelo desejo de realização, age para dinamizar e revolucionar a economia, principalmente por meio da inovação (implementação de novidades e/ou melhorias significativas) aplicada no contexto da abertura e manutenção de negócios (formais ou não). Nesse caso, o ser empreendedor com suas subjetividades e conectado às potencialidades e limitações de seu contexto social, identifica problemas e necessidades, transformando-os em soluções e oportunidades de mercado. Contudo, como os lados obscuros, gerados a partir dessas dinâmicas de transformação acabam por ser desconsiderados ou negligenciados, cabe à abordagem crítica, o papel de denúncia, ao realçar contradições, retomando a retórica da liberdade individual baseada na racionalidade e competição de mercado que se apresenta como ‘única opção’ econômica viável (Souza, 2023).

Em consonância, autores como Antunes (2018) e Tavares (2018) buscam argumentar como o empreendedorismo, inclusive o do tipo informal, propagado enquanto a possibilidade de uma vida profissional autônoma e emancipatória é, na verdade, um mito, uma espécie de mascaramento da relação entre capital e trabalho. Nas palavras de Tavares (2018, p. 110):

O empreendedorismo é uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir “ordem e progresso” capitalistas; é um artilheiro engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, para confundir a oposição das classes sociais; é uma tentativa de obscurecer a figura do trabalhador proletário e, desse

---

4 SEBRAE: O turismo religioso é estímulo para economia regional. Viagens de Fé. Disponível em: <https://viagensdefe.com.br/sebrae-turismo-religioso-e-estimulo-para-economia-regional/>. Acessado em: 20 de junho de 2023.

modo, pôr fim ao sujeito revolucionário; é, enfim, uma forma pela qual se quer combater o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego, na acepção de um contrato pelo qual o trabalhador vende força de trabalho e em troca recebe um salário e a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados (Tavares, 2018, p. 110).

Desse modo, o discurso do empreendedorismo informal seria um paliativo aplicado para mistificar a profusão de ocupações profissionais precárias e buscar eliminar o desemprego. Isso seria um remédio que, segundo Antunes (2018), só contribui para nutrir a doença. Por trás das promessas de sucesso e prosperidade, propostas pela lógica neoliberal, o que de fato existe é uma maior exploração do trabalho, expropriação do bem comum, extremo individualismo, ausência ou escassez de políticas e incentivos governamentais de apoio e proteção ou políticas de austeridade fiscal, cortes de gastos sociais e desigualdades atenuadas. Portanto, a abordagem crítica do empreendedorismo evidencia que uma liberdade que só pode ser utilizada para fins de mercado não pode ser chamada de liberdade, mas antes configura-se numa forma explícita de dominação, pois sempre coloca preceitos econômicos acima dos humanos (Antunes, 2018; Tavares, 2018).

Para efeitos desta pesquisa, nos respaldamos na lógica de mesclar aspectos das abordagens comportamental, prática e crítica, dado o seu caráter de compatibilidade e complementaridade entre si. A idealização das características e comportamentos do ser empreendedor não parece ser ao todo alheia ao perfil de trabalhadores que costumeiramente lidam e reagem a adversidades. Essa é uma escolha estratégica para confrontar similaridades entre diferentes perspectivas, testar perfis e assim, enriquecer o debate do empreendedorismo informal como mecanismo para desenvolver resiliência humana, que ao mesmo tempo oportuniza aos indivíduos, a luta pela autorrealização e conquista de sonhos, à medida que se veem como os próprios responsáveis por evitar privações econômicas, superando (ainda que parcialmente) seus próprios problemas.

Como sugere Fontes (2023), esses indivíduos, que podem ser chamados de empreendedores periféricos, se veem como um grupo particular. Grupo este, que escolheu esse caminho, enxergando-o como tábua de salvação, uma

forma de potencializar e aliar parte de suas vocações com a recompensa financeira em curto prazo. Apesar de se sentirem marginalizados, de perceberem dificuldades, eles agem por necessidade e manifestam comportamentos e características similares aos que inovam por criatividade e por oportunidade (nos termos da literatura tradicional e de cunho mais tecnicista do empreendedorismo), buscam suas melhoras, acreditando estar superando obstáculos sociais e econômicos para alcançar um nível de sucesso relativo (Fontes, 2023).

### 3. O CASO DO FESTEJO DO GLORIOSO SÃO BERNARDO

O mês de agosto, no município de São Bernardo, demarca um momento distinto na experiência temporal comunitária: o tempo do festejo, que ocorre entre os dias 10 e 20 de agosto em comemoração ao Santo São Bernardo, padroeiro do município. A festa é organizada pelos próprios moradores mais antigos, devotos, leigos da paróquia e autoridades eclesiais. Sua programação religiosa engloba missas, novenários, peregrinações, leilões, batizados, casamentos, primeira eucaristia, pagamentos de promessas ao Santo, levantamento do Mastro, festas sociais e procissão (Oliveira; Viana, 2012).

O festejo conta com intensa participação local. Há toda uma programação voltada para os peregrinos, através de grupos de acolhimento, hospedagens e momentos propícios dedicados à oração e inclusão deles na festa. Nesse período, diversos devotos vão agradecer pelos milagres ao “Santo” e/ou fazer novas promessas para serem pagas nos anos vindouros. No tempo do festejo, o fluxo populacional destoa do cotidiano do município (Oliveira; Viana, 2012).

Caminhões, ônibus e carros de passeios trazem peregrinos, visitantes e moradores de várias localidades da região. Alguns destes realizam o percurso a pé e mesmo a cavalo. Além da participação dos populares em momentos centrais do festejo, é todo o espaço urbano que se dinamiza. Diuturnamente, as ruas ficam movimentadas. Na fala de seus moradores, “As ruas do centro antigo se enchem de brilho, as casas ganham novas cores”, “barracas com suas bebidas e jogos são montados nos becos e esquinas”. Botecos e botequins feitos de palha de buriti preparam o ambiente festivo para receber seus frequentadores em busca de conversas e prosas, esquecendo por um instante as dificuldades do dia a dia. Camelôs e vendedores ambulantes circulam

pela cidade vendendo objetos e artigos religiosos, dentre eles a imagem do “Padroeiro”, despertando assim, o interesse dos devotos e peregrinos que querem levar uma lembrança do evento (Oliveira; Viana, 2012).

Para Santos (2021), a festa do padroeiro é considerada por representantes locais (políticos, religiosos) e a sociedade bernardense em geral, uma impulsionadora do turismo religioso na região, pelo número expressivo de pessoas que acumula em torno de si, apadrinhando a expansão da fé e o aquecimento da economia local. A imagem a seguir ilustra a procissão de São Bernardo e o levantamento do mastro.

**Figura 1.** Ilustrações do Festejo do Glorioso São Bernardo



Fonte: Santos (2021)

As ilustrações na Figura 1 sugerem o intenso fluxo de pessoas que participam do evento e acabam por alterar o próprio dinamismo da cidade.

#### 4. CARACTERÍSTICAS E COMPORTAMENTOS DO SER EMPREENDEDOR

Embora não se possa garantir que características e comportamentos sejam fatores decisivos para o sucesso dos empreendedores na condução de seus negócios, é possível prever com base em apreensão de tendências de perfis e percepções pessoais, a elaboração de estratégias e políticas de intervenção relevantes para potencializar o processo e a intenção empreendedora no contexto de dinamização econômica das localidades (Carneiro *et al.*, 2017). Isso também pode contribuir para a geração de programas de forma-

ção de empreendedores mais eficientes, com vista a alcançar melhores índices de desenvolvimento humano e sustentável.

O indivíduo empreendedor, de acordo com Schaefer e Minello (2016), é o ator, o agente de mudança e, como tal, é capaz de inovar, de resolver problemas e de absorver oportunidades, acompanhando o processo evolutivo do mundo contemporâneo. Compreender o empreendedorismo, portanto, não se caracteriza apenas como uma forma de conhecer, mas, também, como um modo de ser (Schaefer; Minello, 2017).

O comportamento do empreendedor foi investigado a fim de serem entendidas quais as principais características que norteiam suas iniciativas e quais atitudes se encontram relacionadas aos empreendedores de sucesso. Na sociedade, o empreendedor não representa um ator social estático, eles representam seres dinâmicos, capazes de se adaptar a realidades dinâmicas e constantemente alteráveis em função de pressões e demandas diversas (Krüger, 2017; Krüger; Ramos, 2020).

Empreendedores podem ser entendidos como pessoas, indivíduos que possuem necessidade de realização e movem esforços para alcançá-las. Este comportamento empreendedor varia de acordo com a maneira que o indivíduo interpreta o ambiente. Ou seja, de acordo com o conhecimento de um determinado tipo de mercado, o empreendedor elabora um produto ou processo. É válido evidenciar ainda, que são inúmeros os debates sobre um indivíduo nascer ou não com características empreendedoras, ou desenvolvê-las ao longo do tempo (Lima & Nassif, 2017).

McClelland (1972, 1978, 1987) estudou a relação entre a motivação para empreender e a necessidade de realização, sendo esta uma característica preponderante nos empreendedores bem-sucedidos. Este autor visualiza os empreendedores como seres diferenciados e passou a estudar suas características, bem como criar meios de desenvolvê-las nas pessoas. As pesquisas de McClelland (1972) atingiram 34 países, formalizando 10 características comportamentais empreendedoras (CCE), comumente identificadas em pessoas de sucesso, dando origem a metodologia Empretec, replicada em 39 países e aplicada no Brasil pelo Serviço Brasileiro de apoio à Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Tais características são agrupadas em três conjuntos de ações, sendo eles: 1) o conjunto de realização, que inclui as características busca de

oportunidade e iniciativa, persistência, comprometimento, exigência de qualidade e eficiência, correr riscos calculados; 2) o conjunto de planejamento, incluindo as características: estabelecimento de metas, busca de informações, planejamento e monitoramento sistemático e 3) o conjunto de poder, incluindo as características de persuasão e rede de contatos, independência e autoconfiança. O quadro 1 apresenta Características e Comportamentos Empreendedores (CCE).

**Quadro 1. Características e Comportamentos Empreendedores (CCE)**

<b>CCE</b>	<b>Descrição dos comportamentos associados</b>
<b>CONJUNTO DE REALIZAÇÃO</b>	
Busca de oportunidades e iniciativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Age com proatividade, antecipando-se às situações.</li> <li>• Busca a possibilidade de expandir sua ideia de negócios.</li> <li>• Aproveita oportunidades incomuns para progredir.</li> </ul>
Persistência	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não desiste diante dos obstáculos.</li> <li>• Reavalia e insiste ou muda seus planos para superar objetivos.</li> <li>• Esforça-se além da média para atingir seus objetivos.</li> </ul>
Correr riscos calculados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procura e avalia alternativas para tomar decisões.</li> <li>• Busca reduzir chances de erro ou problemas.</li> <li>• Aceita desafios moderados, com boas chances de sucesso.</li> </ul>
Comprometimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Traz para si mesmo as responsabilidades sobre sucesso e fracasso.</li> <li>• Atua em conjunto com outras pessoas para atingir objetivos e resultados.</li> <li>• Coloca o relacionamento com os clientes acima das necessidades de curto prazo.</li> </ul>
Exigência de qualidade e eficiência	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhora continuamente seu negócio ou seus produtos.</li> <li>• Satisfaz e excede as expectativas dos clientes.</li> <li>• Cria procedimentos para cumprir prazos e padrões de qualidade.</li> </ul>
<b>CONJUNTO DE PLANEJAMENTO</b>	
Estabelecimento de metas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Persegue objetivos desafiantes e importantes para si mesmo.</li> <li>• Tem clara visão de longo prazo.</li> <li>• Cria objetivos mensuráveis, com indicadores de resultado.</li> </ul>
Busca de informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolve-se pessoalmente na avaliação de seu mercado.</li> <li>• Investiga sempre como oferecer novos produtos e serviços.</li> <li>• Busca a orientação de especialistas para decidir.</li> </ul>
Planejamento e monitoramento sistemáticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enfrenta grandes desafios, agindo por etapas.</li> <li>• Adequa rapidamente seus planos às mudanças e variáveis de mercado.</li> <li>• Acompanha os indicadores financeiros e os leva em consideração no momento de tomada de decisão.</li> </ul>
<b>CONJUNTO DE PODER</b>	
Persuasão e rede de contatos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cria estratégias para conseguir apoio para seus projetos.</li> <li>• Obtém apoio de pessoas chave para seus objetivos.</li> <li>• Desenvolve redes de contatos e constrói bons relacionamentos comerciais.</li> </ul>
Independência e autoconfiança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Confia em suas próprias opiniões mais do que nas dos outros.</li> <li>• É otimista e determinado, mesmo diante da oposição.</li> <li>• Transmite confiança na sua própria capacidade.</li> </ul>

Fonte: SEBRAE (2017)

Essas características e comportamentos podem ser observadas também no contexto do empreendedorismo informal, sendo que neste caso, as características que se relacionam ao conjunto planejamento tendem a ser realçadas de forma menos expressiva.

## 5. DIFICULDADES E DESAFIOS ENFRENTADOS NA CONDUÇÃO DE NEGÓCIOS INFORMAIS

Dentre as principais dificuldades e entraves relatados por empreendedores informais no Brasil, destacam-se o domínio de técnicas de produção mais específicas em conformidade com a execução das atividades principais, a falta de conhecimento especializado de gestão financeira, de planejamento estratégico, de gestão de marketing de produtos vendidos e serviços ofertados, de gestão da informação obtida junto a clientes, fornecedores e concorrentes (Passos; Tavares; Brito, 2021).

Muitos empreendedores não conseguem distinguir despesas do negócio com despesas pessoais, não sabem tomar decisões com base em registros, porque muitas vezes sequer registram dados relativos à execução das atividades. A condução dos negócios informais ocorre predominantemente de forma intuitiva, com base na intuição e experiência. Sendo assim, programas de capacitação para os comerciantes informais universitários constituem uma necessidade, objetivando aumentar a compreensão deste público sobre temas e necessidades mais específicas (Passos; Tavares; Brito, 2021)

## 6. METODOLOGIA

### 6.1 Tipologia da pesquisa

Esta pesquisa adota um enfoque descritivo e exploratório de natureza qualitativa, executada por meio de um estudo de campo e revisão de literatura para elaboração do problema e referencial teórico. Por natureza, o estudo lida essencialmente com a interpretação e análise de relatos e experiências de pessoas - chaves. Optou-se, então, pelo método de história de vida. Tal método está contido na abordagem qualitativa do tipo biográfica, na qual o pesquisador escuta, por meio de várias entrevistas não diretivas, gravadas ou

ção, o relato da história de vida de alguém que a ele se conta. Nesse processo, a relação entre pesquisador e a personagem que narra sua história é um ponto essencial e só acontece na presença de um vínculo de confiança mútua que é construído ao longo de um processo (Nogueira *et al.*, 2017).

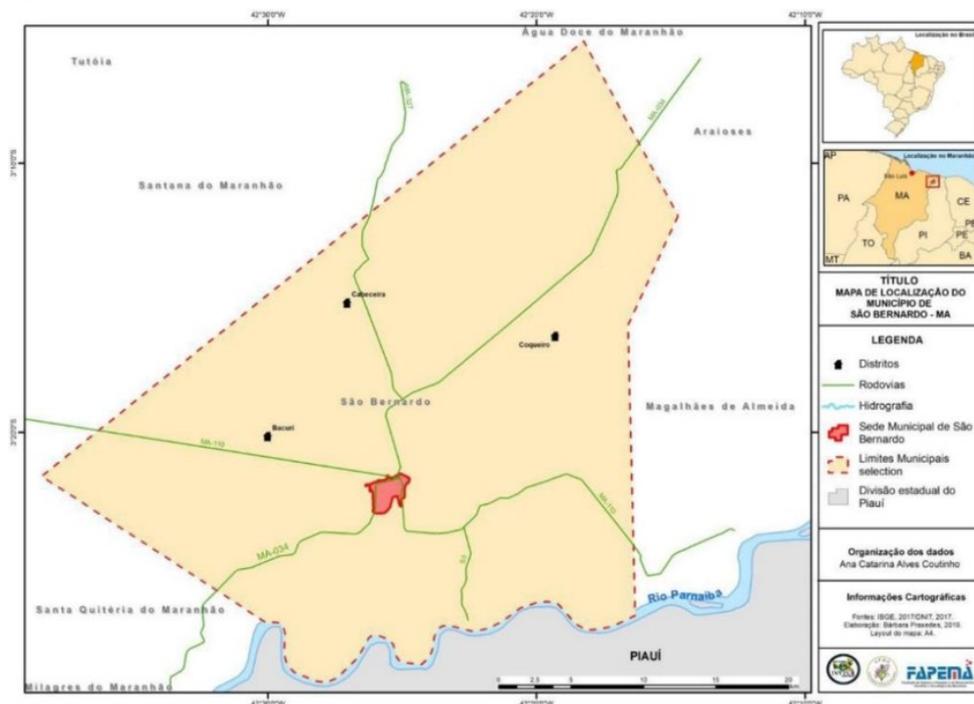
Tal método requer por parte do pesquisador, um mergulho analítico a fim de se identificar no material ouvido, transcrito e criticamente analisado, as pistas que o ajudarão a tentar responder sua(s) questão(-ões) de pesquisa. Teixeira *et al.* (2019), complementa que o método história de vida parte do pressuposto que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida, sentida e definida por seus próprios atores. O procedimento básico de coleta de dados no método de história de vida consiste em uma entrevista aberta, que será gravada sob o consentimento dos entrevistados.

## 6.2 Lócus e participantes da pesquisa

Sede da Região de Planejamento do Delta do Parnaíba, o município de São Bernardo, com extensão territorial de 1.006,920 km<sup>2</sup>, está localizado no estado do Maranhão, a 370 km da capital São Luís. Limita-se ao Norte com os municípios de Araiões, Água Doce do Maranhão e Tutóia; ao Sul com Santa Quitéria e com águas do Rio Parnaíba; a Leste com Magalhães de Almeida e a Oeste com Santana do Maranhão (Mapa 1).

A cidade de São Bernardo, que é relativamente pequena, teve sua autonomia política em 30/07/1859 e está inserida na mesorregião Leste maranhense, na microrregião Baixada Parnaíba maranhense. Trata-se de uma localidade marcada historicamente pelos interesses escravocratas e que se manteve em isolamento por muitos anos, apesar de sua localização, nos dias de hoje, ser considerada estratégica, dada a sua proximidade a destinos turísticos consolidados, que compõe a Rota das Emoções, a exemplo de Parnaíba (PI) e Jericoacoara (CE).

Figura 2. Localização de São Bernardo (MA)



Fonte: Coutinho e Lima (2019)

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2022, São Bernardo contava com uma população de 26.943 habitantes, vivendo principalmente em área rural. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,572, tem crescido nos últimos anos (IBGE, 2022), coincidindo com o aumento anual das taxas relativas ao empreendedorismo informal. Em relação aos aspectos econômicos, predominam os setores de comércio e serviços, porém, outras atividades podem ser destacadas, como a agricultura, a pecuária e a indústria extrativa.

A formação da cidade se deu com a vinda dos padres jesuítas, que chegaram no século XVIII com o intuito de catequizar os índios da região. Batizaram, então, o rio da cidade com o nome Buriti e o nome “São Bernardo” corresponde ao santo católico que a comunidade homenageia no festejo no mês de agosto” (IBGE, 2022). O município possui uma forte relação com o sagrado, particularmente da religião católica, caracterizado pela realização de eventos religiosos que atraem um público expressivo de visitantes anualmente. Dentre eles destacam-se os festejos do mês de agosto, o evento em

comemoração ao aniversário da cidade e os festejos juninos.

Em relação à delimitação dos participantes do estudo, a fim de cumprir os objetivos propostos, partiu-se da premissa de que quando se trabalha com o método entrevista em profundidade, apreendendo aspectos das histórias de vida, não existe uma determinação rígida quanto ao número mínimo de pessoas a serem entrevistadas (Nogueira *et al.*, 2017; Teixeira *et al.*, 2019). Além do mais, por ser esta uma pesquisa qualitativa, que busca compreender aspectos relacionados a comportamentos e percepções de empreendedores informais, considera-se que o número de participantes constitui uma amostra não probabilística ou não representativa da população-alvo na cidade, lócus da investigação (Aires, 2021).

Como critérios de inclusão dos participantes, destacam-se: a) moradores de São Bernardo que trabalhem como vendedores ambulantes durante a realização do Festejo do Glorioso São Bernardo; b) trabalhadores autônomos de ramos diversos ou prestadores de serviços, não formalizados pela Junta do Comércio, que exerçam atividades com fins lucrativos durante a realização do evento, ainda que não residam em São Bernardo; c) o tempo de atuação como empreendedor(a) do negócio informal durante a realização do referido evento deve ser igual ou superior a três anos e d) um(a) participante pode indicar outro(a). Foram excluídos desse grupo de participantes, trabalhadores que embora reúnam as condições de inclusão ou participação na pesquisa, tenham se recusado a prestar informações e/ou a participar do estudo.

A coleta de dados da pesquisa foi realizada com abordagem pessoal direta a empreendedores gerentes de negócios informais situados na Cidade de São Bernardo- MA, sendo as mesmas prospectadas de forma aleatória em ambiente presencial ou virtual, mais precisamente por meio de redes sociais *Facebook, LinkedIn e Whatsapp*. As selecionadas, desde que cumprissem todos os critérios de inclusão previamente estabelecidos, foram convidadas a participar do estudo, recebendo os devidos esclarecimentos. A participação das pessoas no estudo ficou condicionada à aceitação do convite por sua livre e espontânea vontade. Os participantes foram também consultados quanto à possibilidade de gravação da entrevista realizada via *Google Meet*.

Sendo um estudo exploratório e descritivo de natureza qualitativa, a pesquisa fez uso de entrevista. Um roteiro de entrevista com questões-chave para desenvolver em profundidade histórias de vida dos participantes, re-

alçar aspectos do empreendedorismo inerentes a suas trajetórias, anseios, dificuldades e percepções, enquanto empreendedores de negócios informais.

### 6.3 Instrumento e técnicas de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados escolhido neste estudo foi um roteiro de questões, enquanto a técnica de coleta dos dados foi a entrevista em profundidade. A depender dos relatos, pode-se formular novas questões ou tecer comentários para esclarecer ou aprofundar determinado ponto. O que convém destacar como ponto mais importante desta abordagem, portanto, é que a entrevista não é determinada a priori pelos pesquisadores por meio de perguntas padronizadas e/ou previamente formuladas, mas sim pelos informantes: o modo como eles selecionam, interpretam, valorizam e transmitem suas experiências de vida (Nogueira *et al.*, 2017; Teixeira *et al.*, 2019). Para além do roteiro de questões, um *check list* contendo comportamentos agrupados por características pessoais empreendedoras integrará o instrumento de coleta de dados primários desta pesquisa. Cada participante fez uma autoavaliação de seu perfil com relação a identificação de características empreendedoras. Tal instrumento de coleta de dados foi elaborado com base no referencial teórico apresentado.

### 6.4 Análise dos dados

Após a coleta dos dados por meio do roteiro semiestruturado de questões abertas e fechadas, que guiaram as entrevistas gravadas (sob consentimento dos participantes). A técnica de análise adotada nesta pesquisa é a análise de conteúdo, a partir da perspectiva de Bardin (2016), abrangendo as etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2016), que traz uma metodologia analítica bem estruturada e centralizada. Assim, almeja-se apreender a visão, o entendimento e análise de perfil e respostas dos entrevistados, favorecendo uma discussão mais sólida a respeito da temática abordada, a partir do momento em que confrontamos os dados e informações empíricas coletadas com a literatura sobre o tema.

## 6.5 Questões e procedimentos éticos

A realização do estudo conta com a análise crítica das implicações práticas e teórico-acadêmicas. Os participantes da pesquisa foram conscientizados a respeito dos objetivos e contribuições esperadas. Da mesma forma, foram esclarecidos quanto aos protocolos de ética e segurança adotados para proteger o uso das informações prestadas.

No que diz respeito à componente ética da pesquisa, este estudo obedecerá aos princípios éticos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde - CNS, em respeito pelas pessoas, beneficência e justiça. Assim, será tomada como base a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016<sup>5</sup>, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

## 7. RESULTADOS

### 7.1 Análise do Perfil dos Trabalhadores Informais

As mulheres representam cerca de 71% do total de trabalhadores informais entrevistados. Ou seja, dos sete participantes, 2 são do gênero masculino e 5, do feminino. Este total não corresponde a uma amostra representativa da população bernardense, composta maioritariamente por homens, segundo último Censo (IBGE, 2022). Mesmo assim, o percentual mais expressivo de mulheres como líderes de negócios informais na cidade não deixa de ser um dado curioso, neste caso.

Quanto à faixa etária, a maioria dos entrevistados declarou possuir idade, que varia entre 25 e 47 anos. Sendo que, deste grupo, houve uma predominância de jovens com idade igual ou inferior a 40 anos. O entrevistado mais velho tem 46 anos e o mais novo, 26.

Em relação ao nível de instrução, notou-se uma diversidade entre os entrevistados. 2 declararam ter ensino fundamental completo, 3 declararam

---

5 Maiores informações podem ser consultadas através do link: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

ser artesãs. com o ensino médio completo e 2 declararam ter superior completo. Apenas um dos entrevistados declarou não residir na cidade.

Dos sete trabalhadores entrevistados, a maioria (4) declarou que iniciou suas atividades, recentemente, há pouco mais de três anos (2020) e isso se deu no contexto da pandemia de COVID-19. Os demais, disseram que já atuam como trabalhadores autônomos no Festejo de São Bernardo há mais de 10 anos. Esse dado é curioso e demonstra a importância econômica do festejo para a região. Todos os entrevistados declararam ter iniciado as atividades de seus negócios no contexto do festejo, mas não têm se limitado ao período do evento.

Os negócios informais envolvem a produção e venda de materiais religiosos e acessórios em crochê, artesanato em feltro, alimentos e bebidas, iguarias locais, cosméticos e outros utensílios. Quanto ao número de colaboradores envolvidos em cada negócio informal, a maioria (4) afirmou que trabalhava sozinho, 1 conta com o apoio de mais 4 colaboradores e 2 atuam em parceria com mais outra pessoa.

## 7.2 Características do perfil empreendedor, pontos positivos e desafios mais realçados

Ao serem questionados sobre como surgiu a ideia do negócio e como tem sido percorrer todo o caminho, enquanto empreendedor (a) informal até hoje, foi possível destacar os seguintes trechos das falas dos entrevistados:

**Quadro 2.** Origem dos negócios segundo os entrevistados

“Sempre tive jeito e vontade de vender produtos e surgiu essa oportunidade aí arrisquei e tá sendo ótimo porque é de onde estou praticamente tirando meu sustento até agora”	(Entrevistado 1)
“Olha eu comecei lá atrás foi pra ter uma renda extra, mas desde a pandemia, vi que poderia mudar, investir e me dedicar mais (...) e desde então, as vendas melhoraram muito, trabalho com encomendas e pronta entrega, as redes sociais me ajudam muito a deixar meu trabalho mais a vista de um público maior”	(Entrevistado 2)
“Surgiu durante a pandemia pela necessidade de preencher meu tempo durante o isolamento (...) e depois se tornou uma das minhas fontes de renda (...). O caminho tem sido de muito aprendizado até hoje”.	(Entrevistado 3)
“Comecei porque pedi meu emprego na época, trabalhava no comércio e deram minhas contas (...) aí apareceu essa oportunidade de comprar meu primeiro carrinho de pipoca que é um dos principais sustentos da minha família”.	(Entrevistado 4)

“Eu era empregada doméstica e decidi sair do emprego, não estava dando certo mais e então, surgiu a oportunidade de trabalhar por conta própria com cosméticos, vi que daria mais dinheiro e comecei a investir”.	(Entrevistado 5)
“Surgiu diante das dificuldades mesmo e por eu estar muito tempo desempregada”.	(Entrevistado 6)
“Surgiu como uma forma de ganhar mais (...) eu vi que poderia ir para frente (...) eu trabalhava de carteira assinada e depois que engravidei vieram mais despesas e já não tava dando para pagar”.	(Entrevistado 7)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Pelos recortes das falas, pode-se perceber que a iniciativa de abertura e manutenção dos negócios informais se dá de forma intuitiva e se caracteriza como sendo um empreendedorismo muito mais de necessidade. Isto é, pouco pautado em estratégias de planejamento e numa situação em que decisões não são tomadas com base em registros ou outras evidências mais formais, mas moldado pela experiência de vida do indivíduo e pelo seu desejo de suprir necessidades financeiras mais básicas em curto prazo. Esse dado se alinha ao que fora previsto por autores como Fontes (2023), Souza (2023), Alves (2020), Antunes (2018), Tavares (2018) e Passos, Tavares e Brito (2021). Não diferente do que acontece em outras cidades brasileiras e mesmo noutros países em vias de desenvolvimento, observamos no contexto local a predominância de aspectos do empreendedorismo por necessidade (Passos; Tavares; Brito, 2021).

Quando questionados sobre os aspectos positivos e pontos fortes de cada negócio informal, os entrevistados destacaram principalmente: o sentir satisfação pelo que fazem, o retorno do investimento em pouco tempo, a liberdade e autonomia de trabalhar com o que gosta e sabe fazer, a possibilidade de desenvolver resiliência face às dificuldades diárias, a facilidade de ampliar saberes, rede de contatos e interações com pessoas e organizações, apoio na forma de cursos e orientações ofertados por bancos e entidades. As falas a seguir evidenciam isso:

**Quadro 3.** Aspectos positivos do negócio, segundo os entrevistados

“Um dos aspectos positivos são as redes sociais ( <i>Whatsapp e Instagram</i> ) que ajudam bastante na divulgação do meu produto”.	(Entrevistado 2)
“Ser dono do próprio negócio nos dá a oportunidade de trabalhar no horário que desejamos”.	(Entrevistado 3)
“Descobri um amor por peças da maternidade (...) já pude conhecer histórias incríveis dos clientes”.	(Entrevistado 6)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Essas falas reforçam em partes as características como busca de iniciativas e oportunidades, persistência, comprometimento como características mais destacadas pelos entrevistados. Por outro lado, também realçam as narrativas repletas de subjetividades, que os indivíduos constroem. Na tentativa de driblar adversidades, os sujeitos desenvolvem resiliência, aprendem e conseguem emocionalmente se envolver com o negócio e relações sociais estabelecidas a partir dele. Muitos se sentem assim realizados com o que fazem (Fontes, 2023; Alves, 2020).

Quanto às principais dificuldades e problemas que têm enfrentado para permanecer na condição de donos do próprio negócio, os entrevistados afirmaram:

**Quadro 4.** Dificuldades na condução do negócio, segundo os entrevistados

“Acredito que a maior dificuldade é não ter um apoio maior dos órgãos públicos, que poderiam oferecer um espaço para os artesãos da região a dificuldade de participar das feiras”.	(Entrevistado 3)
“O apoio dos órgãos municipais. Nesse caso, com espaço para exposição e ajuda na divulgação”.	(Entrevistado 4)
“Algumas pessoas não dão valor ao nosso serviço”.	(Entrevistado 5)
“Alguns prejuízos, acontece muito sabe por vender com pagamento para pagar depois, às vezes a pessoa não paga e fico no prejuízo”.	(Entrevistado 6)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Como mostram as falas, a falta de apoio por parte dos órgãos públicos, a falta de um mecanismo ou padrão, capaz de garantir a sustentabilidade financeira do negócio foram destacadas como as principais dificuldades percebidas. A expansão do negócio é uma possibilidade, que se realizou como um sonho para alguns, sendo necessário, para isso, ter acesso a crédito, obter apoio principalmente na forma de recursos financeiros e ampliar conhecimentos para alcançar esse objetivo (Antunes, 2018; Tavares, 2018). Outros obstáculos e desafios percebidos pelos empreendedores informais foram os de abraçar novas oportunidades de negócios e a própria gestão e controle de suas finanças. A dificuldade de tomar decisões com base em registros financeiros, correndo riscos calculados e a capacidade de estabelecer e monitorar metas se revelaram também implicitamente como dificuldades (Passos; Tavares; Brito, 2021).

Após a análise das respostas fornecidas pelos entrevistados, foram identificadas diversas características e comportamentos empreendedores que se

destacaram na condução de seus negócios informais. Dentre elas, podemos mencionar a busca de oportunidades e iniciativa, onde os entrevistados demonstraram agir proativamente, antecipando-se às circunstâncias e tomando ações para expandir seus negócios em áreas, produtos ou serviços novos. Além disso, eles aproveitam oportunidades que consideram fora do comum, para comprar equipamentos e alguma forma de assistência para seus negócios.

Uma característica não observada foi a disposição para correr riscos calculados. Os empreendedores informais avaliam alternativas superficialmente e calculam riscos de forma muito mais intuitiva do que deliberada e mobilizam poucos esforços assertivos para reduzir ou controlar esses riscos.

Em compensação, comportamentos que fazem referência à característica de exigência de qualidade e eficiência foram claramente observados pelos entrevistados. Eles buscam constantemente maneiras de melhorar, ainda que agindo apenas com base na intuição, tornando as coisas mais rápidas, mais baratas ou que satisfaçam os gostos dos clientes. Aqui, cabe destacar um padrão resultante das próprias condições limitantes de acesso ao conhecimento, um direito que os indivíduos têm mas que acaba por ser comprometido, dada a pouca ou quase nenhuma intervenção do Estado para ceder-lhes garantia e proteção (Antunes, 2018; Tavares, 2018; Alves, 2020; Souza, 2023).

A persistência foi outra característica nitidamente presente nas falas dos entrevistados. Eles se reconhecem como pessoas que encaram obstáculos significativos e agem repetidamente ou adaptam suas estratégias para enfrentar desafios e dificuldades. O comprometimento também foi um aspecto importante na condução dos negócios informais. Os empreendedores atribuem a si mesmos e a seus comportamentos as causas de seus sucessos e fracassos, assumindo a responsabilidade pessoal pelo que fazem. Além disso, colaboram com seus auxiliares, se colocando no lugar deles, se necessário para concluir tarefas e se esforçam para manter clientes satisfeitos, mesmo que em curto prazo não tenham o retorno financeiro desejado.

Dentre as principais dificuldades na condução do negócio informal foram mencionadas direta ou indiretamente, a falta de recursos financeiros, a falta de acesso a crédito, a concorrência desleal, a falta de infraestrutura adequada, a burocracia excessiva, a falta de capacitação e treinamento específico, o risco constante de fiscalização e autuação pelos órgãos reguladores.

Por outro lado, os pontos favoráveis do negócio informal podem incluir a flexibilidade de horários, a autonomia e liberdade na tomada de decisões, a possibilidade de iniciar o empreendimento com baixo investimento e ter retorno relativamente rápido, a capacidade de expandir os contatos pessoais e desenvolver proximidade com os clientes e a oportunidade de oferecer produtos ou serviços personalizados, em conformidade com seus gostos e preferências (Alves, 2020; Souza, 2023; Fontes, 2023).

Uma sugestão para potencializar a melhoria das condições de trabalho dos vendedores ambulantes e trabalhadores na condição de empreendedores informais em São Bernardo, é investir em campanhas para incentivar a regularização e legalização da atividade, simplificando o processo de obtenção de licenças e alvarás, sensibilizando e esclarecendo os trabalhadores quanto aos benefícios e garantias da formalização do negócio. Além disso, é importante oferecer mais capacitações em empreendedorismo e gestão básica, proporcionar espaços adequados para venda, como feiras livres e estabelecer programas de apoio técnico e financeiro, como linhas de crédito, para incentivar o crescimento e aprimoramento dos negócios. Ademais, em consonância com Alves (2020), observa-se como sendo fundamental, promoção da conscientização da população sobre a importância dos vendedores ambulantes e garantir a fiscalização para assegurar a segurança tanto dos trabalhadores quanto dos consumidores.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho cumpriu o objetivo de mostrar perspectivas e desafios do empreendedorismo de negócios informais criados em decorrência do principal festejo religioso da cidade de São Bernardo-MA. Tais perspectivas e desafios repletos de significados para os trabalhadores, realçaram uma mescla de aspectos alusivos principalmente as abordagens do tipo comportamental e crítica dos estudos de empreendedorismo, contemplados nos relatos dos entrevistados. Nesse sentido, observamos que a narrativa teórica do empreendedorismo focada em aspectos abstratos próprios de contextos mais desenvolvidos, em que imperam sinais de um capitalismo inovador, não é totalmente alheia à realidade investigada. O empreendedorismo local informal se dá muito mais por necessidade de sobrevivência dos trabalhadores (sujeitos

tidos como periferizados, desempregados etc.) do que por capacidades dinâmicas, decorrentes do acesso ao conhecimento sobre inovação e criatividade. Nisso, os resultados se mostraram em consonância com a realidade de outros contextos no Brasil e mesmo noutros países em vias de desenvolvimento.

Através da análise do perfil empreendedor e das perspectivas dos trabalhadores informais, foi possível identificar características e comportamentos que mais se destacam nesse contexto, bem como os aspectos favoráveis e desfavoráveis que reconhecem na condução dos seus negócios. O perfil dos trabalhadores informais revelou uma faixa etária predominantemente entre 25-47 anos, com representação tanto do sexo feminino quanto masculino, sendo que mulheres representam grande maioria. Além disso, a maioria reside na cidade de São Bernardo e houve variações em relação ao nível de formação/instrução desses trabalhadores informais, embora a maioria tenha dito ter cursado o ensino médio completo. Essa variedade de perfis reflete a natureza inclusiva e acessível do empreendedorismo informal, que permite que pessoas de diferentes níveis de instrução, perspectivas e experiências possam buscar realização pessoal de alguma forma, na tentativa de manter ou expandir atividades no contexto de seus negócios informais.

Dentre as características e comportamentos empreendedores mais realçados nos trabalhadores informais, destacam-se a busca de oportunidades e iniciativa, persistência, o comprometimento, a exigência de qualidade e eficiência, a busca por desenvolver autonomia, independência e ampliação da rede de contatos. Essas características, em consonância com o que a literatura técnica e/ou tradicional considera como sendo fundamental para a condução bem-sucedida de um negócio informal, permitindo que os empreendedores se adaptem às circunstâncias, enfrentem desafios, busquem constantemente melhorias e assim, desenvolvam resiliência e autonomia, reconhecendo-se como realizados, à medida que se veem como os principais responsáveis pelo contorno ou superação (ainda que parcial) de seus problemas, sobretudo os de ordem financeira.

Com efeito, os trabalhadores informais enfrentam várias dificuldades, ameaças e obstáculos em suas empreitadas. A falta de recursos financeiros, a falta de acesso a crédito, a concorrência desleal, a falta de infraestrutura adequada na cidade, a burocracia excessiva, a falta de capacitação e treinamento específico, a dificuldade em encontrar clientes e a sensação de ameaça

constante de fiscalização e autuação pelos órgãos reguladores são algumas das principais dificuldades e desafios enfrentados e esses dados confirmam pressupostos teóricos e evidências empíricas de estudos anteriores.

O estudo trouxe importantes contributos acadêmicos, ao buscar conciliar aspectos das abordagens comportamental, prática e crítica, confrontando dados teóricos com empíricos. Confirmou assim, que muitas características e comportamentos do ser empreendedor realçadas na literatura de cunho mais tecnicista não parece ser ao todo alheia ao perfil de trabalhadores que costumeiramente lidam e reagem, buscando superar (ainda que parcialmente) adversidades no contexto laboral, tido como precário pelos mais críticos. O empreendedorismo informal acaba por se realçar como mecanismo para potencializar nos indivíduos resiliência humana. Um caminho escolhido enxergado por eles como tabua de salvação, uma forma de potencializar e aliar parte de suas vocações com a recompensa financeira em curto prazo.

Como uma das principais limitações teórico-metodológicas, destacamos o fato de a pesquisa empírica, se valendo da abordagem meramente qualitativa, ter envolvido um limitado número de participantes, o que dificulta a generalização dos resultados e mesmo comparações com outros contextos. Oportunamente, autoridades locais, representantes do Poder Público poderiam ter sido envolvidos para tornar a discussão e resultados mais ricos. Contudo, valendo-se das informações aqui apresentadas, outros trabalhos podem se debruçar a desenvolver estudos com abordagem quali-quantitativa, envolvendo diferentes *stakeholders*. Também seria oportuno refletir sobre estratégias, por meio da pesquisa ação, capazes de estimular e promover maior envolvimento, ativismo e protagonismo dos trabalhadores informais.

Para potencializar a melhoria das condições de trabalho desses indivíduos em São Bernardo, uma das alternativas estratégicas, possíveis e alcançáveis em curto prazo, seria os próprios trabalhadores investir na criação e fortalecimento de cooperativas ou associações, para facilitar o processo de regularização, legalização da atividade, obtenção de licenças e alvarás, seguindo as recomendações de autoridades competentes. Isso viabilizaria o acesso a garantias e direitos básicos (a exemplo da aposentadoria, auxílios e seguros). Além disso, seria interessante também que as autoridades governamentais firmassem parcerias com instituições de ensino e pesquisa (escolas e universidade), entidades de apoio, para o desenvolvimento de ações locais de

extensão, capazes de conscientizar e promover a ampliação de conhecimento sobre gestão. A oferta de capacitações em empreendedorismo, inovação e gestão básica, bem como a própria criação de políticas de assistência direta aos trabalhadores, prevendo, inclusive a cessão de espaços com infraestruturas mais adequadas e salutaras para venda e o estabelecimento de programas de apoio técnico e financeiro, como linhas de crédito mais específicas para cada tipo de negócio.

Também é fundamental repensar novas formas de mais efetivamente promover a conscientização da população (incluindo vendedores e consumidores) sobre a importância da fiscalização para assegurar a segurança e garantia de direitos e deveres sociais. Essas medidas contribuirão para valorizar e profissionalizar a atuação dos empreendedores informais, estimulando o crescimento econômico da cidade.

No entanto, é importante ressaltar que as sugestões apresentadas são apenas algumas possibilidades de melhorias e que é necessário estudos mais críticos e aprofundados, como também, estímulos para a promoção de um diálogo contínuo com os trabalhadores informais para identificar as melhores soluções para cada caso específico.

Em suma, o estudo realizado permitiu compreender melhor o perfil empreendedor e as perspectivas dos trabalhadores informais no contexto do turismo religioso em São Bernardo - MA. Essas informações são fundamentais para promover a valorização e o desenvolvimento desse setor, contribuindo para o crescimento econômico e melhorias nas condições de vida dos trabalhadores informais da cidade. Por meio da implementação de medidas adequadas e do apoio necessário, é possível fortalecer o empreendedorismo informal por meio de parcerias, envolvendo entidades governamentais e criar um ambiente mais favorável à formalização e sucesso desses negócios, coincidindo com a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

- AIRES, J. D. M. **Avaliação de dinâmicas e orientações para a medição da inovação empresarial no turismo**. Tese (Doutorado em Turismo) - Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo, Universidade de Aveiro. Aveiro, 340f. 2021.
- ALBINO, R. Digitalização de Negócios: Vantagens e Desvantagens do Empreendedorismo Informal. **Cadernos de Investigação do Mestrado em Negócio Eletrónico**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.iscap.pt/ebusiness-rj/index.php/mne-rj/article/view/227>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- ALMEIDA, Lorrana Laila Silva de; ENOQUE, Alessandro Gomes; BORGES, Alex Fernando. Empreendedorismo de Festas Populares: uma Análise do Modelo de Dimensões Proposto por Zeny Rosendahl para o Estudo de Festas Religiosas Católicas. **Teoria e Prática em Administração**, v. 9, n. 2, p. 1-13, 2019.
- ALVES, M. A. D. A. **Sobrevivência ambulante no espaço urbano: Informalidade e trabalho na Feira José Avelino, em Fortaleza-Ceará**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 318f, 2020. [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10613693](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10613693)
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BUSER. **Turismo religioso no Brasil: qual a sua relevância para o setor?** Buser. 7 de outubro de 2020. Disponível em: <https://blog.buser.com.br/eventos/turismo-religiosono-brasil/>. Acessado em: 19 de junho de 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3 reimpressão da 1ª edição (Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro). São Paulo: Edições 70, 2016.
- CARNEIRO, A. C. L. L. et al. Avaliação das condições higiênico-sanitárias durante a produção e comercialização de cachorro-quente, por vendedores ambulantes, no município de Belo Horizonte. **Higiene Alimentar**, v. 28, p. 67-72, 2014.
- CORREA, Bárbara Nauane. Turismo religioso em decadência: repercussões socioeconômicas da prisão do médium João de Deus no município de Abadiânia/GO. 2021.
- COUTINHO, A. C. A.; LIMA, M. V. V. Inventário e diagnóstico turístico: microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense. São Bernardo: **Novas Edições Acadêmicas**, 2019.
- KRÜGER, C. **Educação Empreendedora: características e atitudes de discentes e docentes** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, 2017.
- KRÜGER, Cristiane; RAMOS, Lucas Feksa. Comportamento empreendedor, a partir de características comportamentais e da intenção empreendedora. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 9, n. 4, p. 528-555, 2020.
- LIMA, L. G.; NASSIF, V. M. J. Semelhanças entre teoria social cognitiva, capital psicológico e comportamento empreendedor: uma reflexão teórica. **Revista Gestão e Planejamento, Salvador**, v. 18, p. 369-385, jan./dez. 2017.

MCCLELLAND, D. C. **A sociedade competitiva: realização e progresso social**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

MCCLELLAND, D. C. Managing motivation to expand human freedom. **American Psychologist**, Washington, 33(1), 201-210, 1978.

MCCLELLAND, D. C. Characteristics of Successful Entrepreneurs. **The Journal of Creative Behavior**, v.21, n.3, 219-233, 1987.

NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. de; ARAUJO, A. D. G.; PIMENTA, D. A. O. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e**

**Práticas Psicossociais**, v.12, n. 2, maio-agosto de 2017.

OLIVEIRA, R.; VIANA, K. Festejo de São Bernardo: memória e representação. **Anais dos Simpósios da ABHR**, [S. l.], v. 13, 2012. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/418>. Acesso em: 16 jul. 2023.

PASSOS, M. E. A.; TAVARES, L. F.; BRITO, J. A. D. Comércio informal de doces: desafios para os jovens universitários empreendedores. **Revista Mangút: Conexões Gastronômicas**. ISSN 2763-9029. Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 84-97, dez. 2021.

SANTOS, M. A. S. **O festejo do padroeiro de São Bernardo - MA: (re)arranjos e permanências em tempos de pandemia**. 2021. 121f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2021.

SCHAEFER, R; MINELLO I. F. Educação Empreendedora: Premissas, Objetivos e Metodologias. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 10, n. 3, 60-81, 2016.

SCHAEFER, R.; MINELLO I. F. A Formação de Novos Empreendedores: Natureza da Aprendizagem e Educação. *Revista da Micro e Pequena Empresa FACCAMP*, v.11, n.3, 2- 20, 2017.

SEBRAE. Perfil do Microempreendedor Individual. Brasília, 2017.

SOUZA, H. C. de. O Empreendedorismo e suas principais vertentes teóricas: uma visão crítica. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, v.7, n. 1, 71-98, 2023. <https://doi.org/10.30781/repad.v7i1.14558>

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Em Pauta -Teoria social e realidade contemporânea**, v. 41, n. 16), 107-121, 2018. <https://doi.org/10.12957/rep.2018.36687>

TEIXEIRA, M. B. M.; CAMPOS, Rita de Cassia L.; CARMO, L. J. O. O método história de vida nas pesquisas de administração. **REPAE-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v. 5, n. 2, p. 45-63, 2019.



POSFÁCIO

## TURISMO NO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE: tecendo os fios da esperança

**Josenildo Campos Brussio**

**E**scriver as considerações finais do presente livro **Turismo em áreas rurais** é uma tarefa bastante desafiadora, principalmente, pela responsabilidade de compilar em poucas palavras a importância do que foi discutido nos capítulos da obra, mas ao mesmo tempo, é uma tarefa gratificante pelos motivos que destaco a seguir: 1) é o primeiro livro organizado por pesquisadores do GEPEMADEC em forma de coletânea (o grupo completou nove anos de existência no dia 24 de setembro de 2023); 2) trata-se de uma composição acadêmica que traduz os esforços das 4 linhas de pesquisa em desenvolvimento no GEPEMADEC e no LEI (ambos certificados e cadastrados no CNPQ); 3) ratifica a importância do curso de Turismo no Centro de Ciências de São Bernardo no que diz respeito ao compromisso com a ciência, a tecnologia, o desenvolvimento humano, social e econômico, a produção do conhecimento e o tripé ensino, pesquisa e extensão em desenvolvimento pela Universidade Federal do Maranhão; e, por fim, 4) reflete as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que vêm ocorrendo na região do baixo Parnaíba nos últimos anos.

Para além dos motivos acima expostos, a organização desse livro demonstra um longo e árduo esforço, do Centro de Ciências de São Bernardo, da Universidade Federal do Maranhão, de fazer a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade acontecerem no campo prático do tripé acadêmico: ensino, pesquisa e extensão.

Segundo Ivani Fazenda (1999), a interdisciplinaridade é um conceito complexo e pressupõe “toda interação existente dentre duas ou mais disci-

plinas no âmbito do conhecimento, dos métodos e da aprendizagem das mesmas” (p. 161), todavia a própria autora adverte que o conceito vai além dessa interpretação.

O curso de Turismo, ainda que categorizado pela CAPES na Área das Ciências Sociais Aplicadas, tangencia com muita naturalidade por outras áreas do conhecimento, bebendo em suas fontes: Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências Naturais e Ciências Sociais.

No Centro de Ciências de São Bernardo/MA, da Universidade Federal do Maranhão, a interdisciplinaridade do Curso de Turismo com os demais cursos do Centro vem sendo alicerçada desde o seu nascimento em dezembro de 2015: são eventos, grupos de pesquisa, projetos de pesquisa, projetos de extensão, projetos de ensino, monitorias, parcerias, estágios, entre outras atividades que corroboram com essa missão do curso.

Os capítulos desse livro demonstram a potência da máxima “unidos somos mais fortes”, traduzindo a simbologia da força e parceria dos organizadores e autores desta obra, uma vez que as tramas, que a enovelaram, surgiram de pequenas pontas de fio lançadas por entusiastas como o pesquisador Mateus de Sá Barreto Barros, Sylvana Kelly Marques da Silva e a pessoa que vos fala. São teias que tecemos em rede nas quais projetamos os nossos sonhos, anseios, desejos e vontades. Quanto mais fios lançados, mais profundos os nós e tecidos que se engendram, mais latentes as projeções que afloram das dinâmicas amalgamadas em nossos imaginários (Durand, 2019).

Além da qualidade dos textos, do cuidado dos pesquisadores com os conteúdos produzidos e do devir acadêmico apresentados na obra, verifica-se o quanto as pesquisas de iniciação científica (IC) e os projetos de extensão realizados no Centro de Ciências de São Bernardo, com pesquisadores vinculados ao GEPEMADEC, têm trazido resultados importantes para as bases de dados científicas e podem fornecer informações e dados cruciais para a formulação de políticas públicas nacionais específicas para pensar e refletir planos de ações para o desenvolvimento da região do Baixo Parnaíba Maranhense.

Mais do que um esforço coletivo de pesquisar, investigar, conhecer, questionar os problemas que afligem as atividades do turismo em áreas rurais na região do Baixo Parnaíba Maranhense, a coletânea oferece alternativas, saídas, reflexões para o enfrentamento das demandas necessárias para a

transformação social por meio do desenvolvimento da atividade turística na região.

Se por um lado essa obra é um trabalho pioneiro no que tange às produções do Centro de Ciências de São Bernardo e do GEPENADEC, por outro, espera-se que não seja o último dessa equipe. Ainda há muito a ser feito na esperança de que dias melhores virão, a médio ou longo prazo, mas virão.

Esperança preconizada por nosso pedagogo e filósofo da educação Paulo Freire, que em sua obra *Educação como Prática da Liberdade* dizia: “Sempre lhe pareceu, dentro das condições históricas de sua sociedade, inadiável e indispensável uma ampla conscientização das massas brasileiras, através de uma educação que as colocasse numa postura de autorreflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço” (Freire, 2019, p. 43).

Quando trazemos o discurso de Freire sobre “esperança”, propomos uma reflexão sobre o papel social do Turismo, geralmente, associado à uma visão econômica e mercadológica, na qual o turista é um consumidor e a atividade turística o meio de obtenção de lucros e geração de riquezas provenientes dessa atividade. Mas não debateremos esse problema agora, dada a sua complexidade, sabemos que existem muitos teóricos e especialistas que ainda não chegaram a um consenso sobre o tema.

Retomando as reflexões de John Tribe (1997) sobre essa peculiaridade, temos como resultado um problema com a palavra turismo, que tem, pelo menos, três interpretações: “Chama-se turismo ao fenômeno social praticado pelos turistas; também se chama turismo ao estudo deste fenômeno e, finalmente, chama-se turismo aos programas de ensino e capacitação para trabalhar atendendo os turistas” (Tribe, 1997, p. 3).

Analisando a primeira acepção, temos o turismo como “fenômeno social praticado por turistas”, todavia o turismo, enquanto atividade, tem os seus holofotes voltados para o desenvolvimento econômico, geração de riquezas, empreendimentos e negócios, geralmente, relegando a segundo plano, a preocupação com o social, o humano, o turista, enquanto indivíduo e sujeito. É uma visão dicotômica e maniqueística do turismo, mercado x turista (humano), economia (turismo) x sujeito (lazer/necessidade), mas não menos importante de ser pensada e criticada.

Por isso, Freire propõe uma educação que advirta o homem “dos perigos de seu tempo, para que consciente deles, ganhasse a força e a coragem de

lutar” (Freire, 2019, p. 118). Pensamos no turismo enquanto atividade econômica que precisa se refletir em uma função social, humana e solidária, seja em seus meios de produção, seja em suas atividades fins.

Quando falamos de esperança nessa obra, propomos o empenho, a luta e a força para vencer os obstáculos e desafios que existem e ainda virão para concretização de planos de ação da atividade turística na região do Baixo Parnaíba Maranhense. O PRT (Plano de Regionalização do Turismo) precisa ser implementado de maneira responsável, efetiva e sólida e que realmente acarrete o desenvolvimento da região. Sabemos que a palavra “desenvolvimento” resguarda as suas armadilhas. É complexa e problemática. Desenvolvimento para quem? Para os ricos? Ou para a classe trabalhadora e oprimida, para os desempregados e na faixa da miséria e da exclusão social?

Amartya Sen (2016) alertava para os perigos do desenvolvimento enquanto crescimento econômico que “não pode ser considerado um fim em si mesmo”. Tal atividade deve apontar para a melhoria das condições de vida dos indivíduos e com o fortalecimento de suas liberdades, sendo que estas ocupam lugar central e de destaque em todo o desenvolvimento de sua teoria.

De acordo com Sen (2016), o progresso de uma sociedade, em termos de desenvolvimento, não deve ser avaliado apenas pelos fatores econômicos, mas também pelas liberdades substantivas que os indivíduos desfrutam nesta sociedade. As carências a estes recursos restringem a liberdade dos indivíduos condenando-os a viver em condições degradantes.

Via de regra, o Turismo possui essa envergadura enquanto atividade de desenvolvimento econômico, avalia-se tudo pelos lucros e rendimentos, deixa-se de lado uma série de problemas (desemprego; riscos e danos culturais, patrimoniais e ambientais; exploração cultural, social, sexual; exclusão cultural, social, religiosa; epistemicídios etc.).

Nesse sentido, Barretto (1991) afirma que, no caso do turismo, urge a necessidade de sistematizar e adaptar o movimento turístico ao destino e, ainda, atender às expectativas da demanda, contemplando os direitos dos moradores, no que se refere à urbanização, meio ambiente, cultura e relações sociais.

Completamos em dezembro de 2023, nove anos de criação do curso de Turismo no Centro de Ciências de São Bernardo. Neste tempo de existência do curso de Turismo são muitos resultados colhidos: eventos, projetos de

pesquisa, projetos de extensão, grupos de pesquisa, parcerias de estágio (Tutóia, Paulino Neves, Araiões, Parnaíba, Luzilândia), ações que se expandem como fios de uma teia de relações tecidas por um objetivo em comum – unir forças para transformar a realidade social do Baixo Parnaíba Maranhense, por meio da pesquisa científica, produção de conhecimentos e avaliação de possibilidades de implementação da atividade turística de maneira sólida, profícua e amparada pelos órgãos essenciais (comunidades, secretarias de turismo municipais e estaduais, MTur (Ministério do Turismo), prefeituras, políticas públicas para a sua execução na região.

Lutamos e continuaremos lutando por uma educação laica, democrática, reflexiva e libertária. A atividade turística tem seu papel neste projeto político, econômico e social de desenvolvimento da sociedade brasileira. Em se tratando, da região do Baixo Parnaíba Maranhense esse compromisso se alicerça com o Curso de Turismo do Centro de Ciências de São Bernardo, da Universidade Federal do Maranhão, por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão. Por isso, agradecemos aos organizadores e autores da presente obra pela colaboração e que venham os próximos desafios.

## REFERÊNCIAS

- BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.
- DURAND, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 4 ed. Campinas: Papirus, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 53ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A Pedagogia do Oprimido**. 81ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2019.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Disponível em: <[http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv\\_liberdade.pdf](http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf)>. Acesso em: 02 Abr., 2016.
- TRIBE, John. The (in) discipline of tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 3, p. 638-657, 1997.

